



ENCICLOPÉDIA DA CULTURA NA **BAHIA**

ORGANIZAÇÃO:
Gildecy de Oliveira Leite





ENCICLOPÉDIA DA CULTURA NA BAHIA

ORGANIZAÇÃO:
Gildeci de Oliveira Leite



SEGUNDO
SELO

1.ed. – 2024
Salvador

©(2024) EDITORA SEGUNDO SELO – Salvador, BA.

1. edição – 2024

Equipe Técnica

Edição: *Fernanda Santiago*

Capa: *Ygor Moretti*

Editoração e Projeto Gráfico: *Lívia Maria Sousa*

Revisão: *Camila Carmo*

Conselho Editorial

Ana Lúcia Silva Souza

Fernanda Santos Santiago

Jorge Augusto de Jesus Silva

Maria Dolores Sosin Rodriguez

Silvana Carvalho da Fonseca

Sílvio Roberto Oliveira

Zoraide Portela Silva

FINANCIAMENTO:

Uneb Edital 110/2023 Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa (Proforte)

E56 Enciclopédia da cultura na Bahia / Gildeci de Oliveira Leite (org.) – 1. ed.
– Salvador : Segundo Selo, 2024.

218p.

ISBN 978-65-86754-87-2

1. Bahia – Enciclopédias. 2. Cultura. I. Leite, Gildeci de Oliveira.

II. Título

CDD:036.9

Catlogação na publicação: Mônica Nascimento Ribeiro – CRB 5/1503

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EDITAL Nº 110/2023
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DOS
GRUPOS DE PESQUISA (PROFORTE)**

**Adriana dos Santos Marmori Lima
Reitora**

**Dayse Lago de Miranda
Vice-reitora**

**Elizeu Clementino de Souza
Pró-reitor de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação**

**Grupo de Pesquisa
Crítica Literária e Identidade Cultural**

PROJETOS DE PESQUISA
Baianidades: Literatura, Identidade, Memória, História
Xangô, a corte de orixás, inquices e vodus:
experiências poéticas e narrativas

PROJETOS DE EXTENSÃO ASSOCIADOS
Baianidades: Literatura, Identidade, Memória, História
(Extensão) – Edital PROIEX 012/2024 — UNEB
IV Webinar Estudos Amadianos — Edital PROAPEX 016/2024 — UNEB
9º A Vez da Palavra – Edital PROARTE 029/2024 — UNEB

PROJETO PIBID
(Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência)
Núcleo Literatura Baiana da Sala de Aula

Equipe de Pesquisadores

Adevaldo Pereira de Aragão (UEFS)
Filismina Fernandes Saraiva (UNEB)
Gildecil de Oliveira Leite (UNEB)
Joabson Lima Figueiredo (UNEB)
Nerivaldo Araújo Alves (UNEB)
Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

**ENCICLOPÉDIA DA CULTURA NA BAHIA
ORGANIZAÇÃO**

Gildecil de Oliveira Leite

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	13
---------------------	----

A

A Bahia de Robinson Crusoe: The Brazils sob um olhar estrangeiro	15
A Bahia de William Dampier: Corsário e Tradutor do Brasil	17
A Geração Mapa	20
A Penna	23
A Seára de Ruth (1911)	24
A trip on the Rio São Francisco: a Bahia de Elizabeth Bishop	25
Academia Bahiana de Letras	27
Academia Brasília dos Esquecidos	29
Academia Brasília dos Renascidos (1759)	31
Afoxé Filhos do Congo	32
Alvorada (1947)	35
Árcade	36
Arco & Flexa	37
Arjuna	40
Artes Indígenas	40
Artpoesia	42
As variedades ou ensaios de literatura	43
Atos	45

B

Bahia Ilustrada (1917-1933)	47
Bahia Tradicional e Moderna (1939)	49
Bembé do Mercado em Santo Amaro da Purificação	50
Biblioteca pública da Bahia: a primeira do Brasil	52
Brasil Moderno (1911)	55

C

Caderno do CEAS	58
Calçadão da Praça de São José do Jacuípe	59
Cantina da Lua	59
Casa Anísio Teixeira	60
Casamento da Rosinha em Sátiro Dias	61
CEAO — O Centro de Estudos Afro-orientais: a instituição pioneira nos estudos afro-brasileiros e africanos na América Latina	62

Cimape (1969)	64
Código	65
Coletivo Jacuipense	66
Coral Cantores de Orfeu	67
Cultura Alemã	67
Curadoria literária	67

D

Da Prosa e Poesia no Sul da Bahia	70
Dia do samba	73
Diário da Bahia	75
Doce de Umbú do Professor Celso	78

E

Elementos de curadoria literária	80
Encontro de Cultura e Fé	80
Encourados de Pedrão na independência da Hahia	83
ETC. (1927-1936)	84

F

Feiras, festas, festivais literários	86
Festa de Iemanjá em 2 de Fevereiro (Salvador da Bahia)	87
Festa de São Lourenço no povoado de Colônia em Itaetê	89
Festa do Amparo	90
Festival das Primeiras Águas	92
Fetichê	93
Fligê	95
FLIPELÔ - Festa Literária Internacional do Pelourinho	97
Fundação Casa de Jorge Amado	98

G

Gerações Literárias na Bahia	100
Grupo da Baixinha	108
Grupo de Arte Macuco	110

H

Hera	111
Hino Municipal de São José do Jacuípe	112
Hora Literária dos Novos	113

I

Iararana	115
Iletrado	117

	J	
João duro		119
Jornais Valencianos		120
Jornal da Ilha		122
Jornal da Jornada		124
	K	
Kàwé Pesquisa (2002)		126
	L	
Letra Viva – Jornal Cultural (1987-1989)		128
Letras (1979)		129
Liceu de Arte e Ofícios – Bahia (1872)		130
Línguas indígenas da Bahia		131
Literatura e outras artes de axé		135
Literaturas do Baixo Sul da Bahia		137
	M	
Mapa		140
Marco 1		143
Mercado Velho de São José do Jacuípe		144
Mesas de Cosme de Iraquara		145
Musa Capenga		147
	N	
Nova Cruzada (1901/1910)		150
	O	
O inimigo do Rei – um jornal libertário		153
O Momento (1931-1932)		156
Ocupação Cultural		159
Os Annaes (1911-1912)		160
	P	
Pacce		162
Padê		162
Periódicos no cenário alagoinhense		163
Porto de Todos os Santos		164
Povos indígenas da Bahia		165

	Q	
Quebec tropical: a Bahia intraduzível de P. K. Page		169
	R	
Reflexos de Universos		172
Renascença (1916-1964)		172
Renascimento (1880)		174
Revista de Cultura da Bahia (1968)		174
Revista de Letras		176
Revista do Brasil (1906-1912)		177
Revista do Norte (1910)		177
Revista Exu		178
Revista Oikos		179
Revista Repertório		180
	S	
Santa Bárbara e o 4 de dezembro em Salvador		183
Saraus Periféricos na Bahia		187
Serial		189
	T	
Tabanav		190
Teatro A.B.C.		192
Toponímia baiana de origem africana		192
	U	
Única		196
Universidade do Estado da Bahia		197
	V	
Via Láctea (1911-1912)		201
Voz Gal Costa		202
	X	
Xibiu		205
<i>Autores e minibiobios</i>		207

Agradecimentos

À UNEB!

A todos e todas que contribuíram com essa versão inicial de uma enciclopédia sem fim

À equipe de monitoria e bolsistas

Aos amantes da literatura e da cultura

APRESENTAÇÃO

ENCICLOPÉDIA DA CULTURA NA BAHIA E SUA INCOMPLETUDE

Acredito que uma enciclopédia tenha o desejo de alcançar a completude, portanto uma Enciclopédia da Cultura na Bahia (ENCICLOBA) pode pretender trilhar o caminho para apresentar o panorama da cultura na Bahia, talvez conseguindo um ou outro panorama. Nesta primeira edição, o projeto financiado por nossa UNEB (Universidade do Estado da Bahia), através do Edital PROFORTE 110/2023, disponibiliza mais de 100 (cem) verbetes: ínfima fração do que a Bahia tem. Afinal, ninguém acreditaria que as diversas faces da baianidade, de modos de ser e de estar no mundo, possam ser reduzidos a pouco mais de dez dezenas de pequenos textos. O balaio é bem maior e cresce no ritmo das andanças, das interações com o diferente, alcançando outros espaços, expandindo o território!

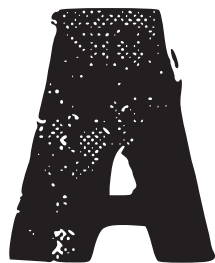
Ao passear pelas páginas desta edição, o leitor e a leitora verão que em sua maioria, os registros são ligados à literatura. Talvez isso se explique, pela facilidade de o grupo de pesquisa CLIC (Crítica Literária e Identidade Cultural) reunir mais pesquisadores e pesquisadoras oriundos, oriundas das Letras para o que inicialmente chamar-se-ia dicionário. Por isso, dentre as dezenas de autores e autoras que escreveram para a ENCICLOBA até o momento, destaca-se a enorme contribuição a respeito da história da literatura baiana. Mesmo com a predominante colaboração vinda dos estudos literários, os registros compõem diversas áreas das artes, da cultura, da memória, da história, ainda assim demonstram a inevitável incompletude desta publicação. Tenho certeza, que a completude é inalcançável, do contrário desacreditaria no infinito de possibilidades de reinvenções que há na Bahia.

Desta forma, poderão ser encontradas aqui discussões esquecidas há muitos anos e retomadas e/ou apresentadas aos esquecidos e desconhecidos, ainda a descrição da última novidade da última semana, posta na encruzilhada.

Um ou outro verbete pode parecer descontextualizado, contudo ajuda a compreender fenômenos da baianidade. Dito isso, comunico não há neste projeto hierarquização de saberes, nem de cooperações, todas e todas são igualmente importantes. Voltando à assunção de incompletude, sugiro aos interessados e às interessadas, que visitem o site www.encicloba.com.br, para além de encontrar esta impressão em formato virtual, terão as orientações para a oferta de verbetes na versão online. O projeto receberá em fluxo contínuo sugestões de escritos, garantindo o permanente renovar e ampliação desta Enciclopédia da Cultura na Bahia. É bem provável que na busca da inatingível plenitude, neste momento esteja ocorrendo o aceite daquela anotação, vinda de um dos territórios de identidade da Bahia espalhados pelo mundo ou ainda aquela outra manifestação cultural conhecida de todos e que de tão óbvia, você não perdoa a ausência dela neste livro. Sim, há muitas baianidades que certamente você procurou aqui e não encontrou, por isso, também a perenidade do projeto, pois mesmo o óbvio deve ser escrito por quem melhor puder fazê-lo. Ainda será praticável, a crítica a verbetes publicados, através de uma nova abordagem, assim poderemos ter mais de uma apreciação a respeito do mesmo tema. Sejam bem-vindos e bem-vindas!

Seabra, outubro de 2024.

GILDECI DE OLIVEIRA LEITE



A BAHIA DE ROBINSON CRUSOE: THE BRAZILS SOB UM OLHAR ESTRANGEIRO

Poliana Santana Pinheiro dos Santos

Yuri Santos Cruz Pinheiro

Tiago Barbosa da Silva

“Você já foi à Bahia? Então vá!”. E assim o fez Robinson Crusoe: veio e “muita ‘sorte’ teve”. Mas a Bahia de Dorival Caymmi não é a mesma Bahia da narrativa de Defoe. Dorival cantou a todos nós, a partir de nós, Defoe contou sobre eles e para eles. Há uma brutal separação entre o *eu* e o *outro* em Crusoe, que deixa um vazio representacional ao não tratar de fato da Bahia, de seu povo ou de seus elementos culturais. Em sua narrati-

va, Defoe descreve uma *Bahia* incerta dentro de *Brasis* incertos, ora *Bay de Todos Los Santos*, ora *All Saint’s Bay*, habitada por grandes latifundiários, organizada por uma lógica mercantilista, incompatível com a realidade do povo que já existia aqui e com a realidade que se construía a partir de lógicas africanas, conectadas com a costa da Guiné através da rota marítima de escravização. Assim, Defoe desenha, no imaginário inglês, uma *Bahia* feita de *commodities*, interessante para o europeu, caracterizada pela facilidade na aquisição de terras e de mão de obra escravizada.

Na construção do protagonista, marcas ideológicas da modernidade são replicadas; Crusoe é o protótipo do colonizador, como nos lembra Gomes e Silva (2022). Robinson assume

o lugar do homem salvador, disposto a aprender, porém mais disposto ainda a dominar. Para seus pares europeus, ao longo da narrativa, o viajante reserva um tratamento cordial e registros de trocas mercantis, muitas vezes caracterizadas pela percepção da vida humana de seu *outro* como mercadoria. Para os nativos da *Bahia*, Crusoé reserva o menosprezo total, organizado a partir da lógica do apagamento e da invisibilização de vivências culturais não europeias, evidenciando que o homem colonizador não reconhece a humanidade de sua alteridade; o nativo, os territórios e sua cultura são lidos apenas como elementos do cenário. Kilomba (2019) discorre sobre essa percepção da *alteridade*, sugerindo que a leitura do outro enquanto mercadoria ou cenário é constituinte do projeto europeu de dominação de grupos etnizados.

A invenção da *Bahia*, na língua inglesa, é eivada de violência simbólica e sistêmica, enraizando nessa cultura uma visão preconceituosa distante de ser superada, como sugere Santos (2013). A *Bahia* de Crusoé é imprecisa no nome, mas precisa em seu propósito: as principais descrições do ambiente estão diretamente associadas a interesses econômicos. Por exemplo, ao

descrever sua chegada, Crusoé trata de mencionar apenas o local ao qual foi recomendado, a casa de um senhor de engenho, a quem chamou de “homem bom e honesto”, e onde aprendeu sobre o “cultivo e produção do açúcar”. E foi assim que, ao longo dos anos vividos “nos Brasis”, Crusoé acumulou conhecimentos e amizades com outros latifundiários, além de mercadores de São Salvador. Estrategicamente, nas conversas com seus comparsas, Crusoé se referia com frequência às duas viagens que havia feito à costa da Guiné, à “maneira como se comerciava os Negros de lá, e como era fácil negociar naquela costa, trocando ninharias [...] também por Negros em grande número para servidão nos Brasis” (Defoe, 2011, p. 89), articulando, assim, um jeito de ingressar no comércio mais lucrativo do período – o tráfico de pessoas escravizadas.

Como sugere Derrida (2014), em toda narrativa, a visão daquele que a escreve está permeada por seus interesses, suas crenças e transcreve a relação do autor/narrador com o mundo. Sendo assim, inspirado em relatos de viagens de piratas, que haviam anteriormente visitado *os Brasis*, retratando a *Bahia* e o *Brasil*, Defoe revela não somente a relevância his-

tórica desse gênero, como também sua importância no projeto de dominação colonial desse território. A *Bahia* e o *Brasil* vistos por Crusoé são um território quase vazio, abertos aos interesses de empreendedores europeus, ocupado somente por alguns poucos latifundiários brancos, onde se podia enriquecer rapidamente às custas da objetificação e exploração da vida de pessoas negras e indígenas e da destruição da biodiversidade através da imposição de uma lógica monocultora.

REFERÊNCIAS

CAYMMI, Dorival. **Você já foi à Bahia?**. Intérprete: Anjos do Inferno. In: DO INFERNO, Anjos. *Você já foi à Bahia?* São Paulo: Musicolor/Continental, 1968. 1 disco vinil. Lado A, faixa 5.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoé**. Tradução de Sergio Flaksman; organização, introdução e notas John Richetti. 1a ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GOMES, Carlos Magno; SILVA, Tiago Barbosa da. **Uma leitura decolonial dos sentidos da violência em Robinson**

Crusoé. Scripta, v. 26, n. 56, p. 221-232, 18 nov. 2022.

SANTOS, Rafael José dos. **O 'Étnico' e o 'Exótico'**: Notas Sobre a Representação Ocidental da Alteridade. Revista Rosa dos Ventos. Universidade de Caxias do Sul, v. 05, n. 04, p. 635- 643, out-dez, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

A BAHIA DE WILLIAM DAMPIER: CORSÁRIO E TRADUTOR DO BRASIL

Jamine Batista Dourado
Fernanda Farias Oliveira
Tiago Barbosa da Silva

Em *A Voyage to New-Holland* (1699), William Dampier descreve lugares desconhecidos do europeu, inaugurando, em língua inglesa, um imaginário de nosso território e populações. Enviado como um corsário em viagens mercantes, ele partiu da Inglaterra em janeiro de 1699, percorreu diversas regiões ao redor do mundo até chegar ao Brasil.

Em março de 1699, o inglês aportou na cidade de Salvador, ou como ele chamou: *Bahia de Todos los*

Santos (Dampier, 1699, p. 376). Esse equívoco, proposital ou não, revela a imagem ambígua de uma Bahia em formação, ainda não definida, não nomeada, mas também a participação da Espanha em sua colonização. De qualquer modo, o que fica mais evidente é que, com seu relato, Dampier sedimenta, na literatura de língua inglesa, uma Bahia inventada de projeções.

Assim, se tomarmos o território descrito por Dampier como um texto, à descrição que faz desse lugar revela suas crenças e posições, seus valores ideológicos e seus interesses políticos etc. (Hall, 2016). O inglês vê a Bahia de um lugar hegemônico, branco, cristão e heterossexual, a partir da ideia de homem ideal iluminista, contribuindo para a criação de um regime de representação em que esse lugar é somente um centro comercial para as metrópoles europeias.

Essa representação influencia a criação de grandes heróis na literatura de língua inglesa, “Seus livros preencheram as imaginações de Jonathan Swift e Daniel Defoe” (Preston; Preston, 2005, p. 17, tradução nossa), instituindo um regime representacional que, ao longo dos séculos, é acessado por muitos outros escritores. Em sua visita a Salvador, Dampier demonstra

seu encanto, em grande parte, por encontrar, desse lado do Atlântico, uma versão especular da Europa.

Ao descrever a cidade, seu deslumbre recai somente sob o que lhe é espelho. Ele é a referência, a régua do mundo. Dampier viu em Salvador uma imagem invertida da Europa do século XVII, com sua arquitetura imponente, economia vibrante, destacando a cidade, sobretudo como entreposto do poder colonial e lugar de enriquecimento fácil para europeus.

Seu relato tem uma organização cronológica, de modo que, ao ler o texto, o leitor constrói também uma espécie de mapa mental do itinerário do corsário. Iniciado com descrições das correntes, do clima tórrido e dos fortes ventos do litoral de Pernambuco, e de seu desejo de chegar logo à Bahia, o diário cria um senso de perspectiva, produz uma ansiedade no leitor. Suas seções são nomeadas com títulos como “Sobre os habitantes [homens brancos da Bahia], e suas commodities” (Dampier, [1699] 2019, p. 33, tradução nossa) e “Ele se aproxima da Baía de Todos os Santos; e porque”. Ao finalmente chegar, na seção “Dos muitos fortes, das estradas, localização, cidade e construções da Bahia”¹ (Dampier, [1699] 2019, p. 41,

tradução nossa), o viajante entrega que não vê a Bahia, vê somente o reflexo do que aqui reflete a cultura europeia: “A Baía de Todos Los Santos fica na latitude 13 graus. Ela é a cidade mais considerável no Brasil, seja em termo de beleza de seus prédios, seu porte, ou ao seu comércio e receitas”² (Dampier, [1699] 2019, p. 43, tradução nossa).

O inglês pouco comenta suas interações com pessoas não brancas e se limita a nomear apenas aquelas que possuem origem europeia, como o Governador, Don John de Lancastrio³, “descendente, como eles dizem, do sangue da nossa família Lancaster; e por esse motivo, ele tem o nosso respeito” (Dampier, p. 381, tradução nossa).

Stuart Hall (2016) analisa como a linguagem estabelece regras que normalizam certos discursos. O que é considerado natural é, na verdade, uma construção da linguagem que reforça significados dominantes. Ao detalhar a diversidade de espécies da fauna e flora da Bahia, ele não apenas fornece dados factuais, mas também constrói um catálogo de potenciais econômicos desse lugar, reduzindo a vida a condição de commodity. Quando não menciona pessoas não europeias em seu relato, Dampier

está excluindo e desumanizando outros grupos étnicos do Brasil. Quando menciona o comércio de produtos como açúcar e tabaco, Dampier não está apenas descrevendo uma realidade econômica, mas também indicando as práticas culturais e as relações comerciais da época, determinando onde se pode lucrar. Sendo assim, seu relato normaliza, na cultura ocidental, a tradição de representar o Brasil e a Bahia como territórios vazios, fartos em commodities, mas destituídos de um povo.

REFERÊNCIAS

DAMPIER, William. *A Voyage to New-Holland*, &c. in the year 1699. London: Printed for James Knapton, 1703.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

PRESTON D.; PRESTON M. *A Pirate of Exquisite Mind: The Life of William Dampier*. Londres: Ed. Corgi Books, 2005.

¹ Of the Several Forts, The Road, Situation, Town and Buildings of Bahia

² Bahia de Todos los Santos lies in latitude 13 degrees south. It is the most considerable town in Brazil, whether in respect of the beauty of its buildings, its bulk, or its trade and revenue.

³ João de Alencastro ou João de Lencastre (Lisboa, 1646 - Lisboa, 1707).

A GERAÇÃO MAPA

Antonella Rita Roscilli

A Geração Mapa foi um dos mais atuantes movimentos do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 do século 20, se propôs a renovação das artes, sobretudo, no Nordeste, inspirando-se, em parte, ao Modernismo de 1922. Surgiu no ano de 1954 no Colégio Estadual da Bahia, conhecido como Colégio Central que, na época, era o mais relevante núcleo de ensino público de Salvador, com um corpo de professores de alto nível, constituído por representantes das tradições humanísticas da Bahia e novos mestres de ideias renovadoras e dinâmicas. Essa simbiose beneficiava os alunos.

O movimento se formou graças a um grupo de estudantes secundaristas, sob a liderança do então jovem estudioso de cinema Glauber Rocha, que ingressou no Central pouco depois de completar 14 anos de idade, e dos também jovens Fernando da Rocha Peres, Calasans Neto, Paulo Gil Soares, Carlos Anísio Melhor, Antônio Guerra Lima e outros.

Eles desejavam “vencer a província sem sair da província”, como dizia Glauber Rocha. Pelo que concer-

ne o contexto histórico-social, é preciso lembrar que já a partir da década de 1940, a gestão liberal de Anísio Teixeira na Secretaria da Educação e Cultura do Estado, no Governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), e as transformações que o Reitor Edgar Santos provocou na Universidade da Bahia, nos anos 1950, com a criação de novas escolas de arte e institutos especializados, começaram a abrir a cidade do Salvador para o mundo. Portanto, os jovens secundaristas do Central, entre os anos de 1954 e 1960, apoiados por outros colegas, sob forte convergência de objetivos comuns, promoveram e realizaram iniciativas culturais inovadoras que marcariam suas presenças em áreas diversificadas como literatura, teatro, cinema, artes plásticas, editoração de livros, jornalismo.

Conforme escreveu o jornalista e poeta Florisvaldo Mattos, “por volta de 1956/57 este grupo borbullava entre o sucesso e o escândalo, com as apresentações de seus espetáculos de poesia dramatizada no auditório do Colégio da Bahia, rotulados de *Jogralescas*”. Tratava-se de encenações teatrais de poemas modernistas produzidos por esses artistas que com tempo se tornaram notáveis em várias áreas da arte.

No grupo houve a presença intensa de Glauber Rocha, junto com Fernando da Rocha Peres, Florisvaldo Mattos, Calasans Neto, Sante Scaldaferrri, Guido Araújo, João Ubaldo Ribeiro e João Carlos Teixeira, o “Pena de Aço na polémica, Pena de Diamante na literatura”, conforme escreveu o poeta Ruy Espinheira Filho. Todos eles se interessavam quem pela literatura, quem pelo cinema, quem pela pintura: “O espírito desafiador do Modernismo galvanizava o interesse de uma turma refrataria ao conservadorismo baiano da época”(Teixeira Gomes, p. 16).

Num primeiro momento, as letras e as artes entraram em agitação, na ânsia de se libertar das amarras do conservadorismo, graças à presença e a ação de jovens artistas plásticos (Mário Cravo Júnior, Carlos Bastos, Jenner Augusto, Rubem Valentim, Carybé e Genaro de Carvalho), ficcionistas e poetas (Carlos Vasconcelos Maia, José Pedreira, Wilson Rocha, Jair Gramacho), muitos deles ligados ao grupo “Caderno da Bahia”/1948-1951, e ainda, Sônia Coutinho, David Salles, Valdeleir Rego, Vivaldo da Costa Lima, espriando-se para outros campos (arquitetura, jornalismo e incursão até na política): tudo ao sopro dos

ventos da nova Constituição de 1946. Foi forte a presença da Geração “Caderno da Bahia”, empenhada em fazer aflorar a ideia estética do Modernismo, cuja plena adoção estava bloqueada há duas décadas na Bahia por um academicismo insensível.

As *tertúlias* se tornariam habituais nos lugares frequentados por intelectuais e bohemiens. Eram então os mais frequentados na cidade de Salvador: a Sorveteria Cubana, ainda hoje na parte alta do Elevador Lacerda; o Bar e Restaurante Cacique, na Praça Castro Alves, mas na época chamada de Largo do Teatro; o Bar Anjo Azul e o Restaurante Porto do Moreira; o Bar Brasil e o Chez Bernard, novidade que se instalara no terraço do Edifício Themis ambos na Praça da Sé; e, às vezes, o Colón, na Piedade.

O movimento ganhou repercussão nacional e esteve na origem da renovação de cinema, música, artes visuais e literatura. Paulo Gil Soares, Ângelo Roberto, Carlos Anísio Melhor, Fred Souza Castro, Antônio Guerra Lima, Anecy Rocha são outros dos nomes que participaram ao movimento. Os sucessos se refletiram diretamente no desenvolvimento da Cidade do Salvador, que, cansada do velho perfil provinciano, começou en-

tão a sonhar-se cosmopolita. Em 1957 surgiu a editora “Macunaíma” patrocinadora de livros artesanais de bela feitura gráfica, em geral a cargo de Calasans Neto, Fernando da Rocha Peres e Paulo Gil Soares. Em 1957 nasceu uma nova Revista literária a que deu o nome de “Mapa”, título de um poema do modernista mineiro Murilo Mendes (1901-1975). Um dos versos, “Viva eu, que inauguro no mundo o estado de bagunça transcendente”, era repetido em alta voz pelo inquieto aluno Glauber Rocha.

O primeiro número da Revista “Mapa” foi publicado com 40 páginas, em julho de 1957, com a direção de Fernando da Rocha Peres, que a idealizou, com capa de Calasans Neto e patrocínio da Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES).

Escreveu-lhe a apresentação o poeta Carvalho Filho, um dos integrantes da Geração Arco e Flecha, que em 1928, através da Revista de mesmo nome, havia implantado timidamente o Modernismo na Bahia. Em 1956 nasceu também a Sociedade Cooperativa de Cultura Cinematográfica “Yemanjá Filmes”, com a qual Glauber dava um passo importante para viabilizar seus ideais.

Logo começariam a surgir, em torrente, livros com o selo das Edições Macunaíma; projetos cinematográficos pela nascente “Yemanjá Filmes”; pinturas, esculturas e gravuras, em galerias de arte que se montavam; variadas peças foram levadas no espaço da jovem Escola de Teatro, dirigida pelo pernambucano Martim Gonçalves; nasceu o SDN, suplemento literário dominical editado pelo “Diário de Notícias”, de Assis Chateaubriand.

Quem publicou com a editora “Macunaíma”, entre outros, foram Vinicius de Moraes e a poeta Myriam Fraga que estreou com o livro de poemas, “Marinhas”, em 1964. Ela não fez parte do começo da Geração Mapa, mas o espírito daquele grupo, caracterizado por trocas intelectuais, solidariedade, sonhos e fortes ideais deixaram marcas na sua expressão poética. Foi a Geração Mapa que despertou em Fernando da Rocha Peres o interesse pela poesia: os encontros o levaram ao convívio com autores como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e José Midlin. Em coautoria com Drummond, entre outros, Fernando lançou, em 1983, o hoje raríssimo “Louvação Poética a Pedro Nava”.

O movimento influenciou muito o artista plástico soteropolitano, de origens italianas, Sante Scaldasferri (1928-2015), que foi assistente da arquiteta italiana Lina Bo Bardi, fundou com ela o Museu de Arte Moderna da Bahia no Solar do Unhão e participou, como cenógrafo e ator, das iniciativas pioneirísticas de Glauber Rocha e do seu Cinema Novo, movimento baseado no Humanismo e valorização da raiz da arte popular, expressado em linguagem influenciada pelo Neorealismo italiano e pela Nouvelle Vague francesa. Portanto, foi a Geração Mapa que impulsionou o nascimento do Cinema Novo, como também o da Tropicália, movimento cultural de contracultura que surgiu no Brasil na década de 1960, e teve representantes na música, no teatro, cinema e artes plásticas, procurando renovar o cenário cultural brasileiro denunciando a realidade política e social do Brasil.

REFERÊNCIAS

FRAGA, Myriam. *Marinhas*. Salvador: Macunaíma, 1964

MATTOS, Florisvaldo. *La Geração Mapa di Salvador Bahia: poesia in tempi di boemia letteraria*. Disponível em: Sarapegbe, A. I, n. 4 (ott.-dic. 2012). <https://www.sarapegbe.net/articolo.php?quale=77&tabella=articoli>

[php?quale=77&tabella=articoli](https://www.sarapegbe.net/articolo.php?quale=77&tabella=articoli) Acesso em: 20 maio 2024

MENDES, Murilo. *Poesia libertà*. Firenze: Sansoni, 1971

ROSCILLI, Antonella Rita. *La poetica di Fernando Rocha Peres*. Disponível em: Sarapegbe, A. VII, n. 15 (gen-dic. 2018). <https://www.sarapegbe.net/articolo.php?quale=209&tabella=articoli>. Acesso em: 3 jun. 2024

ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

TEIXEIRA GOMES, João Carlos. *Geração MAPA*. Salvador: FB Publicações, 2019.

A PENNA

Gilfrancisco

Jornal que circulou na cidade de Caetité-Bahia, entre os anos de 1897-1946. Junto a outras publicações da sua tipografia como: O Arrebol, O Caetité, Lux, O Dever, Evolução, A Voz da Pátria, O Lápis, Do Comércio, todos esses jornais, disponíveis no acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité, graça à doação da filha de Gumes, Heloisa Gumes Portella.

A Penna circulou pela primeira vez a 5 de março de 1897, sendo o primeiro jornal do Alto Sertão e segundo do interior baiano. Surgiu inicialmente em quatro páginas, depois

ampliadas para seis, que eram compostas pelo editorial, artigos de fundo, editais, coluna social, notas diversas, formato Standard.

Em 1923 João Gumes (1855-1930) registrou:

Quando fundamos A Penna em 1897 dissemos que considerávamos a imprensa um dos mais importantes fatores de progresso social (...). Avançamos afoitamente essa proposição (...). Mas tarde, porém, a rude experiência, o cansaço, o arrefecimento do primeiro entusiasmo, fizeram-nos compreender que a imprensa só poderá medrar e concorrer para o progresso só poderá produzir fruto abundantes, quando colaborarem com a sua ação, outros elementos de uma ponderabilidade incontestável que a princípio não podíamos perceber. Caímos na luta que se travou entre a nossa frágil vontade e os mil obstáculos que se opuseram à vista e desenvolvimento da A Penna (...).

Seu fundador, João Antônio dos Santos Gumes, foi um escritor, rábula, jornalista, pesquisador, que por sua produção intelectual e inovadora, tem despertado alguns estudos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

A PENNA, n. 01. Caetité: Tipografia de João Gumes. 1897.

A SEÁRA DE RUTH (1911)

Gilfrancisco

No primeiro número de 1º de julho de 1911, repositório de preciosos estudos e comentários como os artigos de Henri Lichtneberg e Philes Lebés-gue, Abel Botelho, autor do *Prospero Fortuna* e do *Livro de Alda*. Com esse título delicado e essencialmente poético, foi lançado na capital bahiana o primeiro número da revista A Seára de Ruth, dirigida pelo escritor Almachio Diniz (1880-1937), que se destina a propagação da literatura, das ciências, das artes e da política. O título homônimo é uma homenagem ao livro Seára de Ruth, de contos, autoria de Aselmo Ribas (Coelho Neto), publicado no Rio de Janeiro, Edição de Domingos Magalhães, 1898. A nova publicação contava com a colaboração de escritores brasileiros e estrangeiros.

O nº 18, de outubro de 1911, do semanário é uma homenagem que o corpo redacional da revista literária, presta ao talentoso diretor, Almachio Diniz. Formado em Direito e professor da Faculdade Livre de Direito da Bahia, foi jornalista e escritor, autor de mais de cem obras publicadas, versando sobre literatura, direito, história e outros temas: Ensaios Filosóficos; Pavões; Zoilos e Estetas; O Diamante Verde; A carne de Jesus; Bordas Ne-

gras. Almachio Diniz foi o Presidente de honra da Academia Bahiana de Letras, entidade formada em 1911. O número 21 foi publicado versos de Altamirando Requião. Temos registro de que A Seára de Ruth ainda circulava em novembro de 1911, com o nº 22.

REFERÊNCIA

REVISTA DO BRASIL, ano VI, Bahia, n. 13. de 15 de novembro de 1911.

A TRIP ON THE RIO SÃO FRANCISCO: A BAHIA DE ELIZABETH BISHOP

Tiago Barbosa da Silva

Em maio de 1967, Elizabeth Bishop decidiu realizar uma viagem pelo Rio São Francisco, seguindo o itinerário que, um século e meio antes, havia sido trilhado por Richard Francis Burton, escritor, famoso viajante inglês, cujos diários, como *The Highlands of the Brazil*, era leitora. No dia 29, ela chegou a Pirapora, Minas Gerais, onde o rio se tornava navegável, para uma viagem de nove dias, acompanhada por outros turistas e pelo guia Maurício, até um ponto entre Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. Em um texto nunca

concluído, *A Trip on the Rio São Francisco*, a poeta relatou sua experiência de travessia pela Bahia no barco Veneslau Brás, nomeado em homenagem ao ex-presidente do Brasil.

No relato, como é característico em seu trabalho, Bishop observa, minuciosamente, os detalhes da embarcação e do espaço, sobrepondo informações e textos de outros viajantes e de outros relatos às suas impressões. Além de citar Burton, particularmente quando fala da Cachoeira de Paulo Afonso, que nunca chegou a visitar, Bishop usa também descrições do guia *Quatro Rodas*, seu “único livro-guia confiável”, que acabara de publicar uma matéria sobre o São Francisco para, a partir do choque entre diferentes versões, construir a sua própria Bahia:

Nosso barco chamava-se Veneslau Brás. Ele foi presidente do Brasil no tempo da Primeira Guerra Mundial, e, de acordo com o que ouvi, um bom presidente. Mas nosso barco, que tinha uns setenta anos, deve ter tido, no mínimo, um outro nome anterior. Foi construído nos Estados Unidos e, a princípio, usado no Amazonas. Dizem que existem dezessete desses vapores ainda em uso no São Francisco, mas vi apenas quatro deles durante a viagem e não faço ideia do paradeiro dos outros. Existem também algumas lanchas a diesel e dois rebocadores,

aqui chamados ‘empurradores’ (Bishop, 1967, p. 5, tradução nossa).

Do barco, Bishop observa a paisagem, as pessoas e seus hábitos, os elementos geográficos e os animais. Os lugares e os meios de transporte são ocupados, em momentos distintos, por bichos e por pessoas, ou *vice-versa*, numa estratégia que, ambivalentemente, humaniza os bichos e desumaniza as pessoas. Impressionada com a pobreza que viu, com a experiência que parecia não se dissipar, Bishop, no começo do relato, fala da impossibilidade de retirar o sedimento de suas roupas, que só foram lavadas quando chegou a Salvador. A cor da água da lavagem ganha destaque, já que é representativa da permanência resistente do barro, que caracterizaria não somente a água do rio em si, mas tudo ao redor – tudo teria sua cor:

Mesmo depois de duas lavagens com Flocos LUX – Indispensável e de vários enxágues, a última água ainda estava amarelo-amarronzada como a cor das águas do rio, ou talvez um tom mais claro, e dois tons mais claras que a maior parte dos bancos de lama nas margens, secos nesta estação. Essa era também a cor da maioria das roupas que eu vi, estendidas ao longo de aproximadamente mil e quinhentos quilômetros em cada uma das margens; a cor de muitas pessoas, da maioria das casas e de

tudo mais – cavalo, cão, porco, galinha, casa, igreja ou coreto, que haviam nascido brancos, ou que no início haviam sido pintados de branco. (Bishop, 1967, p. 1, tradução nossa).

Já em Salvador, ao fim da viagem, em 8 de junho de 1967, Bishop escreve uma carta para *May Swenson*, na qual, dentre outras coisas, diz que está viva. Brevemente, menciona a produção de um artigo a respeito da experiência ao longo do rio, certa de que o finalizaria e o venderia para alguma revista norte-americana. Assim, a poeta sintetiza a experiência:

Pois bem (em linhas gerais), peguei um vapor com roda à popa (construído nos Estados Unidos há setenta anos) e desci o rio São Francisco – centenas de quilômetros, rumo ao norte, atravessando o interior. [...] Nunca vi tanta miséria. Imagino que a Índia seja muito pior, mas Deus me livre de ir lá [...] Não mencione estes comentários, por favor! A L. gosta muito das suas cartas, e esse tipo de coisa deixa os brasileiros muito tristes e zangados, o que é compreensível. Mas eu vou ter que falar nisso no meu artigo (Bishop, 2012, p. 509).

Na mesma carta, Bishop diz: “teria desistido se fosse possível voltar atrás. Depois começou a melhorar – e agora, em retrospecto, e tendo passado três dias colocando tudo no papel, gostei de ter feito o que fiz” (Bishop, 2012, p. 509). Ao registrar suas im-

pressões sobre a Bahia, Bishop constrói imagens poéticas e descritivas sobre o lugar e sua cultura, com destaque ao que lhe parece exótico, em um alinhamento com outras narrativas filtradas por outros olhares estrangeiros. A Bahia que surge do relato é uma Bahia árida, elaborada a partir de um olhar exotizante, enviesado e irônico, que focaliza, sobretudo, naquilo que entende como pobreza. O resultado da descrição da viagem é a construção, como é típico nas literaturas de língua inglesa, de um Bahia, de um *Brazil*, malfeito e inacabado, onde nada é o que parece ser.

REFERÊNCIAS

MILLIER, B. C. **Elizabeth Bishop: life and the memory of it**. Berkeley: University of California Press, 1993.

BISHOP, Elizabeth. **Uma Arte**: as cartas de Elizabeth Bishop. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BISHOP, Elizabeth. **A trip on the Rio São Francisco**. [1967]. Vassar College, Special Collections, Elizabeth Bishop, Folder 55.4, 8p. (Inédito).

ACADEMIA BAHIANA DE LETRAS

Gilfrancisco

Na sessão inaugural da Academia Bahiana de Letras, realizada em 1911, o escritor Xavier Marques (1861-1942) pronunciou um magistral discurso que teve publicação somente em 1918, na revista *Bahia Ilustrada*, Ano 2, nº5, abril. Vejamos um trecho:

“Conforme o programa traçado para esta solenidade pelo insigne mestre que preside aos nossos trabalhos, cumpre-me dizer algumas palavras acerca da utilidade da Academia de Letras.

Haveria aí matéria para interessante, erudito, longo discurrir, e até com algum jeito, que me falta, de ser modesto sem melindrar a ineficiência dos estranhos, seria azada ocasião de entoar o nosso próprio louvor.

Posto que assim seja, e dado que me assistisse atento para tal discurso, julgo bastante a concisa letra do texto que regula a existência desta associação como testemunho do seu grande prestígio e penhor da sua virtual influência no meio em que vem auspiciosamente surgindo.”

Em 9 de fevereiro de 1913, a Academia Bahiana de Letras (ABL)

realizou, conforme seu Regimento, a eleição para a renovação de sua diretoria composta por Presidente: Affonso Costa; Vice-Presidente: Rosendo Filho; 1º Secretário: Altamirando Requião; 2º Secretário: Sílio Boccanero Neto; Tesoureiro: Deraldo Neville. Dentre as comissões foram eleitos, Comissão de Publicismo e Crítica: Almachio Diniz, Altamirando Requião e Santos Moreira; Comissão de História e Biblioteca: Bernardino de Souza, Affonso Costa e Anísio Melhor; Comissão de Finanças: Guimarães Cova, Cicero Mendes e Astério de Campos. Na mesma sessão, o presidente fez constar a apresentação da candidatura do presidente honorário da Academia, Almachio Diniz, à vaga de Aluísio Azevedo na Academia Brasileira de Letras, propondo que, por um ato de justiça, a Academia Bahiana de Letras apoiasse com louvores esta candidatura, do que se lavrou a moção por todos assinada.

Em abril, para o concurso aberto pela Academia Bahiana de Letras, a fim de ser publicada pelo “Centro de Publicações” uma obra semestral, concorrem os acadêmicos: Altamirando Requião com o livro *Esgares e Nevroses*; Santos Moreira com *A Biboca*, Sílio Boccanera Neto com *Passional*

e *Affonso Costa com Poetas* e a evolução da poesia na Bahia. Em agosto, uma Comissão da ABL formada por Sílio Boccanera, Astério de Campos e Altamirando Requião, em prol do teatro e das artes, encaminha ao deputado Angelo Dourado, fundamenta uma “Representação”. O deputado discursa na Câmara do Estado em sessão de 5 de julho de 1914, ou seja, quase um ano depois.

Seguem os nomes de alguns membros da Academia: Francisco Torquato Bahia da Silva Araújo; Roberto Correia; Eugênio de Figueiredo Lima; Altamirando Requião; Santos Moreira; Cicero Mendes; Bernardino José de Souza; Castro Rebello Junior; Rodolpho Leite e outros. Agora a lista dos sócios correspondentes da Academia: Pará – Humberto de Campos; Maranhão – João Lima; Pernambuco – Maria Linhares e Domingos Fonseca; Rio Grande do Norte – Tercio Rosado; Sergipe – Prado Sampaio; Rio – Gustavo Santiago e Coelho Neto; São Paulo – Durval de Moraes e Garcia Redondo; Rio Grande do Sul – Raul F. Boccanera; Suécia – Goran Bjockman; Espanha – D. Jayme Solá; Argentina – Arolpho Carranza; Colômbia – Adolfo Leon Gomes. (GF).

REFERÊNCIA

BAHIA ILUSTRADA. Discurso de Xavier Marques. Salvador: Ano 2, n. 5, abr. 1918.

BAHIA ILUSTRADA. Hora literária dos Novos. Salvador: Ano 2, n. 10, 1918.

ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS

Gilfrancisco

A primeira dessas Academias, a Brasília dos Esquecidos, fundada em 1724 na Bahia, por Vasco Fernandes César de Meneses, revela desde o nome o propósito de lembrar a Portugal o fato de terem sido esquecidos na organização da Academia Real da História Portuguesa em 1721, pois havia na época no Brasil, quem se interessasse pelas coisas do espírito. Como escreveu José Veríssimo “apesar da origem oficial, e de serem um arremedo, havia um sentimento de emulação com a Metrópole, e, portanto, um primeiro e leve sintonia de espírito local de independência”. Foi criada para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercícios literários estavam como desconhecidos e determinou instituir uma academia.

Constituiu-se com 40 sócios numerários, residentes em Salvador:

Pe. Gonçalo Soares da França, que se crismou de Obsequioso, o desembargador Brito e Figueiredo, Nubiloso, o juiz de fora Inácio de Barbosa Machado, Laborioso, o ouvidor Luís de Siqueira Gama, Ocupado, o Cel. Sebastião da Rocha Pita, Vago, o capitão João Brito de Lima, Infeliz e José da Cunha Cardoso, Venturoso, e outros literatos. Além dos supranumerários, espalhados pelas outras capitanias e até pela Europa: entre estes, que iam a 115, estavam Claudio Manuel da Costa, Frei Gaspar da Madre de Deus, Frei Domingos do Loreto Couto, João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho.

INTRODUZ, E ERIGE HUMA ACADEMIA EM PALACIO, COM O TÍTULO DE ACADEMIA BRASÍLICA

DOS ESQUECIDOS - A nossa Portugueza America, (e principalmente a Provincia da Bahia) que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália, e Grecia, não se achava com as Academias, introduzidas em todas as Repúblicas bem ordenadas, para apartarem a idade juvenil do ocio contrario das virtudes, e origem de todos os vicios, e apurarem a subtileza dos engenhos. Não permittio o Vice Rei, que faltasse no Brasil esta

pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates, que o das suas Minas. Erigio huma doutíssima Academia, que se faz em Palacio na sua presença. Derão-lhe fórma as pessoas de mayor graduacão, e entendimento, que se achão na Bahia, tomando-o por seu Protector. Tem presidido nella eruditissimos sogeitos. Houverão graves, e discretos assumptos aos quaes se fizerão elegantes, e agudissimos versos; e vay continuando nos seus progressos, esperando, que em tão grande protecção se dem ao Prélío os seus escritos, em prêmio das suas fadigas.

Apesar de somente ter realizado dezoito sessões, sendo que a última ocorreu em dezembro de 1725, legaram: *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, impressa em 1730, e pelo menos as seguintes *Dissertações inéditas guardadas no Mosteiro de Alcobaca: Sobre as coisas Naturais do Brasil*, de Brito e Figueiredo; *Crítico-Jurídico-históricas da guerra brasílica*, de Barbosa Machado; e da *História Eclesiástica do Brasil*, de Soares da França. Ao mesmo tempo em que realizavam estudos históricos, as academias praticavam exercícios literários, mas quase todos de mau gosto. Por exemplo, o tema do soneto de Rocha

Pita: uma dama que sendo formosa não falava por não mostrar a falta que tinha de dentes.

Já José da Cunha Cardoso, secretário da Academia, é poeta de versificação mais fácil e fluente entre todos os que figuram nos manuscritos dos Códices desta Academia —manuscritos da Academia Brasílica dos Esquecidos, três grossos códices que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cunha Cardoso metrificava com desenvoltura e erudição, sendo homem de cultura humanística e firme elegância barroca. É das figuras mais notáveis dos Códices dos Esquecidos.

Outro membro de destaque, foi Gonçalo Soares da Franca, filho de Luís Barbalho de Negreiros e D. Luísa Corte-Real, nascido na Bahia em 1676. Estudou no Colégio dos Jesuítas e foi sacerdote do hábito de São Pedro, bem como vereador em 1701 e 1708. O poeta foi um dos vultos mais notáveis da Academia, tendo recebido o encargo de redigir a *História Eclesiástica do Brasil*. Satírico, participou como supranumerário, da Real Academia da História Portuguesa. Suas obras poéticas encontram-se reunidas na *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado. Varnhagen publicou dele uma glosa

a oitava de Camões e um soneto retirado do *Breve Compêndio e Narração*, publicado em 1709.

Destaca-se ainda João de Brito e Lima, que nasceu na Bahia em 22 de outubro de 1671, filho de Sebastião de Araújo Sampaio Lima, tenente-general de artilharia e alcaide-mor da Bahia, e de D. Ana Maria da Silva. Cursou humanidades em Salvador, foi vereador algumas vezes e capitão de infantaria dos Auxiliares. João de Brito foi um dos poetas baianos que mais versos conseguiram imprimir, pois arcavam com os gastos da publicação. Sua obra impressa, apesar de ter iniciado quando este tinha 50 anos de idade, consta: *Aplausos Natalícios* (1718); *Poema Festivo*, in *Coleção de Várias Poesias* (Lisboa, 1729), *Poema Panegírico* (1742). Varnhagen republica em seu *Florilégio*, seis de suas poesias. João de Brito e Lima é poeta bem representado nos *Códices dos Esquecidos*, foi o terceiro poeta brasileiro a ter seus textos publicados, precedido apenas por Manuel Botelho de Oliveira e Rocha Pita. O poeta faleceu em 1747.

REFERÊNCIA

CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)* – volume I / José Aderaldo Castello. 1ª ed. 1ª

reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS (1759)

Gilfrancisco

Antes mesmo de o Brasil tornar-se uma nação independente, eruditos reuniram-se na cidade de Salvador (Bahia) para fundar a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (1759) com intenção de escrever a história da América portuguesa. A Academia Brasílica dos Renascidos, agremiação fundada em 6 de junho de 1759 na Bahia, surge como sucessora da Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em 1724, que deu ensejo para a retomada, muitos anos mais tarde, da ideia de fundação de uma agremiação que fosse responsável pela História do Brasil, a Academia Brasílica dos Renascidos.

Essa agremiação foi inaugurada em sessão festiva (que durou uma tarde e uma noite) no templo dos religiosos Carmelitas Descalços. Entre seus sócios, contou-se ainda o nome de Frei Gaspar da Madre de Deus o nº 40. O historiador Alberto Lamego reuniu documentos da fundação e atividades e publicou, em 1923, “Aca-

demia Brasília dos Renascidos”. Dentre esses documentos há o anúncio da descoberta de uma carta do rei Pedro II de Portugal, datada de 20 de maio de 1673 segundo Lamego, pelo qual Diogo Gomes Carneiro fora nomeado cronista-mor do Brasil.

REFERÊNCIA

CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)* – volume I / José Aderaldo Castello. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*/ Massaud Moisés. São Paulo: Editora Cultrix.

AFOXÉ FILHOS DO CONGO

Cristiano Santos Machado

Trabalho Social

A história do Afoxé Filhos do Congo está intimamente ligada à história de Ednaldo Santana dos Santos, conhecido como Nadinho do Congo. Em meados da década de 70, Ednaldo, então cofundador do Bloco Fantástico decide romper com os sócios, ansiando criar uma associação que estivesse ligada ao carnaval, mas que também visasse o trabalho social junto à comunidade.

Ednaldo procura seu amigo Apolônio que lhe entrega uns livros de história, entre uma leitura e outra ele decide que sua associação seria uma homenagem aos africanos sequestrados da África, escolhendo o Reino do Congo como a região homenageada, após decidindo o nome da associação como Os Filhos do Congo ele, Ednaldo passa a ser conhecido como Nadinho do Congo.

“Um tempo mais tarde um babalorixá, apresentado por Pierre Vergé lhe conta que a história dos Filhos do Congo na verdade trata-se de uma continuação de uma associação que começa nos anos 20 na região do Di-que do Tororó” (fonte oral), pelo babalorixá e estivador conhecido como Velho Rodrigo. Com sua morte, o bloco teve as atividades suspensas e ressurgiu sob a liderança do seu filho, conhecido como Salvador, entre 1946 e 1949. A representação Ancestral da Associação ganha uma robustez ainda maior já que a partir daquele momento a ideia de legado, memória e continuidade passam a fazer parte da História dos Filhos do Congo.

Há cerca de 30 anos, Os Filhos do Congo sai do Curuzu e vão para Boca da Mata, local que permanece atualmente, lá criando uma série de projetos com a comunidade e escolas

da região de Cajazeiras, que vão de cursos profissionalizantes, em parceria com o SEBRAE tendo como foco Mulheres Pretas e o público LGBTQA+, palestras e cursos em escolas em parceria com a SEC - Ba, sempre tendo como pano de fundo a ressignificação do ser Preto (a), discutindo os vários tipos de racismo, trabalhando o empoderamento, auto estima, empreendedorismo da pessoa Preta em nossa comunidade dentre outras ações que são demandas do dia a dia oferecidas à comunidade da Boca da Mata.

Em parceria com o IPAC, Governo Estadual e Federal, O afoxé Filhos do Congo desenvolveu um jogo chamado “Cafunjerê”, que é apresentado como “um Jogo de Tabuleiro”. Pensado para que você possa conhecer sobre patrimônio cultural, essa primeira edição traz como temática a história e a cultura dos afoxés. Esse é mais um dos projetos que vinculado aos Filhos do Congo na proposta de transbordar o horizonte do carnaval e tratar de questões sociais.

Nas redes sociais é assim que a Associação se apresenta: “Em 1979, ressurgiu o atual afoxé Filhos do Congo, constituindo-se numa associação cultural e recreativa que desfila todos os anos no carnaval de Salvador, des-

de sua recriação. Os Filhos do Congo estão sediados no bairro de Cajazeiras, onde desenvolve atividades sociais e culturais diversas, atuando na educação e orientação de jovens desta comunidade, principalmente daqueles em estado de risco social. O afoxé constitui uma das manifestações culturais mais longevas do carnaval da Bahia, suas origens remontam o século XIX e é marcante na história de luta e resistência cultural do povo negro. Sua trajetória, significados e sobrevivência são responsáveis pelo carnaval participativo e exportador de cultura que se desenvolveu na Bahia. O carnaval baiano evoluiu do entrudo, espécie de brincadeira coletiva na rua, na qual os participantes atiravam água uns nos outros e, às vezes, detritos. Proibido em 1853, tentou-se sua substituição pelos bailes à fantasia. Estes bailes eram divertimento das elites e uma tentativa de implantar uma cultura de matriz ocidental urbana no Brasil; mas grupos negros tomaram conta das ruas “.

Carnaval

Nadindo, que assume várias funções dentro da Associação, como a de Vice-presidente, consultor jurídico, atua também na formação do

corpo de percussão, que tem como presidente Lindinalva Silva, formada em Administração de Empresas, é empresária, é vinculada a projetos que discutem a situação da Mulher Preta na sociedade e é a primeira mulher que assume a presidência em toda a existência dos Filhos do Congo, como presidente formou uma diretoria composta em maioria por mulheres e por jovens, segundo a própria, apostando na visão da juventude e assegurando as raízes para o futuro da associação.

Juntos, Nadinho e Lindinalva demarcam uma assinatura no carnaval de Salvador muito voltada para as personalidades negras que deveriam ser conhecidas ou reconhecidas, personalidades que remontam à História do Brasil colônia aos dias atuais.

Uma das marcas da associação é o pano dos trajés, é nele que passam as homenagens, também demarca as cores do afoxé, cores essas que estão relacionadas às cores dos Orixás, segundo o próprio fundador, Nadinho do Congo. Da música a história que os seus panos contam são parte da memória contada e preservada entre os associados e os que vão aos ensaios que acontecem aos domingos em sua sede, na Boca da Mata, que compõe o conjunto de bairros das Cajazei-

ras. No CD do último carnaval, toda a compreensão artística, o título e o nome das músicas estão voltados para a preservação da memória da cultura afro-brasileira, trazendo pautas que incluem: racismo, Candomblé, diáspora, cultura, espaços geográficos.

O título e as músicas estão escritas em caixa alta no CD, que tem como inscrição “A nossa sobrevivência é nossa história”, com as seguintes músicas: Sou de Nanã; Diga não ao racismo; Cachoeira história viva; Azeite de dendê; Memórias vivas da diáspora; Filhos da mata; Quem não viu; A longa jornada do azeite; Canto para Oxalá; Ogum quem mandou chamar; Falares africanos na Bahia; Abram alas para o afoxé; Festa de caboclo; Canto para Xangô; Pout porri- Homenagem a Badauê; Olorum Baba Mi e Você sabe a cor de Deus (Branca de Neve).

No carnaval deste ano, a homenagem foi Tereza de Benguela, chefe do Quilombo do Quariterê que ficou à frente do quilombo por duas décadas, após o assassinato de seu esposo, José Piolho.

REFERÊNCIAS

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hSU_0sUTY-8 Afoxé Filhos do Congo - Documentário: Ijexá - Patrimônio

Imaterial do Nosso Povo, acessado em: 01/05/2024.

BARBOSA. Magnair, Cafunjerê / Magnair Barbosa.1. ed. Recife: Gráfica Liceu, 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/filhosdocongo/> acesso em: 01/05/2024. Disponível em: <https://diaspora.black/experiences/692/afoxe-filhos-do-congo> acesso em: 01/05/2024.

Santos, Ednaldo Santana dos. Ednaldo Santana dos Santos: depoimento [mai. 2024]. Entrevistador: Cristiano Santos Machado. Bahia: Salvador – Ba, 2024.

ALVORADA (1947)

Gilfrancisco

Levados por um acentuado interesse e entusiasmo pelas letras, dois jovens acadêmicos do curso de Direito, Waldir Freitas Oliveira e Nilton Vasco da Gama, lançam em outubro de 1947 o único número da revista *Alvorada*, que segundo seu editorial, “Aos leitores”, justificavam o motivo da existência da revista:

Surge uma revista. Aos olhos do habitual freguês da banca de jornais, uma revista nova aparece, em meio das antigas, já suas conhecidas.

Por curiosidade, toma-a entre as mãos e põe-se a folheá-la; e nota, desde então, que ela não é uma revista cheia de fotografias, repleta de reportagens sensacionais; que os nomes que subscrevem os artigos ali contidos, são, na sua maioria, desconhecidos.

E, depositando-a na prateleira donde a retirou, escolhe uma outra, já conceituada, paga e afasta-se. Este, infelizmente, é o destino quase que certo, de toda revista nova, que surge, visando, antes de tudo, as letras.

Mas, apesar de tudo isto, embora conheçamos a realidade dos fatos, propusemo-nos, moços que somos, olvidar estas cousas, esquecer as tristes experiências de outras revistas que surgiram e desaparecem; e entregamos agora, ao público, o primeiro número de *Alvorada*, que é a concretização de um sonho de jovens idealistas que nela confiam, e que, pela sua sobrevivência, estão dispostos a lutar.

Um nome grandioso e eloquente, escolhemos, ao menos, pois, na denominação, a revista apresenta qualidade.

Os nomes de quaisquer organizações devem exprimir algo dos seus possuidores. E não foi em vão, ou sem motivo, que batizamos nossa revista com o nome – *Alvorada*.

O homem, desde os princípios do mundo, olha a alvorada com esperança e carinho; ela significa sempre, o início de um novo dia, o começo de um novo período de tempo, em que novas cousas poderão surgir, em que novos fatos poderão advir.

E de fato, esta revista surge aos nossos olhos, como a luz, que aos últimos momentos da noite, vai surgindo, tímida, débil, para ir, a pouco e pouco, fortalecendo o brilho, aumentando de intensidade, dominar o firmamento, expulsando dele, as trevas da última noite, em iniciando uma nova jornada.

Uma finalidade precípua de *Alvorada* é cultivar as letras; um objetivo visando, antes de tudo; - apresentar à Bahia, seus filhos desconhecidos.

Existe uma imensa geração moça, valorosa e inteligente, que sofre por não conseguir demonstrar o quanto vale. Oferecemos

nossas páginas a estes valores ocultos, iremos desvendá-los aos olhos dos leitores da Boa-Terra; tiraremos do abismo do desconhecido estes valores e iremos expô-los, à luz do sol, com toda a sua magnificência. *Alvorada* será a revista dos moços da Bahia; será o garimpeiro de valores da geração nova da terra de Castro Alves.

Confiamos nos leitores; esperamos deles, o estímulo tão necessário àqueles que começam; e, finalmente, a eles entregamos confiantes e decididos, a nossa revista.

A revista *Alvorada* apresentava um formato de 29,5x21,5, 36 páginas numeradas, Capa de Vasco da Gama (sobre retrato de Machado de Assis, desenho à nanquim de Presiliano Silva, estampado originalmente no jornal de Ala, nº 4, Salvador, maio, 1939). Expediente: Diretores – Waldir Freitas Oliveira e Nilton Vasco da Gama. Secretário: Adalberto Pacheco Fiuza. Colaboradores: Silvio Valente, Felipe Nery, Lavínia Machado, Eurico de Freitas, Aracy Muricy, Natur de Assis, Washington Bolivar de Brito, Maria Tereza Franco Ferreira, Edla Rego Sampaio, Antônio Carlos Barbosa, Israel Pereira Rebouças, José Vieira Nascimento, Adalmir Miranda, Antônio Gabriel Atta, Waldemar Staffa, Antônio Clodomir de Souza e Silva, Fernando Tourinho Filho, Evaldo Solano Martins, Raimundo Reis Oliveira e Newton Quadros Cairo.

Em 1997, a Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Conselho Estadual de Cultura e EGBA publicam uma edição fac-similar da revista *Alvorada*.

REFERÊNCIA

ALVORADA, n. 1. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia — Conselho Estadual de Cultura, n. 1, 1997.

ÁRCADE

Gilfrancisco

O grupo surge no final dos anos vinte (1928-1932), organizado por Néelson Carneiro, Amarílio Arnaldo Beijamin, Aderbal Gonçalves, Valdomiro Lins de Albuquerque, Fausto Penalva, Fernando Costa e Fernando Alves Dias. Este grupo funcionou durante todo o período acadêmico dos integrantes, até a conclusão do curso de Direito, em 7 de março de 1932. O grupo *Árcade* foi um núcleo de estudos, de debates, de confraternização e amizade, criado por jovens de ideias e de esperanças, que se instalou na residência de Aderbal Gonçalves.

REFERÊNCIA

ALVORADA. Salvador, nº 1 outubro de 1947. Edição Fac-similar. Salvador, outubro de 1997.

ARCO & FLEXA

Gilfrancisco

A revista “Arco & Flexa” (1928-1929), mensário de cultura moderna: letras, artes, ciências e crítica, teve rápida duração. O periódico apresenta um formato de livro, medindo 23X16 cm, sendo a mancha de 16X11,5 cm., com indicação de página. Obedecendo ao espírito moderno, o periódico trouxe material com um bom acabamento e cuidadosamente elaborado por seu diretor, Pinto de Aguiar, cuja redação ficava em sua própria residência, Rua Santo Antônio, 104.

Seu primeiro número aparece em novembro de 1928, contendo sessenta e seis páginas; o número 2/3 (número duplo), dezembro, 1928, janeiro, 1929, setenta páginas e o último volume também duplo, 4/5, setenta e sete páginas, lançado neste mesmo ano, sem indicação do mês. A revista era impressa pela Nova Gráfica da Bahia, e a escolha do título, Arco & Flexa, dava um caráter de nacionalismo brasileiro.

O grupo inicial era formado por Eurico Alves, Carvalho Filho, Hélio Simões e Pinto de Aguiar, que dirigia o periódico e realizava as reuniões em sua residência – Santo Antônio Além do Carmo. Também habitualmente se

reuniam no Café das Meninas, onde se propunham o grupo a introduzir o modernismo na Bahia, sem, todavia, abandonar o passado que tinha no parnasianismo a sua linguagem poética dominante. Na verdade a revista não refletia o que habitualmente se considera um grupo literário, uma vez que eram flagrantes as diferenças de cultura e de sensibilidade manifestadas pelos que nela colaboravam.

Por exemplo, Carlos Chiacchio oriundo da Nova Cruzada, se colocará como crítico e teórico na revista “Arco & Flexa”, procurando acertar o passo com as inovações, tentando ligar-se a Festa, do Rio, e a Verde, de Cataguases-Minas. Mas a forte carga de uma tradição oprimia consideravelmente o próprio líder do grupo, que trouxe consigo antigos neo-cruzados como colaboradores: Arthur de Salles, Roberto Correia e Silva Campos.

Chiacchio foi um dos colaboradores da revista “Festa”, com o artigo “Modernistas e Ultramodernistas. A Reação Subjetivista Brasileira”, publicado anteriormente em 13 março de 1928, no jornal A Tarde. O artigo se refere à “mentalidade baiana”, que se opõe a qualquer tipo de inovação, atitude que tem um aspecto positivo, que é o de preservar a tradição brasileira. Contudo o autor se queixa do silêncio da Bahia diante das inovações literá-

rias, sobretudo as do Rio e de São Paulo. Refere-se elogiosamente do movimento realizado pelo grupo de Festa. Outros membros da revista “Arco & Flexa”, colaboram em “Festa”: Arthur de Salles, Carvalho Filho, Eugênio Gomes, Godofredo Filho e Ramayana de Chevalier.

Carlos Chiacchio também aparece na revista “Verde”, nº 1 (segunda fase), número em homenagem ao poeta Ascânio Lopes (1907-1928), com o artigo “O Mal do Parnasianismo. Três Poetas”. É um estudo crítico dos livros de três poetas: Roberto Gil, do Rio, Verbo das Sombras; Ernesto de Albuquerque, de Pernambuco, Intermundios; e Rosário Fusco, de Minas, Fruta de Conde.

A revista “Arco & Flexa” traz em seu primeiro número um artigo manifesto, “tradiccionismo dinâmico”, assinado por Carlos Chiacchio, que não significa a ideia do grupo, e sim de um dos componentes deste orientador e patrono. O artigo propõe a renovação da literatura na Bahia, libertação das influências européias e lançamento da ideia do “tradiccionismo dinâmico”. De qualquer forma estes propósitos serviram de ponto de partida, não só para os jovens integrantes de Arco & Flexa, bem como para eventuais colaboradores. Vejamos um trecho do manifesto:

Não há povos sem tradição. O próprio sentido de viver é uma tradição. Se viver é continuar, é permanecer é transmitir. A vida nacional de cada povo na vida universal de cada época. Quanto a nós, não sei como desconhecer uma tradição, uma vida, uma continuidade. Belas, ou feias, boas ou más, tristes, ou alegres, as origens da nossa tradição, resultante somático de três raças unidas no momento em que cresciam para o desejo da mortalidade, não há que repudiá-las em nome de outras probabilidades de beleza, que podem existir, como existem, para outros povos, mas, para nós, não têm préstimo, porque contrarias às leis do nosso desenvolvimento na história. Sente-se que a resistência as inovações da cultura, nas suas várias modalidades, é um feito de nosso gênio, radicalmente misonista. É um erro das elites do passado, que nós herdamos por interesses circunstanciais da conservação de prestígio a únicos, esses preconceitos contra as ideias novas, gerais, estranhas.

Segundo o poeta Carvalho Filho, o grupo “Arco & Flexa” sofreu na sua concretização de ideias, fortes influências não somente de Carlos Chiacchio, tido como homem de grande cultura e amadurecimento literário, mas também de Eugênio Gomes, autor de Moema, publicado no primeiro semestre de 1928. Moema é um poema “claro, ventilado, azul, impregnado do melhor sentimento da tradição baiana. Captado, porém,

a luz de ângulos novos de nossa realidade cultural. Um livro que integra a grande obra posterior – em sua maior parte de crítica e estudos literários – do nosso baianíssimo Eugênio Gomes”.

O certo é que a Bahia ficou nos anos vinte muito prejudicada no que diz respeito a vida cultural e social, por causa da comunicação, que eram feitas por via marítima: livros, revistas e jornais, levaram mais de um mês para chegar do Rio de Janeiro e São Paulo. E tudo isso nos leva a acreditar o porquê da posição conservadora do grupo de “Arco & Flexa”. Pois o ambiente baiano não propiciava as inovações, bem como a revista tinha “propósitos independentes.”

Para sobrevivência do periódico mantinha a revista “Arco & Flexa”, vários anunciantes, de médicos, advogados, dentistas, livrarias e outros tipos de classificados, que de um número para outro da revista, aumentavam quantitativamente, o que não se explicaria a sua súbita interrupção.

Outro fato importante é que o periódico mantinha um número considerado de assinantes. O que realmente teria acontecido? A revista não teria sido bem aceita pela comunidade intelectual na época? Existiu de fato cisões internas no grupo “modernista” ou teria realmente causado um escândalo o aparecimento da revista, por trazer propostas de equiparar a Bahia

as ideias vigentes no Rio e São Paulo. A publicação de Arco & Flexa causou uma reação violentíssima, apesar da ideia do grupo em querer “... ir para adiante, mas sem renegar o passado”

A própria crítica do Sul do país, não só registra o seu aparecimento, como também escreve vários artigos analisando o movimento literário baiano, os quais são publicados na revista Arco & Flexa. Segundo Hélio Simões a revista dava prejuízo, “não se vendia nenhum exemplar e quando acabou o dinheiro, fechou-se a revista.”

A revista era financiada por Pinto de Aguiar, que mais tarde, nos anos quarenta, procurou desenvolver e difundir, através da editoração, a cultura baiana com a Livraria Progresso Editora, a qual durante o período de sua vigência publicou trabalhos importantes que até hoje ilustram as letras baianas.

REFERÊNCIAS

ARCO & FLEXA, n. 1. Edição fac-similar. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1928.

ARCO & FLEXA, n. 2-3. Edição fac-similar. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1929.

ARCO & FLEXA, n. 4-5. Edição fac-similar. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1929.

ARJUNA (1981)

Gilfrancisco

Arjuna número especial – produção baiana, 40 páginas sem numeração, ano de 1981. Expediente: Edição (arte & texto), Paulo Luís Barata. Lay-out/Diagramação: Crispim. Art-final: Piu, Lab. Fotográfico: Luís Henrique, Produção: Lázaro. Participação Especial: Orlando Pinho, Dulce Tupy, Pepeu, Antônio Risério, Augusto de Campos, Jorge Mautner, Gilberto Gil, Smetak, Paulo Leminsky. Créditos: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Gilberto Gil, Erthos Albino de Souza, Stúdio Domingos, Vander, Béu e Zilah.

A revista trazia um pequeno texto de apresentação:

Canto do Guerreiro
movimento cult
autocentrados e ávidos
do poder temporal
são sistemas de máscaras
manipuladas e veiculadas pelo
GRANDE ENGANO
verdadeiro movimento
libertação
dança sagrada
vozes da vox
HIERARQUIA NATURAL
queimar as máscaras

re-conhecer os mestres e
reconhecer
O MESTRE
com o coração

A revista trazia algumas ilustrações coloridas e textos de: Paulo Barata, Almandrade, Béu Machado, Antônio Risério, Pedro Pituassu, Smetak, Luciano Dimas, Orlando Pinho d’Silva, Rui Duarte, Marcus do Rio, Augusto de Campos, Mario Cravo Neto (foto), Caetano Veloso, Sergio Natureza, Zé Ramalho e Elba Ramalho (entrevistas), Gilberto Gil, Van Der Leew, Vera Sá Maia (fotos), Jorge Mautner, Paulo Leminsky, Piu Cruz, Miguel, Patinhas.

REFERÊNCIA

ARJUNA - Canto Guerreiro. Número especial. Produção baiana. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1981.

ARTES INDÍGENAS

Randra Kevelyn Barbosa Barros

As práticas de cantar, dançar, pintar o corpo e diversos objetos são frequentes nas culturas dos povos indígenas. Há palavras específicas para nomear esses fazeres que estão ligados aos conhecimentos de cada grupo.

Na concepção Pataxó, como lembra Adrielle Ponçada (2018), as notxona-txá (pinturas) são sonhadas por pessoas da comunidade – o que provoca o surgimento de novas maneiras de se realizar as pinturas – ou cada traçado é inspirado no formato das plantas, animais e outros seres vivos.

A palavra no idioma Patxohã demonstra formas de representações visuais que se conectam com as práticas cotidianas do povo Pataxó. E, para além dos desenhos, o movimento dos corpos, os cantos, as gestualidades na contação de histórias reafirmam o pensamento de Sandra Benites (2020): “nosso próprio corpo é arte”. A palavra “arte” utilizada pela estudiosa, nesse caso, se aproxima de fazeres, técnicas e conhecimentos que expandem o sentido ocidental da palavra e – por vezes – adquirem designações próprias dentro das comunidades.

Na visão ocidental, as técnicas de confeccionar colares, pulseiras; tecer cestarias, redes; amassar o barro para elaborar peças de cerâmica, dentre outras atividades, estariam inseridas em outras categorias menos apreciadas socialmente, visto que não poderiam ser pensadas como arte.

Ailton Krenak (2017, p. 78) explica que, nas perspectivas originá-

rias, é frequente a indissociabilidade entre vida cotidiana e fazer artístico: “Todo mundo que eu conheço dança, canta, pinta, desenha, esculpe, faz tudo isso que o Ocidente atribui a uma categoria de gente, que são os artistas”. Nesse sentido, embora as comunidades tenham os seus próprios princípios estéticos que por vezes não correspondem ao sentido de “arte”, tal como é utilizado na visão hegemônica, adotar o termo “artesanato” para se referir a esses trabalhos pode ser uma forma de desvalorizar as complexidades envolvidas nessas produções. Os fazeres artísticos dessas sociedades são múltiplos e devem ser reconhecidos.

Outra vertente das estéticas indígenas refere-se à apropriação de suportes e linguagens ocidentais para construir suas obras que circularão em galerias e museus de artes, alcançando um público mais amplo. A articulação de um movimento por esses artistas tem adquirido mais projeção recentemente.

Jaider Esbell (2018, p. 50) designa essa cena como “Arte Indígena Contemporânea”, que se trata de “uma arte de provocação, de promoção e de fortalecimento da cena e das identidades indígenas contemporâneas”. Os trabalhos elaborados nesse campo provocam

a sociedade brasileira a repensar o imaginário cristalizado sobre os corpos indígenas, pois “o que almejamos enquanto artistas indígenas é, ou deveria ser, o romper urgente com ideias passadas de um índio geral, imaginado, visto de fora para dentro do mato” (Esbell, 2018, p. 84).

Para tanto, diferentes instrumentos podem ser utilizados: pintura em tela, fotografia, cinema, entre outras possibilidades de expressão. Segundo o estudioso e curador, a palavra autonomia é fundamental nesse processo: “Uma coisa que eu defendo muito na arte é nossa autonomia em poder nos apresentarmos como seres contemporâneos, com tudo o que nos é de direito de uso, de aquisição, de introdução de cultura, de adoção” (Esbell, 2018, p. 29). Portanto, o diálogo com diferentes linguagens expande as subjetividades indígenas e apresenta novos caminhos de se relacionar com a sociedade brasileira.

Dessa forma, as artes indígenas são heterogêneas. Seja nos trabalhos construídos dentro das comunidades ou obras que adquirem espaço no circuito da arte contemporânea, as produções estéticas de autoria indígena ampliam o olhar e o pensamento do público a partir do contato com as

perspectivas artístico-culturais dos povos originários.

REFERÊNCIAS

BENITES, Sandra. A arte no presente ou o presente na arte. Com Benjamin Taubkin, Cao Guimarães. 52ª Festival de Inverno UFMG. **Cultura UFMG**, YouTube (04:20:24), 19 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hujCSdtr9wA>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ESBELL, Jaider. Entrevistas. In: WERÁ, Kaká (Org.). **Jaider Esbell**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue editorial. Coleção Tembetá, 2018.

KRENAK, Ailton. Entrevistas. In: WERÁ, Kaká (Org.). **Ailton Krenak**. Rio de Janeiro, Beco do Azougue editorial. Coleção Tembetá, 2017.

PONÇADA, Adriele. **Moytáxó'wáy apekôy'txê ug ióp koxuk txóp kioiã tsaêhú upâ pataxi txó háháwré urauna'há makiamé** (Pinturas corporais e os grafismos dos objetos artesanais das aldeias do território Barra Velha). Trabalho de Conclusão de Curso. Formação Intercultural de Educadores Indígenas FIEI/FAE/UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ARTPOESIA

Gilfrancisco

Revista cultural baiana, Ano V, nº 48, setembro/outubro, de 2004,

coordenada por José da Boa Morte.
Vejam os textos de apresentação:

Artpoesia em Revista, edição nº 48, Especial de Primavera. “Vamos viver intensamente a estação dos risos, do balanço das folhas, tempo que a natureza desperta sorrindo, o mar é calmo e o céu é lindo”. Primavera que lembra juventude e nos faz percorrer novos caminhos em busca de outras primaveras. No orvalho da manhã há quem veja o suspiro de uma flor e sinta a sensação de estar vivendo em um novo mundo. É um recomeço. Da vida, dos planos, negócios, amores. Amores que inspiram versos e nos fazem poetas. Eis que surge o encontro de flores que habitam no jardim de cada coração.

Desperta! É primavera! Deixa que a brisa mansa que faz palpitarem rios e lagos envolver toda a sua vida num processo de calma e encantamento, possibilitando o equilíbrio interior em cada um de nós. Deixa a poesia fluir, brotar no corpo, na vida.

O Movimento Cultural Artpoesia convoca, nessa atmosfera poética primaveril, todos poetas e colaboradores da Revista Artpoesia para participar do nosso projeto cultural. Colabore com textos, realizando parcerias, patrocinando as ações culturais. Neste mês estamos alcançando a região de Ibipêba, Barra do Mendes e Irecê, com participações de poetas e colaboradores da região. Nossa proposta é criar uma rede de colaboradores que alcance todos os municípios da Bahia. Vamos precisar de cada um participante para manter acesa essa chama que é a Poesia.

Participe! E lembre-se: A poesia existe, resiste e insiste!

REFERÊNCIA

ARTPOESIA, n. 48. Salvador: Bureau Gráfica e Editora LTDA, 2004.

AS VARIEDADES OU ENSAIOS DE LITERATURA

Gilfrancisco

Esta é a primeira revista impressa no Brasil, primazia baiana é mais um item do legado que nos deixou o empresário proprietário da Tipografia, de origem portuguesa, Manoel Antônio da Silva Serva (17?? -1819), iniciada a sua publicação em Salvador, de 1812. Um dos fundadores da revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura* é Diogo Soares da Silva e Bivar (1785-1865), advogado e homem das letras que havia sido Redator do jornal *Idade d'Ouro do Brazil* e tradutor de Atala, de Chateaubriand, primeira novela publicada na Bahia em 1819, por Silva Serva.

De *As Variedades* foram publicados somente dois números. Sobre o número 1 – embora conste no frontispício a indicação, janeiro de 1812, o número inicial da revista baiana, apareceu somente no mês seguinte, conforme registro da *Idade d'Ouro do Brazil*, de 11 de fevereiro: “Saiu à

luz o 1º folheto, que se denomina, *As Variedades*, ou *Ensaio de Literatura*. Vende-se na loja da Gazeta pelo preço de 560 réis.”

Lançado em edição fac-similar em 1982, com introdução do pesquisador Renato Berbert de Castro (1924-1999), o nº 1 – Série Documentos e Estudos de História e Literatura – Arquivo do Estado da Bahia, aconteceu graças à iniciativa da historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento (1930- 2014), dinâmica Diretora do Arquivo do Estado da Bahia. Houve recentemente uma reedição em 2011 pela Fundação Pedro Calmon. A única coleção existente, pertencia ao historiador Francisco Marques dos Santos, que doou em 1949 durante o I Congresso de História da Bahia, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, onde se encontra.

Tem a revista *As Variedades ou Ensaio de Literatura* 30 páginas numeradas. O nº 1 traz os seguintes artigos: Sobre a Felicidade Doméstica; Da Navegação entre os Antigos; Costumes, e usos do México; Instrução Militar; Briooso Desafio, Anecdotas e bons ditos; Rasgo de Esperteza. *A Idade d’Ouro do Brazil*, edição de 28 de julho de 1812, registrou o aparecimento do número 2/3 (duplo) último

a ser publicado, 67 páginas com os seguintes trabalhos publicados: Quadro Demonstrativo ou chronologia da Philosophia Antiga; Theoria Nova e Curiosa sobre a origem dos Gregos; Ds Sciencias e das Bellas Letras; Observações sobre a Política; Da Bondade; Da Conversação; Continuação dos Costumes, e usos do México; (Extracto de Viagem de Mr. Thierry); Doutrinas Militares; Necessidade de entrar cedo no serviço; Anecdotas, e bons ditos e Erratas. Mancha de 14,6x8,4 mm., idêntica mancha da revista anterior.

Em 1814, o editor aproveitando a sobra dos dois números da revista não comercializados, - foram eles enfileirados em um só volume, de duas partes: O nº 1 a Parte I, e o nº 2/3 a Parte II, e para essa nova edição, se fez necessário a impressão de novos frontispícios, além de um índice do que se contém na Primeira e Segunda Parte. No rosto da Parte I, lê-se “*As Variedades/ou Ensaio de Literatura/ Dividido em duas Partes. / Parte I. / (Atributos maçonicos desenhados) / Bahia. / Na Typographia de Manoel Antônio / da Silva Serva. / Anno de 1814. / Com as licenças necessárias*”. Na portada da Parte II foi omitido o ano de 1814, sem dúvida por ter sido considerado desnecessário.

REFERÊNCIA

As Variedades ou Ensaios de Literatura (Reedição fac-similar), Introdução de Renato Berbert de Castro, nº 1, 1982. *Série Documentos e Estudos de História e Literatura da Bahia.*

ATOS

Gilfrancisco

Edições Racemo – Feira de Santana (BA), nº 1, 1979, Direção de Dinálio Dourado, capa do artista plástico Juraci Dórea, ilustrações de Pedro Carneiro, Ricardo Marques e Fernando Hora, 22 páginas numeradas, tiragem 1.000 exemplares. A revista *Atos* nasceu da ideia de alguns alunos do Colégio Santo Antônio e para imprimi-la -Bahia Artes Gráficas Ltda -, teve colaboração direta do Colégio Santo Antônio, Livraria Aquarius e Rádio Sociedade de Feira de Santana. Segundo Gilberto Ribeiro, em texto apresentado na contracapa do nº1, diz que:

Atos é uma proposta jovem em voz de poesia. É tentativa de deixar cantar a alma que anseia libertação. Gente moça reunida em forma de arte que o tempo se encarregará de provar e comprovar que também de forma simples abandona-se o marasmo, fazendo nascedouro que poderá formar torrente. É hora de caminhar e a estra-

da está aí, embora apinhada de entraves, porém, assegurando o caminho para quem está propenso e disposto a seguir. Caminha *Atos*. Caminhemos nesta forma de nascer, de sofrer e de cantar, enquanto ainda há vida.

Feira de Santana, 30 de julho de 1979.

Colaboram nesse número de estreia: Dinálio Dourado, Pedro Carneiro, Rabelo César, Raimundo Gomes e Fernando Hora.¹

O número 3 de *Atos* é de 1984, tiragem de 500 exemplares, formato maior: 21x15; 34 páginas numeradas, capa de Antônio Brasileiro, Direção de Fernando Hora e Olga Venturelli, foi impressa: ADEFS – associação de Entidades de Feira de Santana. Fernando Hora assina na contracapa um texto, datado de agosto/setembro de 1984:

Uns (os mais afoitos), não mais acreditavam em um terceiro número. Em nada nos ajudaram.

Outros, deixaram-se ao simples deleite dos números anteriores. E mais uma vez, em nada nos ajudaram.

Precisávamos de ousadia para avançarmos e, sobretudo, de muita sensibilidade para darmos o passo certo.

As dificuldades eram muitas e já não se resumiam no âmbito das fi-

nanças. Enfrentamos problemas mais sérios: o fantasma da dispersão, por exemplo; e restam-nos apenas três participantes do primeiro número.

Tínhamos que resistir.

Resistimos: com toda a força que a poesia tem por estas bandas; trouxemos alguns nomes de indiscutível peso no nosso cenário cultural. Não esquecemos, contudo, o motivo por que demos início a este trabalho; lançar os novos dando-lhes oportunidade para mostrarem os seus trabalhos (e como estão bem os novos). Fomos fiéis ao nosso propósito.

Resistimos. Que beiramos o sertão. E a poesia não se limitou a nós ou aos nossos poucos livros.

Ela está ali naquele pasto em frente e resiste em meio ao estrume pisoteado por aqueles bois muito mansos.

Anda com estes fantasmas (“quem dera pudesse todo homem compreender”) que habitam nossas mais antigas lendas.

Feira de Santana, entre agosto e setembro de 1984.²

São muitos os colaboradores: Trazíbulo Henrique Pardo Casas, Roberval Pereyr, Adelmo Ferreira, Antônio Gabriel Evangelista de Souza, Hans Magnus Enzensberger, Juracira Lima, Hélio Porto, Uaçai de Maga-

lhães Lopes, Jorge Magalhães, Eliezer Rabelo César, Jorge Melquisedeque, Washington Moura, S. V. Miranda, Pedro Carneiro, Wilson Pereira de Jesus, Iderval Miranda, Fernando Hora.

REFERÊNCIA:

1. ATOS nº 1, Edições Racemo. Feira de Santana – Bahia, 1979.
2. ATOS nº 3. Edições Racemo. Feira de Santana – Bahia, 1984.



BAHIA ILUSTRADA (1917-1933)

Gilfrancisco

Foi uma revista mensal brasileira editada e impressa no Rio de Janeiro, fundada e dirigida pelo jornalista baiano Anatólio Valadares (1880-1924), tinha como principal característica enaltecer personalidades da Bahia, sendo seu Redator Álvaro Moreyra. Seu número de estreia saiu em dezembro de 1917 e durou até 1933. Bahia Ilustrada é uma revista cara, colorida, papel couché, com muitas fotos, bastante publicidade, tanto do Rio de Janeiro como da Bahia, tinha 48 páginas numeradas e em sua estreia, publicou um texto de Rui Barbosa sobre a revista. Vejamos o editorial da revista:

Significando um esforço, para o qual só um acendrado amor à terra bahiana nos deu alento, eis em circulação a Bahia Ilustrada. A este primeiro número, esperamos se sigam os demais, sem cessar, a cada mês. Estamos profunda e inteiramente convencidos de que este empreendimento é um serviço valioso que prestamos à Bahia. O Rio é o centro de irradiação do valor brasileiro para o estrangeiro. É o ponto onde se pode tomar o pulso ao progresso nacional. Todo mérito, ou toda prosperidade ou todo esforço havido nos Estados e que se ignore na Capital Federal estacionará, perderá o estímulo, se desvalorizará, tenderá a ser esmagado. As empresas particulares, em que os interesses são velados sem descanso, já se aperceberam disso e enchem as folhas cariocas de reclamos. Não tardou que alguns Estados trilhassem o mesmo rumo: Minas, Rio Grande do Sul e, principalmente São Paulo compreenderam que, nos tempos correntes, não há como desistir da propaganda inteligente, sob

pena de sofrer o menosprezo e a consequente perda do valor econômico. Assim, não descuram, - antes a incrementar de toda maneira - da propaganda de se solo, de seus homens, de suas cousas. Os paulistas acabam de adquirir, para o seu Centro Paulista, no Rio, um magnífico prédio na Praça Tiradentes, gastando mais de quatrocentos contos, e adaptando todo o espaço da loja do edifício para a exposição permanente dos produtos paulistas.

Dos grandes Estados brasileiros, só a Bahia, que não tem quem a suplante em importância, vive arredia deixando que se desconheçam, fora de seu âmbito territorial o muito que ela vale! Mesmo na Bahia não é conhecida como deveria ser. Esta revista aparece para preencher essa função, hoje indispensável, da propaganda pela palavra escrita, pela fotografia, por todas as formas gráficas, de tudo quanto interesse à Bahia e aos bahianos, seja levando os informes do Rio para o Estado, seja trazendo-os deste para a vida agitada do meio carioca.

A Bahia Ilustrada não é, portanto, nenhum mensário para explorações menos dignas. É fácil provar que o não é. Além dos intuitos com que nos apresentamos acima referidos, é preciso notar, como demonstração do nosso acerto o seguinte:

A Bahia Ilustrada viverá, se o favor público bahiano a auxiliar, de suas assinaturas, de sua venda avulsa.

A Bahia Ilustrada não é também - livre-nos Deus! - uma revista partidária ou de politicalha. Os

fatos políticos serão comentados pelos nossos colaboradores, sob a sua responsabilidade.

Falam bem alto, em favor dos nossos intentos de dedicação à formosa terra bahiana, os nomes dos nossos colaboradores. Leia-se a relação ainda incompleta.

Na Bahia os nossos representantes, para venda avulsa e anúncios, serão os Srs. Almeida Irmãos, firma vantajosamente conhecida na capital bahiana.

Os representantes da nossa revista para correspondência ilustrada serão os nossos leitores, cujas ordens se cumprirão desde que os fotografos que nos remetem estejam em condições de ser reproduzidas com a necessária nitidez.

A Bahia Ilustrada não é órgão de nenhuma classe em especial, mas de toda a Bahia que viver e triunfar!

Toda a correspondência para o Rio deve ser dirigida a Anatólio Valladares, à rua 1º de março, nº 12 (Casa Leite & Peçanha).

De que se trata de um empreendimento sério, é uma prova o presente número que, aliás, não pode ainda ser tão perfeito como desejamos. Mas, com o favor de Deus e com o auxílio dos bahianos, melhoraremos número a número, visto que é esta, definitivamente, a nossa vontade.

Colaboradores: Rui Barbosa, Pires e Albuquerque, Miguel Calmon, Aurelino Leal, Afrânio Peixoto, Eduardo Ramos, Otavio Mangabeira,

Prado Valladares, Bernardino José de Souza, Juliano Moreira, Aloisio de Carvalho, João Mangabeira, Lemos Britto, e outros.

O número da revista de novembro de 1933, aparece como Ano I, nº 1, dirigida por Astério Campos e José do Amaral, 72 páginas numeradas.

REFERÊNCIAS

REVISTA DO BRASIL. Revista do Brasil, ano VI, Bahia, n. 13, de 15 nov. 1911.

BAHIA ILUSTRADA. Bahia Ilustrada, Salvador, ano I, n. 1, dez. 1917.

BAHIA ILUSTRADA. Bahia Ilustrada, Salvador, ano I, n. 1, nov. 1933.

BAHIA TRADICIONAL E MODERNA (1939)

Gilfrancisco

Publicação da Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, Redação e Administração: Secretaria de Educação, Corredor da Vitória, nº 5. Ano I, nº1, abril de 1939 – Bahia, 60 páginas, capa de Luís Jardim, era dirigida Por Aristóteles Gomes, tendo como secretário Laudemiro Menezes.

A revista trazia um sumário fabuloso, recheado de bons assuntos:

A Bahia integrada no Estado Novo, Um ano de Governo Landulpho Alves, Acontecimentos, O Recôncavo na história e no Futuro, Santo Amaro, A nossa capa, Bahia – Cidade Presepe, Parque 2 de julho, Educação em Ilhéus, A Pesca do xaréu, O maior campo de Esportes do Estado, O Castelo da Torre, Uma comissão Científica ao São Francisco, Ação do Instituto de Pecuária da Bahia, Figuras da Arte Bahiana: Presciliano Silva, Esplendor da Arte Colonial Brasileira. Colaboradores: Presciliano Silva, Hélio Simões, Azevedo Marques.

O nº2, Ano I, julho de 1939 da revista Bahia Tradicional e Moderna, 64 páginas, apresenta Capa, fotografia do venerado e histórico Forte de Monte Serrat, retratada por Peter Fuss. Colaboram nesse número Pedro Calmon, Oswaldo Valente, José N. Allioni, D. Clemente da Silva Nigra e os fotógrafos Rembrandt e S. Pinheiro. A revista era impressa em papel couché Nacional – Klabin – composição e impressão de J. do Valle & Lauro Ltda – Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BAHIA TRADICIONAL E MODERNA. Bahia Tradicional e Moderna, n. 1. Salvador: Diretoria de Cultura e Divulgação do

Estado da Bahia, Redação e Administração: Secretaria de Educação, abr. 1939.

BAHIA TRADICIONAL E MODERNA. Bahia Tradicional e Moderna, n. 2. Salvador: Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, Redação e Administração: Secretaria de Educação, jul. 1939.

BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO

Marlon Marcos

“Tanta pindoba! / Lembro do aluá/ Lembro da maniçoba/ Foguetes no ar”, da poética de Caetano Veloso, para tocar no fenômeno social conhecido internacionalmente como Bembé do Mercado. O poeta continua: “Dia 13 de maio em Santo Amaro/ Na Praça do Mercado/ Os pretos celebravam/ (Talvez hoje inda o façam) / O fim da escravidão/ Da escravidão/ O fim da escravidão”. O Bembé do Mercado é uma celebração religiosa do candomblé, feita nas ruas de Santo Amaro, centrada no Mercado, iniciativa política e espiritual do babalorixá João de Obá e seus filhos e filhas de santo (MACHADO), em 13 de maio de 1889, para comemorar a Abolição,

decretada através da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Do ponto de vista histórico a Lei Áurea trouxe uma espécie de liberdade genocida. Uma lei que retirava os negros da escravidão institucional e os mergulhava numa escravidão social, desalentadora, sem dar guarida em termos de trabalho, habitação, educação, saúde, segurança. Largados à própria sorte, numa sociedade já estruturada na hierarquia das raças, onde o racismo reduzia a humanidade negra à base oprimida em relações sociais e econômicas de ultra exploração e abandono social.

Mas, a celebração de João de Obá se fez desde início revolucionária. Primeiro, levou para o público, em finais do século XIX, uma festividade negra, de caráter religioso, que chocava os racistas, desagradava a ordem católica de autoridades conservadoras em Santo Amaro. Segundo, sem a escravidão institucionalizada, a organização social dos negros começava a enfrentar o racismo às claras (ou às escuras) e o candomblé, estruturado em terreiros, funcionava como quilombos urbanos, congregava uma população herdeira de muitas tradições africanas, alicerçadas em aparatos filosóficos, linguísticos, religiosos, e João de Obá

convocava a todas as casas de santo (LIMA, 2003) para tocar candomblé na rua, sem que ninguém incorporasse suas entidades, e os atabaques tocassem nas três nações: nagô-ketu, congo-angola e jeje. Nações rituais distintas (IDEM) que formulavam em público suas danças, cânticos e idiomas, mas estavam alinhadas na transação (PASSOS, 2016), um modo de coexistência de várias nações em um mesmo espaço, terreiro, comunidade, mantendo trocas, modificando-se em alguns aspectos e conservando os rituais fundamentais em cada nação.

O terceiro aspecto revolucionário do Bembé do Mercado repousa na sua condição de devir. Uma experiência negra centenária que sobreviveu ao tempo e às dificuldades estruturais para se tornar hoje aquilo que afirmam como sendo o maior candomblé de rua do mundo. E ajudando a educar o Brasil sobre suas raízes afroindígenas (uma pena que entidade de caboclo esteja fora do Bembé na rua) e a provocar a imprensa, políticos, universidades, escolas, escritores, poetas, compositores e o interesse público em geral. O Bembé perfaz caminhos de uma educação e afirmação políticas antirracistas e inclusivas.

A maior autoridade intelectual sobre o Bembé do Mercado, na contemporaneidade, a historiadora e professora Ana Rita Araújo Machado, descreve o evento assim: “Bembé é uma festa realizada pelas comunidades de terreiro. Segundo a tradição oral, a festa começou em 1889, quando João de Obá – “pai de terreiro” – reuniu filhos e filhas de santo e armou um barracão de pindoba, enfeitando-o com bandeirolas para comemorar o aniversário da abolição. A atitude de João de Obá se relacionava também ao costume dos pescadores em ofertarem flores e perfumes para a Mãe D’água; eles iam de canoas e saveiros enfeitados até São Bento das Lajes para levar presentes para as “águas”.

Esse ritual era acompanhado por toques de atabaques. Chegando ao encontro entre o rio e o mar, um pescador experiente mergulhava para entregar as oferendas” (Machado, 2009, p. 10-11). Ao demonstrar a ideia de que o Bembé é um exercício ancestral de gratidão às Águas, portanto à vida, a historiadora expõe um aspecto filosófico muito importante para a manutenção das religiões de matrizes africanas: o apego e respeito à Natureza e a rede social entre membros de comunidades tradicionais (pais e mães

de terreiro, pescadores, marisqueiras, fateiras, feirantes, agricultores) promovendo uma espécie de família comunitária erguida no Brasil durante e depois da escravização dos corpos negros nesta terra.

O Bembé do Mercado sempre foi uma arena de conflitos internos e externos. Como tudo que reúne gente. A sua história continua a ser construída e se confunde com a história do lugar onde ele surgiu, onde a maioria da população ainda o rejeita como evento cultural da cidade. Durante sua trajetória teve várias lideranças sacerdotais masculinas, como o Ogã Menininho, Tidu e, atualmente, Pai Pote de Ogum, responsável pela revitalização do evento que, sob seu comando, passou a ter uma grande visibilidade até mesmo fora da Bahia.

O Bembé do Mercado é uma saga de gratidão à ancestralidade africana mobilizada nas terras sagradas de Santo Amaro. Batem candomblé para celebrar uma liberdade que ainda se conquista a cada dia. São instantes de beleza que culminam com o presente à Grande Mãe, Yemoja, e à sua filha, Oxum, na praia de Itapema, o feminino festejado e revivido pelos rituais que iluminam e alegam a vida de quem participa.

REFERÊNCIAS

BRITO, Laiza Daiane Wanderley de. **Bembé do Mercado: história, tradição, e mitos em torno da festa de preto.** (Monografia/Memorial) São Francisco do Conde: Unilab, 2018.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A Família de Santo nos candomblés jejes-nagô na Bahia: um estudo de relações intragrupais.** 2. ed. Salvador, BA: Corrupio, 2003.

MACHADO, Ana Rita Araújo. **Bembé do Largo do Mercado: memória sobre o 13 de maio.** (Dissertação de mestrado) FFCH -UFBA, 2009.

PASSOS, Marlon Marcos Vieira. **Iyá Zulmira de Zumbá: uma trajetória entre nações de candomblé.** Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: PPGA, Salvador, 2016.

BIBLIOTECA PÚBLICA DA BAHIA: A PRIMEIRA DO BRASIL

Valéria Aparecida Bari

A Bahia tem um protagonismo representativo na leitura pública brasileira, que foi documentado por meio da sua instituição mais democratizante: a Biblioteca Pública da Bahia. Considerada a primeira biblioteca pública do Brasil, assim como uma das

primeiras unidades de informação das Américas, ela representou muito mais do que um ambiente de acesso à leitura. Sua mera presença foi e continuará sendo um ato de resistência cultural, contra a privação intelectual da comunidade baiana e do povo brasileiro.

O regime colonial, ao qual o território brasileiro foi submetido, com ênfase no período de 1530 a 1815, proibia a disseminação da escrita e da leitura, quando não instrumentalizada de forma servil ao poder político e ideológico dos colonizadores ibéricos.

O Primeiro Governo geral, instituído em 1549, pela Coroa Portuguesa, contou com Tomé de Sousa como governador geral, edificando a cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil. Na cidade nascente, Tomé de Sousa projetou e construiu o Colégio dos Jesuítas, no qual uma das primeiras bibliotecas escolares brasileiras veio a funcionar. Em 1750, a influência crescente do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo na corte portuguesa, cobra seu preço do modelo de desenvolvimento da leitura pública no Brasil.

Após a “caça aos jesuítas”, Pombal instituiu o Alvará Real de 28 de junho de 1759, que decompôs todos os métodos jesuíticos da educação e

da cultura, inclusive destruindo suas bibliotecas escolares e públicas. Mas, a Bahia ainda tinha uma população letrada, em relação ao território brasileiro, e iria em breve criar outra reviravolta na situação da leitura pública. Em 29 de novembro de 1807, a Família Real Portuguesa finalmente foge pelos esgotos de Lisboa, desapropriando navios atracados em seu porto e embarcando para o Brasil, sob a liderança do Príncipe Regente Dom João VI.

Como medida de segurança, a Família Real não desembarcou em Salvador, a capital do Brasil até aquela data, seguindo para a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto isso, as oligarquias soteropolitanas se mobilizaram para forçar a corte portuguesa a se estabelecer novamente em Salvador, honrando compromissos fixados pela Coroa Portuguesa.

O nobre português Marcos de Noronha e Brito, o oitavo Conde dos Arcos, então, é nomeado Vice-Rei e enviado a Salvador, para resolver a crise política da mudança de capital do Brasil. Na administração do Conde dos Arcos, com apoio da população soteropolitana, foi aberta a Biblioteca Pública da Bahia, em Salvador, no dia 13 de maio de 1811. Foi instalada na

antiga “Livraria dos Jesuítas”, sendo conservada ali até 1900 (Barreto; Ribeiro, 2023, p. 129), quando foi transferida, para as instalações do Palácio do Governo da Bahia.

Com a República, a Biblioteca Pública passaria por inúmeras reviravoltas, devido, principalmente, ao temor dos poderosos à disseminação da informação e da cultura letrada. O bombardeio de Salvador em 1912 foi um dos episódios que marcaram as lutas políticas entre as oligarquias provincianas, ocorrido em Salvador, capital do estado brasileiro da Bahia, em 10 de janeiro de 1912. Uma das instituições atingidas foi a Biblioteca Pública Municipal, que já completara 100 anos de funcionamento.

Um incêndio se propagou do Palácio Rio Branco, atingindo o pavilhão lateral, ao lado do Elevador Lacerda, no qual funcionava a Biblioteca (Ramos, 2012). O fogo consumiu as coleções dos primeiros jornais baianos, que estavam lá custodiadas: “O que restou do acervo da biblioteca passou mais de sete anos perambulando [...] O novo edifício, construído na Praça Municipal, foi inaugurado em 1919, abrigando seu acervo até 1970” (Barreto; Ribeiro, 2023, p. 130).

Em 4 de dezembro de 1961, a Imprensa Oficial e a Biblioteca Pública são incendiadas novamente, atingindo com mais força as coleções de jornais baianos. Finalmente, em 1968, o Governo da Bahia, ao desapropriar um terreno acidentado no Bairro dos Barris, em Salvador, publica um edital nacional para candidatar projetos arquitetônicos e edificar a nova sede da Biblioteca Pública.

No momento de grande controle ideológico do aparato da Ditadura Militar, esta iniciativa denota a vontade política de resistência pacífica e fortificação da dinâmica Cultural local. Até a atualidade, a Biblioteca Central da Bahia segue como uma das mais importantes e imponentes unidades de leitura do Sistema Nacional de Bibliotecas. Sua existência e resistência seguem como símbolos da democratização da leitura pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Daniel Sabóia Almeida; RIBEIRO, Tiago Nogueira. Ausências e aparições: o vazio e os fantasmas na Biblioteca Central da Bahia. *Revista REDOBRA*, Salvador/BA, n. 17, p: 126-148, 2023. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2023/11/REDOBRA_17_4.ENS_04.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.

RAMOS, Jorge. Cem anos do bombardeio em Salvador. Editoria de Política. **Jornal A Tarde**. Salvador, 10 jan. 2012, Caderno B, p. 2. Disponível em: <http://vapordecachoeira.blogspot.com/2012/01/disputa-entre-as-oligarquias-provoca-o.html>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL MODERNO (1911)

Gilfrancisco

O jornalista baiano João Amado Pinheiro Viegas (1865-1937), foi um polemista por temperamento e o brilho dos debates atraía a atenção de muitos leitores. Como muitos da época, ele fazia imprensa um pouco à boêmia, misturando com a literatura, pois os jornais e revistas anda não dispunham de tabelas fixas para salários e isso o levava a uma vida financeira precária, às vezes pernoitando na própria redação. Viegas travou algumas polêmicas marcantes em jornais baianos, mas a de 1925 teve destaque na imprensa local, quando travou acirrada discussão com J. C. Ferreira Gomes, por causa do artigo **Chistus Iperat**, de Otávio Mangabeira (1886-1960), político baiano que ocupou os mais altos postos a que um político pode aspirar.

Retornando do Rio de Janeiro em fins de 1911, após muitos anos de militância no jornalismo na capital federal e abandonar um cargo público, como fiscal do consumo, Pinheiro Viegas retoma suas atividades literárias em Salvador, fundando o jornal **Brasil Moderno**, um hebdomadário ilustrado de Ciências, Letras, Artes e Livre Crítica Social, que teve vida efêmera, conseguindo editar apenas três números. O jornal tinha como redatores os escritores: Pedro Kilkerry, Monteiro de Almeida, Silva Freire, Antônio Viana e Anísio Viana e sua publicação coincide com as comemorações dos cem anos do primeiro jornal baiano, Idade d'ouro do Brasil, publicado em 14 de maio de 1811, pela Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva.

Impresso em bom papel, o sumário do número 1 é o seguinte: Nós. Sursun cor (soneto), Pethion de Villar. História Natural, Egas Moniz. O Rádio, Paes Barreto. Crônica do Rio, Mile. Esfinge, O Sargento Pedro (transcrição), Xavier Marques. Carta do Meu Tempo, Altamirando Requião. Verdade (soneto), Tito de Barros. Versos do Coração, Eufrosina Miranda. Carlos Brandão, Pinheiro Viegas. Primavera Sagrada, Carlos Brandão. Brasil-República, Gustavo

de Menezes. Ad Veneris Lacrimas, Pedro Kilkerry. De monóculo..., K. Lago de Mistério, Napoleão Muler. Expediente: Echos, Sarcófago, Teatro, Avisos, Reclamos, Anúncios, etc.

Este primeiro número do ilustrado magazine Brasil Moderno, moldado nas publicações congêneres que se editavam nas cultas cidades europeias, trazia cinco clichês na primeira página: Egas Moniz Barreto de Aragão, seguindo-se os do acadêmico Paes Barreto, o da poeta Eufosina Miranda, o de Carlos Brandão e do célebre quadro de Leonardo da Vinci, Gioconda, roubada da galeria do Louvre em Paris, e recuperado em 12 de dezembro de 1913.

O número dois, também de novembro, deste magazine ultramoderno e bem editado, pelo experiente jornalista Pinheiro Viegas, aparece ornado com o retrato do conhecido literato e distinto professor da Faculdade de Direito da Bahia, Almachio Diniz, sob epígrafe, além de artigos e poesias de vários e bons poetas.

O número três, dezembro de 1911, é ilustrado com os retratos de Augusto Viana, diretor da Faculdade de Medicina, Lemos Brito, brilhante redator-chefe do Diário da Tarde e líder da maioria na Câmara dos Depu-

tados e Antonio Viana, poeta, associado da Nova Cruzada e duas grandes fotografias da Faculdade de Medicina.

Entre as colaborações, destacamos as seguintes: A Gênese endotelial dos leucócitos mononucleares e sua crítica — Egas Moniz, professor da Faculdade de Medicina—, Sul e Norte — de Paes Barreto, Um plágio do sr. Abel Botelho — Pinheiro Viegas—, Notas de um louco — Silva Freire—, Noturnos (versos) — Pedro Kilkerry—, Cigano (soneto)— Aleides Freitas —, Poema Barbado — Altamirando Requião. O número três do Brasil Moderno, saiu com atraso de alguns dias, devido ao acúmulo de trabalhos da tipografia. O jornal Brasil Moderno foi bem recebido pela crítica local. Vejamos dois comentários:

O Brasil Ilustrado

Com este título deve sair brevemente, nesta capital, um hebdomadário ilustrado de ciências, letras, artes e livre crítica social, dirigido proficientemente pelo jornalista Pinheiro Viegas, nosso conterrâneo e há alguns anos ausentes. Terá colaboração escolhida entre literatos daqui e do Rio de Janeiro. Ao novo órgão, que promete ser muito interessante, auguramos vida próspera.

Jornal de Notícias, 11 de outubro, 1911

Para o próximo número, promete-nos o Brasil Moderno, colaboração de vultos notáveis na

literatura baiana como os de Almachio Diniz, Henrique Cândia e outros. Ao ilustrado confrade, os nossos melhores votos de progresso e boas-vindas.

Diário da Bahia, 19 de novembro, 1911.

REFERÊNCIAS

Revista do Brasil, ano VI. Bahia n. 14. 30 novembro, 1911.

Diário da Bahia, 19 de novembro, 1911. Salvador.

Jornal de Notícias, 11 de outubro, 1911. Salvador.



CADERNOS DO CEAS

Gilfrancisco

A revista Cadernos do CEAS começou a ser publicada em 1969, saindo 6 números por ano. Em 1974, deixou de ser “monográfica” para trazer abordagens de vários assuntos. Apresenta estudos e experiências, com linguagem simples, procurando satisfazer um público diversificado de intelectuais e de pessoas dedicadas à prática social.

Os Cadernos do CEAS é uma publicação bimensal do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que apresenta, comenta e analisa a realidade brasileira e acompanha a luta dos brasileiros por direitos humanos, liberdades democráticas e melhores condi-

ções de vida, tendo em vista a ampla participação das classes populares na construção de uma sociedade independente, livre e justa. Em 1977 (julho-agosto), foi a público o nº 50, com artigos sobre temas fundamentais da realidade nacional, e um índice geral: Cronológico, Analítico e Sistemático.

REFERÊNCIA

CADERNO DO CEAS. Índice Cronológico, Índice Analítico, Índice Sistemático. Salvador: Editora Mensageira da Fé, 1977. Composição e impressão.

CALÇADÃO DA PRAÇA DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE

Éttore Pablo Vilaronga Rios

O Mercado Velho de São José do Jacuípe foi construído em 1920, sob a liderança do Capitão Senhorzinho para servir de centro de abastecimento para a feira livre, que antes era realizada sob a sombra de um pé de tamarindo. O comércio de rua foi crescendo à frente do mercado e se espalhando pela Praça da Matriz, que é um grande espaço de terra vermelha e lajedos.

Entre 1984-85, a prefeitura de Jacobina, município ao qual São José do Jacuípe pertencia, junto com a pavimentação da praça construiu um calçadão de lajotas de pedra, que ocupa uma área de aproximadamente 1.600m², medindo 20 metros de largura por 80 de comprimento. Essa estrutura passou a ser usada para realizar a feira livre com mais conforto para os feirantes, já que antes havia muita poeira no tempo seco e lama nos tempos de chuva.

Mas essa não é única utilidade do calçadão. Neste espaço são realizados os principais eventos culturais, escolares e cívicos da cidade, bem

como os festejos juninos do Arraiá do Cabral. Durante muitos anos, na falta de ginásios de esporte, o calçadão da praça era usado pelos meninos para o famoso baba de fim de tarde.

Atualmente, o calçadão da praça foi ampliado, ganhando o espaço que era ocupado pelo palco e, através do Conselho Municipal de Cultura, está em processo de tombamento como patrimônio cultural do município.

CANTINA DA LUA

Jamylle Barbosa Silva Anacleto

Odílio da Silva Santos

Gildecil de Oliveira Leite

Impregnada pela baianidade, inaugurada no dia 28 de abril de 1945, a Cantina da Lua está localizada na esquina da Rua Alfredo Brito, de frente para o Terreiro de Jesus, ao lado da mais antiga Faculdade de Medicina do Brasil, no Pelourinho, Centro Histórico da Cidade do Salvador-BA. Em sua fase inicial, a Cantina da Lua era frequentada por doqueiros, estivadores, marinheiros e policiais da extinta Guarda Civil, além de estudantes e funcionários da Faculdade de Medicina da Bahia e de servidores de órgãos públicos com sede no centro da cidade. Atualmente, está sob o comando

do Sr. Clarindo Silva de Jesus, conhecido como Mestre Calá e batizado como Senhor do Pelourinho. Clarindo nasceu em Conceição do Almeida-BA, porém é cidadão de Salvador por mérito e oficialmente pela Câmara Municipal de Salvador.

A Cantina da Lua é um símbolo de resistência cultural e política, dentro de um contexto urbano e histórico. Muitas coisas boas nasceram e outras coisas boas passaram na Cantina. Ali se discute, se briga, se ama, faz poesia, entre outras atividades políticas, culturais e sociais. É um ponto de encontro de sambistas, músicos, jornalistas, artistas, literatos, turistas e entidades carnavalescas. A Cantina da Lua é um espaço de baianidade, palco de muitas batalhas e resistências.

Entre as publicações acadêmicas referentes à Cantina podemos citar o livro *Memória Cantina da Lua*, que encontra-se em sua 6ª edição. A primeira edição é datada de 1995, escrita por Jehová de Carvalho e editada pela Editora da Universidade Federal da Bahia em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais e com a Câmara dos Vereadores de Salvador.

A Cantina da Lua ainda hoje mantém aspectos culturais, políticos, gastronômicos, físicos e simbólicos do

estabelecimento localizado no coração da Cidade da Bahia, o Terreiro de Jesus.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Jehová de. *Memória da Cantina da Lua*. Salvador: EDUFBA: Câmara Municipal de Salvador, 1995.

E-book: Memórias da Cantina da Lua 6ª edição. Disponível em: <https://www.memorialcantinadalua.com.br/wp-content/uploads/2021/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CASA ANÍSIO TEIXEIRA

Jamylle Barbosa Silva Anacleto

Odílio da Silva Santos

Gildecy de Oliveira Leite

Localizada na cidade de Caetité-BA, hoje denominada como Casa Anísio Teixeira, era chamada antigamente de O Sobrado. Foi construída por Manoel José Gonçalves Fraga no início do século XIX e, posteriormente, adquirida por Deocleciano Pires Teixeira com todo o seu mobiliário e acervo, sendo sua residência por 45 anos.

Neste Sobrado, localizado na atual Praça da Catedral, nasceu e passou sua infância, Anísio Spínola Teixeira, filho do Senhor Deocleciano Teixeira. O Sobrado perdeu seu nome antigo em quatorze de fevereiro de 1998 e ganhou o título de Casa

Anísio Teixeira em função do fervor de Anísio Teixeira pela educação, que embandeirou a ideia de que a educação pública é meio decisivo para se constituir uma grande nação.

Desde os anos 2000, A Casa Anísio Teixeira, funciona como Centro Cultural que entre suas atividades destacam-se as ações realizadas na Sala de Inclusão Digital, nos Núcleos de Contação de Histórias, no Cine Teatro e no Centro de Memória.

A Casa é administrada pela Fundação Anísio Teixeira, uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural, com sede em Salvador-BA, que tem como objetivos incentivar, preservar, divulgar e pesquisar a obra educacional e cultural de Anísio Teixeira. Com destaque para as atividades culturais, o espaço é residência da Trupe dos Dobradores de Arte, composta pelos grupos de teatro: Dobradores de Arte a Trupe, Coletivo Dupla de Dois, Cia Art'Manha, Cia ContraCapa e PalhaçaCia e pelo Grupo de Dança Contemporânea Cia Ôcotô.

A Casa Anísio Teixeira também é responsável pela idealização e organização da CAT, Vídeo Revista que reuni em meio digital as contribuições educacionais e culturais de professo-

res, filósofos, artistas e empresários no sentido de permear as ideias do educador Anísio Teixeira.

REFERÊNCIAS:

CAT Vídeo revista: 2020. Disponível em: <https://casaanisio Teixeira.com.br/revista-2020/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CASA ANÍSIO TEIXEIRA: 2024. Disponível em: <https://casaanisio Teixeira.com.br/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CASAMENTO DA ROSINHA EM SÁTIRO DIAS

Luiz Eudes

Há décadas, os corações do povo de Sátiro Dias, no interior baiano, se unem em um espetáculo de amor e tradição no dia 24 de junho, contribuindo com as festividades de São João. Desde 1979, sem interrupção, o Casamento da Rosinha é mais do que um evento; é um legado de vínculos comunitários e fervor cultural, enraizado nas profundezas da alma do povo.

Este conto nupcial é orquestrado com maestria por Arízio Torres, cujo compromisso com a autenticidade e a alegria é tangível em cada detalhe. As carroças adornadas, que

desfilam pelas principais ruas da cidade, carregam não apenas os noivos radiantes, mas também o fervor da tradição. Atrás deles, uma miscelânea animada de pessoas montadas em jêgues e cavalos; a pé ou em carros, segue em uma coreografia de felicidade que transcende o tempo.

A atmosfera é preenchida com a melodia da banda de pífanos, o pulsar do trio de zabumba e o ritmo vibrante do Bumba meu boi. Os bonecos gigantes, em suas danças desajeitadas, personificam a alegria desenfreada que permeia a multidão. A festividade não é apenas um evento; é uma sinfonia de tradição e cultura, tecida com fios de música, risos e cores vibrantes.

No epicentro desse espetáculo, está a cerimônia religiosa, que se desdobra em praça pública, aberta para todos os olhares. Crianças curiosas, jovens, idosos sábios, cada um encontra seu lugar nessa comunhão, testemunhando o enlace em meio a uma atmosfera de liberdade e segurança. Não há distinção entre espectadores e participantes; todos são parte integrante de um momento único de comunhão e felicidade compartilhada.

O Casamento da Rosinha, em Sátiro Dias, transcende as fronteiras do tempo e do espaço, ecoando os ri-

tuais de celebração e união. É mais do que uma festa; é um testemunho vivo da resiliência e da vitalidade de uma comunidade unida pelo amor, pela tradição e pela alegria de viver.

CEAO – CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS: A INSTITUIÇÃO PIONEIRA NOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E AFRICANOS NA AMÉRICA LATINA

Jocélio Teles

Em setembro de 1959, o pensador e filósofo português Agostinho da Silva (1906- 1994), agitaria a cena intelectual e acadêmica ao propor a Edgard Santos, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO).

A criação do CEAO trouxe uma era de efervescência nos estudos afro-brasileiros e africanos no Brasil, estabelecendo uma nova relação acadêmica com os países considerados do Terceiro Mundo, além de uma profícua relação da universidade com os terreiros de candomblé da capital baiana.

Se muitos estudantes africanos chegavam ao país na década de 1960, pesquisadores do CEAO também viajaram, lecionaram, pesquisaram e rea-

lizaram doutorado em países africanos, como a Nigéria, o Daomé, Costa do Marfim, Gana, Senegal, Zaire.

No entanto, não somente pesquisadores foram agraciados com bolsas, Deoscoredes Maximiliano dos Santos (Mestre Didi), uma persona do mundo afro-religioso baiano recebeu bolsa concedida pela UNESCO ao CEAO. Este é um exemplo significativo de como o Centro se articulava com os terreiros, notadamente os de tradição ioruba como o Alaketu e o Opô Afonjá.

Um bom indicador da produção intelectual do CEAO é a revista Afro-Ásia, criada no ano de 1965, que se tornaria o primeiro periódico da América Latina voltado à publicação de artigos, documentos, informações e resenhas sobre temáticas afro-brasileiras, africanas e asiáticas.

Desde a sua criação, as pesquisas desenvolvidas no CEAO se inseriam na tradição antropológica afro-brasileira, com ênfase nas religiões afro-brasileiras. Essas práticas refletiam aspectos teóricos e metodológicos, a exemplo de uma pesquisa realizada sobre o universo dos terreiros de candomblé na cidade de Salvador, e que deu origem a um levantamento inédito de dados quantitativos dos

terreiros da capital baiana. Somente em 2006 haveria um mapeamento dos candomblés publicado pelo CEAO, constituindo, assim, um censo inédito com a identificação de 1410 terreiros e o cadastro de 1164 deles (www.terreiros.ceao.ufba.br), resultando na produção de dados socioeconômicos, culturais e ambientais.

Vemos, portanto, como ao longo das décadas seguintes, propostas para o Centro continuavam na ordem do dia. Fosse à contínua edição do periódico Afro-Ásia, no estímulo ao intercâmbio institucional, na vinda de professores e pesquisadores visitantes, nos cursos e palestras oferecidos a um público externo à universidade, bem como na criação do Museu Afro-Brasileiro (MAFRO), que era vinculado ao CEAO.

Nascido de um programa de cooperação cultural entre o Brasil e países africanos, o Museu, fruto de convênio firmado entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e Cultura, o Governo do Estado da Bahia, a Prefeitura Municipal de Salvador e a UFBA, teve o objetivo de desenvolver estudos sobre a temática afro-brasileira.

O projeto foi desenvolvido nos anos setenta, mas a montagem e inau-

guração datam de 1982. O seu acervo, constituído de mais de 1100 peças de cultura material africana e afro-brasileira (esculturas, tecidos, objetos em metal, indumentária e instrumentos musicais), foi resultado de pesquisas realizadas entre as décadas de setenta e oitenta, em diversos países africanos, e também de peças compradas ou doadas por representantes dos terreiros de candomblé e grupos culturais.

Com a emergência dos movimentos negros no Brasil, na segunda metade dos anos setenta, e ainda durante o período final do regime militar (1964-1985), destaco o intenso diálogo do Centro com o ativismo negro. Acrescentem-se os ativistas vinculados aos terreiros de candomblé que, nos anos oitenta, diante dos ataques de igrejas neopentecostais, notadamente os da Igreja Universal do Reino de Deus, foram estimulados a se reunir nas dependências do órgão para a reedição do Fórum Baiano contra a Intolerância Religiosa, no ano de 2000.

Outras ações estavam em curso: o estabelecimento do convênio com o Council on International Exchange Education (CIEE) para o intercâmbio intercultural de estudantes oriundos de várias universidades norte-americanas (2000-2012), o apoio da Funda-

ção Ford para: i) atividades e cursos do CEAFFRO – Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero (1995-); ii) pesquisas e publicações sobre a adoção e a avaliação das ações afirmativas (sistema de cotas) para estudantes das escolas públicas, negros e indígenas em universidades públicas estaduais e federais (2010-2013).

Recursos tanto da Fundação Ford quanto do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS-Amsterdam) para o estabelecimento da Fábrica de Ideias – Curso Avançado em Estudos Étnicos e Raciais(2002-), e a criação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos-PosAfro, em 2005.

CIMAPE (1969)

Gilfrancisco

A CIMAPE – Editora - Companhia Industrial de Material Plástico e de Escritório, de propriedade do empresário, Dípeno de Carvalho, proprietário do jornal Feira Hoje, em Feira de Santana, criou em 1969, a Coleção Poesia Contemporânea, Volume 1 e inicia com a publicação do livro *Temporário*, do jovem poeta estreante, Cid Seixas Filho, 90 páginas, for-

mato 21,0x13,0 – capa: A. Carvalho. O livro era composto e impresso na gráfica da CIMAPE, sediada a rua da Faísca, nº 31 – Salvador. Em uma das abras, escreveu sobre o autor, o editor da “coleção Poesia Contemporânea:

Jornalista bastante conhecido nos nossos meios artísticos e intelectuais, assina diariamente a seção Ponto Comum, na Estado da Bahia, e no suplemento literário do Diário de Notícias, a seção dominical SDN cultura e Arte; através da qual, o ano passado, promoveu o 1º Concurso de Poetas Inéditos da Bahia, certame anual que já revelou oito poetas, alguns dos quais integrados à vida cultural da cidade.

Após a publicação do Volume 1, a CIMAPE -Editora, deu prosseguimento a coleção: *Crepúsculo*, Ivo Lopes da Silva; *A desumanização da Política*, Néelson de Souza Sampaio, *Os Enforcados*, Fernando Ramos; *Brasília Amanhã*, Remy de Souza; *Noite Estrelada*, Judith Grossmann; *Pedaço de Vento*, Maria Vilma Baleeiro Lima; *Sal da Terra*, Valeriano Felix dos Santos.

Por esta razão, a CIMAPE Editora, é caso único na editoração de livros “independentes” na Bahia – que se destacou pelo pioneirismo em publicar, por conta própria, autores locais, por ser uma empresa que desen-

volvia atividade, oposta ao mercado livreiro.

CÓDIGO

Gilfrancisco

Código (Poema, artes visuais) nº 2 (BA), 1975, 34 páginas, formato, 25x22, impressão offset, capa – Cygnus/do Editor Erthos Albino de Souza. Colaboram: Augusto de Campos, Antônio Risério, Beto G. Cerqueira, Caetano Veloso, Décio Pignatari, Erthos Albino de Souza, Haroldo de Campos, Hector Olea, José Lino Grunewald, João Patinhas, José Luís Garaldi, José Roberto Lakatos, Lena Coutinho e Raquel.

Código nº 3, agosto de 1978 (BA), 32 páginas não numeradas, formato de 25x22, capa arte técnica Quirúrgica/Júlio Plaza, contracapa, o Encontro das águas: Rio Negro-Solimões/Pedro Xisto. Colaboradores: Aldo Fortes, Augusto de Campos, Cleber Teixeira, Dudu Machado, Erthos Albino de Souza, Haroldo de Campos, Júlio Plaza, Lenora de Barros, Orlando Ribeiro, Paulo Leminski, Pedro Xisto, Regina Silveira, Régis Bonvicino, Sousândrade.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO. Salvador, nº 2, 1975, trinta e quatro páginas.

Código. Salvador, nº 3, agosto de 1978, trinta e duas páginas.

COLETIVO JACUIPENSE

Éttore Pablo Vilaronga Rios

Em 2016, um grupo de jovens, incomodado com a gestão centralizadora de uma associação cultural, decidiu deixar a instituição e agir de forma independente, realizando manifestações artísticas na cidade de São José do Jacuípe. A primeira atividade do grupo foi a realização de uma alvorada com seus integrantes fantasiados de pessoas ilustres da cidade e um sarau à noite no mesmo dia.

Essa organização informal reuniu desde crianças até adultos. Estes últimos assumiram o papel de formadores em relação aos mais novos, que passaram a ser iniciados na militância cultural, social e política. O primeiro nome escolhido foi Coletivo Juvenil de São José do Jacuípe. Nos anos 2017 a 2018 o Coletivo Juvenil realizou manifestações contra o governo Temer durante momentos cívicos de São José do Jacuípe. E de igual modo foram várias as ocasiões em que o gru-

po protestou contra o governo de Jair Bolsonaro.

Com o passar dos anos e a abrangência de várias faixas etárias, o nome passou a ser Coletivo Jacui-pense, que, entre outras atividades, já realizou saraus, apresentações em desfiles cívicos, peças teatrais, cinemas de rua, encontros de formação, cursos, produção de documentários, apoio a festas literárias, etc. Em 2023 o Coletivo iniciou as atividades do Café com Cast, um podcast semanal que entrevista as principais personalidades da cidade e região. Atualmente esse projeto segue de forma independente, dirigido por membros do Coletivo.

Em 2024, durante a tradicional semana cultural, que comemora o aniversário de emancipação do município, o Coletivo Jacui-pense estreou sua nova atividade: a Quadrilha Fulô de Sinhá. Na oportunidade, o número de dança emocionou o grupo e a multidão presente com um belo espetáculo de dança tradicional junina. Após essa apresentação, o grupo foi convidado a repetir o número em vários eventos culturais na época.

Atualmente, o Coletivo Jacui-pense prepara a documentação para se institucionalizar como ONG, para concorrer a editais de fomento e con-

tinuar suas atividades de forma mais estruturada e sustentável.

O fundador desse grupo é o produtor cultural André Vilaronga Nascimento, que já desempenhou o papel de Diretor Municipal de Cultura, líder de jovens católicos e organizador do Acampamento Católico Atos 29, promovido anualmente em São José do Jacuípe para jovens e adolescentes da Paróquia de São Cristóvão.

O lema do Coletivo Jacuipense é “revolução na sua mente, você pode, você faz”.

CORAL CANTORES DE ORFEU

Alex Pereira de Araújo

Criado em 1955 pela maestra itabunense Zélia Lessa, mulher de um talento e coragem excepcionais, o coral Cantores de Orfeu era formado por jovens entusiastas como a sua regente que o mantiveram em atividade por mais de meio século na cidade de Itabuna. A consagração deste coral se confirmou, em 1961, em palcos da capital do estado da Bahia por ocasião da Semana de Música, onde os Cantores de Orfeu se apresentaram na categoria “Hors Concours” em razão do seu alto nível artístico.

Zélia Lessa também esteve, durante muito tempo, à frente do Coral da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus. Ela foi responsável por criar uma série de temas sacros e temas ligados ao folclore regional, com destaque para *A Rapsódia Grapiúna*, muitas vezes, apresentada em eventos culturais da região cacaueira.

REFERÊNCIA

MENDES, H. *Figuras e fatos de Itabuna*. – Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1967.

CULTURA ALEMÃ

Gilfrancisco

Revista ilustrada mensal de letras, ciências, artes, história e atualidades, tinha direção e propriedade de Karlos Weber. Fundada na Bahia em abril de 1915, tinha por fim a publicação de artigos em defesa de sua civilização contra os barbarismos dos povos incultos ou invejosos do seu desenvolvimento comercial e máxima civilização. É como se vê, uma publicação em defesa da Alemanha na época da sinistra guerra europeia. Nela colaboraram Egas Moniz Barreto de Aragão (Pethion de Vilar), Bernardino de Souza,

Afonso Rui, Pires do Rio, Cristiano Muller, Eusébio Cardoso e outros.

REFERÊNCIA

Cultura Alemã. Salvador, nº 1 - abril de 1915. Editada por Karlos Weber, experiente mecenas que havia editado a revista *Os Annaes*.

CURADORIA LITERÁRIA

Ester Maria de Figueiredo Souza

A produção de conhecimento é o que nos identifica como pessoa inventiva, criadora e transformadora da realidade. Então, a curadoria, de modo geral, é por excelência um ofício de selecionar, produzir, sintetizar e socializar conhecimento, nas mais diversas áreas do saber.

A palavra curadoria pode ser empregada na acepção de cargo ou função da pessoa responsável pelo trabalho de seleção, organização e produção de conhecimento. Aplica-se a distintos campos do saber, tanto no contexto técnico científico, como artístico e cultural, em ambientes virtuais e físicos. É comum, no cenário da sociedade digital, mesmo com os baixos índices de inclusão sócio digi-

tal, o emprego dos termos curadoria digital e marketing digital.

Encontra-se o ofício da curadoria em projetos educacionais, artísticos, culturais, políticos, religiosos, agrários, ambientais e outros. No campo cultural, a curadoria literária é um nicho que se desdobra em curadoria do evento, da obra e do escritor.

A curadoria do evento envolve a decisão de centralizar o tema literário como o fio condutor da programação a ser detalhada para o público, quer na sua instância de evento privado ou público e segmentação etária. A curadoria da obra envolve as decisões sobre o projeto editorial do livro enquanto forma, conteúdo e estilo e as pesquisas conteúdo, de edição sobre tipografias, ilustrações e elementos especiais de confecção do livro. A curadoria do autor é a autoria referente à própria criação literária, nos seus processos de produção do ato da escrita, tematização de textos e palavras, supressões, acréscimos e os movimentos textualização aplicados pelo autor para cancelar a obra como produto final da criação literária.

Os três tipos de curadoria literária envolvem profissionais distintos, mas todos no segmento de curadoria literária. A curadoria literária, como

um campo no interior da abordagem geral de curadoria, é um processo criativo que envolve pesquisa, seleção e recomposição de abordagens conceituais e materiais para dar visibilidade a uma obra literária, a produção de um escritor, quer nos gêneros romance/poesia com a meta de atingir público para a formação com o letramento literário. Esse processo direcionado a um público-alvo, passa pela extração de temas e filtros para sintetizar e aproximar a obra literária do seu leitor.



DA PROSA E POESIA NO SUL DA BAHIA

Cyro de Mattos

Denominada de Nação Grapiúna por Adonias Filho, a Região Cacaueira da Bahia reúne um elenco valoroso de ficcionistas, poetas e cronistas, que em suas obras se preocupam com o ambiente do cacau, tipos e costumes. Alguns autores são considerados como inseridos nesse contexto nem tanto pelo tema, mas por suas ligações de origem a uma civilização forjada como singular ao longo dos anos.

De uns anos para cá, a literatura no Sul da Bahia cresceu e se tornou um corpo consistente com autores de obras expressivas, que vieram se juntar

aos nomes maiores de Jorge Amado, romancista centrado no tema social e costumes vividos por gentes típicas nas terras do sem fim; de Adonias Filho, dono de uma narrativa elíptica, que com maestria estilística constrói nas letras brasileiras um império de tragicidade, situado na infância da selva, e de Sosígenes Costa, poeta ilheense belmontino, expressando-se com um legado em que esplendem belíssimos sonetos pavônicos e o mito de Iararana.

Esta literatura, que, em alguns casos levou o homem e suas circunstâncias regionais a ser conhecido em níveis nacionais e até mesmo internacionais, tornou-se dotada de um acervo poderoso, integrado de autores e obras que em concepção e execução alcançaram padrões excelentes nos limi-

tes dessa compartimentação operacional. Com estilos caracterizados para a expressão do lírico, dramático e épico, não se pode deixar de considerar nesse cenário de uma literatura original, que fala tanto da disposição da alma como da problemática de uma geografia específica, autores como Hélio Pólvoira, Telmo Padilha, Jorge Medauar, Sônia Coutinho, Florisvaldo Mattos e Marcos Santarrita, todos eles com um discurso consistente e um imaginário fecundo.

Portanto, vemos na prosa e poesia no Sul da Bahia um corpo discursivo crítico e criativo com suficiência formal, dotado de beleza e riqueza na ideia, alcançando por isso suma importância como conhecimento da vida. Há nesta usina de legítimos artistas da palavra uma contribuição expressiva que alimenta a expansão do acervo cultural e literário da Bahia e até mesmo do Brasil.

Uma visão panorâmica e, ao mesmo tempo perspicaz, de autores e obras no seu processo histórico relacionado com a região sulina do Estado apresenta a vinculação da vida ao patrimônio espiritual da sociedade, em constante pulsação e movimento na direção das dimensões de um discurso fundamental da vida. Como forma

de conhecimento de nosso ser-estar no mundo, afirma-se, esse discurso aludido brota de um contexto educativo e cultural, inclinado a ampliar-se na medida em que a vida segue.

Torna-se compreensível que esses autores ligados ao sul da Bahia com suas obras valorosas alcancem merecida ressonância fora das fronteiras regionais. Estudo que possibilite o levantamento crítico e histórico das letras no sul baiano não pode deixar de relacionar certos nomes importantes e fazer a aferição crítica de seus legados.

Prosa:

Afrânio Peixoto, precursor e pré-modernista, Aleilton Fonseca, moderno contista de emoções e ideias cativantes, Augusto Mário Ferreira, prosador de ficção curta calcado no absurdo e na galhofa; Aracyllo Marques, romancista tendo a ver com o nascimento do Brasil em Ilhéus, Clodomir Xavier de Andrade, narrador do Vale do Rio de Contas com a sua inesquecível e ingênua Pulu; Elvira Foepfel, nas pegadas de Clarice Lispector, com uma linguagem labiríntica no romance Muro Frio e contos no círculo do medo; Euclides Neto, de prosa saborosa, narrativa regional articulada com engenho e arte, Fer-

dinand Maximiliano von Habsburg e seu importante relato histórico do mato virgem; Fernando Leite Mendes, ilheense mestre da crônica, Hélio Pól-vora, na galeria dos melhores contistas no Brasil, unindo o regional com o psicológico no discurso impressionista, sem fazer esforço; James Amado, romancista do Chamado do Mar, de técnica moderna, criador de gente simples na paisagem marinha; Jorge Araújo, ensaísta enorme, dramaturgo exemplar, poeta dos becos conflitantes do homem, Jorge Medauar, como o norte-americano Sherwood Anderson, recria a vida na cidadezinha do interior através da qual se apresentam personagens que vêm à tona com simplicidade e extraordinária empatia de seu criador, Lilia Gramacho, nascida em Uruçuca, antiga Água Preta, autora infantojuvenil, inventa com facilidade as tramas instigantes da adolescência; Ludimila Bertie, autora de biografia importante, rica de investigação e informações da vida e obra de Adonias Filho; Marcos Santarrita, romancista fecundo na imaginação, de trama em profusão através de episódios vividos por personagens marcantes no seu Mares do Sul; Manoel Lins, cronista talentoso do cotidiano na província; Margarida Fahel e suas

incursões memoráveis nas dobras do tempo, mesclando domínio histórico e imperturbável narrativa sensitiva es-corrída nos Ilhéus do Brasil Colonial; Naomar de Almeida Filho, ficcionista atrelado ao ilógico da vida; Odilon Pinto com suas prazerosas historinhas vivenciadas nos mundinhos do cotidiano urbano e rural; Ricardo Cruz, legítimo recriador do mundo real, com temas capturados do erótico e do político, Ritinha Dantas e seu testamento lírico de uma avó inesquecível; Ruy Póvoas, misto de babalorixá e exímio contador de itans, construtor de uma lavra literária que apreende com sabedoria os caminhos da vida, Saboia Ribeiro, outro precursor regionalista, Sônia Coutinho, audaciosa ficcionista, de conflitos e atritos no ambiente crítico da solidão em família.

Poesia:

Abel Pereira, constante colhedor de haicai, Adelmo Oliveira, poeta inseparável do verso pungente e dolorido, Ariston Caldas, dono da rosa com pétalas tecidas com agruras; Carlos Roberto Santos Araújo e a sua travessia vertiginosa no rio das solidões, Conceição Nunes Brook, poeta de lirismo sedutor, traçado por musa delicada, Firmino Rocha e sua

resistência santa na cidadela da poesia; Florisvaldo Matos, poeta magistral, de linguagem atraente, de lastro clássico ajustado ao verso de técnica moderna; Hélio Nunes com pássaros tecendo a esperança e acontecendo no amanhã, Heloísa Prazeres, dona de uma casa onde habitamos em cômodos convidativos para saber o que somos no trânsito do mundo; Ildásio Tavares e seu ditado fazendo pensar nos momentos críticos do cotidiano urbano, Iolanda Costa e sua lira descuidada; Minelvino, o trovador apóstolo, genuína vocação de cordelista do jeito que o povo gosta; Oscar Benício dos Santos, poeta do cacau, de alma evocativa de uma paisagem pintada com as vicissitudes e perdas campestres; Piligra, cordelista de fôlego, focado na vida e obra de Jorge Amado; Renato Prata com o tempo na pulseira sob o enlace arguto da poesia; Rita Santana, competente poeta das alforrias; Sosígenes Costa, poeta singular e plural, clássico e popular, em terras sulinas da Bahia; Telmo Padilha, poeta de voo absoluto, atravessado de solidões nas questões profundas; Valdelice Soares Pinheiro, de versos contidos retirados com excelência de dentro da alma para revelar a vida com as suas surpresas, milagres e espantos, Walker Luna com seu dis-

curso existencialista sequenciado de gritos lancinantes.

Como reflexo da vida, a literatura continua em rotação. Pela captura de momentos incertos e preocupantes da vida, também merecem referência para uma leitura apurada as produções de André Rosa, Marcus Vinicius Rodrigues, Evando Nascimento, Neuzamaria Kerner, Emmo Duarte, Antônio Baracho, Marcos Luedy, Ramayana Vargens, Antônio Lopes, Kleber Torres, Ceres Marylise, Gustavo Felicíssimo, Geraldo Lavigne, Rafael Gama, Baísa Nora, Aldo Bastos, Heitor Brasileiro, Pawlo Cidade, Ticiano Leony, Nilo Cardoso Pinto, Fernando Sales, Adelino Kfoury, Efsom Lima, Carlos Cauê, Jane Hilda Badaró, Gustavo Cunha, Myrthes Petitinga, Gil Nunesmaia, Delile Oliveira, Agenor Gasparetto e Laila Oliveira.

DIA DO SAMBA

Gildecide Oliveira Leite

A escolha para a culminância do I Congresso Nacional do Samba deve-se ao fato de a música “Pelo telefone” de autoria de Donga e Mário de Almeida, executada em 1917, já ser memorável em 02 de dezembro de

1962, quando da realização do conclave na segunda capital do país. Não obstante, nem tudo que fora planejado teve êxito. Edison Carneiro anuncia no documento síntese do evento, a Carta do Samba, em sua página 06 que fora “[...] sancionada lei estadual declarando o dia 2 de dezembro Dia do Samba, à base do projeto apresentado, nesse sentido, pelo deputado Frota Aguiar” (CARNEIRO, 1962, p.06). O anúncio de Carneiro não correria risco de tornar-se um equívoco, se não fosse por acontecimento intempestivo, provocado pelo Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

A primeira lei que institui o dia 02 de dezembro como Dia do Samba não partiu da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Apesar de ter sido publicado o projeto de Lei 681/1962 do Legislativo da Guanabara no Diário Oficial do dia 20 de novembro de 1962, o então mencionado Governador vetou a Lei proposta pelo Deputado Estadual Frota Aguiar. A Lei só viria a tornar-se realidade pelo Rio de Janeiro em 27 de julho de 1964, quando os parlamentares derrubaram o veto do executivo estadual. A divulgação definitiva ocorreu no diário oficial de 07 de agosto de 1964 em “Atos do Poder Legislativo”.

Nesse intervalo de tempo, a *Carta do Samba* já surtia efeito também na Bahia, mais especificamente da Cidade do Salvador. O então vereador da capital baiana Luiz Menezes Monteiro da Costa propôs projeto de Lei inspirado na *Carta do Samba* e finalmente em 02 de dezembro de 1963 na Cidade do Salvador, no estado berço do samba, surgia a pioneira consagração oficial do dia do samba. Ao tratar a Bahia como berço do samba, coaduna-se com Edison Carneiro (1961, p. 6), que reconhece que a forma divulgada pelo Rio de Janeiro tem origem na Bahia, levada ao Rio por imigrantes como Tia Ciata, mantendo parte da denominação samba de roda. Mesma compreensão tem Muniz Sodré em seu livro *Samba, o dono do corpo* (2007).

O desencontro de datas parece não ter sido totalmente resolvido. Até instituições governamentais fazem divulgações equivocadas a respeito do ano de oficialização do dia do samba, provavelmente fizeram a leitura da *Carta do Samba*, sem pesquisas complementares necessárias. A influência da *Carta do Samba* fez com que o 02 de dezembro ficasse consagrado como dia do Samba, mesmo antes da Lei de 02 de dezembro de 1963 em Salvador.

Durante o ano de 1962, a imprensa divulgou o 02 de dezembro como dia do Samba. As notícias nesse sentido continuaram em 1963 e 1964.

No dia 24 de novembro de 1962, o soteropolitano Jornal *A Tarde* comenta o projeto apresentado pelo Deputado do Estado da Guanabara Frota Aguiar. Em 02 de dezembro de 1962 o *Diário Carioca* intitula uma de suas matérias com “Hoje é dia do Samba: Escolas comemorarão”. A lei do dia do samba, 1543/1963 foi de responsabilidade do vereador Luiz Monteiro da Costa, que além de historiador, membro da Academia de Letras da Bahia (ALB) e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), era interessado na cultura popular e próximo a Edison Carneiro.

DIÁRIO DA BAHIA

Gilfrancisco

Dificuldades financeiras e divergências em torno da diretriz política do jornal, fizeram com que o Diário da Bahia passasse, no decorrer de sua existência, por sucessivos donos.

Publicado em Salvador (BA), no século XIX e começo do XX, fundado por iniciativa de Demétrio Ci-

riaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira, surgiu em 1º de janeiro de 1856, meditado na Typographia de Epiphânio Pedrosa, situado à antiga Rua dos Capitães, hoje Ruy Barbosa, como jornal vespertino. Impressos em quatro páginas, sendo as duas primeiras representavam o setor informativo, as terceiras e quartas páginas eram destinadas aos anúncios. Segundo informa O Constitucional (folha liberal, literária e comercial), Rio, 28 de novembro de 1855, o surgimento do Diário da Bahia, jornal comercial, político e literário:

No primeiro dia útil de janeiro do ano vindouro sairá a luz o Diário da Bahia, na Typographia de Epiphânio Pedroza, em grande formato.

Sentindo-se há muito tempo a necessidade de um jornal nesta Província, que corresponda ao seu estado de ilustração e progresso, e que seja o órgão de todas as ideias uteis, interesses materiais e melhoramentos para o Paíz, a Sociedade Empresária do Diário da Bahia não tem poupado despesas para que elle se ponha ao par do Jornalismo esclarecido, condigno do nosso estado de adiantamento.

As mais hábeis penas desta e das outras Províncias concorrerão, pelo convite já feito, para tão útil publicação, enviando seus bem elaborados artigos sobre diversos assumptos: os Correspondentes

de Portugal, Paris, e Londres noticiarão os mais importantes acontecimentos do velho Mundo.

Opinião política extremada própria não terá – o Diário da Bahia – moderada, que é a mesma opinião pública, será a sua... Artigos de commercio, indústria, agricultura, sciencias, letras e belas artes serão apresentados conforme forem de utilidade pública. Os atos do Governo, o expediente das diferentes Repartições públicas, o movimento comercial, as notícias do dia, serão publicadas com toda a prontidão, de que se há mister em taes Jornaes.

A Sociedade espera que um Jornal publicado com tantas despesas, de tão grande formato, de um módico preço, com todo o acerto, e nitidez, traga reaes vantagens a seus Assignantes, e mereça a aprovação do público há quem convida a se inscrever nas seguintes colunas.

O preço da assinatura é de 4\$ rs. Por trimestre. Os assignante serão atendidos nas suas publicações.

Assigna-se nesta província na botica do Sr. Augusto José Marques, na livraria do Sr. Dr. Perdigão, e n'esta Typographia.

Em Caxias na botica do Sr. José Maria Barreto Borges.

Em Vianna, em casa do Sr. Dr. Talentino Augusto Machado.

O Diário da Bahia surgiu como jornal diário vespertino, órgão do Partido Liberal para fazer frente ao Jornal

da Bahia (1853-1878), porta-voz dos conservadores. Em 1857, o Diário sofre sua primeira reforma, passando de cinco colunas a seis, passando a ser a folha mais conceituada da Província Baiana. Um ano depois o Diário da Bahia, encontrava-se na Rua do Bacalhau.

Em edição de nº 241 de 30 de agosto de 1858, informa o Diário do Rio de Janeiro que:

O Diário da Bahia passará a ser propriedade dos Srs. Bacharel Manuel Jesuíno Ferreira e C. e fora publicado no dia 23 do corrente em maior formato, e contendo uma introdução, em que a nova direção promete envidar todos os esforços para merecer a gratidão pública.

Em 1860 foi vendida a Typographia do Diário da Bahia e funciona na Rua das Vassouras. Em 3 de janeiro de 1858 a tipografia do jornal é transferida da Rua do Bacalhau para a Rua das Vassouras nº 13. Através do contrato firmado entre Demétrio Tourinho e José Joaquim Landulpho da Rocha Medrado, em 31 de janeiro, passa o Diário da Bahia, a ser propriedade do bacharel José Joaquim a partir de 1º de fevereiro de 1858:

A imprensa é um sacerdócio sublime: o jornalismo é o pão do espírito que cotidianamente ele distribui com não igual ao rico e ao pobre. Mas para que esse sacerdócio não seja uma mentira irrisória, para quem o alimento espiritual seja nutriente, benéfico, vivificador – é de necessidade indeclinável que o jornalista pare em esfera superior a todos os interesses e paixão do partido. Isto não quer dizer indiferença política; indiferença cuja existência é unicamente possível em cérebros enfermos, degradados por algum consenso fatal de circunstâncias desgraçadas lamentáveis...

Em 19 de fevereiro de 1864 o jornal sofreu uma pequena reformulação editorial e deixou de circular por três dias. A 4 de agosto, quatro anos mais tarde, o Diário da Bahia entre em nova fase, sendo formada uma sociedade anônima, constituída de membros importantes e influentes do Partido Liberal local: sob a direção do conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas e redação de Pedro Leão Veloso. Este novo período do Diário (1868/1880) corresponde a fase áurea do jornal baiano. Do seu corpo redacional faziam parte os mais destacados intelectuais da Província: Leão Veloso, Ruy Barbosa, Rodolfo Dantas, Sátiro Dias, Belarmino Barreto, Manuel Vi-

torino Pereira, Augusto Guimarães, Xavier Marques e outros.

Com a volta dos liberais ao poder, o conselheiro Dantas, fixa residência no Rio de Janeiro e Ruy Barbosa passa a dirigir o jornal, mantendo-se por dez anos no cargo. Eleito deputado geral pela Bahia, Ruy transfere-se para a capital imperial em 1879. No ano seguinte Augusto Álvares Guimarães, rico comerciante e casado com a irmã do poeta Castro Alves (1847–1871), adquiriu dos acionistas do jornal, tornando-se único proprietário.

Após a morte de Augusto, em março de 1896, o Diário da Bahia passa por uma das piores fases, declínio total; carência de bons textos jornalísticos e conseqüentemente queda nas vendas dos jornais, passando a circular em dias alternativos. Em abril de 1899, o jornal foi vendido a Domingos Rodrigues Guimarães, um membro da elite comercial da Bahia, opositor ao governo de Luiz Viana (1846-1920), membro do Partido Federalista da Bahia.

Finalmente, em 1900 transferiu o jornal por escritura pública a Severino Vieira (1849-1917) e o velho vespertino volta a circular a partir de 1901 como órgão do Partido Republicano da Bahia, fundado pelo go-

vernador Vieira (1901-1904). Sua determinação política, permaneceu até seu falecimento em 23 de setembro de 1917, quando mais numa vez o jornal passa a ser gerido por uma sociedade anônima, incorporada por Pedro Francisco Rodrigo do Lago (1870-1958), jornalista e político baiano, deputado estadual (1893), deputado federal (1906-1923), (1935-1937), senador (1923- 1930), eleito governador do Estado da Bahia em 1930, não sendo empossado pela eclosão da Revolução da Aliança liderada por Getúlio Vargas, naquele ano.

Em 1933 o jornal foi adquirido por outra sociedade anônima dirigida por um ex-deputado federal, João Pacheco de Oliveira. E assim acelerou-se a decadência do Diário da Bahia até seu fechamento definitivo em 30 de maio de 1957, após enfrentar sucessivas crises financeiras, como o salário dos funcionários que deixou de ser pago, máquinas foram empenhadas, além das várias ações trabalhistas e circulação irregular.

DOCE DE UMBÚ DO PROFESSOR CELSO

Éttore Pablo Vilaronga Rios

A receita de doce de umbu do professor Celso não é nenhum segredo, tanto que ele compartilha com qualquer pessoa que lhe pergunte como é feita. O primeiro passo é selecionar os umbus, que devem ser sempre aqueles inchados, nem verdes, nem maduros. As frutas devem ser cozidas em água até começarem a se soltar da semente. Após escorrer a água e esfriar, a polpa deve ser separada das sementes com uma peneira.

Depois desse processo, a quantidade de polpa deve ser medida e essa mesma quantidade deve ser separada em açúcar para ser feita uma calda. Ao atingir o ponto de bala, a polpa do umbu deve ser adicionada e mexida até borbulhar. Deixar esfriar um pouco e acondiciona em recipientes de plástico ou vidro. Dura até um ano se mantido sob a refrigeração, fica ótimo para ser consumido com pães, torradas ou com creme de leite.

O doce é bastante famoso e apreciado em São José do Jacuípe e região, já que o professor Celso o presenteia a muita gente sempre que faz.

Celso Pereira Rios é professor aposentado da rede estadual de educação da Bahia, nascido em 22 de novembro de 1956 na Fazenda Belo Horizonte na cidade de Várzea do Poço. Mudou-se para São José do Jacuípe em meados de 1981, onde se casou, constituiu família, tornou-se líder político e comunitário e reside até os dias atuais exibindo seus talentos que vão além da culinária. O Professor Celso também escreve mensagens, peças teatrais e é bastante habilidoso em artesanato, como crochê e bordados.



ELEMENTOS DE CURADORIA LITERÁRIA

Ester Maria de Figueiredo Souza

O enfoque curatorial da curadoria literária, além de envolver a abordagem da obra, do autor e do tema, expõe os questionamentos da sociedade para a escolha dos conteúdos e repertórios que irão compor a programação do projeto, adequando a frequência e quantidade de informação a ser exposta para o público, a partir da observação dos seguintes elementos: Originalidade, Confiabilidade, Totalidade, Inter-relação, Validação, Descrição.

Originalidade, o tema não precisa ser novo, mas precisa ser envolvido com outras abordagens que lhe

confere originalidade. Confiabilidade, o conteúdo precisa se referenciar em fontes seguras de pesquisa do tema e da obra e do autor, precisa ser correto. Totalidade, o trabalho precisa ser claro e didático em sua abordagem do tema, como síntese que se conclui no entorno do projeto. Inter-relação, o tema deve ser relacionado a temas afins para criar camadas conceituais com outras expressões artísticas. Validação, a abordagem do tema requer ser avaliado.

ENCONTRO DE CULTURA E FÉ

Sílvia Nascimento dos Santos
Filismina Fernandes Saraiva

O “Encontro de Cultura e Fé” é um evento anual realizado em co-

munidades da zona rural de Seabra e região, na Chapada Diamantina - BA. A festividade reúne grupos de reisados, manifestações culturais que combinam música, dança e religiosidade, celebrando e fortalecendo as tradições locais e promovendo a cultura e a fé das comunidades quilombolas. É uma celebração realizada de forma coletiva, sem um proprietário específico, sendo o próprio povo o responsável por sua organização.

Iniciado em 2003, o Encontro de Cultura e Fé foi inspirado pelo Encontro Regional de Grupos de Reis realizado em 2001 na cidade vizinha de Boninal. O objetivo inicial do evento era fortalecer as manifestações culturais da região, especialmente aquelas relacionadas aos Santos Reis, destacando-se como uma celebração de cultura, fé e resistência.

A primeira comissão organizadora foi composta por Jaime Cupertino, Júlio Cupertino, Carmelice dos Santos, D. Lourinha, João Evangelista, Jacy Maria e Raimundo Januário. Estes líderes comunitários foram fundamentais para a criação e consolidação do evento, estabelecendo suas bases culturais e religiosas.

O Encontro é fundamental, pois possui missão de preservar as raí-

zes ancestrais que estão gradualmente desaparecendo com o falecimento de idosos. Com a partida de pessoas em idade avançada, cabem aos jovens assumir esse movimento, garantindo a permanência da tradição, cientes da impossibilidade de ser inalterada. Um evento de tão grande importância ajuda os jovens a compreender o significado e a importância da tradição popular, fortalecendo grupos locais em suas respectivas comunidades.

Qualquer grupo interessado em sediar o encontro seguinte pode submeter sua solicitação à comissão organizadora e, em caso de múltiplos pedidos, a decisão será do coletivo, recorrendo a sorteio, se necessário.

É importante destacar que não são apenas as comunidades quilombolas que podem recepcionar esses encontros, ao total já foram realizados 18 encontros de cultura e fé, em comunidades como: Agreste, Lagoa do Baixão, Serra do Queimadão, São Lourenço, Solidão, Lagoa da Boa Vista, Palmeirinhas, Angico, Baixão Velho, entre outras. O evento tem a possibilidade de ser realizado em qualquer município parceiro, desde que a cidade sede assuma a responsabilidade pela infraestrutura necessária.

O XVIII Encontro de Cultura e Fé foi realizado no dia 12 de maio de 2024, na comunidade quilombola de Vazante, mais especificamente em Capão da Vazante, cidade de Boninal, a pedido de Seu Jaime Cupertino (in memoriam), figura central do evento. Como um dos fundadores, ele trouxe sua sabedoria, experiência e paixão pela preservação cultural e pela fé da comunidade quilombola. Sua liderança visionária e comprometimento com as tradições locais foram essenciais para a concretização e continuidade dos encontros. Seu Jaime é reverenciado ainda hoje, mesmo após sua partida, por sua capacidade de unir a comunidade e inspirar as novas gerações a valorizar e manter vivas as manifestações culturais dos reisados.

Para a realização do Encontro de Cultura e Fé, um processo preliminar abrangente é conduzido, composto por 15 reuniões. Durante esses encontros, são realizadas sessões de formação e aprendizado. Um destaque significativo é reservado para uma sessão especial voltada aos jovens, além de uma capacitação específica focada nas mulheres, abordando temas como empoderamento feminino e estratégias para combater o racismo.

Adicionalmente, em 2024 foram apresentados resultados de pesquisas realizadas por jovens da comunidade, que se dedicaram ao estudo da história da Vazante. O desfecho desse trabalho culminou na publicação do livro “Histórias e Memórias: Narrativas da Comunidade Quilombola de Vazante”. Este último encontro também marcou a inauguração de um novo espaço, construído após o reassentamento da população afetada pela construção da barragem Vazante/Baraúnas. Assim, o evento foi mais do que especial, reafirmando que a comunidade de Vazante permanece viva, sendo um símbolo de luta e resistência.

Em suma, o Encontro de Cultura e Fé na Chapada Diamantina não é apenas uma celebração, mas uma expressão vívida da identidade, da solidariedade e da vitalidade das comunidades locais. Que continue a inspirar e fortalecer não apenas aqueles que participam diretamente, mas também todos os que reconhecem o valor da diversidade cultural e da preservação do patrimônio humano.

REFERÊNCIAS

TV REGIONAL. 18º Encontro de Cultura e Fé, Capão de Varzante

-2024: Bate-papo com o professor Lauro Roberto. YOUTUBE 15 de maio 2024. Disponível em: https://youtu.be/iXELi775q-U?si=JiBsbTs_bZRm8KIU/.

ENCOURADOS DE PEDRÃO NA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

Luiz Eudes

Os Encourados de Pedrão, sob a liderança do Frei José Maria do Sacramento Bayner, foram um contingente crucial, em um episódio marcante na história do Brasil colonial que culminou na expulsão das forças portuguesas e na conquista da independência da Bahia.

Em 1823, o Brasil ainda enfrentava o domínio colonial português, apesar das crescentes demandas por autonomia e liberdade. Nesse cenário de agitação política e fervor patriótico, a Bahia emergiu como um epicentro de resistência, com diversas facções locais se unindo para expulsar as tropas portuguesas e alcançar a independência. Sob a liderança do Frei José Maria do Sacramento Bayner, um grupo de 39 vaqueiros, conhecidos como Encourados de Pedrão, uniu-se ao exército, em Cachoeira. Munidos de coragem e

determinação, esses vaqueiros desempenharam um papel vital no conflito, demonstrando habilidades táticas excepcionais e um compromisso inabalável com a causa da liberdade.

As forças independentistas, incluindo os Encourados de Pedrão, enfrentaram as tropas portuguesas em um confronto decisivo. Com bravura e tenacidade, os rebeldes conseguiram derrotar as forças lusitanas, consolidando assim a vitória da causa independentista na região.

A participação dos Encourados de Pedrão na Independência da Bahia, em julho de 1823, é um testemunho eloquente da diversidade e da determinação do povo brasileiro em busca de sua autonomia e dignidade. Seu sacrifício e heroísmo contribuíram significativamente para o estabelecimento da soberania nacional e para a consolidação dos ideais de liberdade e justiça no Brasil.

Os Encourados de Pedrão, liderados pelo Frei José Maria do Sacramento Bayner, representam um capítulo inspirador na história da luta pela independência da Bahia e do Brasil como um todo. Seu papel fundamental não apenas os imortaliza na memória coletiva do país, mas também ressalta a importância da participação

popular e da resistência determinada na conquista dos ideais democráticos e republicanos.

Salve o 2 de julho!

ETC. (1927-1936)

Gilfrancisco

Encontramos na coleção da Biblioteca Nacional, os dois mais antigos exemplares da revista ETC, o nº 1, Ano I de 9 de julho de 1927 e o de nº 5, Ano I, 15 de setembro de 1927, direção e propriedade de Júlio de Carvalho. A revista ETC. – Política, Atualidades, Questões Sociais, Letras e Artes — publicava-se quinzenalmente, formato de 32,0x23,5 e mancha de 25,0x18,5. A Redação e Oficinas, se encontravam na Rua Silva Jardim, nº 66, a publicação impressa em papel jornal, contendo 20 páginas numeradas. Em Salvador era comercializada no Plano Inclinado, Agência da Pastelaria Triumpho, Estação da Companhia Linha Circular, Agência do Café Pirangy, Porta São José, Mercado da Baixa dos Sapateiros, Estação da Este Brasileira. A revista tinha representantes em alguns estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Nascida em 9 de julho de 1927, a revista ETC. durante seis meses foi uma publicação quinzenária.

De 1928 em diante, ETC. tornou-se semanário, tendo as suas oficinas regularmente instaladas e a sua redação, à rua Alfredo Barros, Avenida Sete, nº 5. No final dos anos vinte, a revista divulgou trabalhos da “Academia dos Rebeldes”, composta por Jorge Amado, Pinheiro Viegas, Edison Carneiro, Alves Ribeiro e outros. O sentido reacionário, conservador que lhe imprimiu o seu diretor e redator, Júlio de Carvalho, logrou ser bem compreendido pelo povo baiano, tornando-se por isso ETC. um semanário plenamente vitorioso, no conceito da elite política e intelectual da terra.

Quando a revista ETC. completou três anos de circulação, houve por parte da imprensa baiana, alguns jornais como: A Tarde, O Imparcial e O Jornal a publicação de Notas parabenizando o sucesso dessa publicação.

Em 1932, ganha um novo subtítulo de “revista de cultura e mundanidades”, a partir de janeiro de 1934, a revista começa a trazer em suas páginas, artigos defendendo o integralismo e as ideias de Plínio Salgado. Alguns colaboradores: Jonathas Milhomens, Alexandre Passos, Jorge Amado, Alves Ribeiro, Alberti Borgia — pseudônimo usado por Jorge Amado —, Pierre Albion, Homero Silveira,

Dion Cassio, Osvaldo Devay de Souza, Silveira Bruno, Sosigenes Costa, Da Costa Andrade, Marques Rebello, Blas Karpof, Agrippino Grieco, Clovis Amorim, Enedino Sellmann, Deraldo Souza, Hélio Vianna, Pinheiro Viagas, Dias Da Costa, Eça de Queiroz, Pinto de Aguiar e outros.

REFERÊNCIAS

ETC. Salvador, nº 1, Ano I de 9 de julho de 1927.

ETC. Salvador, nº 5, Ano I, 15 de setembro de 1927.



FEIRAS, FESTAS, FESTIVAIS LITERÁRIOS

Ester Maria de Figueiredo Souza

Denominação para eventos que centralizam a obra literária, o escritor e sua exploração em programação específica dependente de um apurado olhar curatorial do projeto literário envolve as etapas distintas de pesquisa literária sobre o escritor, a obra, o tema. O programa literário do evento é constituído de palestras com escritores e profissionais do setor, sessão de autógrafos.

Os eventos literários, nos formatos de feiras/festas/festivais/ são, por excelência, o de maior abrangência de público intergeracional, pois, envolvem, de modo geral, programa-

ção destinada a crianças, jovens, adultos e idosos. Há, também, feiras literárias destinadas a um único segmento de público, com as que se realizam em instituições de ensino, geralmente acolhendo crianças e jovens estudantes.

Os formatos de feiras, festas ou festivais literários podem se configurar como atuação local, regional ou nacional, tendo uma grade de programação que centraliza a literatura enquanto arte da palavra, podendo ser expandido o diálogo com outras linguagens artísticas, adotando uma configuração de segmentação de programas para atender cinema, música dentre outros, ou seja, eventos dentro do evento com escritores, profissionais do setor, gêneros literários diversos e atividades que envolvem espetáculos,

oficinas, palestras, mesas de conversa, lançamentos, concertos, ocupação de espaços públicos, exposição artística, mostra de trabalhos escolares e afins.

FESTA DE IEMANJÁ EM 2 DE FEVEREIRO (SALVADOR DA BAHIA)

Marlon Marcos

Entre os saberes ancestrais mais profundos, reside em nós baianos (e brasileiros) a prática de ofertar presentes às Águas. Águas que deram origem a todas as vidas existentes no planeta. Águas que perfilam o Sagrado Feminino em todas as civilizações. Águas que são elementos permanentes na energia feminina que identificam a mulher em inquices, voduns e orixás. Presentear às Águas é tradição milenar em africanos e indígenas que em encontros culturais, nesse território, nos legaram essa ciência de compreender os mares, rios, cachoeiras, lagoas, lagos, diques, igarapés, como moradas divinas das forças sagradas que habitam o mundo habitado por nós. Somos parte do sagrado aquático da vida e devemos louvores às Águas.

Quando se pensa em Iemanjá no Brasil, se associa ela às Águas salgadas dos mares. Contudo, pelos itans,

Yemoja, divindade feminina entre os egbás, na Nigéria, seria a mãe geradora de todas as Águas e em África, habita as Águas do Rio Ogún. Yemoja, para os iorubanos, é uma força sagrada feminina e seu nome diz: a mãe cujos filhos são peixes. Filha de Olokun, que na verdade seria o /a pai /mãe de Yemoja, belicosa senhora da casa, ela é uma deusa guerreira que prefere mais seu alfanje ao abebé, mas carrega os dois. Negra e de seios volumosos é a mãe mítica de muitos orixás tendo Exu e Ogum como os seus favoritos. Maternal até que seu poder não seja desafiado e sua vontade de rainha voluntariosa não seja cumprida, pois do contrário, é bravia e torna-se as Águas mais violentas vistas em tsunamis, maremotos, tormentas, destruindo tudo que passa próximo a sua ira. Mas, no mais profundo, ela é vida. A mãe negra do mundo que com suas Águas deu origem a tudo que respira na Terra.

No Brasil, Iemanjá está associada aos mares, enquanto Oxum, sua filha, seria a senhora das Águas doces. Ambas, para nós brasileiros, estão na categoria “mãe d’água”, como os indígenas chamam suas Iaras, as ninfas dos igarapés. Aqui, entre nós, além de ser associada aos mares, Iemanjá pas-

sou por um processo de embranquecimento, adquiriu características maternais cristãs, próximas da ideia que temos de Nossa Senhora, e perdeu o perfil de deusa guerreira e impaciente.

Mas, sempre foi o amor divino do povo dos mares. Os pescadores, marisqueiras, marinheiros afro-baianos, o povo de terreiro. Para aqueles e aquelas que precisam do mar para viver, Iemanjá precisa ser agradada todos os anos com as iguarias de sua preferência e tudo que exalte a sua força e beleza de mulher.

Com esse ensinamento ancestral afroindígena na Bahia, o de presentear o mar para pedir ou agradecer as benfeitorias da deusa, os pescadores sofrendo com as perdas de pescas e com a escassez de peixes, em 1923, instituíram o presente a Iemanjá, que daria origem a uma das festas mais populares da Bahia (e do Brasil): a Festa de Iemanjá, na comunidade do Rio Vermelho, em Salvador da Bahia.

Sobre os pescadores do Rio Vermelho, a antropóloga Cristiane Sobrinho Costa, em seu laudo técnico para o Registro Municipal da Festa de Iemanjá como Patrimônio Imaterial de Salvador, afirma:

Os pescadores do Rio Vermelho fazem parte da Colônia de Pesca Z-1, fundada 1560 pelos jesuí-

tas, sendo a primeira organização dos pescadores na Bahia, de acordo com os depoimentos recolhidos para minha dissertação de mestrado em 2010, os primeiros registros oficiais de organização dos pescadores datam de 1860. A Colônia está localizada ao lado da Igreja de Santana no bairro do Rio Vermelho, local onde no passado funcionava a casa do peso. Nesta Colônia estão cadastrados hoje em média 1.680 pescadores e sua área de atuação vai desde a Feira de São Joaquim até o bairro da Boca do Rio, tendo capatazias situadas nas localidades de: Feira de São Joaquim. Rampa do Mercado Modelo, Gamboa, Barra, Ondina, Mariquita, Amaralina, Tubaquê, Pituba, Pinaúna, Jardim dos Namorados, Açude e Boca do Rio. A comunidade de pescadores do Rio Vermelho é composta em sua maioria por trabalhadores negros, a maior parte possui outras profissões, mas tem a pesca como principal atividade de sustento familiar. Dos cerca de 1680 filiados à Colônia, apenas 50 mulheres são cadastradas, dessas 12 trabalham no Porto de Santana e apenas uma pesca mar de fora.

(Dossiê de Registro Especial do Patrimônio Imaterial : Festa de Iemanjá. Fundação Gregório de Mattos – Prefeitura Municipal de Salvador, 2019).

A Festa de Iemanjá possui duas grandes e importantes especificidades: é toda dedicada a uma orixá sem a intermediação do calendário católico,

nem a tutela associativa a nenhum santo desta igreja de origem romana. A outra especificidade revela que o presente começou da vontade popular dos pescadores, mas sempre teve a orientação de um sacerdote ou sacerdotisa do candomblé.

Portanto, com o crescimento dos festejos, foi se revelando aqui ali existe uma preocupação com a ritualística sagrada do candomblé, com os cuidados religiosos necessários para agradar as entidades. Além do cuidado com o presente principal dedicado à rainha das águas, outro presente, em dourado, é entregue a Oxum, na noite dia 1 de fevereiro, atualmente, no Dique do Tororó. Pois não se saúda o salgado dos mares sem saudar o doce dos rios.

No culto a Iemanjá, potentado aquático dos iorubanos, existem também as presenças de Samba, Kaiala, Kaiá, Koquetu, as donas das águas entre a nação congo-angola. No Jeje, louva-se Aziri-Tobossi, e no ketu, a grande senhora é Yemoja, mais conhecida com o nome aportuguesado, Iemanjá. Nelas reinam Mama Kalunga, Mami Wata, Olokun. Existem as Iaras tupinambás, as sereias balcânicas, as sereias africanas, e todas as forças aquáticas do feminino oriental.

A Iemanjá que é o mar. O mar que é feminino. Mar mãe que pariu a vida. A vida que em sua versão primeira e mais profunda é toda negra como a pele da Grande Mãe.

REFERÊNCIAS

COSTA, Cristiane Sobrinho. **Dossiê de Registro Especial do Patrimônio Imaterial: Festa de Iemanjá.** Prefeitura Municipal de Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2019.

MARCOS, Marlon. **Memórias do Mar.** (Poesia). Salvador: Edição do Autor, 2013.

MARCOS, Marlon. **Poemar:** historinha da mãe negra Iemanjá. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2015.

VALLADO, Armando. **Iemanjá: a grande mãe africana do Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

FESTA DE SÃO LOURENÇO NO POVOADO DE COLÔNIA EM ITAETÊ

Lísias Azevedo

A Festa de São Lourenço é uma celebração religiosa e cultural realizada anualmente no povoado da Colônia, localizado no município de Itaetê, na Chapada Diamantina. Com origem na década de 1960, a festa surgiu

como encontros entre as comunidades vizinhas, organizados com a ajuda de líderes locais, como o Sr. Oldemir e o Sr. Natal. Esses encontros foram o início de uma tradição que, ao longo do tempo, evoluiu para um novenário.

A primeira festa oficial em homenagem a São Lourenço aconteceu após a chegada da imagem do padroeiro, trazida por Dr. Jaime Leiro Vilá. O novenário ocorre entre os dias 1º e 9 de agosto, e cada noite é dedicada a uma comunidade diferente. No dia 10, a festividade é encerrada com uma missa e uma procissão, que mobilizam fiéis e visitantes. Além das celebrações religiosas, a festa também conta com batizados e casamentos, promovendo a integração comunitária.

Os dois últimos dias do novenário são marcados por uma tradicional festa dançante, muito aguardada pelos moradores do povoado e por visitantes que vêm de outras regiões, reforçando o caráter festivo e de confraternização do evento. A Festa de São Lourenço, que completou 50 anos em 2015, é um símbolo de fé, cultura e evangelização, e permanece como uma importante manifestação cultural do município de Itaetê.

FESTA DO AMPARO

Indinéia Ramos Paixão
Gilson Antunes da Silva

Trata-se de uma tradição que remonta à segunda metade do século XVIII em que se reverencia Nossa Senhora do Amparo, a padroeira de Valença, BA. A partir de 1750, um novo povoado se estabeleceu em torno da capela de Nossa Senhora do Amparo, conhecido como Povoado do Amparo. E, desde então, a devoção foi-se consolidando entre a população valenciana (Paixão, 2006). Mesmo quando, em 1799, o povoado foi elevado à categoria de Vila Nova Valença do Sagrado Coração de Jesus, a Senhora do Amparo continuou sendo considerada e reverenciada como Padroeira, apesar de a Freguesia e de a Igreja Matriz serem do Sagrado Coração de Jesus.

A capelinha do Amparo passou por sucessivas reformas, ainda no século XVIII e no século posterior, até tornar-se a imponente Igreja no alto da colina sagrada, cuja arquitetura continua preservada. No século XIX, recebeu a visita de D. Pedro II, que lhe fez os seguintes comentários: “Muito bem situada. [...] A igreja é bonita assim não fosse o teto tão baixo, foi a 1ª igreja e o vigário já aí se viu cerca-

do pelo gentio” (D. Pedro II, 1959, p. 190).

A Festa de Nossa Senhora do Amparo, a festa da também padroeira dos operários, é realizada, anualmente, no dia 08 de novembro e está inserida no calendário da cidade, mas, sobretudo, no imaginário da população valenciana. O poeta Otávio Mota, num poema a ela dedicado, assim a representa: “Quando me largo/ nesse adro, largo./ Quando me lavo/ com essa água maga./ E essa festa nua/ se faz mais minha e sua/ a padroeira é nossa/ minha visão promessas” (Mota, 1985, p. 68). Durante muito tempo, os operários da Companhia Valença Industrial (CVI) foram responsáveis pela organização da Festa (Paixão, 2017). A colocação do palanque e das barracas; a iluminação da igreja; a preparação das noites de novenário, as celebrações e a procissão no dia da Festa; o gerenciamento de bandas e artistas que se apresentavam; tudo isso era para eles um verdadeiro momento de graça e devoção. Nas proximidades da data, a cidade se transforma: o comércio ganha outro vigor, pois é preciso preparar-se para a Festa, roupa, sapato, adereços; a paisagem de Valença se altera com a chegada dos camelôs, toda orla em direção à Fábrica fica mais apertada, difícil

de transitar, mas todo mundo vai lá, nem que seja para dar uma olhadinha; a população fica mais animada, “Para quem sabe que a festa virá, até a rotina tem seu gosto... Sim, até ela tem graça: torna-se uma ciranda boa, festiva pelo avesso...” (Serra, 1994, p. 16).

Além do novenário festivo que antecede o dia da festa, um dos seus pontos altos é a procissão em que os devotos saem em caminhada pelas ruas da cidade, entoando louvores em ação de graças pelas intercessões da padroeira. “E nossas mãos, pernas e marcos/vozes de aflição/na PROCISSÃO SE ACALMAM./ Espera a vez e canta/a ladainha, o terço/ a fé se agiganta/ a esperança encanta/DOS PÉS AOS PARALELOS” (Mota, 1985, p. 68).

Para além do elemento religioso, a festa possui um significado lúdico que possibilita a abstração das pessoas da sua rotina diária. “Sem a festa o mundo não sobrevive: perde o alimento de sua origem, a graça que a presença divina lhe dá... Mundo sem festa é imundo. Mas quando festejamos, a vida o avimenta...” (Serra, 1994, p. 16). Ao redor do sagrado, o profano ganha forma e enfeita as ruas de Valença, com sambas, pagodes, risadas, bebidas e muito axé.

REFERÊNCIAS

MOTA, Otávio. Festa do Amparo. *Pensar fluidos*. Salvador: Contemp, 1985.

PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar o apito da fábrica: idas e vindas de operários(as) têxteis em Valença – Bahia (1950-1980)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PAIXÃO, Indinéia Ramos. “oh! Senhora do Amparo, tua festa é emoção...” *Jornal Valença Agora*, p. A6, 09 nov. 2017.

D. PEDRO II. *Diário de viagem ao Norte do Brasil*. Salvador: Progresso, 1959.

SERRA, Ordep. O Povo de Santo e o Mundo da Festa. *Revista Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, nº 275, ano 16, p. 16, mai./jun. 1994.

FESTIVAL DAS PRIMEIRAS ÁGUAS

Carlene Vieira Dourado

O Festival das Primeiras Águas é um evento cultural que ocorre anualmente na cidade de Barro Alto, região de Irecê, sertão da Bahia. É uma celebração simbólica que comemora a chegada das primeiras chuvas na região, geralmente no mês de novembro, marcando o início de um novo ciclo agrícola e renovando a esperança de colheitas abundantes. Idealizado por

uma rede de colaboradores da região, fruto de parceria entre moradores locais e organizações comprometidas e dedicadas com a revitalização da cultura popular como o Sindicato de trabalhadores rurais do município, o festival tem crescido em tamanho e importância ao longo dos anos.

Caracterizado por uma variedade de atividades culturais, o evento apresenta uma mistura vibrante de música, dança, teatro, artesanato, poesia etc. Os artistas que, em sua maior parte, são também agricultores participam com bonitas performances; são grupos de pifanos, de reisado, cantadores populares, violeiros, aboiadores e demais grupos que destacam a rica herança cultural da região encantando a todos com a beleza de sua arte.

Desde sua primeira edição, no início dos anos dois mil, o festival tem sido um fator de grande contribuição para o fortalecimento da memória individual e coletiva da região de Irecê, uma vez que tanto os artistas que se apresentam quanto o público diverso que prestigia presentificam o passado através da rememoração de práticas culturais que marcam e marcaram a identidade cultural do povo barroaltese e toda a região. Em resumo, o Festival das Primeiras Águas é uma

celebração colorida e animada que encapsula a rica herança cultural e a vitalidade do povo barroaltense e do território de Irecê. Ao celebrar a chegada das chuvas e promover as tradições locais, este evento anual continua a fortalecer os laços comunitários e a inspirar gerações futuras a valorizar e preservar sua cultura.

Apesar dos desafios financeiros enfrentados para realizar o evento, o apoio da comunidade e o empenho das organizações locais têm garantido a continuidade do festival ao longo dos anos. Cada edição confirma a importância de seu papel vital na preservação e revitalização da cultura popular, inspirando as gerações a assumirem e levarem para a posteridade o legado de seus ancestrais, ou seja, os elementos que fizeram parte da cultura de seus antepassados e que ainda são partes constituintes da identidade cultural do povo.

FETICHE

Gilfrancisco

Fetichismo – objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, no qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto. Esse suplemento cultural baiano, circulou em Salvador entre 3

de dezembro de 1989 a 25 de março de 1990, totalizando nove números. Suplemento quinzenal do Jornal da Bahia, apresentava um formato de 35,5x29,0 - 12 páginas, não numeradas, projeto gráfico realizado por Jean Michel Gauvin. Tinha como diretor de Redação, o jornalista João Santana Filho (Patinhas) e Editor, o poeta, letrista e antropólogo Antônio Risério.

O número 1, aparece em 3 de dezembro, 12 páginas. Vejamos o editorial de estreia:

Epistolê

Aqui está o primeiro número de Fetichismo, o mais novo suplemento do Jornal da Bahia. Um suplemento quinzenal: ideias & criações. Aberto aos mais diversos meios e modos de abordagem.

A todas as colocações, colaborações, configurações. Textos para o que der e vier. Enfim um vale tudo onde só fica de fora o que não vale nada.

Este número inaugural já passa uma ideia do que a gente quer. O cardápio é variado. Poemas, estudos, fotos, etc. Variedade de formas. E variedade temática. De Haroldo de Campos falando sobre a transcrição da Bíblia Hebraica a Joel Rufino discutindo lances da questão racial. Este é (será) o caminho. Urbanismo, música, história, política, cinema, etc. Fetichismo vai tocar em tudo.

E se o espaço não é lá muito grande, cumpre magnetizá-lo. Convertê-lo, como disse o poeta, em miniplataforma de lança-

mento de signos. O que pretendemos com isso? Simples. Abrir um mecanismo de voz. Um canal. Uma página. Para o risco, o malabarismo, o gesto gráfico a intervenção crítica, a dança dos sete símbolos, o balé das mil e uma letras. Mas sem maiores pretensões. Sem cultivar qualquer senso exagerado da importância disso ou daquilo.

Apenas com a certeza de que é preciso ampliar sempre mais o leque, tendo em vista que não há terra à vista – e é multiforme a conjuntura em que (bem ou mal) navegamos. Quanto ao nome: Fetiche. A expressão francesa, para quem não sabe, é portuguesa – feitiço. Da língua do colonialismo dos conterrâneos de Pessoa à língua do colonialismo dos conterrâneos de Mallarmé. E vice-versa. Verbifalsários do idiomaterno.

A pedra sagrada do negro africano. O delírio objetual da psicanálise. Marx e o fetiche da mercadoria. A crença do escritor nos poderes mágicos da letra. Autoironia. E daí em diante.

Tinha colaborações de Lais Correa de Araújo, Friedrich Nietzsche – O caso Wagner (tradução de Paulo Cesar Souza), A curva leminiskata, de Erthos Albino de Souza, Viva Haroldo viva Gregório, ensaio de Affonso Ávila, Haroldo de Campos – o midrashita semiótico, entrevista de Antônio Risério, Preto e negro, ensaio de Joel Rufino dos Santos, Telegrama chinês, do poeta José Augusto Nepomuceno,

A discussão é outra, de Nestor Pereira e Sérgio Rabinovitz visualizações, do poeta Claudius Portugal.

Transcrevemos o editorial do nº 2 (17 de dezembro de 1989), do referido suplemento:

Epistolê

Hoje umavezmais é dia de eleição. Dia do voto devoto, cético, anulado, refletido, cego. Mas, como nem só de voto vive o cidadão, aqui está o número 2 de Fetiche, nuvem de letras, névoa de livros e palavras, pequenas constelações, roteiros. Um mestre zen-budista que morou 15 anos na França e nunca aprendeu a falar francês (perda de tempo, dizia, era melhor praticar o zen), um mestre chamado Taisen Deshimaru, afirmava que podia dar “sabedoria aos políticos”. Através do zen. E só não dizemos que isto é impossível porque impossível mesmo é desfrutar um ovo. E assim vamos abrindo nosso caminho. Sem pressa. Sem cansaço. Sem. Mas também com disposição “no soy burguês mi raza fatigada”, cantava já o anti-poeta e mago de Altazar, o criacionista. Vicente Huidobro, que ora baixa no terreiro de Fetiche. O coração do coração. Deus te dê em dobro. Huidobro. Boca fala, boca paga. E camboatá é que suja a água. Como se pode ver no texto de Ernesto Cardenal sobre Ezra Pound. Poesia & Liberdade. O avesso meso do fascismo dos que se dizem antifascistas (remember Grams-

ci louvando Marinetti e companheiros futuristas. Gramsci pensatore). E Pound, sublime Pound a pantera sob a roseira. “Ele foi para a poesia deste século o que Einstein foi para a física disse E. E. Cummings: Mas quiseram destruí-lo. Silencia-lo. É Deshimaru foi mais um que morreu sem dar “sabedoria aos políticos”. Este e outros papos em Fetiche número 2. Através dá estrelândia. A dupla Josely Viana Baptista (que traduziu para o idiomaterno o Paradiso de Lezama Lima e Luli Miranda viajando nas fusões verbais d temporalidade guarani. Stefania Capone clareando lances da antropologia visual. E assim por diante Fetiche: o gosto de botar algumas cartas (bilhetes recados rabiscos retratos) na mesa: Prosa porosa. Poesia do observatório. O mesmo no outro. E o outro no mesmo.

REFERÊNCIA

FETICHE – Suplemento Cultural. **Fetiche – Suplemento Cultural**, Salvador, Bahia (Editorial), n. 2, publicado em 17 dez. 1989.

FLIGÊ

Claudia Rocha da Silva

A Feira Literária de Mucugê, Fligê, é realizada em Mucugê, na Chapada Diamantina, no interior da Bahia e, a cada ano, homenageia renomadas/os escritoras/es de literatura. Em sua primeira edição, ocorrida em

2016, cujo tema foi “Levaram o ouro e nos deixaram tudo... Deixaram-nos as palavras”, o homenageado foi Afrânio Peixoto, escritor baiano nascido em Lençóis, que se dedicou a narrar histórias da Chapada Diamantina.

Euclides da Cunha, autor de “Os Sertões”, foi o segundo homenageado, em 2017, quando o tema da Feira foi “Somos paisagens dos sertões em rotas de composições”. A terceira edição da Fligê ocorreu em 2018, com o tema “Literatura e Resistência – A vida nos rastros da palavra”, prestando homenagem à escritora Conceição Evaristo, autora de Olhos d’água, Becos da Memória, Ponciá Vicenço, dentre outras expressivas obras da literatura negra brasileira.

Vale ressaltar que nesse ano foi redigido um Manifesto em apoio à candidatura de Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras. “Sê grande... és gigante” foi o tema da Fligê 2019, cujo homenageado foi o poeta baiano Castro Alves. A pandemia da Covid-19 impediu a realização da Feira nos anos de 2020 e 2021 e em 2022, com o tema “Literatura e Ancestralidades”.

A Fligê homenageou autorias “para reverberar as produções e realçar a matriz de ancestralidade presente em

autórias de escritores e escritoras brasileiras”, tais como Jorge Amado, Carolina Maria de Jesus, Cora Coralina, Graça Graúna, Daniel Munduruku, no intuito de “envolver crianças, jovens, pessoas adultas e idosas a sentir e respirar a ficção em conotações que extravasam realidades”. No ano de 2023, a Fligê tematizou Literatura e Música: “Uma Sinfonia de Palavras e Música na Chapada Diamantina”, e foi abordada a produção literária e musical da Chapada Diamantina, com as interrelações com o bicentenário da Independência do Brasil na Bahia.

O poeta tropicalista baiano José Carlos Capinan foi o escritor homenageado, devido a sua produção poética e musical. No ano de 2023 o tema foi Literatura e Música. Em 2024, com o tema “Memórias e trilhas das Letras Diamantinas”, as homenagens foram para Itamar Vieira Junior, autor do premiado romance “Torto Arado”.

A educação literária é o ponto-chave da Fligê como destaca a curadora da Feira, Ester Figueiredo, sendo assim há um expressivo envolvimento das escolas, por meio de diretoras, diretores, professoras, professores, estudantes, com vistas a “promover e incentivar a leitura, além de romper

as barreiras e proporcionar o encontro das artes com a literatura”.

Desta forma, a programação sempre conta com uma imensa diversidade de saraus, encontros com escritoras e escritores, cortejos literários e musicais pelas ruas da cidade, contação de histórias, lançamentos de livros, oficinas de escrita criativa, espaços destinados à literatura de cordel e à literatura nordestina, stands de editoras, tais como Edições UESB, Editora Atualiza, Editora Casarão do Verbo, Editora Caramuré, Editora da Assembleia Legislativa da Bahia – Alba, responsável pela distribuição gratuita de livros para participantes da Feira, para as escolas públicas e pelo lançamento, em 2018, do Selo Literário Fligê, por meio do qual foi editado o livro *Composições entre sertões e chapadas*, organizados pela professora Doutora Ester Maria de Figueiredo Souza, curadora do evento, onde é possível encontrar conexões entre *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e a obra de Eloimar Figueira de Melo.

Além de tudo isso, ainda há brincadeiras, teatro, música, inclusive em espaços como a Fligêzinha, destinado às crianças; ou seja, há uma intrínseca relação entre literatura, teatro, culturas populares, música, cine-

ma, artes plásticas, manifestada nas atividades presentes na programação da Feira e voltadas, também, para a formação leitora. Destaca-se, ainda, a Fligê&TU, um “pedacinho da Fligê” na Vila de Igatu, povoado da cidade de Andaraí, conhecida como “cidade de pedras”, mais precisamente na Galeria Arte & Memória, espaço onde acontecem muitos encontros literários. Pela Fligê já passaram grandes nomes das artes plásticas, da literatura, da música, intelectuais, como Livia Natália, Gildeci Leite, Rita Santana, Itamar Vieira Junior, Capinan, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Elisa Lucinda, Juvenal Payayá, Aleilton Fonseca, Décio Torres, NegaFya, Érica Azevedo, Wesley Correia, Glicélia Tupinambá, Ruy Medeiros, Jorge Portugal, José Carlos Capinan, Denizia Kawany Fulkaxó, Nankupé Tupinambá Fulkaxó, Daniel Munduruku, Luís Serguilha, Alex Simões, Eliana Alves Cruz, Jovina Souza, Jean Wyllys, Jarid Arraes, Noemi Jaffe, Jackson Costa, Silvio Jessé, Jamile Borges, Chico César, Rita Benedito, Ana Cañas, Larissa Luz, Chico Brown, Mateus Aleluia, Margareth Menezes, Lazzo Matumbi, Mariene de Castro, Roberto Mendes, Elomar Figueira Mello, João Omar de Carvalho Mello, Orquestra NEOJI-

BA; Grupo Villaquintana, Fanfarras, Orquestras, Roque Luy, Cainá Araújo, Tom Lemos & Os Formidáveis dentre outras e outros artistas da palavra, enriquecendo, assim, o cenário cultural baiano e nacional. A relevância da Fligê está, ainda, em ampliar a visibilidade da literatura negra feminina, da literatura indígena e de outras que foram postas às margens pelo mercado editorial. Vida longa à Fligê!

FLIPELÔ - FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DO PELOURINHO

Angela Fraga

A FLIPELÔ - Festa Literária Internacional do Pelourinho é um evento cultural literário, anual, idealizado e realizado pela Fundação Casa de Jorge Amado, no Pelourinho, bairro histórico da cidade de Salvador, Bahia.

A Flipelô teve a sua primeira edição no ano de 2017 e tem como objetivos principais estimular a literatura, principalmente entre os jovens, preservar e divulgar a obra e a memória do escritor Jorge Amado, assim

como a cultura da Bahia em todas as suas expressões.

A festa convida o público a mergulhar no universo literário por meio de atividades formativas, bate-papos, lançamentos de livros, saraus de poesia e apresentações musicais, totalmente gratuitas. Contando com a presença de autores brasileiros e estrangeiros e ocupando mais de 40 equipamentos culturais do Centro Histórico.

A FLIPELÔ também beneficia diretamente a comunidade do Centro Histórico de Salvador, contribuindo para o aquecimento do comércio, do turismo e de todas as atividades produtivas do local e do seu entorno, devido ao grande público que a cada edição circula pelo evento.

FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO

Angela Fraga

No Largo do Pelourinho, coração da parte mais antiga da Cidade do Salvador, ergue-se a Fundação Casa de Jorge Amado. Cenário de intensa beleza, cartão-postal obrigatório de quantos visitem a Cidade, é um dos marcos do imenso território que é a obra do escritor mais amado de sua terra.

Uma casa de palavras, fiel ao destino que lhe traçaram desde o início quando era apenas um sonho, a Casa de Jorge Amado — múltipla, inquieta, mutável e mutante, foi inaugurada a 7 de março de 1987 com a missão de preservar e difundir o trabalho do escritor Jorge Amado, garantindo a permanência de sua obra e assegurando-lhe a continuidade através da memória.

Localizada em imóvel colonial do século 19, no Centro Histórico de Salvador, sítio reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade a Casa abriga uma exposição permanente e o acervo do escritor Jorge Amado - constituído de diversas edições de seus romances, com traduções em 49 idiomas; fotografias, vídeos, cartazes, correspondências, manuscritos e documentos diversos à disposição dos pesquisadores.

No andar térreo, está localizada uma pequena loja de lembranças, cuja venda é revertida em benefício da Casa; bem como o Café Teatro Zélia Gattai, ponto de encontro de artistas e intelectuais.

O memorial, situado no primeiro andar, apresenta uma linha do tempo versando sobre a sua trajetória de vida e obra - medalhas, diplomas, condecorações documentos e as capas

de seus romances editados em 55 países, além de fotos de autoria de Zélia Gattai.

No segundo andar está montada a Sala Myriam Fraga, um espaço multiuso, abrigando uma exposição bibliográfica em homenagem à escritora, onde se realizam cursos e palestras e, no topo da Casa está o Mirante das Letras, ponto mais alto da sede, oferecendo uma vista única dos sobrados e igrejas do Pelourinho e da Bahia de Todos os Santos.

Lugar onde tudo acontece, a Instituição é ponto de referência na geografia cultural da cidade, realizando atendimento monitorado às escolas, seminários, oficinas, lançamentos de livros e discos e exposições.

A Fundação é também responsável pelo Selo Casa de Palavras, que, na diversidade de suas linhas editoriais, já publicou centenas de livros, e pela realização da Festa Literária

Internacional do Pelourinho-FLIPELÔ, considerada um dos principais eventos literários do país.

Instituição privada de caráter cultural sem fins lucrativos, a Fundação Casa de Jorge Amado é mantida através de projetos via leis de incentivo, doações, subvenções e patrocínios.

Se quiser conhecer um pouco mais da vida, da arte e da literatura da Bahia, a Fundação Casa de Jorge Amado está à sua espera de portas abertas:

— Se for de paz, pode entrar.



GERAÇÕES LITERÁRIAS NA BAHIA

Cyro de Mattos

Quando um homem nasce, se vê numa circunstância concreta, em que tem de viver e que é social em uma de suas dimensões, por consequência histórica. Nos passos de Ortega e Gasset, o filósofo Julián Marias admite que a geração não é um conceito biológico e sim histórico, e porque decisivo não é a idade biológica que cada homem tem, mas, sim, sua inserção numa determinada dimensão de mundo.

Não se desprezando o fator biológico, releva-se a importância do ser histórico correspondendo ao seu lugar e à sua época. Geração seria um conjunto de indivíduos pertencente a

varios grupos de idade ou não, portadores de conteúdo determinado e cujas atividades, anseios, tendências, perspectivas e alcances norteiam-se no sentido de uma afirmação, que é a sua afirmação geracional.

Conforme Julián Marias:

O homem está vinculado a uma circunstância determinada, a um aqui e um agora em que lhe coube viver. Sua historicidade é um modo de cativo ou servidão; ser é ser isto e não aquilo, viver é estar numa circunstância e nela fazer determinadas coisas com exclusão de todas as outras. Mas, como no homem atuam as demais circunstâncias em que já esteve e tudo aquilo que lhe aconteceu e que ele fez, só quando se conhece isto se pode tomar posse de si mesmo, se é dono de si mesmo e, por conseguinte se é livre. O homem se evade de sua historicidade mediante a história como saber, isto é, se afirmando radicalmente nela.

O autor de *Introdução à Filosofia* (1966), buscando conhecer a função vital da verdade no tempo, acrescenta:

A história permite ao homem transmigrar hermeneuticamente de sua circunstância para outras, e dessa maneira as fazer suas; só com a história toma inteiramente posse de si mesmo e sai da estreiteza de sua circunstancialidade e das interpretações tradicionais recebidas, para alcançar a própria realidade, além de todas as interpretações. Só com a razão histórica – com a razão que é a própria história – pode o homem dar a razão de si mesmo e projetar livremente sua vida pessoal, a partir de sua realidade originária e irredutível. A história, o órgão da autenticidade (p. 342).

A geração seria assim a unidade concreta da cronologia histórica autêntica.

Pelo exposto, a realização da vida nos remete a duas faixas de questões: o horizonte histórico de nosso viver e o fundo pessoal de nós mesmos, configurado pelo fato da vocação. É a travessia com a nossa vocação, idêntica aos que pertencem ao grupo de indivíduos, que incide em nossa afirmação e faz da vida humana individual um acréscimo importantíssimo em nosso destino de seres gregários, entre o pensamento e o sentimento, atributos que são pertencentes a nós mesmos.

A Bahia literária do século XX reuniu em suas hostes grupos de prosadores e poetas expressivos. Os rapazes das revistas da *Nova Cruzada* e *Annaes* desempenharam o papel de disseminadores do simbolismo no primeiro decênio do século XX. Foram figuras que destoavam do ambiente cultural da velha Salvador de Bahia, ainda cultivando na província o baile decadente da *belle époque*, transplantado de Paris para o Rio de Janeiro, no fim do século XIX e início do XX. De 1901 até cerca de 1914, atuou na velha Salvador numeroso grupo de poetas e prosadores com qualidades literárias significativas, com destaque para Pethion de Vilar, Artur de Sales, Pedro Kilkerry, Arnaldo Damasceno Vieira, Francisco Mangabeira e Carlos Chachio.

Ao ambiente de tradicionalismo intocado, buscou impor seu perfil aliado pelos propósitos da Semana da Arte Moderna, em São Paulo, uma geração de intelectuais formada por Eugênio Gomes, Hélio Simões, Eurico Alves e Pinto de Aguiar. O crítico Assis Brasil informa que “cada um dos integrantes desse grupo inicial de 1928 busca seus caminhos próprios, mas, de um modo geral, é possível sentir para além dos traços individualizadores

uma certa preocupação consciente de traduzir espírito associativo e sobretudo identificação com os processos formais de temática modernista da primeira hora” (A poesia baiana no século XX, p. 17).

Costuma-se dizer que o movimento modernista só chegou a Salvador vinte ou vinte e cinco anos depois de eclodir em São Paulo. O crítico Cid Seixas observa que há um exagero injusto nessa afirmação porque, em 1925, um jovem poeta baiano, Godofredo Filho, então desconhecido, publicava seus primeiros trabalhos no suplemento literário do jornal *A Tarde*, dando conta que aqui já pousara o espírito renovador das letras e das artes. Com o ingênuo propósito de publicar seus primeiros textos, nascia *Arco & Flecha*, revista de feição provinciana, que causava estranheza aos meios culturais impregnados de passadismo.

Aos 14 anos de idade, na velha capital da Bahia, Jorge Amado começou a trabalhar em jornais e a participar da vida literária. Foi um dos fundadores da “Academia dos Rebeldes”, grupo de jovens que, juntamente com os do *Arco & Flecha* e do *Samba*, desempenhou importante papel na renovação das letras baianas. Comandados por Pinheiro Viegas, figuraram

na “Academia dos Rebeldes”, além de Jorge Amado, os escritores João Cordeiro, Dias da Costa, Alves Ribeiro, Edison Carneiro, Sosígenes Costa, Walter da Silveira, Aidano do Couto Ferraz e Clóvis Amorim.

Vasconcelos Maia, nascido em Santa Inês, Bahia, a 20 de março de 1923, e falecido em Salvador a 14 de julho de 1988, integrou a conhecida geração de autores da revista *Caderno da Bahia*, que consolidou o Modernismo em nosso Estado, entre a segunda metade dos anos 40 e o início dos anos 50. O surgimento, em 1948, dessa revista, editada por Darwin Brandão, Cláudio Tuiuti Tavares, Wilson Rocha e pelo próprio Vasconcelos Maia, teve papel fundamental na progressão das letras da Bahia.

Em alguns Estados brasileiros há certos correspondentes quando se fala em uma geração 40 ou 45. Na Bahia a atuação de muitos poetas, nesse período, está inserida na revista *Caderno da Bahia* (1948-1941). Desse tempo os poetas Jorge Medauar e Wilson Rocha alcançaram o circuito nacional, enquanto Jair Gramacho caiu no esquecimento. Jacinta Passos foi notada pelo crítico Antonio Candido, enquanto Camilo de Jesus Lima, colaborador da revista *Caderno da Bahia*,

produziu uma obra poética respeitável. Para o ensaísta e romancista Assis Brasil, os poetas itabunenses Firmino Rocha, Walker Luna, Valdelice Pinheiro, Telmo Padilha, a baiana Helena Parente Cunha, nascida em Ilhéus, o santamarense Fred Sousa Castro e o soteropolitano Jeová de Carvalho são nomes que podem ser filiados a esse período.

Entre 1957 e 1959, surgem em torno da revista Mapa poetas que irão ocupar lugar de destaque nas letras baianas: Florisvaldo Mattos, dotado de grandes recursos formais e compromisso solidário no conteúdo do seu discurso poético; o lírico, irônico, de linguagem transgressora, Fernando da Rocha Peres; o aedo e singular rapsodo Carlos Anísio Melhor e o muito louvado sonetista Silva Dutra. Ligado à revista Mapa e às Jogralescas, encenadas no Colégio da Bahia (Central), sob a direção de Glauber Rocha, merece ser citado o poeta e contista João Carlos Teixeira Gomes, que se tornaria, tempos depois, um sonetista de fatura exemplar, um dos melhores da língua portuguesa de todos os tempos. Myriam Fraga, uma das vozes vigorosas da poética baiana, com obra densa e volumosa, e Afonso Manta, o lírico ingênuo de Poções, capaz de fazer

poemas metrificados e rimados com muita facilidade, sem cair no vulgarismo, mesclados de sentimentos ricos, em nível de uma linguagem simples, que alcança ritmo encantatório de pura beleza, também esses podem ser vinculados ao citado período literário, de viva inquietação intelectual na velha Bahia de Todos os Santos.

Nos anos 60, Glauber Rocha, inteligência privilegiada, formava com seus companheiros de geração um grupo de jovens intelectuais irrequietenos que na época agitavam os meios culturais de Salvador. De notória atuação, nesse grupo liderado pelo criador do Cinema Novo, estavam, entre outros, Paulo Gil Soares, dramaturgo e cineasta, Othon Bastos, ator, Helena Inês, atriz, Calasans Neto, artista plástico, Ângelo Roberto, desenhista, Carlos Nelson Coutinho, ensaísta marxista, Sonia Coutinho e João Ubaldo Ribeiro, ficcionistas. Junte-se a esses nomes os dos já citados poetas da revista Mapa.

Paralelamente, não se pode deixar de considerar nessa época os que compareceram nas páginas da revista Ângulos, do Centro Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Fundada por Adalmir da Cunha Miranda,

em 1950, consta entre seus editores, na década 60, o nome representativo de João Eurico Matta. Veículo de teor jurídico-cultural, a revista contemplou em suas páginas textos do professor Antonio Luís Machado Neto, Marcelo Duarte, Florisvaldo Mattos, Glauber Rocha, Joaci Goes, Davi Sales, Emanuel Guerra Lima, Noenio Spínola, João Ubaldo Ribeiro, Sonia Coutinho, Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Sales.

Atuando sempre como professor e conferencista de larga fama, Hélio Rocha frequentou também o meio intelectual baiano, durante as décadas de 50 e 60, produzindo a Revista *Afirmção* (1959/60/61) da qual foi editor. A publicação tinha como colaboradores professores, profissionais liberais e estudantes que se tornariam grandes nomes representativos da Bahia no cenário nacional: o poeta e compositor José Carlos Capinam, o cantor e compositor Caetano Veloso, o deputado federal Haroldo Lima, o cineasta Orlando Sena, que se tornou integrante do governo Lula no Ministério da Cultura, o escritor Ildasio Tavares, o cientista social Carlos Nelson Coutinho, entre outros. A Revista *Afirmção* recebeu ainda colaborações dos jovens intelectuais João de Góes

Berbert, Noenio Spínola, Naomar Alcântara, Elsiar Alves, Renato Prata e este articulista.

Com a dispersão da talentosa geração de Glauber Rocha, em 1964, outras gerações iriam despontar nos meios culturais de Salvador. A chamada Geração Revista da Bahia acontece nessa época. Seus jovens integrantes já demonstravam possuir certo instrumental crítico para a discussão dos temas literários. Outro grupo que despontava naqueles idos era o de poetas liderados por Antonio Brasileiro e Ruy Espinheira Filho, que iria gravitar em torno das Edições Cordel e revista *Serial*. Esses dois jovens poetas baianos não demorariam a entrar no circuito nacional com seus livros e conquistas de prêmios literários importantes.

Este articulista fez parte da Geração Revista da Bahia, ao lado de Alberto Silva, Marcos Santarrita, Adelfino Oliveira, Oleone Coelho Fontes, Fernando Batinga, Ildasio Tavares, Ricardo Cruz, Fernando Kraychete, o desenhista Nacif Ganem e o artista plástico Francisco Liberato, entre outros. Todos nós, iniciantes no fazer literário, liderados pelo crítico e poeta Carlos Falck, o guru espiritual do grupo, pretendíamos deixar nossa impressão digital nas letras baianas da época.

Alguns, como Ildasio Tavares e Marcos Santarrita, romperam as fronteiras estaduais porque de fato elaboraram anos depois uma obra significativa no corpo das letras brasileiras.

Geração Revista da Bahia. Levava esse nome porque o corpo redacional da Revista da Bahia, órgão cultural da Imprensa Oficial, era formado pelos jornalistas Alberto Silva e Marcos Santarrita. A revista emprestava seu nome para denominar uma geração de promissores escritores. Recebiam em suas páginas colaborações desses novíssimos intelectuais, contistas e poetas, que tinham nos ombros o peso de substituir a fulgurante geração de Glauber Rocha, a qual havia sido dispersa pelo regime militar de 64. Era tarefa difícilíssima a de uma nova geração de contistas e poetas substituir com o mesmo brilho intelectual aquela outra liderada pelo criador do Cinema Novo, que deixou pontos elevados na progressão da vida cultural da velha capital.

Sempre com o apoio dos dois diretores da Imprensa Oficial, Germano Machado e José Curvelo, a Revista da Bahia foi para os artistas da geração 60, segundo Juarez Paraíso, responsável pela direção artística, o que significou os cinco números da re-

vista Cadernos da Bahia, 1948, 1952, para os primeiros modernistas. Com Juarez Paraíso, a revista passou a ter um planejamento gráfico mais solto e moderno. Os números que foram lançados sob a sua responsabilidade artística foram enriquecidos com reproduções e ilustrações dos artistas Antônio Rebouças, Jamison Pedra, Hansen Bahia, Ângelo Roberto, Edsoleda Santos, Nacif Ganem, Manoel Araújo, Leonardo Alencar, Henrique Oswald, Riolan Coutinho, Edízio Coelho, Betty King, Francisco Liberato, Calazans Neto, Juarez Paraíso, José Maria, Sílvio Robatto, Genaro de Carvalho, Carlos Bastos, Raimundo Oliveira e outros.

Considerando a idade biológica e afinidades culturais, o elenco de jovens intelectuais, contistas e poetas, que formava a Geração Revista da Bahia, pode ser ampliado com os nomes de Luís Carbogini Quaglia, louvado contista do mar, Maria da Conceição Paranhos, poeta e ensaísta, Fernando Ramos e Guido Guerra, promissores romancistas, José de Oliveira Falcón, o poeta de Canudos, os cineastas Orlando Sena, Olney São Paulo, o poeta Capinan e outros.

Na visão do ensaísta Cid Seixas, o mais importante lançamento

de poesia na Bahia, no período compreendido entre 1964 e 1974, aconteceu com o livro *ABC-reobtido*, de Maria da Conceição Paranhos. O discurso da jovem poeta, com bases em pesquisa e atualização estética, rejeitava os limites de certa retórica ornamental. Outro jovem intelectual baiano que desponta nas letras daquele período é Guido Guerra. Escritor de formação jornalística trazia para a sua prosa de ficção os atritos e rupturas do homem cotidiano. E assim começava a dar andamento a uma obra literária marcada pelo texto rápido e conciso, capaz de deflagrar o exato momento em que os personagens se desenvolvem no eixo de um sistema nervoso, que latejam emoções e pensamentos no engajamento do autor e o mundo.

A geração Revista da Bahia enfraqueceu com a ida de Alberto Silva, moderno crítico de cinema e jornalista de um texto primoroso, para o Rio de Janeiro, em 1967, e logo a seguir a de Marcos Santarrita. Junta-se a isso o falecimento de Carlos Falk. Este articulista foi para Itabuna onde exerceria a advocacia durante muitos anos. Permaneceram em Salvador aquelas outras jovens vozes vocacionadas para fazer da vida um consistente projeto literário.

Os sobreviventes da Geração Revista da Bahia, dispersos, sem contar com a força aglutinadora de Carlos Falk, presenças do Alberto Silva, Marcos Santarrita e este articulista, já não tinham a mesma motivação para se encontrar na Biblioteca Pública, localizada na Praça Tomé de Sousa, nos botecos e bares da Rua da Ajuda, durante noites de sábado, ou na livraria Civilização Brasileira, na Rua Chile, em final de tarde, na semana. Quando então se discutia as questões de literatura atual, muitas vezes com veemência, em torno de Kafka, Sartre, Brecht, Pessoa, Proust, Joyce e Faulkner. Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Adonias Filho. Drummond, Jorge de Lima e Cecília Meireles. Marx, Lukacs, Ortega y Gasset e outros.

Nos anos 70, o jornalista e escritor Adinoel Mota Maia coordenou um Concurso Permanente de Contos, no suplemento dominical do Jornal da Bahia, revelando novos contistas e fundando com estes o Clube da Ficção, que lançou em 1980 o Manifesto Profissionalista. O clube tinha como objetivo fomentar uma consciência profissional do fazer literário em seus associados, que só podiam ser ficcionistas. Nas reuniões se discutiam os textos de ficção, com aferição crítica

acompanhada de notas. Desde o início, participaram do Clube Adinoel Mota Maia (presidente), Carlos Ribeiro, Aleilton Fonseca, Gláucia Lemos, Orlando Pereira dos Santos, Dalila Machado e outros contistas, oriundos do Concurso Permanente de Contos do Jornal da Bahia. Depois, como convidados, Wilson Lins, Arioaldo Matos, Guido Guerra, Armando Oliveira, Cleise Mendes e Luiz Ademir de Souza. Por último, Ayeska Paula Freitas, Margot Lobo Valente, Osvaldo José Leal e Geraldo Sodré Martins. O Clube fazia as reuniões na manhã dos três primeiros sábados de cada mês, em espaço da Academia de Letras da Bahia cedido por seu presidente Jorge Calmon. E chegou a lançar três números de um jornal literário com histórias escritas por seus associados.

A Coleção dos Novos, projeto editorial da Fundação Cultural do Estado da Bahia, sob a coordenação de Myriam Fraga, pode ser referenciada, em termos cronológicos, como uma Geração 80, na Bahia, constituída de poetas e prosadores. É de 1996 a participação de Marcos Ribeiro na coletânea poética *Oitenta*, organizada por Aleilton Fonseca e Carlos Ribeiro, dois expoentes desse grupo, para comemorar 15 anos da Coleção dos

Novos, ao lado do próprio Aleilton Fonseca, Mirella Márcia, Roberval Pereyr, Iderval Miranda, Washington Queiroz e outros.

Fundada em 1998, tendo como editores Aleilton Fonseca e Carlos Ribeiro, Iararana, revista de arte, crítica e literatura, divulgou em suas páginas nomes da Geração 80, valores emergentes e autores do porte de Aramis Ribeiro Costa, Gláucia Lemos, Gerana Damulakis, Antônio Torres, Antônio Brasileiro, Myrian Fraga, Ívia Alves, Capinan e outros. Nos dois números iniciais, a revista teve a colaboração do poeta Elieser César como coeditor. Mais adiante, contou também com a participação efetiva do poeta Luís Antonio Cajazeira Ramos, que, além de publicar poemas e artigos, colaborou com a editoria da revista. A partir do número 9, a revista passou a contar com um terceiro coeditor, o poeta e agitador cultural José Inácio Vieira de Melo, com atuação importante como representante da nova geração.

Mais prosadores, poetas e ensaístas estão chegando para imprimir suas vozes no corpo literário e cultural da Bahia. O projeto editorial da Fundação Casa Jorge Amado, através de certame literário que promove anualmente, vem revelando autores inéditos.

tos com boas qualidades. Além disso, projetos poéticos acontecem em bares, restaurantes de Salvador e espaços culturais do interior. Funcionam como instrumentos de resistência nos tempos de hoje quando já não mais existem suplementos literários, fala-se no fim do livro, crise da escrita e falência da leitura. Percebe-se que a Literatura está sendo alimentada por ridículos releases na imprensa, pela publicidade de uma subliteratura fabricada nos Estados Unidos e enviada para cá nessa enxurrada de livros com enredos superficiais, que não se preocupam em mostrar o homem diante de suas verdades essenciais no mundo.

Com os ficcionistas Ordep Serra, Mayrant Gallo, Alessandra Leila, Narlan Matos, Adeline Souza, Rita Santana, Rita Belmonte, poetas José Inácio Vieira Melo, Renato Prata, Henrique Wagner, Cleberton Santos, João de Moraes Filho, Adriano Eysen, Kátia Borges, Iolanda Costa, Heloísa Prata e outros, a literatura baiana continua acesa hoje por mãos competentes.

GRUPO DA BAIXINHA

Gilfrancisco

Autodidata, o líder do chamado Grupo da Baixinha, Joaquim Samuel de Brito Filho, o Guarda Civil 85, assim conhecido por ser policial, “era um homem de uma inteligência acima do normal. Conversador magnífico, dotado de um senso crítico admirável, prendia a atenção de todo o grupo ao discorrer fluentemente sobre literatura ou ao analisar produções que lhe submetíamos ao crivo da apreciação, o fato curioso, todavia, ele mesmo não escrevia nada”.

Aos poucos, em torno da sua mesa de café, Samuel Brito foi reunindo jovens procedentes de várias classes sociais (bacharéis, estudantes, funcionários públicos e um operário-alfaiate), para reuniões informais dos que frequentavam o Café Progresso onde serviu de palco para as discussões e projetos do grupo, que surgiu entre os fins dos anos de 1925 a 1929.

Além de discutirem literatura e, principalmente, poesia, tratavam de questões gramaticais, fatos políticos e do cotidiano, o noticiário dos jornais e a vida das pessoas. A denominação de Baixinha era porque o Café Progresso

estava situado próximo a um larguinho, de onde despontam as ladeiras do Carmo, do Passo e do Pelourinho, que ligam a Baixa dos Sapateiros ao Taboão. Além do Café Progresso, neste espaço e arredores estava outros cafés: Café Moderno, Café Derby e Café Artúrio.

O Café Progresso, era modesto, proletário, quase sujo, frequentado por gente humilde que ali entrava rapidamente para tomar uma média de café com pão e manteiga, ou apenas um cafezinho simples que custava dois tostões.

O Grupo da Baixinha, que era formado por rapazes de 18 a 21 anos de idade, boêmios talentosos que improvisando e escrevendo literatura em cafés e bares, “enchiam com as notas vivas e inteligentes de sua alegria ruidosa”.

Pinheiro Viegas retorna à Bahia em fins de 1924, passando a frequentar alguns cafés situados na antiga Rua do Colégio, tais como o Peres, Madrid, Derby e, posteriormente, o Café Bahia. A partir de 1926, Viegas se associa ao Grupo da Baixinha e passou a disputar a liderança com Samuel de Brito Filho, o Guarda Civil, 85. Samuel morreu em 1929, conforme o

poema “Gênese”, de Elpídio Bastos, dedicado à sua memória.

O Grupo da Baixinha tinha como mecenas Raimundo Pena Forte. Gostava, apenas, de comparecer às reuniões e de pagar despesa resultante dos cafezinhos e do pãozinho da Padaria Montanha

O poeta Otto Bittencourt Sobrinho em artigo publicado na revista O Social, afirma que: Foi Alves Ribeiro (1909-1978) o organizador dessa campanha. Chamou a si Clodoaldo Milton, Bráulio Abreu, Elpidio Bastos, Egberto Ribeiro, e outros, e fundou o “Samba”. A primeira revista moderna. O estandarte da nova cruzada. Simples. Porém quanta coisa linda que ela trouxe.

Segundo o poeta Elpídio Bastos, Pinheiro Viegas: era uma personagem fria, incapaz de demonstrar um sentimento mais expressivo, tomar uma atitude constrangedora de pesar ou mesmo de expansiva alegria. Raramente o vimos rir, levado por qualquer contentamento ou se estarrecer diante de uma surpresa. Seu ingresso no grupo representa uma nova fase para a agremiação, inclusive seus membros passaram a frequentar outros cafés de melhor aparência, na área da antiga Sé.

REFERÊNCIA

SAMBA. Salvador (Mensário Moderno de Letras, Artes e Pensamento). – Bahia, 1928/1929, quatro fascículos. Samba, Edição fac-similar. Salvador, Conselho Estadual de Cultura/Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999.

GRUPO DE ARTE MACUCO

Alex Pereira de Araújo

O surgimento deste grupo está ligado ao movimento, criado pelos saudosos atores Jorge Martins e Ramon Vane (premiadíssimo poeta). O termo Macuco é uma referência ao antigo nome de Buerarema (arraial Macuco), cidade vizinha à Itabuna, onde o grupo surgiu e se projetou para toda região, tendo alguns de seus membros figurando no circuito nacional, como o próprio Ramon Vane e outros atuando em telenovelas e séries globais, como Jackson Costa, Carlos Betão e José Delmo.

Em 15 de novembro de 2017, o grupo completou 40 anos com uma extensa programação para celebrar suas quatro décadas de história e atividades. Estavam à frente da organi-

zação da festa comemorativa, duas de suas estrelas: Gal Macuco e Eva Lima. Na ocasião, elas declararam que o palco estava aberto para todos que quisesse chegar lá! A programação desses 40 anos teve como palco o Armazém do Vinil, na Praça dos Desbravadores, incluindo música, poesia, teatro e muitas outras manifestações culturais e artísticas. O evento movimentou a cidade como nos velhos tempos do Grupo de Arte Macuco.

Em 2018, o Grupo de Arte Macuco figurou como tema da dissertação de mestrado do professor Alexandre Magno Rusciolelli, sob o título de *O Voo Do Macuco Criação Cultural, História E Memória Na Região Cacauera (1976-1997)*. A defesa ocorreu na UNESP em seu Programa de Pós-Graduação de História.

Mantendo acesa a chama do grupo, Gal Macuco ainda continua incansavelmente mantendo a memória viva deste movimento que manteve a lucidez e a liberdade na cabeça da sua geração oprimida pela Ditadura Militar, em tempos de chumbo.



HERA

Gilfrancisco

A partir do incentivo do poeta Antônio Brasileiro, que editou escritos de cinco estudantes do ensino médio do Colégio Estadual de Feira de Santana-Bahia, o número 1 da revista Hera foi lançado em dezembro de 1972, reuniu contos de Antônio Carlos Vilas Boas, Roque Portela, Roberval Pereyr, Washington Queiroz e Wilson Pereira, cofundadores de Hera. Nos dois números seguintes — abril de 1973 e outubro 1973 —, permanece na revista o gênero “conto”. Do número 4 — junho de 1974 — ao número 20 — abril de 2005 — a revista Hera encontra a identidade pela qual é reconhecida, uma revista

de poesia, com mais de 900 poemas publicados, de 100 autores. Em 2011, através da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Fundação Pedro Calmon (FPC), foi publicada a edição fac-similar que reúne, em um único volume de 641 páginas, formato de 23,5x17,0, as vinte edições da revista, reunindo publicações entre 1972 e 2005, com tiragem de 1.000 exemplares impressos pela Empresa Gráfica da Bahia (EGBA).

A edição fac-similar de Hera (1972-2005) foi organizada pelos poetas: Antônio Brasileiro, Juraci Dórea, Roberval Pereyr, Rubens Alves Pereira, Trazíbulu Henrique Prado Casas e teve Prefácio de José Carlos Barreto de Santana, Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana.

REFERÊNCIA

HERA – edição fac-similar. Salvador/Feira de Santana: Fundação Pedro Calmon/UEFS, 2010. 712 p.

HINO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE

Éttore Pablo Vilaronga Rios

São José do Jacuípe é uma cidade localizada no semiárido baiano, precisamente no território de identidade da Baía do Jacuípe. Cruzada pelas rodovias BR 324 e BA 130, tem sua economia baseada prioritariamente no funcionalismo público, seguido pela agricultura, olaria e serviços autônomos.

Emancipada em 13 de junho de 1989, em seus primeiros 34 anos não possuía hino municipal, até que no segundo semestre de 2023, o professor e escritor Pablo Rios, escreveu uma letra exaltando as características naturais e culturais da cidade e louvando cada um dos principais distritos e vilas locais. Junto com o professor de música Eustácio Jordão, que criou a melodia e fez os arranjos, finalizaram o hino, que foi aprovado por unanimidade pelos vereadores.

O *Hino Municipal de São José do Jacuípe* foi oficializado pela Lei

Municipal 559 de 13 de dezembro de 2023, publicada no mesmo dia em diário oficial do município. Seu artigo 6º diz que ele deve ser executado de forma facultativa: I - Nas Cerimônias Oficiais do município; II- Nas Cerimônias esportiva e culturais; III- Nas Cerimônias cívicas, militares, religiosas a que se associe patriótico ao município; IV- Nas cerimônias e ocasiões festivas promovidas pelas escolas (São José do Jacuípe, 2023). O artigo 9º determina que: “[...] obrigatório o ensino do Canto e da Interpretação da Letra do Hino Oficial do Município de São José do Jacuípe em todos os centros e estabelecimentos educacionais, públicos, de ensino infantil, fundamental e médio, no município” (São José do Jacuípe, 2023).

Abaixo, segue a letra completa:

Hino Municipal de São José de Jacuípe

Letra: Pablo Rios

Música e Arranjo: Eustácio Jordão

*Sobre morros às margens do Jacuípe
Tua história de valor se construiu.
O sertão é o berço da tua glória,
Na Bahia e Nordeste do Brasil.*

*De tua terra provê o nosso pão,
Cultivando teu legado e raiz.*

*Tuas águas para todos salvação,
Nossa mãe, nossa pátria e matriz.*

*Nossas casas são muito hospitaleiras,
Nossa fé sempre cheia de fervor.
A nosso Deus devoção verdadeira,
No coração por nossa terra muito amor.*

Coro

*No caminho das vitórias
Nossas lutas serão*

Teus faróis!

*Venham boas esperanças No futuro,
Vida longa a nossos heróis!*

*Vaca Brava, teu povo faz história,
Esperança desponta em Embratel.
Santa Maria que bênçãos te cubram
Sob o manto sagrado do céu!*

*Cento e Dezoito é porta para o mundo,
Pau de Colher, que lugar cheio de luz!
Itatiaia, terra linda e povo forte,
Tua vanguarda assim nos conduz!*

*Com o rio unido ao padroeiro,
Esta terra assim se nomeou.
São José do Jacuípe é teu nome,
O teu povo por ti tem amor!*

Coro

*No caminho das vitórias
Nossas lutas serão*

Teus faróis!

*Venham boas esperanças No futuro,
Vida longa a nossos heróis!*

REFERÊNCIA

SÃO JOSÉ DO JACUÍPE. Lei Nº 559, de 13 de dezembro de 2023. Institui e oficializa o hino oficial do município de São José do Jacuípe - BA, e dá outras providências. São José do Jacuípe, BA: Diário Oficial do Município, 2023.

HORA LITERÁRIA DOS NOVOS

Gilfrancisco

Instalada no edifício do Grêmio Literário, a associação onde fulgurou a palavra ardente de Manuel Vitorino, e a musa grandiloqua de Castro Alves. De novos é na Hora Literária, que se compõe dos jovens patricios, devotados às letras, à cultura do espírito, cujos nomes e diretoria inserimos aqui: Monteiro Teixeira, Áureo Conreiras, Vale Cabral, Mattos Filho, Luiz Barreiros, Astrogilda de Paiva, Ezechias da Rocha, Mario Linhares, Francisco de Mattos, Lourival Fontes, Raphael Barbosa, Parente Viana, Da Silva Garcia, Zoraida Braga, Emygdio de Souza, Rosalio de Castro, Crescêncio Lacerda, Affonso dos Santos, Luiz de Burgos, Mattos da Costa, Eufro-

sina Miranda, Eliezer Benvides, Paulo Alberto, Aurea Miranda, Amaro Amorim, Alberto de Assis, Eduardo Vianna, Raymundo Britto, Walkiria Lopes, Hugo da Silveira, Guiomar Sampaio, Almeida Gomes, Áureo Vianna, Claudionor Alpoim.

Segundo informa o jornal A Manhã-Bahia, nº9, 16 de abril de 1920, que estava confirmado definitivamente para o dia 1º de maio, a sessão inaugural dessa tertúlia:

É preciso que a mocidade se faça representar, ao menos todos os nossos que fazem parte daquela utilíssima associação de letras, para dar um brilho mais intenso as suas admiráveis tertúlias, participação que nos foi feita pelo seu secretário, Sr. Eduardo Vianna, fazendo votos para prosperidade da Hora Literária dos Novos.

Diretoria: Presidente – Monteiro Teixeira; Vice-Presidente – Mario Linhares; 1º Secretário – Mattos Filho; 2º Secretário – Áureo Contreiras; Tesoureiro – Ezechia da Rocha; Orador – Crescêncio Lacerda e Vice-Orador – Emygdio de Souza.

REFERÊNCIA

A MANHÃ. Salvador, n. 9, 16 abr. 1920.



IARARANA

Gilfrancisco

Revista de arte, crítica e literatura, (entrevista, poesia, reportagem, resenha, ficção) - Ano I, nº 1, outubro de 1998, 86 páginas numeradas – Salvador (BA), formato 26,5x18,5 -, ilustrações de Álvaro Machado (capa), Silvio Jessé e Romeu Ferreira, impressão na EGBA, apoio da Fundação Cultural, do Governo da Bahia. Faziam parte da Comissão Editorial da revista: Aleilton Fonseca, Carlos Ribeiro, Dalila Machado, Elieser César, Gerana Damulakis e Rosana Ribeiro Patrício. Foram colaboradores nesta edição de estreia: Alessandra Leila, Antônio Brasileiro, Aramis Ribeiro Costa, Chico Lino Filho, Glaucia Le-

mos, Florisvaldo Mattos, Hélio Pólvo-ra, Lacyr Anderson Freitas, Ivan Brandi, Luiz Antônio Cajazeiras Ramos, Mayrant Gallo, Nelson de Oliveira, Paulo Cezar Lisboa Cerqueira, Ruy Espinheira Filho, Suênio Campos de Lucena, Victor Álamo de La Rosa e Washington Queiroz.

Apresentação da revista:

A revista de arte, literatura e crítica Iararana traz, neste seu número de estreia, uma mostra da produção intelectual de cinco gerações de autores, entre ficcionistas, poetas e ensaístas. Encontram-se em suas páginas desde escritores com obras já consolidadas e amplamente apreciadas até novíssimos e emergentes, além de outros que chegam à maturidade com trabalhos que somente agora, começam a encontrar um público mais amplo e a obter maior reconhecimento da crítica.

Ao lado dos escritores baianos, aparecem ainda o paulista

Nélson de Oliveira, o mineiro Lacyr Anderson, os paraibanos Chico Lino Filho e Suênio Campos de Lucena (este já integrado à vida cultura de Salvador) e o espanhol Victor Álamo de La Rosa.

Diante do elenco acima relacionado, podemos afirmar que, embora conte com a presença de alguns autores já consagrados, Iararana se fundamenta na ideia de divulgar textos (poesia, prosa, ensaio e crítica) de escritores baianos, brasileiros e até estrangeiros que vêm produzindo e publicando seus trabalhos de forma esparsa, mas sem contar com um veículo de divulgação que os agrupe e dinamize sua participação na vida literária atual.

A variedade de temas e de abordagens é também outra característica da revista, que se pretende um espaço aberto às mais diversas tendências artísticas do mundo contemporâneo. A solidão urbana, o desespero, a violência e a desumanização nas grandes metrópoles, o passado recuperado e transfigurado pela memória o desencanto e a perda das utopias, as vivências, o amor e o sexo, o absurdo da existência, o real e o suprarreal, o lirismo (sempre), o onírico e o fantástico, enfim, todos esses eternos assuntos da arte e de literatura atravessam os poemas e contos aqui reunidos, ganhando, através do talento dos seus autores, aquele toque de renovação que os atualizam.

Atenta aos valores e tradições do passado, e consciente de que o século XXI deixou de ser utopia para transformar-se num preocupante desafio, Iararana visa

também provocar uma reflexão sobre a permanência da arte nesta era de “globalização”, na qual a lógica do mundo da indústria e do comércio e da eficiência tecnológica a qualquer preço parece tornar obsoletos os parâmetros humanistas que tempos atrás alimentavam as diversas utopias, a energia das revoluções, as vozes críticas e a poesia.

Retomando a reflexão de Drummond, no poema “O sobrevivente”, podemos indagar: “é possível compor um poema a essa altura da evolução da humanidade?” Ou, como Octávio Paz, podemos questionar: num mundo em que “tempo é dinheiro”, fazer poesia não significa desperdício de energia que poderia ser empregada em algo mais “produtivo”? É aconselhável que jovens - preparando-se para disputar a ferro e fogo a sobrevivência na grande engrenagem do sistema produtivo – gastem tempo lendo e escrevendo poesia e queiram ser poetas?

Iararana é a forma que encontramos de responder a estas questões. Compartilhamos com o poeta T. S. Eliot a crença de que a ausência da poesia na sociedade seria algo assim “como um indício de uma doença”, “como um declínio significando que os povos de toda a parte houvessem deixado de estar aptos a expressar, e consequentemente a sentir, as emoções dos seres civilizados”.

Reafirmando, portanto, a permanência da arte e da poesia, prestamos homenagem, ao escolher o nome desta publicação, a um dos nossos mais importantes poetas, Sosígenes Costa. No poema Iararana (1934), o poeta

apresenta uma epopeia ilustrativa de sua visão mítica poética do processo civilizatório brasileiro, que constitui um marco da nossa literatura. Seu poema traduz um ideal de multiplicidade e síntese que caracteriza a nossa cultura, podendo ser ainda considerado um emblema expressivo das nossas aspirações. A multiplicidade e a síntese, como forma de processamento dos diversos valores culturais e das linguagens estéticas, caracterizam o objetivo fundamental desta revista.

A revista Iararana, circulou até o número 13 – Ano IX, abril de 2007, 180 páginas, tendo como editores, Aleilton Fonseca, Carlos Ribeiro e José Inácio Vieira de Melo.

REFERÊNCIA

IARARANA – revista de arte, crítica e literatura. (Apresentação). Nº 1- Outubro de 1998, Salvador, Bahia, 86 páginas, impressão na EGBA – Empresa Gráfica da Bahia.

ILETRADO

Gilfrancisco

Jornal dos estudantes de Letras da UFBA, nº 6, Setembro/Outubro, de 1983, Edição mimeografada, formato A-4, 26 páginas não numeradas,

editado por Toni Vasconcelos. Veja-mos as palavras do editor:

Edi(ta)torial

Resistência aumenta. E, pelo visto, quer continuar. Muita gente entrando no espaço. O Iltrado mostra-se como um Jurnau realmente aberto para tudo e todos (incomum isso).

Solicitamos críticas e opiniões sobre o Iltrado. Após vários dias de “silêncio total”, alguém anonimamente, escreveu no quadro: “O Exército Vermelho vem aí”. Que massa! Ao menos uma voz levantou-se... e agradecemos, carinhosamente, o aviso... Que venha, não só o vermelho, mas o verde-oliva, o preto, o amarelo, o branco, etc...

Queríamos as críticas para que soubéssemos em que tamos errando/acertando, crescer junto com o povo do I.L.

Silêncio. Então vamos em frente, sempre, tentando, tentando, tentando, criando (verbo esquecido aqui).

Nota-se, os atentos, que esse Nº aumentou algumas páginas: mais papel, mais estêncil, mais trabalho, mais grana... mais vontade.

Outra diferença: vem cheio de assuntos, matérias, poemas “extra-letras” de/sobre fora das mofadas paredes do I. L. Que fazer? Gostaríamos de falar e informar muito mais sobre o próprio I. L., essa é a proposta genuína d’O Iltrado, mas não recebemos nada de informações, nem dos Colegas, nem dos Departamentos, nem da Direção, nem...

(claro que com carinhosas exceções).

Colaboram: Toni Vasconcelos, Douglas de Almeida, Geraldo Maia, Dori Walter Cezar, Nelson Mendes, Rosa Virginia Mattos, Carlos Anísio Melhor, Edgar Rodrigues, Pedro Cesar e muita gente mais. (GF)

REFERÊNCIA

ILETRADO – jornal dos estudantes de Letras – UFBA. Salvador, nº 6, Setembro/Outubro, de 1983, Edição mimeografada, formato A-4, 26 páginas não numeradas.

J

JOÃO DURO

Joabson Lima Figueiredo

Quando eu conheci João duro, fui apresentado em uma sala de aula, no sertão da Bahia, no município de Ibititá, antiga localidade de Rochedo. Estava a lecionar em sala de aula um componente de seminário temático, e na hora do intervalo, as estudantes da Universidade do Estado da Bahia abriram as suas vasilhas recheadas de João. Era um final de semestre, a turma era formada em sua maioria por professoras, tinha alguns professores, uma turma especial do Programa PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica). Assim, naquela noite, na hora do intervalo, eu fui convidado e me sentei com a tur-

ma para tomar um café, e uma conversa descontraída com meus colegas docentes que, após quarenta horas de sala pela manhã e tarde, estavam ali, cansados e agora rindo como deve ser todo momento em que alimentamos o corpo. Quando, de repente, após o meu primeiro gole de café, escuto uma voz me perguntar: quer João duro, professor? Eu olhei para um pano de prato bordado que se abria – embaixo, uma vasilha colorida e com flores – um alimento muito bem preparado. Adiantei que não conhecia a iguaria, e resolvi provar. Peguei um e mordei, e logo após, elogiei. Uma chuva de risos das minhas colegas e parceiros de quadro inundou a sala. Desconfiavam se de fato eu tinha gostado, ou tinha dito algo para ser gentil. Então, diante da incredulidade, comi outros, a fazer

vergonha a minha família, com uma certa rapidez e gostosura. Molhei-me com a chuva de risos, e começamos a fazer naquela semana, do momento da merenda, o momento João duro. E foi uma semana que surgiu uma pequena disputa de quem fazia o melhor João duro, algumas lembranças de grandes quituteiras do passado da cidade de Rochedo, e que hoje ficava a saudade. E foi assim até o final do curso, noite com João duro, em que sentávamos e falávamos da nossa docência, das trocas afetivas, de perguntas sobre a família, leituras, declamações de cordéis, poemas, piadas e causos da vida. O tempo passou, minhas colegas se diplomaram, e no dia da colação de grau, lá estava ele, João duro, na mesa, todo saliente entre outras iguarias. Ele representou para nós a resistência com alegria, o alimento como afeto nas horas que entendíamos que sorrir também alimenta. É preciso alimentar todos os dias os nossos sonhos e desejos. E ali, naquele momento, o alimentar era coletivo, um gesto que aproxima e restaura os nossos ombros. A bem da verdade, se formos pesquisar em dicionário o significado de João duro, teremos uma definição que aponta para um biscoito de polvilho feito no interior da Bahia. Mas, para

mim, significa um fim de tarde coada em luzes amarelas e vermelhas, pelas estradas do sertão, por uma turma que apresentava mais força do que o Rochedo, e a pausa para o café, tão cheio de vida e aroma, que o nosso querido João duro representava em sua mais perfeita tradução.

JORNAIS VALENCIANOS

Gilson Antunes da Silva

Jornais que circularam na cidade de Valença, Bahia, desde a segunda metade do século XIX aos dias atuais, ajudando a contar a história cultural e literária da cidade durante esses anos. A imprensa, nessa cidade, tem início em 22 de abril de 1870 com a publicação do *Jornal de Valença*, um periódico literário, noticioso e comercial de publicação semanal cujo editor-proprietário era o senhor Francisco Alexandre de Almeida. Encerrou suas atividades em 1882. Seguiram-lhe, ainda no século XIX, vários outros, muitos deles de natureza literária: *O Perylampo* (1871-72, cujo redator principal era o Doutor Cabelleira), *Echo do sul* (1879), *O tempo* (abril de 1882), *O Valenciano* (1882, que substituiu o *Jornal de*

Valença cujo proprietário era José Pereira da Silva Carvalho), *A Aurora* (1883-84, de propriedade de Álvaro Cordova Bandeira de Mello), *O Occaso* (1884), *A União* (1886-1889, cujo editor-proprietário era Antonio José de Siqueira), *Gazeta de Valença* (1886-1893, editado pelo proprietário Manoel Leite Ribeiro), *O Inspirado* (1887-88, dirigido por Gonçalo Junior), *O Relâmpago* (1887), *O Inspector* (1888) *O Amigo do Povo* (1889), *O Popular* (1890, cujo diretor era Antonio José de Siqueira), *Tribuna Republicana* (1890, diretor e proprietário Antonio José de Siqueira), *A Actualidade* (1891-92), *O Esforço* (1894, de pequeno formato, era uma Revista literária que saía quinzenalmente), *O Povo* (1893-96, de propriedade de José Lourenço de Moraes), *O Motivo* (1894), *O Município* (1894-95, cujo proprietário era Gonçalo Junior), *A Verdade* (1895), *O Poder da Vontade* (1897, Revista mensal, tinha como editor responsável Gonçalo Junior), *O Filho* (1898), *A Vida Valenciana* (1898- 1911, diretor Gonçalo Junior), *O Labaro* (1899, cujo redator era Guimarães Cova).

No século XX, os periódicos, em Valença, ganham impulso e vivem até os dias atuais. Em 1900, surge *A*

opinião (1900-1901) que reaparece em 1903 sob a direção de Figueredo Filho. Em junho de 1902, surge *O Pimpolho* de propriedade de Ernesto Malheiros. Entre 1902-1903, circulou, aos domingos, o *Correio de Valença*. *A Perola* surge em 15 de setembro de 1903. *O Bohemio*, em março de 1904, cujo dono era Balthazar Augusto. Já *O Horizonte* (1904-1905), saía às sextas-feiras e tinha como proprietário João Ursecino de Figueredo. Em novembro de 1904, surge também *O Gato Preto*, em pequeno formato. Em 1907, de propriedade de Avelino Messias, aparece *O Frade*. Em 6 de junho de 1907, surge o jornal *Brazil-Valença* de propriedade de Firmino Chaves (publicou apenas 40 números até março de 1908). Em agosto de 1907 é a vez de *A Tesoura* cujo proprietário era Balthazar Augusto. Ainda de 1907 é *O Diabo*. *A Evolução* (1908-1909) tinha como proprietários os Obreiros da Loja Caridade e Luz. Já *O Operário* (1909-1911) era de propriedade de Ernesto Malheiro e direção do professor Leonídio Rocha. Depois passou a órgão do Partido Republicano cujo redator e proprietário passa a ser Lindolpho Olivares.

A partir de 1911, surgem diversos outros jornais semanais: *O Clamor*

do Povo (1911-1912) de propriedade de Dr. Wenceslau Guimarães; *A Tribuna do Povo*, em 1912, de Balthazar Augusto, encerrando as atividades em 24/12/1926; *O Clarim*, do poeta José Malta em 1915; em 1918, é a vez de *O Éco da Saúde*; em 1919, *A Bomba*, de José Malta; em 1922, *O Relampago*, do mesmo poeta; Alcides Lopes funda *O Raio* em 1922 e *O Rebate* em 1924. Neste mesmo ano, surge *O Grito*, de propriedade de Manoel Dionísio de Oliveira e Sousa. Já Dr. Oscar Rosário funda *A Notícia* em 1926, enquanto Eduardo Araújo Queirós cria *O Combate*. Em 1928, é a vez de *O Maricoabo*, de Gabriel da Luz, seguido de *O Industrial* (1929) de Ernesto Malheiros. Em 1º de janeiro de 1930, Samuel Lacerda funda *O Comércio*, seguido de *A União* (do Cônego André Costa), *O Maribondo* (de Alcides Lopes), *O Espião*, *O Jornal do Povo* e *O Correio Valenciano* (1933). Em 1936, Samuel Lacerda funda *O município*, sucessor de *O comércio*. Em 27 de maio de 1933, é lançado *O Provisório*, sob a direção de Samuel Lacerda que, em virtude da censura local, substituía *O Comércio*. Em 1933 (25 de fevereiro), surge ainda o *Correio valenciano*, dirigido por Ernesto Malheiros. Merecem destaques ainda os

periódicos *O Papagaio* (de Alysso Magalhães Freitas, fundado em 1956 por Raimundo Mendes), *Valença Oficial*, órgão do município de Valença, fundado em 1940, *O Estádio* (de Nelson Teixeira), *A Notícia* (do professor Brasília Machado da Silva), *A Semana* (de Álvaro Maciel, fundado em 1948) e *O Caráter* (de Raimundo Galvão). A partir da segunda metade do século XX, surgiram outros grandes jornais como o *Jornal de Valença*, fundado em 1963. Seguiram a esses o jornal *Folha da Cidade* (fundado em 1964, que tinha como diretor Valdemar Teixeira), *O Manacá* (fundado em 1973 por José Bulcão Oliveira), *O Arávid* (fundado em 1971 por Ivanmar Batista de Queiroz), *O Caduceu* (maio de 1965, órgão do Grêmio Litéro-Esportivo Dr. Mustafá Rosemberg e que tinha como diretor Péricles Queiroz do Lago) e o *Valença Agora*, fundado em 2001 por Dimpino da Purificação Carvalho.

JORNAL DA ILHA

Gilfrancisco

Jornal da Ilha – Ano I, nº6, 1º a 30 de setembro de 1993, Bahia, com circulação: Salvador, Lauro de Freitas e Ilha de Itaparica, formato de 35x29, 12 páginas numeradas, impressão offset

– Gráfica Santa Helena, tiragem de 10 mil exemplares, com distribuição gratuita. Diretor Responsável do Jornal da Ilha, Roberto Gaguinho, Editor Luís Augusto. Colaboradores: Roberto Gaguinho, Cid Teixeira, Helô Sampaio, Emanuel Cavalcanti, Fred Souza Castro.

Editorial – Os Encantos da Bahia:

O astral da felicidade que emoldura a Feira da Bahia provoca em nós, visitantes, uma verdadeira viagem gastro-etílico-cultural. O rosto das pessoas parece iluminado pelas lembranças da infância, da adolescência. Nos mais velhos, uma saudade do namoro escondido, dos pequenos furtos de frutas em quintais alheios, os nossos também eram surrupiados – das questiúnculas políticas, da emoção em ver a filarmônica passar, do “sofrimento” de ter que vir para a capital estudar, das feiras sabáticas, do velho jumento sempre passando, do alfaiate e do barbeiro amigos, recomendações das tragédias das secas ou das inundações.

Nos adolescentes, a alegria pela oportunidade de uma paquera, mas também as preocupações com o hoje e com a responsabilidade que brevemente vão assumir como futuro desse país que eles representam.

A Feira da Bahia tem seu lado “sério”, com cada município trazendo à capital um exemplo de suas potencialidades, demonstrando a força econômica que

vem de todo esse interior, atestando a fase de progresso que a Bahia experimenta nos mais variados setores de atividade, como a indústria, a agricultura, a pecuária e o comércio. Tudo isto, uma vez por ano, é reunido para uma avaliação global, como se estivesse sendo selado um compromisso de mais união anos ainda nos próximos anos.

Mas o bom da Feira está na visita às barracas para apreciar as especialidades típicas da culinária desta terra abençoada.

Ao invés de viajar oito ou dez mil quilômetros em todo o estado, você pode, em apenas

5.000 metros quadrados, realizar a seguinte façanha: tomar uma pinga em Itarantim, ou em Nazaré ou em Abaíra, comer um sururu defumado em Juazeiro, degustar uma maniçoba em Santo Amaro, uma moqueca de pititinga em São Felix, um efó com vatapá em Cachoeira, uma buchada de capote em Queimadas, um bode assado com farofa d’água em Uauá ou no Jorro, comer xangó assado com farinha de copioba em Salgadália, comer um escaldado de galinha da terra no distrito Espantagado, uma carne-do-sol com pirão de leite em Rui Barbosa, ou em Iaçú, ou em Mairi. Se você tiver pique ainda, coma um pitu ao bafo em Gandu, um arrumadinho de feijão fradinho em Irecê, uma moqueca de vermelho no Prado, um escaldado de guaiamum em Vera Cruz, uma moqueca de camarão em Itaparica, uma mariscada em Madre de Deus, uma salada à vinagrete de peguari em São Francisco do Conde, um escaldado de agulhão em Lauro

de Freitas. E se o nobre cidadão ainda puder respirar, coma um acarajé ou abará com bastante pimenta em Salvador.

A Feira da Bahia, dos Municípios ou do Interior, como queiram nominá-la, fica sendo uma das festas mais importantes do nosso calendário, é o conagraçamento de toda a Bahia. O seu sucesso está ligado ao grau de baianidade do governador de plantão.

REFERÊNCIA

JORNAL DA ILHA. Jornal da Ilha, Salvador, ano I, n. 6, 1º a 30 set. 1993. 12 p.

JORNAL DA JORNADA

Gilfrancisco

Jornada Internacional de Cinema da Bahia – setembro de 1993, edição comemorativa dos 20 anos de realização, que teve início em 1972. Formato, 32,5x23,5 - 24 páginas numeradas. Edição, Redação e Revisão, Clodoaldo Lobo, Ilustração, Mário Aleluia, Impressão, Gráfica da Assembleia Legislativa da Bahia. Trazia um Editorial muito interessante intitulado, “Marco Incontestável”:

A Jornada Internacional de Cinema da Bahia chega a sua vigésima edição, batendo um recorde: o de evento cultural mais duradouro da Bahia, um verdadeiro bolsão de resistência ante

as pressões dos oligopólios, da dominação do cinema norte-americano comercial. Sempre fiel ao seu lema, “Por Um Mundo Mais Humano”, a Jornada da Bahia é um momento de consagração e interação de raças, línguas, culturas e visões de mundo geralmente postas à margem e/ou dominadas, que encontram, assim, uma brecha para o intercâmbio e a renovação e provam seu poder de sublevação.

A Jornada, inicialmente de âmbito nordestino, depois brasileiro, até chegar ser internacional, teve sua primeira edição em 1972 e só foi interrompida por dois anos consecutivos – 1989 e 1990 – por absoluta falta de condições financeiras. A Jornada Internacional de Cinema da Bahia – que quase sempre teve no ICBA, desde a primeira gestão de Roland Schafner, seu palco ideal – é também em grande parte resultado da abnegação de seu idealizador, Guido Araújo, que luta com escassos recursos do Estado para realizá-la e, sobretudo, com o auxílio de alguns dedicados amigos. Com a vigésima edição, a jornada prova, incontestavelmente, que atingiu sua maturidade e que tudo deve ser feito para que, a cada ano, ganhe em divulgação e empenho. Deve ser melhor assistida pelos órgãos culturais e empresariais, já que tem um lugar proeminente entre os eventos artísticos nacionais.

Comemorando a data do aniversário da jornada, acontecerá uma retrospectiva de seus 20 anos na parte de baixo do Teatro Gregório de Mattos, sendo que a parte de cima do teatro será ocupada por duas programações

– a Mostra do Cinema Animado Brasileiro, e uma grande mostra de produções locais de TV (50 programas), do Brasil todo. Na exposição, será mostrado um histórico sobre os 20 anos da jornada, através de textos (inclusive algumas matérias de jornais) e fotos, os catálogos, cartazes e jornalzinho de todas as jornadas, além de exibidos alguns troféus.

Também haverá exposição de peças (aparelhos) da área do cinema, como projetores e câmaras antigas. Algumas usadas durante a jornada e outras – como curiosidade – do início do século. Estarão registradas algumas passagens marcantes das diversas jornadas, fatos que tiveram grande impacto quando os eventos ocorriam, como quando, por exemplo, foi criada a Associação Brasileira de Documentaristas; a discussão da qual surgiu a chamada Lei do Curta; e as grandes retrospectivas em homenagem a Joris Ivens e Santiago Alvarez.

Já no ICBA acontecerá uma exposição sobre a Integração Latino-Americana, com cartazes sobre a cinematografia do continente. O nome será “Cinema Latino Americano, Obsessões, Símbolos e Personagens”, que vem de Cuba, com o editor Jorge Garrido, que detona, na jornada, um projeto para o Cinema Latino. Recordando todo esse tempo de realização do evento, Guido Araújo diz que não pode deixar de recordar, também, momentos dolorosos que marcaram o evento, como em plena jornada, receber a notícia da morte do amigo e colaborador, o crítico Paulo Emilio Salles Gomes, bem

como, de outra feita, do cineasta Joaquim Pedro de Andrade; outro instante marcante foi o golpe no Chile, com a morte de Salvador Allende, e a morte do líder Agostinho Neto, quando se mostrava pela primeira vez, no Brasil, um filme angolano.

REFERÊNCIA

JORNAL DA JORNADA – Jornada Internacional de Cinema da Bahia. **Jornal da Jornada – Jornada Internacional de Cinema da Bahia**, Salvador, set. 1993. Edição comemorativa dos 20 anos de realização, que teve início em 1972.



KÀWÉ PESQUISA (2002)

Gilfrancisco

Ano I, nº 1, janeiro/dezembro, 2002, revista anual do Núcleo de Estudos Afro-baianos Regionais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-Bahia. Formato de 26,5x21,5 - 137 páginas numeradas, Editus – Editora da UESC. Sem Registro – ISSN. O Editorial é de responsabilidade dos professores Raymundo Silva d’Alencar - UESC e Ruy do Carmo Póvoas – UESC, ambos da Coordenação Editorial:

É indiscutível que a questão do racismo já foi definitivamente colocada na agenda da oficialidade pública, nacional e internacional, e vem ganhando espaço cada vez maior no meio acadêmico e junto à população

em geral, ainda que se reconheça ser esta uma questão complexa. Um olhar mais cuidadoso sobre as iniciativas brasileiras no âmbito federal é indicativo da singularidade, reconhecimento e possibilidades de desarmamento da já insustentável e falsa democracia racial. São exemplos disso as políticas de ação afirmativa (ainda que polêmicas), a titulação e reconhecimento de áreas de terras ocupadas por remanescente de Quilombos, o Relatório Relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial enviado pelo Brasil às Nações Unidas (1996) ou o documento brasileiro para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerância, recém-realizada na África do Sul, associadas à presença de negros em telenovelas e peças publicitárias. (...)

Imbuído do objetivo fundante de trazer para reflexão o preconceito, a intolerância e a exclusão dos afrodescendentes do uni-

verso cultural produzido pela sociedade, o Kàwé vem, desde a sua criação, em 1996, colocando em evidência a necessidade de produzir conhecimento sobre a questão, na área de atuação da UESC, contribuindo com as discussões e socialização do conhecimento desenvolvido por diferentes estudiosos em diferentes lugares.

Nesse sentido, os textos apresentados neste primeiro número da Revista Kàwé – Pesquisa, alguns deles discutidos por ocasião do II Encontro com a África, realizado nesta Universidade Estadual de Santa Cruz, no período de 21 a 23 de novembro de 2001, têm o propósito de contribuir com os debates sobre os vários aspectos decorrentes das novas formas de compreensão da realidade dos afrodescendentes, em diferentes áreas de atividades e múltiplas dimensões do ser humano.

Apresentação do Sumário: África-Brasil no Pensamento Escolar, Henrique Cunha Jr.; Preconceito também se Aprende na Escol, Carmen Maria Andrade; Novos Saberes da Liberdade: a expressão cultural do Ilê Aiyê, Elias Lins Guimarães; Práticas de Combate ao Racismo enquanto de (des)Construção de Identidades: MNU e Ilê Aiyê, Francisco Carlos Cardoso da Silva; Pluralidade Étnico Cultural e Currículo Escolar: um diálogo possível?, Maria Batista Lima/Henrique Cunha Jr.; Homossexua-

lismo Preto & Branco no Romance Bom-Crioulo, Gilfrancisco Santos; Literatura e História em Vinte e Zinco de Mia Couto, Flávio Lourenço Peixôto Lima; Oráculo Africano no Brasil: uma contribuição histórica, Ruy do Carmo Póvoas; La Música y Danza Tropical e Africana Desterritorializadas, Miguel Arturo Chamorro Vergara; O Getual Cotidiano das Lavadeiras e sua Relação com os Orixás: uma concepção coreográfica, Maria de Lurdes Barros da Paixão; Um Estudo de Caos sobre as Comunidades Virtuais de Candomblé na Internet e a Questão da Alteridade no Ciberespaço, Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos; A Construção Cotidiana da Velhice: um estudo no Ilê Axé Ijexá, Raimundo Silva d'Alencar; Orí Àpéré o – O ritual das Águas de Oxalá, Maria das Graças Rodrigué; Observações sobre o “Sincretismo Afro-Brasileiro”, Mário Goldman.

REFERÊNCIA

KÀWÉ PESQUISA – Revista Anual do Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais da UESC. Kàwé Pesquisa – Revista Anual do Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais da UESC, ano I, n. 1, jan./dez. 2002. Bahia: Editora Editus, UESC.



LETRA VIVA – JORNAL CULTURAL (1987-1989)

Gilfrancisco

Publicado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUBCEB) – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) – Salvador, nº1-novembro de 1987. O texto editorial, assinado pelo poeta José Carlos Capi-nan, o então Secretária de Cultura do Estado da Bahia, aparece na capa (primeira página) do jornal cultural, com o título “Ideia Irresistível”.

Servir a difusão do pensamento é estimular os diversos produtores culturais, oferecendo espaço para sua participação criativa e / ou crítica, podem ser o objetivo mais óbvio deste jornal cultural.

Trata-se também de um espaço onde não há estética preferida nem pré-requisito ideológico, embora aqui se reconheça a primazia de uma ação cultural inteiramente ligada ao desenvolvimento e à democratização da informação. A página “Letra Viva”, publicada aqui diariamente, antecipou os objetivos do nosso suplemento. Um veículo para a política de facilitar a reflexão crítica com acesso aos bens e valores culturais, provocando novos leitores/leituras em todos os lugares aonde chegue.

Esperamos que o suplemento se torne representativo, refletindo as contribuições dos vários seguimentos que compõem e caracterizam, formal e informalmente, o universo cultural da Bahia. A recém-criada Secretaria da Cultura põe à disposição da sociedade todos os recursos de que dispõe, para por em relevo o processo plural da cultura baiana e de uma certa forma satisfazer o compromisso de não tratar o patrimônio cultural como utilidade de consumo

doméstico ou interno do Estado. Como coordenadora e articuladora de um sistema estadual de cultura voltada à produção de meios que viabilizem uma nova política cultural e, conseqüentemente, assegurem instrumentos de incentivo aos autores produtores, não resistimos à ideia de retomar o papel dos Suplementos de Cultura, que marcaram momentos e gerações de pesquisadores e criadores, fossem cineastas, poetas, críticos, enfim artistas e intelectuais que puseram a vida cultural baiana ao nível da contemporaneidade nacional e internacional contribuindo para a discussão e mudança das normas culturais. José Carlos Capinan.

O número de estreia trás o escritor Antônio Torres e as confissões de um baiano no Sul. O jornalista e professor João Carlos Teixeira Gomes escreve sobre o lirismo de Wilson Rocha; o crítico e cineasta Alberto Silva, diretor do jornal Cinema Novo e da Revista da Bahia, escreve o artigo “Glauber – A ópera de sangue”; Hélio Pólvora marca presença com o conto “Gedeão e os Madianitas”; a crítica literária fica a cargo do professor e jornalista, Cid Seixas, que imprime “O tom épico do modernismo na Bahia: Sosígenes Costa e outros colaboradores”. Letra Viva estreia bem, com suas 16 páginas numeradas e belíssimas

ilustrações, tudo isso muito bem apresentado no formato de 35,5x25,0. Foram nove números: novembro de 1987 a julho de 1989.

REFERÊNCIA

LETRA VIVA. Letra Viva, n. 1, nov. 1987. Fundação Cultura do Estado da Bahia e Empresa Gráfica da Bahia – EGBA.

LETRAS (1979)

Gilfrancisco

Lançada o único número em abril de 1979, Letras era uma revista elaborada por estudantes universitários baianos para ser distribuída principalmente na área universitária. Eram seus editores Sebastião Amaral do Couto, Roberto Bomfim Santana e Maria Auxiliadora Regis Dias, era de formato pequeno 22,5x13,5 – 37 páginas, impresso na EGIC – Editora Gráfica Indústria e Comunicação. Sem registro – ISSN.

A apresentação da revista “Ontem, Hoje, Amanhã” ficou com o professor do Instituto de Letras - UFBA, David Sallas (1938-1986):

Agora, os novos de hoje. Aparentemente parece incompreensível que estes se lancem muito mais com o criar que com o especular,

mais com o poema e o conto que a crítica literária ou a indagação teórica. Entretanto, se as duas revistas, a de ontem como a de hoje, têm a mesma grande incidência de criação literária, precipitado seria supor um fosso frio entre o ato de criar e o de criticar ou teorizar. Parece-me bem mais certo confiar no exercício desvendador da linguagem que, por via de criação literária, se repete nos dois momentos de estudantes de Letras. A realidade bem o comprova. Em última instância, porém, a criação situa-se num nível mais tangível de cognição intelectual e emotiva, sem que, ao mesmo tempo tenha deixado de armar, para os de ontem (e para os de hoje), uma trajetória de descobrimento especulativo em que os estreates de agora se adentrarão em trabalhos futuros, é muito provável, é mesmo possível prever.

LICEU DE ARTE E OFÍCIOS - BAHIA (1872)

Gilfrancisco

O início da construção do prédio (Paço do Saldanha) adquiriu casas na região que pertenciam aos Terceiros Carmelitas, para a construção do Solar em 1699, época que comandava o coronel Antônio da Silva Pimentel.

Em 9 de março de 1872, houve o Ato de criação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, pelo então Presi-

dente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques. No dia 20 de outubro, ocorreu a fundação da Sociedade Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, no Palácio do Governo, ou melhor, o Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, como de fato ficou conhecida. A ideia era de se criar um espaço que absorvesse artistas e operários para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das artes e ofícios entre si e seus filhos e estabelecer a prática da beneficência, desempenhando a função de sociedade mutuaría.

O objetivo da formação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, em Salvador, seguiu o padrão geral de criação dos outros Liceus: formar mão-de-obra especializada para a lavoura, a indústria e o comércio. O Liceu trazia esperanças em garantir uma profissão para assegurar o futuro da família do trabalhador. Em 1874, ele vendeu o Solar e o novo proprietário fez uma série de modificações na construção. Em 29 de dezembro desse ano, é firmado o contrato de compra e venda com o Barão de Pirajá, do Paço do Saldanha, para a instalação do Liceu. Em 7 de março do ano seguinte, foi instalado o Liceu, no Paço do Saldanha.

Entre 1884/1919, o Liceu adquire vários imóveis, casas que estavam anexas ao Paço do Saldanha. Em 30 de novembro de 1937, o Paço do Saldanha é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Solar Saldanha, localizado na Praça da Sé, casarão histórico de dois pavimentos, que passou a abrigar o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, a partir de 1874. Em 1968, abandonado, o edifício foi invadido. Em 1995, o Paço do Saldanha, foi restaurado e reconstruído, graças ao apoio da Fundação Odebrecht, adequado ao uso atual pelo IPHAN. Em 2009, a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), órgão ligado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, passou a funcionar no prédio em função de um contrato de 10 (dez) anos, entre o governo do Estado e o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

PS. Em 25 de agosto de 1910, o poeta Pedro Kilkerry (1885- 1917), a convite do Centro Acadêmico, realizou no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, a conferência “Individualidade de Eça de Queiroz”, publicada no Diário de Notícias, em 26.08.1910.

REFERÊNCIAS

KILKERRY, Pedro. **Maldito entre malditos**. Aracaju: Edições GFS, 2022.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício – Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)**. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996.

LÍNGUAS INDÍGENAS DA BAHIA

Caíque Marlon Santos Nascimento
Ricardo Tupiniquim Ramos

No século XVI, os povos nativos baianos pertenciam a dois grande **TRONCOS ETNOLINGUÍSTICOS**: o **Tupi** – povo Tupinambá no litoral das capitanias da Baía de Todos os Santos e de São Jorge dos Ilhéus e povo Tupinikim, no da de Porto Seguro –, e o **Macro-jê**: os Tupinaé um pouco além do atual Portal do Sertão, hoje extintos; vários grupos Kariri ou Kiriri (Kipeá, Paiacus, Karipus, Icós, Karatiús, Payayá, Sapoiá, Tocós, Moritises, Maraká etc.), na Chapada Diamantina/Piemonte, entre os rios Itapicuru Açú/Paraguaçu até o Oeste/Leste do médio São Francisco e Recôncavo; os Pataxó e Aimoré (V. verbete Povos Indígenas da Bahia).

Quanto ao **tronco Tupi**, há uma infrutífera controvérsia em torno

do nome da língua falada pelos indígenas do litoral brasileiro naquele momento. Seguindo Rodrigues (1986), linguistas resistentes ao uso da documentação histórica dessa língua como fonte de seu estudo referem-se a ela como **Tupinambá**, levando em conta o predomínio de três grandes populações e variedades linguísticas dessa etnia: a da ilha de São Luís, a da baía de Todos os Santos e a da baía de Guanabara. Contudo, sem negar o predomínio daquela variedade em relação a outras (inclusive a tupi, *stricto sensu*, então, sinônimo de Tupinikim), com base em Edelweiss (1969) e Navarro (1998, 2013), linguistas/filólogos a designam por **Tupi-antigo ou brasílico**, considerando que as diferenças entre aquelas variedades eram reais, mas tão desprezíveis, a ponto de ambas serem usadas indistintamente numa mesma obra – o “Auto de São Lourenço” (ANCHIETA, 1999) – e que boa parte da literatura dessa língua foi escrita na variedade tupi. Independentemente do glotônimo que a designe, dois jesuítas a gramatizaram – José de Anchieta (1534-1597) (ANCHIETA, 1980 [1595]) e Luís Figueiras (1574/6-1643) (FIGUEIRAS, 1620), em trabalhos comparados por Navarro (1995) – e um terceiro – Antônio de Araújo (1566-1632) – nela traduziu

o catecismo católico (ARAÚJO, 1686 [1618]).

Neste sentido, a opção da Companhia de Jesus era clara: gramatizar a língua mais difundida numa região, inicialmente para o aprendizado dos próprios religiosos que precisariam dominá-la com vistas à catequese e conversão dos indígenas, seu verdadeiro objetivo. Assim, na trilha de seus confrades predecessores, no biênio 1698-1699, o italiano Luís Vincêncio Mamiani documentou a **língua Kariri** numa gramática e numa tradução do catecismo cristão devido à sua grande difusão no sertão das capitanias do então chamado Estado do Brasil (colônia portuguesa sediada em Salvador e composta, grosso modo, pelo território dos atuais estados costeiros do Ceará para baixo).

A invasão portuguesa a seus territórios levou os povos Kariri a se reunir e lutar numa confederação e, dessa resistência, resultou a chamada Guerra dos Bárbaros (1688-1713) (PUNTONI, 2002), encerrada com a derrota e a quase extinção dos confederados, cujos sobreviventes, descidos a aldeamentos jesuítas diversos, aí foram compelidos a adotar a variedade de língua-geral tupi ensinada nas escolas religiosas, abandonando sua língua, extinta já no século XVIII. Atualmente, a partir da

obra de Mamiani, de outras escassas fontes documentais e da fugidia memória dos mais antigos, os grupos Kariri baianos tentam retomar sua língua ancestral em rituais cívico-religiosos e incipientemente nas escolas, mediante o registro de cantos nessa língua na literatura de uma escritora da etnia (FULKAXÓ, 2019, 2021, 2023, 2024), escrita em português.

É também esse o movimento dos pataxós do sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Norte de Minas Gerais em relação ao **patxohá**, sua língua ancestral (BONFIM, 2012), extinta no século XIX, com a dificuldade adicional de que dela só há algumas listas de vocabulário elaboradas por viajantes europeus (WIED-NEUWIED, 1989 [1826]; MARTIUS, 1863) daquela época.

Voltando ao tronco Tupi, o uso majoritário do tupi-antigo no litoral brasileiro quando do “Descobrimento” concorreu para sua gramatização e uso na colonização nos séculos XVI e XVII. A divisão do território colonial português na América do Sul em dois Estados: o Estado do Maranhão-Grão-Pará, com sede em São Luís (depois Belém) ao Norte (correspondente, *grosso modo*, aos atuais Estados do Maranhão e da região Amazônica, exceto o Acre e Ron-

dônia); e o Estado do Brasil (acima delineado). Essa divisão acabou gerando duas línguas-gerais baseadas o tupi-antigo que configuram sua nova etapa histórica, o **tupi-médio ou brasileiro**: a língua-geral do Sul (ou seja, do Estado do Sul, o Brasil), baseada no Tupi paulista e, por isso, também chamada língua-geral paulista (LGP); e a língua-geral do Norte, Amazônica (LGA) ou, como passou a ser chamada após o século XIX, **Nheengatu ou tupi-moderno**. Enquanto esta ainda é falada em municípios de seu território de origem, aquela foi extinta no início daquela centúria.

Documentos de meados do século XVIII e inícios do seguinte preservados no Arquivo Público do Estado da Bahia registram uma língua-geral no litoral sul baiano (Nobre, 2003), provavelmente, a LGP, embora não se descarte a possibilidade de ser uma terceira variedade regional, própria, do brasileiro. Primeiramente, um texto de 1757 informa a presença de falantes dessa língua na freguesia de São Miguel da Vila de São José da Barra do Rio das Contas (atual município de Itacaré); um diploma legal de 1764, traz a nomeação de Manoel do Carmo de Jesus como Diretor dos Índios da Vila de Olivença (atual distrito de Ilhéus) por ter sido criado nela e co-

nhecer a língua-geral; por fim, em documento de 1804, o Ouvidor da Capitania de Porto Seguro afirma o uso da língua geral pelos indígenas da Vila do Prado. De toda a sorte, posterior a esses documentos, não há ou ainda não foi encontrado qualquer outro registro de língua-geral Tupi na Bahia, o que nos leva a postular sua extinção como coetânea à da LGP.

Hoje, na Reserva Tupinambá de Olivença, também há algumas tentativas de retomada da língua ancestral documentada (Tupi-antigo) nos rituais cívico-religiosos e nas escolas das aldeias, como ocorre com as línguas Kariri e Patxohã. Além disso, o tupi-antigo é retomada na escrita de uma autora dessa etnia (Célia Tupinambá) e na poesia bilingue do autor Tupinikim que assina este verbete, o que demonstra uma possibilidade, mesmo remota, de seu ressurgimento, via arte e educação.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **A arte da gramática da língua mais usada nas costas do Brasil**. 2e. Salvador: EDUFBA, 1998 [1595].

ANCHIETA, José de. **Teatro de Anchieta**. (Organização, tradução e notas de Eduardo de Almeida Navarro). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARAÚJO, Antônio de. **Catecismo brasileiro da doutrina cristã, com o**

ceremonial dos sacramentos, & mais actos parochiaes. Lisboa: Manual Deslandes, 1686 [1618]. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:araujo-1686-catecismo>>. Acesso: 13.jul.2024.

BOMFIM, Anari Braz. **Patxohã, “língua de guerreiro”**: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. 2012. 127f. Dissertação [Mestrado em Estudos Étnicos]. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23957/1/dissertacao_ABBomfim.pdf>. Acesso em 13.jul.2024.

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos tupis e tupi-guaranis**: confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

FULKAXÓ, Denísia Kawani. **Kariri xocó**: contos indígenas. [Ilustrações: Caco Bressane]. 2e. São Paulo: SESC, 2021, vol. 1.

FULKAXÓ, Denísia Kawani. **Kariri xocó**: contos indígenas. [Ilustrações: Caco Bressane]. São Paulo: SESC, 2019, vol. 2.

FULKAXÓ, Denísia Kawani. **Kariri xocó**: contos indígenas. [Ilustrações: Caco Bressane]. São Paulo: SESC, 2022, vol. 3.

FULKAXÓ, Denísia Kawani. **Kariri xocó**: contos indígenas. [Ilustrações: Caco Bressane]. São Paulo: SESC, 2023, vol. 4.

MAMIANI, Luís Vincêncio (S.J.). **Arte de gramática da língua da nação kiriri**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1699. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:mamiani-1699-arte>>. Acesso: 13.jul.2024.

MAMIANI, Luís Vincêncio (S.J.). **Catecismo da Doutrina Christãa na Língua Brasileira da Nação Kiriri**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942 [1698]. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:mamiani-1942-catecismo>>. Acesso: 13.jul.2024.

MARTIUS, Karl F. P. von. **Glossaria linguarum brasiliensium**. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **A publicação linguística do Renascimento às Missões e as gramáticas Tupi de José de Anchieta e Luís Figueiras**. Tese – Doutorado em Letras. 1995. São Paulo: USP/ FFLCH, 1995.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário Tupi-antigo: a língua clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de Tupi antigo**. 2e. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. Língua geral do sul da Bahia: a necessidade de modalização em afirmações histórico-linguísticas. **LING. – Est. e Pesq.**, Catalão, vol. 17, n. 1, p. 303-323, jan./jun. 2013.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 2002. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:puntoni-2002-guerra>>. Acesso: 13.jul.2024.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

WIED-NEUWIED, Maximiliano von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/ EDUSP, 1989 [1826].

LITERATURA E OUTRAS ARTES DE AXÉ

Gildecí de Oliveira Leite

Literatura de Axé, assim como outras artes de axé, pauta-se em narrativas mitológicas afro-brasileiras para sua construção. A concepção do conceito deve-se às observações de tessituras primordiais de axé, portanto, também de mitos, itans, orikis subjacentes a diversas obras de artes.

Não se trata de apropriação indébita, inoportuna, inaceitável, deglute-se antropofagicamente para a recriação, admitindo os devidos pertencimentos. Em forma de arte, devolve-se como axé para o mundo, o axé ingerido. Assim, corretas apropriações podem ocorrer com a afro-baianidade, outras expressões afro-brasileiras e também de outras nacionalidades, desde que contenham axé e cumpram as quizilas.

Axé é um termo muito utilizado da Bahia, inclusive para denominar o movimento artístico e cultural axé music. Axé é uma palavra de origem iorubana e que além de ser compreendida como energia pura em forma de luz é a maneira como se pode desejar tudo de bom ao outro, podendo ser

alimentada de forma positiva ou negativa sem necessariamente compreender o negativo como o maléfico. Em territórios baianos é comum dizer “axé para você”, mesmo com o incontestável avanço da intolerância religiosa.

Pessoas, animais, objetos podem ter axé e podem ter seus axés alimentados, fortalecidos ou o inverso. Da mesma maneira que um colar, ou fio de contas, precisa dos ingredientes certos, das palavras e procedimentos adequados para ter axé, o texto literário e demais artes, precisam ter inequívoca e correta apropriação de narrativas das mitologias de axé.

Entretanto, é preciso informar que a literatura e demais artes de axé não são narrativas de cunho religioso e não são proselitistas. Entende-se ser necessária a mesma aceitação atribuída ao belo de mitologias outras, como as nórdicas, diante de formas de ser e de estar mundo a partir de pensamentos de ancestrais negros, orixás iníquos e voduns.

Uma pergunta a ser feita: por quais motivos a beleza e o encantamento de Thor no cinema são compreendidas, festejadas, acolhidas e nem sempre acontece o mesmo com Exu, Ogum, Oxóssi, Xangô, Bombogira — representação do mundo an-

goleiro baiano, equivalência de Exu — Sogbossi — equivalência de Xangô para o povo fon —, Caboclos e demais representações negras e originárias? Evidente que a resposta se encontra no racismo.

Desta forma, a literatura e demais artes de axé possuem papel político importante para afirmação da diversidade cultural através do belo, do encantamento dos negros. Contudo, faz-se necessário cumprir as quizilas ou lista positiva de recomendações para que a arte seja de axé.

Nesse sentido trazem-se informações de artigo ainda no prelo deste mesmo auto. “É preciso conhecer a mitologia afro-brasileira e/ou outras mitologias negras, seja através de publicações e/ou leituras de mundo e compreendê-las a partir de critérios de descolonização do pensamento”. Também é importante “reafirmar o compromisso com o awò, o segredo”, pois mesmo quando rituais são descritos, o segredo deve ser a tônica.

A autoria de axé é determinada a partir do auto pertencimento devidamente conectado à correta apropriação dos temas e representações. Desta forma, nega-se o critério da exclusividade da cor da pele em favor do compromisso, do enegrecimento cultural.

Assim, reforça-se a lógica do auto per-tencimento e da mobilidade do lugar de fala.

Afinal, mesmo como vítimas do racismo, os capitães-do-mato são pessoas negras, que rejeitam e oprimem a negritude. A alteridade positiva, conforme preconizada por Marilena Chauí (1993), deverá pautar toda a criação artística de axé. O belo, o encantamento serão as principais armas associadas às denúncias de estereótipos e injustiças, evitando uma escrita que substitua um absurdo por outro.

Os reconhecimentos de diversas culturas negras africanas e afrodiáspóricas devem ser nomeados e explicados, estabelecendo suas diferenças, semelhanças e interseções, mesmo que sejam denominadas literaturas e artes de axé. Um grande desafio será fazer tudo sem transformar a produção artística em panfleto, trazendo equilíbrio entre criatividade e informação.

REFERÊNCIAS

LEITE, Gildeci de Oliveira. Autores e Autoras de Axé. In: Marco Aurélio Luz; Narcimária Correia do Patrocínio Luz. (Org.). **Pensamento Insurgente**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2018, v. 01, p. 135-147.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileiro da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LITERATURAS DO BAIXO SUL DA BAHIA

Gilson Antunes da Silva

Conjunto de obras de ficção produzidas no território de identidade do Baixo Sul da Bahia. Trata-se das literaturas feitas por autores que nasceram nesse território, pelos que vivem ou aí viveram e que, nesse período, escreveram e publicaram textos literários. Além disso, as literaturas do Baixo Sul abrangem as produções literárias escritas por autores que, mesmo não sendo naturais do território, criam processos identitários com esse espaço, por meio de identificações subjetivas e culturais em virtude de habitar ou ter habitado o território ainda de que forma pontual. Nesse sentido, essas obras de ficção compreendem todas aquelas produzidas nos 15 municípios que integram esse território: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Ibirapitanga, Piraí do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves.

Essas literaturas, por estarem inseridas numa região pioneira no processo de ocupação do Brasil que teve início durante o século XVI, são tão antigas quanto os seus primeiros povoamentos. Desde a colonização do país, as práticas literárias acompanham o povo desse território, como as cartas escritas por jesuítas e as várias manifestações literárias orais que acompanhavam o cotidiano desse povo, sejam nos momentos de festas (aniversários, batizados, casamentos) sejam nas circunstâncias de dor e tristeza (velórios, sepultamentos, missas de corpo presente e de sétimo dia, etc.). No entanto, essas manifestações se perderam ao longo do tempo, de modo que o texto literário mais antigo dessas literaturas que se têm notícias remonta ao século XVIII e pertence ao Barroco brasileiro. Trata-se do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, publicado em 1728, em Lisboa cujo autor é o cairuense Nuno Marques Pereira.

As produções literárias do Baixo Sul são tão diversas quanto o é seu território de floração. Assim emergiram os primeiros romances sociais brasileiros (as obras de Fábio Luz do início do século XX), o primeiro talento repentista do país (Francisco Moniz Barre-

to no século XIX e suas poesias enco-miásticas, líricas, fesceninas e épicas), a poesia finissecular (cultivada por Cícero Mendes, Nathan Coutinho, Elmano Amorim, Oscar Pinheiro, José Leone, Mello Leite), o romance e o conto fantásticos (produzidos por Alfredo Gonçalves Neto e Araken Vaz Galvão), a literatura infantil (produzida por Innocencio Galvão de Queiroz, Fábio Luz, Jamile Menezes, Bárbara Ramos) o texto dramático (cultivado por Fábio Luz e Otávio Mota), a crônica e suas múltiplas vertentes (desenvolvida por Moacir Saraiva, Macária Andrade, Celeste Martinez, Orlando Pitágoras, Araken Vaz Galvão) a novela (Fábio Luz, Oscar Pinheiro, Vivaldo Cairo), a literatura de cordel (Antonio dos Santos Leite, Ana Santos, Sueli Valeriano), as memórias (Araken Vaz Galvão, Osmar Pinheiro, Antonio Lima, Geraldo Cova), o romance de ficção científica e terror (Robson Gundim), a eco poesia e a poesia feminista (Celeste Martinez, Rosângela Góes, Ângela de Mérice, Amália Grimaldi, Lúcio Mendonça) as narrativas da tradição popular (Isa de Oliveira, Fábio Luz e Galvão de Queiroz).

Na contemporaneidade, a poesia tem ganhado espaço e revelado novos autores seja por meio de publi-

cações autorais, seja através das antologias que, por sua vez, têm reverberado ecos de diferentes vozes até então silenciadas (adolescentes, mulheres negras, quilombolas). Merecem destaque as antologias Bardos Baianos (Antologia poética Baixo Sul), Valenciando, Rio de Letras, Novos valencianos e Às margens férteis do Rio Una.

Nesse cenário, Valença despena como a Capital literária do Baixo Sul, com o maior número de publicações e de escritores. Contribui para isso a existência da Academia Valenciana de Educação Letras e Artes (AVELA) que agrega autores e estimula a publicação e o desenvolvimento da literatura nesse território.

Por fim, outro grande propulsor das literaturas do Baixo Sul tem sido o jornal, sobretudo, o jornal impresso que começou a circular nessa região a partir do final século XIX. Muitos homens das letras desenharam seu perfil autoral a partir da escrita semanal nesses periódicos que alimentaram a alma do povo com crônicas, charadas, anedotas, poesias, contos e novelas.



MAPA (1957-1958)

Gilfrancisco

Criada e dirigida por Fernando da Rocha Peres e Glauber Rocha (1938-1981) com a colaboração da Associação Baiana de Estudantes Secundaristas, foi uma revista criada com muitas dificuldades e só teve três números publicados pela S. A. Artes Gráfica. O primeiro número saiu em julho de 1957, contendo 40 páginas, eram colaboradores, Júlia Conceição, Paulo Gil Soares, João Carlos Teixeira Gomes, Carlos Anísio Melhor, Glauber Rocha, José Castelo Branco, Lina Gadelha, Silva Dutra, Alberico Motta, Zilmérico Ribeiro e Calasans Neto. Seu editorial afirmava:

Mapa é um sonho acalentado em salas e corredores. Mapa é trecho de vida, que deverá permanecer e frutificar. Queremos as gerações passando por estas páginas, queremos falar do presente como é, e do futuro quando chegar. Ambos, presente e futuro, devem entregar tudo de si através do pensamento moço. O jovem tem um destino, tem uma bandeira não para carregar em desfile patriótico, e sim abrir ao vento e ficar alerta. Cantaremos o hino escutando o inimigo. Semearemos a terra matando a erva má. Mapa é uma afirmação do que somos. Mocidade volta para problemas de arte, e que não deixa de conhecer os interesses do Brasil. Se na hora for necessário um grito de abaixo, saberemos como dá-lo. As esperanças estão voltadas para nós. Só nos resta continuar o caminho aberto para uma pátria livre dos abraços interesseiros. Este é o nosso objetivo e para isso estamos em Mapa, esperando o momento, unidos e cheios de confiança no futuro.

A apresentação da revista ficou a cargo do poeta Carvalho Filho (1908-1994), amigo estimulador do grupo de jovens que, assim, o apresenta:

Esses moços não desejam naufragar no mar de fases que nos assoberba. Querem salvar por conta própria, sem tutela de medalhões, uma voz que já ouviram no fundo da alma e que, sem o heroísmo pessoal, parecerá no limbo. Pretendem por isso, criar o seu espaço e o seu destino, pois não há a quem invocar proteção.

O número 2 da revista saiu com 96 páginas sem indicação de mês e anos. Colaboraram nesse número, Júlia Conceição, Albérico Motta, José Turisco, Wilson Rocha, Carlos Anísio Melhor, Paulo Gil Soares, José Carlos Teixeira Gome, Fernando da Rocha Peres, Carlos Pena Filho, Glauber Rocha, Y. Fujyama, Pedro Henrique Leão, Manuel Lopes, Frederico José de Souza Castro, Florisvaldo Mattos, Renata Pallottini, Di Cavalcanti, Calasans Neto, Mario Cravo e Lênio Braga. O número 3 saiu em outubro de 1958, contendo 110 páginas não numeradas. Colaboram: Carlos Anísio Melhor, Jomard Muniz de Brito, Florisvaldo Mattos, Frederico de Souza Castro, Lina Gadelha, José Con-

treiras, Ary Magalhães, Raymundo Amado, Albérico Motta, Alda Britto, Nemésio Salles, Frederico Moraes, Silva Dultra, Alex Viany, Flávio Costa, José Pereira, Jair Gramacho, Sylvio Pينهيرو, Theon Spanudis e Sante Scaldaferrì.

A Geração Mapa criou, produziu, e resultou da incorporação de várias ideias que surgiram no final da Segunda Guerra, inclusive do balanço que se fez do Movimento Modernista, além das conquistas da década de 50, sobretudo com o despertar do mundo para a era da comunicação de massa, incorporando o cinema como o grande porta-voz. Tanto na literatura como nas artes plásticas, Mapa consagrou Glauber Rocha, líder inconteste dessa geração, que se organizou para a arte e para a vida, nos corredores do velho Colégio Estadual da Bahia – Central que pouco depois estaria comandando a renovação do cinema brasileiro (Cinema Novo). Glauber Rocha tornar-se-ia o futuro diretor e teórico de cinema internacionalmente conhecido através da realização de vários filmes. Glauber Rocha realizou vários longas metragens: Barravento (1961), Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), Terra em Transe (1967), O Dragão da Maldade contra o Santo

Guerreiro (1969) – recebeu o prêmio de melhor direção no Festival de Cannes desse ano, O Leão de Duas Cabeças (1970) e A Idade da Terra (1980).

Mas outros membros do grupo também se tornaram destacados intelectuais no cenário cultural baiano e nacional: Paulo Gil Soares foi para o Rio de Janeiro e se dedicou à televisão, Fernando da Rocha Peres tornou-se professor da Universidade Federal da Bahia e escritor. Tendo publicado: Poemas Bissexto (1972); Gregório de Mattos e Guerra: uma revisão biográfica (1983); Gregório de Mattos e a Inquisição (1987); A Família Mattos na Bahia no século XVII (1988), Mr Lexo-Tam e outros poemas (1996). Florisvaldo Mattos, formado em Comunicação, atuante jornalista, também professor da Universidade Federal da Bahia, publicou: Reverdor (1965), Fábula Civil (1974), A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates (1974), A Caligrafia do Soluço e Poesia Anterior (1996), Estação de Prosa e Diversos (1997). João Carlos Teixeira Gomes (1936-2020), ao lado da ficção e poesia, se dedicou ao jornalismo, estreia com Ciclo Imaginário (1975), O Domador de Gafanhotos (1976), Camões Contestador e outros

ensaios (1979, Gregório de Mattos o Boca de Brasa (1985), A Esfinge Contemplada (1987), A Tempestade Engarrafada (1995), O Telefone dos Mortes (1997), Glauber Rocha Esse Vulcão (1997). Frederico Souza Castro (1931-2012) publicou: Samba-de-Roda (1957), Canto para Griselda (1969), Mel Sal e Meus Espelhos (1978), A Gotinha D'Água (1987), Mamãe Macho (1988), Postulanos (1996). João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), considerado um dos melhores romancistas brasileiros lançou: Setembro Não Tem Sentido (1968), Sargento Getúlio (1971), Vecencavallo e o Outro Povo (1974), Vila Real (1979), Viva o Povo Brasileiro (1990), A Vingança de Charles Tiburone (1990), O Sorriso do Lagarto (1997) e O Feitiço da Ilha do Pavão (1990). Silva Dultra dedicou-se à poesia: *Vinte e Cinco Sonetos da Bahia Antiga* (1987), *Sonetos Pitorescos da Bahia num quadro de antigamente* (1990). Carlos Anísio Melhor (1935-1991) escreveu: *Canto Agônico* (1982). As artes plásticas comparecem com Sante Scaldaferrri, Calasans Neto e outros. De outros estados colaboraram em Mapa: Carlos Pena Filho (Pernambuco), Renata Pallottini e Y. Fujiyama (São Paulo),

Manuel Lopes (Maranhão) e Pedro Henrique Leão (Ceará).

Portando a Geração Mapa é, na verdade, um desdobramento desta efervescência, e por outro, um prosseguimento em termos estético dos sucessos da geração de Caderno da Bahia, que, no pós-guerra, deu um novo sentido à cultura baiana, até então engolfada no academicismo. Entre os escritores provenientes de Mapa, o poeta Carlos Anísio Melhor é um dos poucos que tem maior possibilidade de desaparecer, porque sua obra continua praticamente inédita. Como membro do grupo, Carlos Anísio se destacou através de sua poesia intimista, como diz o próprio poeta: ³

Antes que Movimento, ou mesmo Geração Mapa foi sobretudo vivência (termo em voga na época). Vivência cultural no sentido amplo e múltiplo: vivenciamos, segundo mostrava Machado Neto, nossa existencialidade, visão do mundo, leituras, a ordem apolínea e o caos noturno.

REFERÊNCIAS

1 REVISTA MAPA. Salvador, Artes Gráficas, ano I, nº 1, julho de 1957.

2 REVISTA MAPA. Salvador, Artes Gráficas, ano I, nº 1, julho de 1957.

3 Foram publicados dos livros Póstumos:

4 O último voo do poeta, GIL FRANCISCO. Revista Exu. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, ano IV - nº24, novembro/dezembro de 1991.

MARCO 1

Gil Francisco

Sem ano de publicação, 116 páginas, era uma publicação do GAFF – Grupo de Arte da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Editada pela CIMAPE, tinha como Presidente José Arapiraca e diretor Gey Espinheira. A revista trazia contos, poesias e ensaios de jovens estudantes universitários. Colaboraram nesse único número: Ronaldo Sena, Manuel da Costa, Gey Espinheira, Luís Café, José A. C. Barreto, Oleone Coelho Fontes, Altaminando Camacan, Ruy Espinheira Filho, Maurício G. Almeida, Affonso Manta, Walter Queiroz Jr. Antônio Brasileiro, Jacinto Prisco, Gan Azevedo, Fernando Batinga de Mendonça, Fernando Rego e Antonin Artand.

A revista Porto de Todos os Santos, nº2, setembro de 1968, fez uma crítica violenta ao lançamento da revista:

Graficamente, Marco 1, igualmente, deixa muito a desejar, ou melhor, deixa a desejar tudo - nenhuma inovação, nada de

novo! Diagramação malfeita, impressão não muito, pouco aproveitamento das páginas (muito branco desperdiçado). Enfim, uma revista que precisa ser melhorada – e muito – por uma obrigação – mesmo, um compromisso – para com a jovem intelectualidade baiana; porque condições existem para isso – é só trabalho.

REFERÊNCIA

PORTO DE TODOS OS SANTOS.

Porto de Todos os Santos, n. 2, set. 1968.

MERCADO VELHO DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE

Éttore Pablo Vilaronga Rios

São José do Jacuípe surgiu em meados da década de 70 do Século XIX, e já nos primeiros anos do Século XX dispunha de uma boa quantidade de casas e habitantes, o que impulsionou o comércio de excedentes por parte dos moradores que tinham terras para plantar. Três homens, dos quais apenas de um se sabe a identidade (Otacílio Vilas Boas), iniciaram o que seria a feira livre local, embaixo de um pé de tamarindo.

Outras pessoas se juntaram nesse comércio, que acontecia aos domingos, onde se vendia feijão, milho,

mamona, farinha, carne de bode e outras mantenças. A sombra do pé de tamarindo ficou pequena para os comerciantes que chegavam. Foi aí que o senhor Antônio Joviniano Vilas Boas, vulgo Capitão Senhorzinho, líder da comunidade e pai de Otacílio conclamou a população para construir um centro de abastecimento.

Usando madeira das matas locais, adobe cru e telha vã, ergueram em coletivo um galpão quadrado de aproximadamente 400 m² no centro da vila onde a feira passou a ser realizada aos sábados. Era o ano de 1920 e a partir daí, com o progresso do lugar, a feira livre foi crescendo à frente desse galpão, que anos mais tarde começou a ser utilizado para realizar eventos locais, tais como o arraiaí das festas juninas.

Com a construção do novo centro de abastecimento em 1997, e perdendo essa função, a história do então conhecido como Mercado Velho foi desconsiderada pelos poderes locais e sob protestos foi demolido em 1998 para dar lugar a uma praça e um palco, que foi demolido no ano de 2024.

O Mercado Velho sobrevive em poucas fotos e na memória dos que o conheceram e se estivesse de pé, poderia servir como centro cultural ou museu da cidade de São José do Jacuípe.

MESAS DE COSME DE IRAQUARA

Glaúbia Silva Ramos
Mayara Fideles Martins
Filismina Fernandes Saraiva

Embora haja Mesas de Cosme, ou outras Mesas com nomes diferentes, e que também homenageiam os santos gêmeos, trataremos aqui das Mesas de Cosme especificamente da Chapada Diamantina, no povoado de Lagoa Seca, Iraquara-Bahia.

As Mesas de Cosme são direcionadas à devoção aos Santos São Cosme e São Damião, santos católicos que segundo a hagiologia são irmãos gêmeos, médicos e missionários que nasceram na Arábia e eram conhecidos como benfeitores e corajosos. A celebração faz parte do catolicismo popular existente na Chapada Diamantina, o qual, pode variar de uma cidade para outra.

As Mesas de Cosme, às quais nos referimos, acontecem desde os anos 1950 até os dias atuais, havendo durante esse período variações de aumento ou de quase apagamento desse culto em alguns recortes temporais. Houve um intervalo de cerca de 30 anos — 1980 a 2010 — em que essa

devoção alcançou um número alto de praticantes, porém atualmente vem perdendo espaço por conta da intolerância religiosa.

As Mesas de Cosme ocorrem uma vez ao ano e embora o dia de devoção aos santos gêmeos seja 27 de setembro, as datas para as realizações das mesas variam de acordo com o dono de cada Mesa, mediante motivações particulares e identidade de cada devoto. Alguns praticantes optam por realizar o ritual a São Cosme e São Damião em outros dias que também são dedicados a outros santos, como em 20 de janeiro, data comemorativa a São Sebastião, o dia 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, e 25 de dezembro dia do nascimento de Jesus.

Desse modo, as Mesas de Cosme partem da devoção aos santos e é concebida pelos devotos como uma demonstração de fé, em comunhão através do alimento, o cariru — cariru mesmo e não caruru como é denominado no Recôncavo Baiano — ou lanche, oferecido em prol de uma cura de enfermidades e de males espirituais.

A comida representa além do alimento, um ato ritualístico que se distingue de acordo ao propósito de cada dono de mesa. Os pratos contêm,

em sua maioria, galinha, porco, arroz, feijão, macarrão, malamba, angu, polenta, farofa de dendê, salada, cariru, verduras, suco e balas.

O cariru, corruptela do termo caruru, refere-se à alface com couve refogado no tempero. Ao passo que em outras Mesas que contém lanches são servidos bolos, pães, mortadela, suco, refrigerante e bolacha. De modo geral, esses são os alimentos que integram as Mesas de Cosme de Lagoa Seca, na cidade de Iraquara-Bahia.

Além dessas comidas, a festa também oferece doces, balas, orações, ladainhas e cânticos em intenção aos santos, bem como, direcionados à comunidade local e aos visitantes, que participam da festa como convidados e ajudantes que auxiliam no preparo da Mesa. O dono da Mesa se destaca de forma particular, por sua devoção, e pelo dom direcionado a ele ou ela para guiar o período festivo.

Desta forma, cabe ao dono da Mesa providenciar a arrumação do altar, do local sagrado de orações, do espaço para oferecer os alimentos a São Cosme e São Damião, e da vestimenta. No dia da Mesa, prepondera a cor branca. Ademais, há majoritária participação feminina, desde a organização com a preparação dos alimentos, até

a representatividade como líderes religiosas, protagonistas da manifestação pública à comunidade.

Outro elemento relevante está na organização da Mesa, desde o cozimento dos alimentos, até as orações e canções oferecidas. Durante o preparo da festa, alguns pratos recebem atenção particular, como a galinha dirigida às crianças, a farofa de dendê e o cariru. Na Mesa são necessárias sete crianças batizadas, sacramento do batismo da igreja católica, de um a sete anos, algo que coincide com os carurus dos ibejis do Recôncavo Baiano. Antes do almoço, o alimento é servido primeiro aos santos, no altar, logo após as crianças são servidas de duas em duas, ao mesmo tempo em que são entoados cânticos aos santos. Ao final da festa, no período da tarde, são realizadas as orações como o Terço Mariano e o Ofício da Imaculada Conceição, por fim, são distribuídos doces às crianças.

Tais marcas permitem configurar as Mesas de Cosme como uma manifestação popular de caráter único por demonstrar na forma e no modo como se organizam, sua natureza miscigenada, constituída em festa mesclando o terço católico mariano, ladainhas e transes espirituais. As múltiplas práticas ritualísticas implementam marcas que fazem parte da

realidade cotidiana das pessoas, atividades que moldam e permeiam o campo da fé, da crença e da identidade cultural interligados e conectados por um caminho: a devoção a São Cosme e a São Damião.

REFERÊNCIAS

DE VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea:** vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DIAS, Júlio Cesar Tavares. As origens do culto de Cosme e Damião. **RAPPCR**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 36-57, 2014.

LEITE, Gildeci de Oliveira. **Jorge Amado:** da ancestralidade a representação dos orixás. Salvador: EDUNEB, 2014.

LEITE, Gildeci de Oliveira. Literatura Mitologia afro-Baiana: Encantos e percalços. *In:* RAMOS, Gláubia Silva. MARTINS, Mayara Fideles. **Cultura, Memória e Identidade nas mesas de São Cosme e São Damião em Melquiades, povoado de Lagoa Seca, Iraquara Bahia.** 2023. Monografia (Graduação em Letras) – Curso Língua Portuguesa – Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2023.

SILVA, Reis Lorena. **Festa de Cosme e Damião:** um diagnóstico de patrimônio cultural imaterial em Salvador. 2014. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2016. Disponível

em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34457>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TAVARES, Ildásio. **Candomblés na Bahia.** Salvador: Palmares, 2000.

MUSA CAPENGA

Maria Carollina Santos Carvalho
Gildeci de Oliveira Leite

Edison Carneiro nasceu na Cidade do Salvador, Bahia, no dia 12 de agosto de 1912, onde morou até 1939, transferindo-se então para o Rio de Janeiro. Teve uma trajetória inteira dedicada aos estudos da cultura Afro-brasileira, começou a publicar os seus escritos a partir de *Musa Capenga*, poemas experimentais com temas variados.

Esses poemas foram reunidos e publicados em 2006, pelo Professor e Pesquisador Gilberto Francisco Santos, conhecido como Gilfrancisco, *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), jornalista e com uma extensa contribuição para as pesquisas historiográficas e documentais, a coletânea recebeu o título de um dos poemas, *Musa Capenga*.

A Coletânea *Musa Capenga* é fruto de trabalho incansável de pesquisa em acervos e documentos sobre os vultos modernistas na Bahia

e em Sergipe. Ainda que, algumas vezes, historiografias literárias não abordem especificidades e a relevância do modernismo baiano, a produção literária produzida nesse período deixou um grande legado para a construção de uma estética pautada em elementos da cultura afro-brasileira utilizada por diversos artistas e intelectuais.

Nessa perspectiva, segundo Seixas (2006) os “modernos” de 1928 trabalharam na construção da consciência que ganhou notoriedade com o romance regionalista da década de 1930 (Seixas, 2006, p.12). O grupo de intelectuais baianos, denominado Academia dos Rebeldes — do qual Edison Carneiro fazia parte — em muito destoou do movimento modernista tradicional, visto que enquanto os modernistas do eixo Sul e Sudeste estavam olhando para o mundo externo para construir suas estéticas, os modernos baianos tinham a base na cultura popular, “partindo do local, do regional e popular para chegar à universalidade” (Seixas, 2006, p.12).

Ainda para Seixas (2006), Edison Carneiro antecede um trabalho de valorização da cultura Afro-brasileira seguido por Caymmi, Jorge Amado, Caetano Veloso e demais estudiosos

que posteriormente acabaram também trabalhando com a cultura negra (Seixas, 2006, 17).

Na obra *Musa Capenga*, Gilfrancisco faz uma análise do título explanando os vocábulos *musa* e *capenga*:

Musa, significa cada uma das nove deusas que presidiam as artes literárias, divindade que se supunha inspiradora da poesia ou seja tudo o que pode inspirar um poeta, astro, a poesia. Capenga, do tupi = caang, ‘osso’ + peng ‘torto, quebrado, torcido’, segundo Clóvis Monteiro e Arthur Neiva no livro *Estudos da Língua Nacional* (Gilfrancisco, 2006, 21).

A partir desses termos organizasse o conjunto de trinta e um poemas, fazendo referência aos textos originais publicados através do jornal *A Noite* no ano de 1928 por Edison Carneiro, na sua juventude.

A coletânea de poemas apresenta conteúdos diversificados, temas como a paisagem de Salvador no final dos anos 1920, a mulher, elementos da cultura afro-brasileira, a tentativa de se encontrar em um lugar intelectual, profissional e financeiro, um amor não correspondido, esses temas constroem um mosaico que unidos falam muito

sobre a trajetória de Edison Carneiro com muitos desafios desde o início da sua carreira.

Desafios que denotam problemas de ordem social, política e racial enfrentados corajosamente por Edison Carneiro durante toda a sua vida. Os poemas são a prova que o modernismo baiano trouxe para o centro do debate a “cultura local” como abordou Seixas (2006).

Em um contexto extremamente conflituoso para os intelectuais na Bahia, sobretudo pelas condições de projeção, eles precisavam dos jornais, o principal veículo para apresentar as suas ideias e trabalhos intelectuais.

Para Leite (2017), a produção literária *Musa Capenga* contém muitas características de crônicas, visto que é possível observar inúmeras referências ao cotidiano vivido pelo autor.

Além disso, nesses poemas vislumbra-se uma espécie de antirromantismo, pois o eu-lírico expressa o desejo sexual, pela posse mais do que a dor de não tê-la, de modo que, indo em um caminho oposto narrado classicamente nos poemas.

Em última análise, o vocábulo *Musa Capenga* refere-se à primeira experiência pública de Edison Carneiro, momento que serviu de lastro para fu-

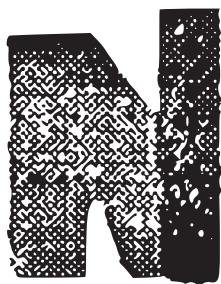
turos trabalhos do autor e, além disso, essa palavra traduz a ruptura implementada por ele e os seus colegas da Academia dos Rebeldes no Modernismo Nacional, construindo, dessa forma, um modernismo baiano.

REFERÊNCIAS

GILFRANCISCO. **Musa Capenga – Poemas – Edison Carneiro.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado, EGBA, 2006.

LEITE, Gildeci de Oliveira. **Edison Carneiro, biografemas: poesia, samba e candomblé/Gildeci de Oliveira Leite –.** Salvador, 2017. 440f.

SEIXAS, Cid. **A Poesia de Edison Carneiro Redescoberta por Gilfrancisco.** In: GILFRANCISCO. *Musa Capenga – Poemas – Edison Carneiro.* Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado, EGBA, 2006.



NOVA CRUZADA (1901/1910)

Gilfrancisco

A Nova Cruzada, revista literária da Bahia bem ao gosto do movimento simbolista a começar pelo nome da agremiação, se constitui como um marco importante na cultura baiana, está situada no primeiro quartel do século passado, caracterizada pela transição das sobrevivências de tendências do fim do século XIX, como também de preocupações renovadoras. Fundada em 13 de maio de 1901 por estudantes ainda não definidos quanto ao estilo, tinha a intenção de agremiar os “cavaleiros”: poetas irreverentes, prosadores estrepantes, ensaístas, críticos e cronistas. Faziam parte da comissão

de redação deste primeiro fascículo: Alfredo Pimentel, Durval Nery, Jacintho Costa e Galdino de Castro, trazia na sùmula uma advertência:

Só se publica, e um lema: Um por todos, todos por um, sendo editada pela Imprensa Moderna, de Prudêncio Carvalho, Rua São Francisco, 29.

A revista que somente publicava inéditos permanece até dezembro (provavelmente), de 1910, circulando mensalmente e a numeração contínua de um mês para outro, sendo vinte o número de páginas. A partir de abril do ano seguinte, a revista é substituída por *Os Annaes*, no momento em que a agremiação ingressava numa nova fase, a qual circula até novembro de 1914.

Colaborava na revista, nomes renomados da literatura baiana, como

Pedro Kilkerry, Desouza Dantas, Godofredo Vianna, Ambrósio Gomes, Durval de Moraes, Carlos Chiacchio, Antônio Vianna, Arthur de Salles e outros. Quando iniciadas suas atividades, o grupo passou a ter uma atuação bastante significativa na vida cultural de Salvador, onde manteve sempre aberta aos idealistas e à sociedade como um todo, que teve penetração cada vez maior. Pois realizavam suas reuniões festivas, em locais de grandes prestígios sociais, como no Liceu de Artes e Ofícios, na Associação Tipográfica Bahiana e na Associação dos Empregados do Comércio da Bahia.

Antônio Vianna in Revista da Academia de Letras da Bahia, 1942, conta-nos um pouco da história do grupo – jovens que se reuniam no adro da Catedral, no Terreiro de Jesus, trocando impressões, declamando versos, fundindo sonho e poesias, e mais adiante nos descreve as reuniões, “A lua mortiça de um lampião de querosene iam chegando os Cavalheiros dos Sonhos para os torneios de espíritos”.

Sobre a vida destes treze anos de agremiação, quase nada existe além de poucas informações esparsas e pobres, encontradas nos jornais da época ou depois de sua existência, mas que não nos ajuda muito. Embora não

tenha sido até agora avaliada devidamente em seu todo, é imprescindível para que se possa apontar dados concretos que confirmam a importância que tem sido atribuída ao grupo da Nova Cruzada no movimento simbolista brasileiro. Há apenas um único estudo neste sentido, que é o da professora Cecília de Lara publicado pelo Instituto de Estudos Brasileiro – IEB, da USP, 1971, onde a pesquisadora analisa apenas nove fascículos da revista, ou seja, de maio de 1901 a janeiro do ano seguinte. Quanto às profissões dos mesmos, eram as mais variadas e muitos destes sobressaíram individualmente, como Pedro Kilkerry, Carlos Chiacchio, Arthur de Salles e outros, este último sendo eleito para a presidência da revista na gestão de 1913/1914, em substituição a Álvaro Reis.

Inúmeros incidentes ocorreram na vida social e familiar dos neo-cruzados, durante o ano de sua estreia, com a saída de vários desses, mas nada impediu a continuação da mesma, devido ao grande desempenho e entusiasmo dos jovens estudantes. Possuir alguns exemplares desta revista como o pesquisador Gilfrancisco, que constitui uma preciosidade, é como ser proprietário de um pequeno e raro

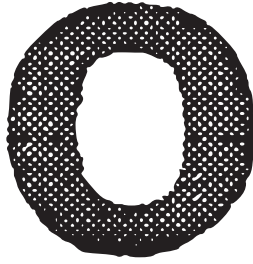
tesouro, imaginem possuir toda a coleção como o poeta e pesquisador Erthos Albino de Souza. Graças a Nova Cruzada foi possível organizar parte da fragmentada obra do poeta baiano, Pedro Kilkerry, in Revisão de Kilkerry; Augusto de Campos. São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª edição, 1985 e Pedro Kilkerry - Maldito entre Malditos; Gilfrancisco. Aracaju, Edições GFS, 2022.

REFERÊNCIAS

CORREIO DO BRASIL. *Correio do Brasil*, Salvador, ano 3, n. 467, 30 mar. 1905.

REVISTA DO BRASIL. *Revista do Brasil*, Salvador, ano IV, n. 10, 15 out. 1909.

LARA, Cecília de. *Nova Cruzada*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP.



O INIMIGO DO REI – UM JORNAL LIBERTÁRIO

Gilfrancisco

Jornal anarquista que circulou na Bahia entre os anos de 1977/1988, considerado jornal alternativo, marginal da imprensa manica, teve grande aceitação dos seus leitores, em oposição aos grandes jornais que circulavam no país, tiveram que se calar diante da força das regras impostas pelos ditadores civis e militares. Este jornal anarquista com uma pauta voltada aos interesses das minorias sociais, defendendo, assim, os explorados. Exalta o ideal anarquista em detrimento da posição autoritária do sistema capitalista, enfatiza a importância da autosugestão, prega a Liberdade em todas

as suas dimensões, no sexo, no amor e na vida.

Editado por estudantes da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em formato A-4, o número 1, Ano I, 10 páginas, outubro de 1977. Editorial – Comunicado:

O autoritarismo está sendo combatido em todos os meios culturais europeus. Entretanto, devido à situação política do nosso País, os trabalhos desenvolvidos lá fora são praticamente impossíveis de serem publicados aqui, ao menos a curto prazo. Não só por causa da censura oficial, mas por causa da censura das próprias editoras. Todos têm sua ideologia.

É tentando furar este bloqueio cultural imposto – não se enganem.

– não só pelos Governo, como também por grupelhos que se dizem “progressistas”, que o Inimigo do Rei promete desenvolver a divulgação de trabalhos

que nos permitam pelo menos ter uma ideia de como e para onde está caminhando o desenvolvimento político, econômico, social, etc.

No que diz respeito ao movimento estudantil, a posição deste jornal é radicalmente contra a dominação de alguns estudantes sobre outros, tentando propor uma saída através de um trabalho nautogestionário, isto é, uma organização estudantil forte e que funcione sem a liderança autoritária de pequenos grupos.

O Inimigo do Rei pretende, por todos os meios realmente democráticos, dar subsídios de discussão de debates que possam proporcionar a formação de uma nova mentalidade de ação e organização do movimento estudantil, tornando-o mais consequente, antiautoritário e não suicida, para não cairmos no mesmo erro que destruiu o movimento estudantil em 1968.

Achamos que o estudante deve ter uma real consciência crítica dos seus problemas havendo, assim, como agradável e salutar consequência o desaparecimento do dirigismo e do autoritarismo, permitindo um agrupamento realmente livre de estudantes. Quando falamos em divulgar novas ideias, a evolução do pensamento, etc. Queremos dizer que a finalidade de O Inimigo do Rei é dialogar sobre a situação vigente no pensamento social moderno. Por outro lado, é um veículo que pretende ser, ele mesmo, numa nova proposta. Quer como organização de trabalho, quer como conteúdo. Nós partimos do ponto de vista fundamental de que todo agrupa-

mento humano deve se organizar sem chefes, porque, se houve um chefe ou “líder”, essa pessoa, mesmo inconscientemente, exercerá uma pressão – ou mesmo uma ditadura – sobre os “liderados”. Qualquer liderança implica privilégio é necessária opressão dos liderados. Achamos que todos os modelos ditatoriais de organização, quer de governos, quer de entidades estudantis, refletem o interesse das classes dominantes no sentido de reter privilégios ou de conseguir outros.

Só poderá haver uma libertação quando a organização que coordena esse processo for resultado da vontade livre dos homens e não da cabecinha privilegiada das lideranças. Por isso somar contra toda forma de chefia.

A luta deste fim de século é basicamente contra o autoritarismo em todas as suas formas. Nota-se isto sensivelmente na pedagogia moderna, na antipsiquiatria e nos movimentos estudantis de todos os lugares onde a ignorância e o subdesenvolvimento não existem, não gerando, assim, a mediocridade autoritária, centralista, e a alienação dos liderados.

Em decorrência do exposto, mé que chegamos à conclusão de que O Inimigo do Rei deve ser (como pretende mostrar a partir deste seu primeiro número) um jornal que faça chegar aos colegas informações e críticas, repetimos, mais atuais. Para isso, o primeiro passo é escapar à tendência em se escrever meros panfletos sectários. Não estamos aqui para jogar uma “verdade” que deve ser aceita cegamente. Aliás, não pretendemos jogar

nenhuma “verdade” e muito menos que ela seja aceita sem críticas, de cabeça baixa.

Como meio essencialmente de Comunicação que pretende ser não pode censurar – ou, se preferirem o eufemismo, “selecionar” – as informações que pretende veicular. Sendo assim, nada mais natural do que ser um jornal aberto a todas as críticas. Aliás, uma das finalidades essenciais de O Inimigo do Rei é exatamente levantar críticas, derrubar mitos, quebrar a falsa indestrutibilidade dos dogmas e colocar em xeque as “verdades” estabelecidas. Não ter medo de mostrar as contradições, mesmo das posições ditas progressistas. Acreditamos que só saindo deste marasmo intelectual, escapando desta enxurrada de chavões panfletários, sintetizando o que sobra das contradições de todas as propostas que são colocadas aos colegas, só assim poderemos chegar a um consenso que finalmente poderá ser chamado de consenso da maioria.

Em sua última edição nº 22 em 1988, foi publicada a matéria “Breve Histórico da COB”, em que se explicava o que foi a Confederação Operária Brasileira. A matéria informava que alguns grupos estavam se organizando para uma possível reconstrução da antiga confederação, com todos os seus princípios e doutrinas. Eis o texto, na íntegra:

Muito pouca gente sabe, mas a força do Movimento Operário era bem maior no começo de século até 1934, porque os Sindicatos, Ligas e Uniões Operárias eram livres e não sofriam controle do Governo, dos Partidos Políticos e nem dos Patrões. Foram essas Organizações, a grande maioria de orientação anarquista, que em 1906 realizaram o I Congresso Brasileiro e deliberaram pela necessidade de se criar uma Confederação, uma Central Sindical. Em 1908 a Confederação Operária Brasileira já editava o jornal A Voz do Trabalhador noticiando as lutas do proletariado do Brasil e do mundo.

A COB realizou seu II Congresso em 1913, tendo sido responsável pela deflagração da Greve Geral de 1907 em favor das 8 horas de trabalho (aprovada no I Congresso) e responsável – junto com os anarquistas – pela deflagração da Campanha contra o Fascismo. Em 1917 são seus aderentes que promovem a Greve Geral, que colocou São Paulo nas mãos dos operários.

Em 1920 a COB realiza seu terceiro e último congresso. Em 1934, após enfrentamentos com os fascistas e com o Governo, o movimento anarco-sindicalista sofre as maiores repressões, tendo muitos de seus militantes mortos, presos ou deportados.

A partir de 1934, Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, proíbe a existência de sindicatos livres, cria o imposto sindical e a CLT, nela colocando – em forma de lei – todas as conquistas das lutas e greves anteriores. Getúlio promove a migração in-

terna trazendo camponeses para a cidade e ajudando a indústria a eliminar os serviços especializados desempenhados por operários estrangeiros considerados como “agitadores”.

Em 1937, Getúlio dá um golpe de Estado e impõe uma ditadura. Entre os fatores de esvaziamento da luta sindical a partir dessa data, podemos citar o papel dos comunistas de apoio ao Governo na destruição dos sindicatos livres e do lançamento, entre os operários, de um ideal reformista de “tomada do poder pelo Partido Operário”; a criação de sindicatos sustentados pelo próprio governo e a repressão feroz contra o movimento anarquista e anarco-sindicalista, pelo Governo e pelo PC.

De lá para cá nada mudou. Os sindicatos continuam atrelados e nenhuma conquista verdadeira foi conseguida a partir de 1930. Os sindicatos são hoje grandes aparatos financeiros, verdadeiros órgãos públicos administrados por pelegos e políticos, todos a usar o trabalhador.

Em maio de 1986 os anarco-sindicalistas realizaram um congresso e uma jornada de memória aos cem anos dos Mártires de Chicago e lá lançaram a bandeira da reconstrução da COB.

Com núcleos espalhados por vários Estados, os anarco-sindicalistas vêm batalhando por retomar a verdadeira prática revolucionária do sindicalismo, uma prática que não se identifica nem com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e muito menos com a Confederação Ge-

ral dos Trabalhadores (CGT), ambas reformistas e atreladas a governos e partidos políticos a se sustentar do roubo que é Impos-to Sindical.

O jornal *O Inimigo do Rei* não era dedicado a apenas anarco-sindicalismo. Era também o porta-voz de vários movimentos sociais que não encontravam espaço na grande imprensa e nem mesmo na imprensa alternativa, como os usuários de drogas, os homossexuais, os movimentos negros e feministas mais radicais, os ateus militantes, os ativistas da luta antimanicomial, ambientalistas e tantos outros que tiveram seus temas abordados no jornal, o que lhe deu repercussão não só no Brasil como nos EUA, Portugal, Espanha, Suíça, Suécia, Itália, Áustria, Alemanha, Argentina, entre outros países com os quais os editores acabaram mantendo contato. A preocupação com a restauração da Confederação Operária Brasileira (COB) era apenas uma vertente do jornal - não era a única.

REFERÊNCIA

O INIMIGO DO REI. *O Inimigo do Rei*, Salvador, ano I, n. 1, out. 1977, p. 10.

O MOMENTO (1931-1932)

Gilfrancisco

O prolongamento do espírito associativo dos “rebeldes” e órgão de divulgação de suas ideias foi a revista *O Momento*, 1931-1932 (Mensário

Ilustrado Informativo), - órgão de divulgação da Academia dos Rebeldes, apresentando o formato de 29,5 x 21 cm, sendo a mancha de 24 x 17,5 colorida e com bastante fotos, fascículos sem numeração de páginas, mas trazendo em cada um destes uma média de 20 a 26 páginas. A redação ficava à Rua dos Droguistas, nº 20, 2º andar, e era impressa na Gráfica Popular, Ltda.

O Momento era uma revista moderna sem ser modernista do ponto de vista literário, foi bem mais rica do que *Samba e Arco & Flexa*, pois traduzia um espírito de rebeldia e inconformismo. Sem dúvida, a mais expressiva das revistas surgidas na Bahia, inspiradas no movimento modernista. Um fato novo e marcante é que as revistas: *Samba*, *Arco & Flexa*, e *Meridiano* possuíam características diversas e, em virtude desses periódicos serem anteriores a revolução de 30, não apresentavam preocupações políticas como O Momento.

Dirigida por Emanuel Assemany, membro de uma rica família de comerciantes locais, tendo como redator chefe Alves Ribeiro, foi publicada pela primeira vez em 15 de julho de 1931 e chegaria até ao número nove, datado de julho de 1932. Dentre os seus colaboradores encontramos Edi-

son Carneiro, Dias da Costa, João Cordeiro, Souza Aguiar, Sosígenes Costa, Guilherme Dias Gomes, Clóvis Amorim, Da Costa Andrade, Jorge Amado, Oscar Pinheiro, Otávio Moura, Antônio Marron, Vanderley dos Reis, Alfredo Graúna, Pacífico Armando Guerra, Egberto Aguiar e José Bastos, além de colaboradores do Sul do país: Augusto Frederico Schmidt, Otávio de Farias e Menotti Del Picchia, dentre outros.

O primeiro número da revista trazia uma advertência sobre quem deveria colaborar, intitulada de “Gente de Casa e Gente da Rua”:

O Momento, como todo órgão ou realejo que se preze, não se quer confundir com as gaitas de fole do jornalismo salta – moitas. Assim, temos o nosso corpo organizado de redatores e colaboradores, devidamente remunerados (em trabalhos...), sobre os quais fugimos de fazer apreciações, porque aqui não impera o costume baianíssimo do elogio – mútuo.

Fazemos esta declaração a tempo, a fim de evitar aborrecimentos com certos poetas e literatos que andam as portas mendigando publicidade às suas bobagens, rimadas ou não. Toda e qualquer colaboração será solicitada pela direção desta revista, obedecendo ao critério da seleção dos valores. Não aceitamos, pois, ‘colaborações espontâneas’

desses literatos indesejáveis, que os há aos punhados, às penas, às manadas em nosso meio.

Precisamos de literatos, sim, para angariar anúncios e assinaturas, com 20 por cento de comissão. Precisamos de literatos, é certo, para trabalhos internos em nossas oficinas. Precisamos de literatos ainda (e que sejam de todo analfabetos), mas para catar cafuné na cabeça da avó do contínuo da nossa redação.

E é só. Colaboração de semelhantes intelectuais de café e poeta de porta de livraria, nem como matéria paga.

Decididamente.

O cliché apresentado na capa do primeiro número representa uma vista da nossa e majestosa Torre do Elevador Lacerda, a mais arrojada construção da época, e uma das primeiras do Brasil, obra da Companhia Linha Circular, feita por operários brasileiros, sob a direção de técnicos os mais competentes da época.

No número seguinte de O Momento, 15 de agosto de 1931, Jorge Amado publicava seu primeiro conto Sentimentalismo, na coluna Conto D'O Momento. Edison Carneiro, uma bomba contra a velha e triste Bahia, ao qualificá-la de “Lixópolis”:

Foi à primeira Cidade do Brasil

Agora está aqui, a não sei quantos metros acima do nível do mar. Fundou-a, outrora, quando o presunto sul americano ainda mamava nas tetas mirradas de Portugal, um certo senhor qualquer que lá pelas Índias, defendendo a bandeira da sua pátria, fizera – assombro! – isto e aquilo...

Mas não foi nada feliz.

Teve filhos retóricos, teve oradores, teve poetas, teve estadistas. Teve tudo, mas não tem nada. Esgota as reservas do Passado. Não foi ela quem expulsou os portugueses do Brasil? Não foi ela que viu nascer Rui Barbosa?

Dizem que é uma grande terra. Entretanto, eu só vejo nela ruas tortas, pasmaceira, aspecto brasileiro de cidade de interior... Talvez tenha, de fato, uma consciência. Mas ninguém a vê. Está em estado latente. Talvez também tenha uma literatura, uma arte, uma ciência. A literatura, a arte e a ciência dos pequenos vilórios do Oeste.

Aqui, o Conselheiro Acácio e o cidadão Brederodes estão em casa. Podem andar a gosto, sem serem importunados, as pernas metidas nas calças largas do pijama, a fumar um charuto e a beber pequenos goles de vinho nacional.

É a Cidade da Tradição.
Tudo aqui é a História, a Lenda, o Mito.

– A História da Bahia é uma História!

– Sim, a história da Bahia é uma história...

O cliché estampado na capa do número dois representa dois aspectos do aprazível arrabal de Monte Serrat, vendo-se a antiga hospedaria de migrantes, na época transformada em Sede da Escola Agrícola. O Momento, número três de 15 de setembro de 1931, trazia um poema do autor de Corja, João Cordeiro, dedicado ao amigo Jorge Amado. Há neste número um artigo em homenagem a Aloísio de Carvalho Filho, pelo seu ingresso na Academia de Letras da Bahia, onde os jovens “rebeldes” em nome do grupo afirmam o seguinte:

De parabéns, porque, desta vez, a “ilustre companhia”, abandonando velhíssima prax, não buscou para o seu seio mais um “figurão” ela que agasalha qual museu de raridades, avultado número de gozadíssimos “imortais”.

OCUPAÇÃO CULTURAL

Adriano Pereira
Gilson Antunes da Silva

Certificado pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura, Ocupação cultural é sarau e festa litero-artístico-cênico-pictórico-musical surgido em 2009, na cidade de Valença, Bahia, criado por um coletivo de artistas locais. Sua emergência no cenário local se deu a partir de algumas provocações: ocupar os espaços, o tempo e a vida com artes. Para Maria Cláudia Rodrigues (2010, p. 95), por meio desse evento, “Ocuparemos as nossas ruas/Com as glórias dos sonetos,/ batuques e tambores./ Utilizaremos a arma/ da cultura popular./ Para ferir o peito daquele que não/ acredita que a massa tem sim,/ a capacidade da transformação/singular da arte.” Trata-se de um movimento carnavalesco, numa perspectiva bakhtiniana, em que se congregam vozes advindas das diferentes esferas da cultura, seja ela popular, seja ela erudita, de modo que, nela, a diversidade rompe “as amarras/ Explícita em perfeita harmonia/ Do Ser Humano e à Arte/Do Artista e o Público/Do que pode ser latente/ Contudente em cada cena/ Em cada

ato de resistência/Ao longo da caminhada” (Mota, 2019, p. 09).

A primeira edição desse sarau-festa aconteceu no Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença, BA), agregando artistas de vertentes distintas com performances poéticas, coreográficas, musicais, teatrais, de cultura popular, exposições de curta-metragem, exposição de artes visuais e outras atividades artísticas.

O sarau, inicialmente, ocorria a cada 15 dias, no mesmo espaço. Entretanto, a partir do segundo semestre, começa a ganhar força e se expandiu para outros espaços, partindo para a itinerância, ocupando espaços educacionais de Valença (UNEB, FACE, FAZAG, IFBA, IFBAIANO, COESVA) e transpondo as fronteiras do município ao acontecer em Santo Antônio de Jesus, Cachoeira, Salvador e outros municípios do território do Baixo Sul.

Além de sarau performático, a Ocupação Cultural promove experiências diversas de formação artística, como oficinas de diferentes naturezas (de criação literária, de dança, de criação audiovisual, de música, teatro, etc.). No bojo desse movimento, surgiram as antologias literárias *Novos valencianos* (2010) e *Quatro ases e um coringa* (2014). Na primeira, organi-

zada por Araken Vaz Galvão, são publicados textos de jovens envolvidos diretamente com o sarau. Já a segunda agrega escritores que, em certa medida, integram a coordenação do movimento: Adriano Pereira, Otávio Mota, Ricardo Vidal e Mustafá Rosemberg.

A Ocupação mantém-se como uma referência da diversidade e da pluralidade cultural. Por ela já circularam mais de 300 artistas, intercambiando e trocando experiências, além de inspirar diversos outros saraus que passaram a incorporar as múltiplas linguagens artísticas em suas edições.

REFERÊNCIAS

MOTA, Otávio. Ocupação cultural – uma década de resistência. *Revista da Ocupação cultural*, Valença, BA, v. 01, n. 01, p. 09, 2019.

RODRIGUES, Maria Cláudia. Ocupação cultural. In: GALVÃO, Araken Vaz (Org.). *Novos valencianos*: coletânea de textos de jovens escritores de Valença. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2010, p. 95-6.

OS ANNAES (1911-1912)

Gilfrancisco

Os Annaes foi a primeira revista baiana premiada em exposição, direção e propriedade de Karlos Weber.

Fundada em 21 de abril de 1911, a sua direção era na Rua de São Raimundo, 23, em Salvador. Desde o seu primeiro número, teve representante na Itália. Na Exposição Internacional de Turim, em 1911, foi premiada com Medalha de Bronze e, na do Liceu de Artes e Ofícios, na Bahia, premiada com Medalha de Ouro em 1913.

Em 1969, o fundador da revista, Karlos Weber tinha 88 anos, era o único sobrevivente do grupo simbolista baiano. Em outubro de 1913, foi publicado o nº 4 da revista *Os Annaes*, órgão dedicado exclusivamente aos interesses da sociedade de letras “Nova Cruzada”. Todos os colaboradores da revista tinham que pertencer à sociedade “Nova Cruzada”, e essa imposição deixava muitos da imprensa indignados, porque havia na Bahia muita gente estudiosa, inteligente e hábil que não era neo-cruzado.

O referido número, além de trazer bons artigos, traz na sua primeira página um nítido retrato do jovem e laureado pintor baiano Presciliano Silva (1883-1965) e também a reprodução de vários dos seus quadros, precedidos de um bem lançado artigo sobre sua individualidade, assinado pelo seu antigo mestre Lopes Rodrigues.

Os Annaes era uma bela revista ilustrada de letras, ciências, artes e história.

REFERÊNCIA

OS ANNAES. *Os Annaes*, n. 4, Salvador – Bahia, out. 1913.



PACCE

Gilfrancisco

Ano I, nº4, Itabuna (BA), 1982, revista de cultura que publicava poemas, artigos, entrevistas. Publicação trimestral, com um formato de 15,5x21,0 cm, 32 páginas, impressão em offset, contava com o apoio cultural. A revista era propriedade do Pacce (Projeto de Atividades Culturais do Cacau). Editada pelo jornalista Kleber Torres, conselho Editorial formado por Cyro de Matos, Clodomir Xavier de Oliveira, Margarida Fahel, Maria de Lourdes Netto Simões, Onaldo Xavier de Oliveira, Telmo Padilha e Valdelice Pinheiro. Colaboradores: Carlos Ribeiro Santos Araújo, Hélio Pólvora, José Umberto, Kleber Tor-

res, Plínio de Aguiar, Richard Wagner Habib Silva, Selem Rachid Asmar, Sossigenes Costa e Yacilton Almeida.

REFERÊNCIA

PACCE. Itabuna, Ano 1, nº 4, 1982.

PADÊ

Gilfrancisco

Revista do Centro da Referência Negromestiça (CERNE), tendo como Diretor-Presidente, Gilberto Gil, Padê teve o nº 1 em julho de 1989 – Bahia, com 77 páginas, formato de 20,5X15,0, Capa de Mário Cravo Neto, único número publicado. A coordenação editorial ficava sob a responsabilidade do antropólogo Antônio Risério, além da existência de

um Conselho Editorial, formado por nome de peso: Anani Dzidzienyo, Jacob Gorender, Jacques d'Adesky, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Júlio Braga, Luiz Felipe de Alencastro, Muniz Sodré, Olabiyi Babalola Yai, Vivaldo Costa Lima. Colaboram no único número: Jocélio Teles dos Santos, Kabengele Munanga, Maria Ligia Coelho Prado, Júlio Braga, Eduardo Spiller Pena, Joel Rufino dos Santos e Vivaldo da Costa Lima.

REFERÊNCIA

REVISTA PADÊ. Cidade: Revista do Centro da Referência Negromestiça (CERNE), 1989.

PERIÓDICOS ALAGOINHENSES

Maria José de Oliveira Santos

Em “Vultos e feitos do município de Alagoinhas” (Salomão Barros, 1979), traça um trajeto histórico que compreende de 1816 a 1979 e se respalda no livro de Américo Barreiro, *Alagoinhas e seu município* (1902), que afirma que a cidade já possuiu 52 periódicos.

O periódico mais antigo que se tem notícia no município é o “Noticiador Alagoinhense”, 1864, que apresenta poemas assinados por homens

da imprensa local e de influência política e econômica.

O Popular, 1896, fundado por Salomão Barros, presenteia Alagoinhas com páginas de contos, crônicas e poemas, como “2 de julho” e “Floriano Peixoto”.

O *Correio de Alagoinhas*, 1905, cita sentir-se privilegiado pela “honríssima visita que gentilmente lhe dispensara, [...] a distinta e inteligente senhorita Marietta Gomes de Oliveira Guimarães, dilecta filha do exm. sr. dr. Wenceslau Guimarães [...]”.

Em *Correio de Távora*, 1931, destaca-se o texto escrito por mulheres “Assim, não! É preciso uma reprimenda às mulheres da rua do Mercado / Várias famílias vieram pedir-nos a atenção da polícia para o mau comportamento de mulheres da vida livre que moram do lado de baixo da rua do Mercado. [...]”.

Alarma, 1931, apresenta textos irreverentes quer em formas de piadas, crônicas cidadinas em expressões manifestadas no “boca-a boca” as quais eram enviadas às redações jornalísticas e as publicações eram assinadas por pseudônimos.

Nossos Dias, 1935, retrata a vida econômica da época, destacando a primeira concessionária Ford em Alagoinhas.

Em 1938 o “Jornal de Alagoinhas” apresenta a Coluna Feminina, que apresenta boatos/fofocas so-

bre as mulheres da sociedade local: a mulher que busca um homem em seu trabalho; outra, indecisa; por fim, a mulher que é considerada séria, porque não sai.

O *Colegial*, 1941, fundado por um grupo de mulheres estudantes do Colégio Santíssimo Sacramento e apresenta textos voltados ao período letivo e as férias, e, por vezes, anedotas “puras”, sendo uma denominada “A menina rezando”.

O *Alagoínhas Jornal*, foi o que teve a mais longa duração em duas fases: 1957 a 1970, voltando a circular em 1990, sendo totalmente desativado nos anos 90 do século 20.

O *Folhão da Bahia*, fundado na década de 90 pela jornalista e poeta Noêmia Alves, teve configuração e *layout* atualizados, mas, sua distribuição foi irregular até chegar ao seu final.

Atualmente, cito: “Gazeta dos Municípios” (1997), primeiramente com o nome “Jornal Cidade” e que passou por vários momentos históricos do município. Em 2001 criou seu site, o “Portal Gazeta” que resiste sob o comando do Jornalista e Radialista Vanderley Soares; “Sua Cidade em Revista”, jornal impresso e on-line, de Nádia Freire, que apresenta matérias do empreendedorismo geral local e da política partidária; “Folha da Terra”, de Rui Albuquerque, jornal impresso, aborda assuntos da política partidária local, além de matérias culturais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Salomão. Vultos e feitos do município de Alagoínhas. Salvador: Artes, 1979.

BARREIRA, Américo. Alagoínhas e seu município: notas e apontamentos para futuro. Alagoínhas. Alagoínhas, Typografia do Popular, 1903.

FUNDAÇÃO IRACI GAMA DE CULTURA. (FIGAM). Alagoínhas-BA. Figam_cultura – [http2//figam.vercel.app/](http://figam.vercel.app/)

PORTO DE TODOS OS SANTOS

Gilfrancisco

Lançada em abril de 1968 o primeiro número da revista, 198 páginas, órgão do Departamento da Educação Superior e da Cultura (DESC), da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, que dizia em seu editorial:

Vale como uma síntese programática, que indica a nossa disposição de aceitar e acolher, várias tendências do movimento cultural, nas suas preocupações, sugestões, indicações e soluções, sem discriminar temas ou pessoas.

Esperamos que a aceitação desta revista se faça não somente dentro dos limites do nosso Estado,

mas em todo território nacional, como reconhecimento de um trabalho sério e honesto, em favor de uma cultura que não é só baiana, mas – o que é mais importante – autenticamente brasileira.

Colaboraram neste número, José Calasans, Carvalho Filho, Jairo Simões, Erthos Albino de Souza, Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, Nestor Duarte, Orlando Senna, Ariovaldo Matos, Yan Michalski, David Salles, Walter da Silveira, Oleone Coelho Fontes, Judith Grossmann e Godofredo Filho. O segundo e último número da revista foi lançado em setembro do mesmo ano, contendo 251 páginas, tendo na direção o historiador Luís Henrique Dias Tavares e diretor-editor o poeta Humberto Fialho Guedes. Colaboram na revista: Waldir Freitas, Vasconcelos Maia, Altamirando Camacan, Myriam Fraga, Carlos Anísio Melhor, Carlos Cunha, Antônio Brasileiro, Jurema Pires Ferreira, Lia Robato, Edivaldo Boaventura, Floriano Teixeira, Calasans Neto, Sônia Castro e outros.

Ambos nos números da revista *Porto de Todos os Santos* foram impressos nas oficinas da Campanha Gráfica Lux, no Rio de Janeiro, para a Editora Itapuá. A revista foi fechada durante a repressão militar. O lançamento e divulgação do primeiro número transcorreu tudo bem, mas o segundo número da revista, foi alvo de um Inqué-

rito Policial Militar (IPM). Segundo Luís Henrique, a revista nº 2, tornou-se uma raridade, pois com o Ato Institucional nº 5 (AI5) ela foi recolhida. A prisão de Luís Henrique Dias Tavares, diretor da revista, que resultou de embates em torno da realização da II Bienal Nacional de Arte Plásticas, impediu a realização do terceiro volume e consequentemente, a sequência do periódico.

REFERÊNCIA

Porto de Todos os Santos. Salvador, Ano I, nº 1, abril de 1968, 198 páginas. Órgão do Departamento da Educação Superior e da Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia – DESC.

Porto de Todos os Santos. Salvador, Ano I, nº 2, 1968, Órgão do Departamento da Educação Superior e da Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia – DESC.

POVOS INDÍGENAS DA BAHIA

Francisco Gonçalves Queiroz

Ricardo Tupiniquim Ramos

Grosso modo, nosso território corresponde ao da capitania da Baía de Todos os Santos (da atual divisa entre Alagoas e Sergipe, à foz do Jiquiriçá, no nosso Recôncavo Sul) – acrescido da de São Jorge dos Ilhéus (da foz do Jiquiriçá ao Coxim – hoje Poxim), e Porto Seguro (da foz desse rio à do

Mucuri, na divisa com o Espírito Santo) em 1761 e do Centro-Oeste da de Pernambuco (nossos atuais Noroeste e Oeste), em 1824. Assim, historicamente, os povos indígenas da Bahia seriam aos localizados nesses territórios coloniais.

No litoral da Baía de Todos os Santos e majoritariamente no de São Jorge dos Ilhéus, havia inúmeros grupos Tupinambás e, no de Porto Seguro, Tupinikins. Esses povos Tupis habitavam até cerca de 90 Km da costa, para além dos quais expulsaram diversos povos por eles chamados tapuia ‘indígena não Tupi’ (NAVARRO, 2013), mal compreendido pelos portugueses como uma “raça” rival dos habitantes costeiros (RISÉRIO, 2004, p. 17).

Os tapuias baianos eram Macro-jê. Entre eles, estavam os tupinaés ‘amigos dos tupis’, com quem tinham contato desde a chegada desses à Bacia Amazônica, ainda no século XV (PEREIRA, 2001), mas expulsos da Baía poucos anos antes do “Descobrimento” (SOUZA 1974 [1580]) para um pouco além do atual Portal do Sertão; os grupos Kariri ou Kiriri de então (Payayá, Sapoiá, Tocós, Moritises, Maraká etc.), moradores da Chapada Diamantina/Piemonte a Norte/Sul entre os rios Itapicuru Açu/Paraguaçu até o Oeste/Leste do médio São Francisco e Re-

côncavo (SANTOS, 2020, p. 49-53); e os Aimoré (BUENO, 2003, p. 19).

Hoje, a Bahia é o segundo Estado brasileiro em população indígena, pois 229.103 habitantes seus (13,53% do total) declararam-se pertencentes a um dos 25 povos nativos do Estado (Atikum, Fulniô, Gueyah, Imboré, Kaimbé, Kamaká, Kambiwa. Kantaruré, Kariri-Xokó, Katrimbó, Katuí-Panká, Kiriri, Pankararé, Pankararu, Pataxó, Pataxó Há-há-hái, Payayá, Potiraguá, Truká, Tumbalalá, Tupinambá, Tuxá, Tuxi, Xakriabá e Xukuru-kariri), embora 92,49% deles não resida (ou mesmo tenha nascido) em territórios indígenas, sendo, portanto, indígenas de contexto urbano ou desaldeados (IBGE, 2023).

Esses povos habitam 134 localidades em 39 municípios. Delas, 15 são Terras Indígenas regularizadas, outras em processo de regularização (1). Na Bahia, há, ainda, Reservas Indígenas (BRASIL, 2023), identificadas e localizadas na tabela a seguir.

Muitos desses povos estão em processo de etnogênese ou reafirmação identitária recente – como os Maraká e os Payayá, hoje reconhecidos como integrantes de sociedades distintas (NASCIMENTO, 2021, p. 114-117) – ou muito recente – como os Tumbalalá. Outros há algum tempo decidiram formar comunidades multiétnicas, como os Kariri-Xokó, mais ultimamente fundidos aos Ful-

niô (Fulkaxó), há pouco reagrupados em Rio Real, numa fazenda privada com Tupinambás (Fulkaxó-Tupinambá), hoje em fase de registro como TI pela FUNAI, segundo informação oralmente fornecida pelo cacique Nankupé Tupinambá.

Por outro lado, embora conhecida como a cidade com maior população negra fora da África, Salvador é a quarta em população indígena do Brasil (IBGE, 2023), pois 27.740 de seus habitantes assim se declararam ao

último censo, indicando sua específica pertença étnica.

Oliveira (2004, p. 24-26) apresenta duas situações (acrescentamos uma terceira) que explicam a maior presença de indígenas nas cidades hoje: 1) a migração de grupos antes situados em zonas rurais para a urbana em busca de melhores oportunidades e condições de vida; 2) o paulatino crescimento das cidades desde seu surgimento – em alguns casos já na era colonial –, até o limite das aldeias,

Tabela 1: Terras e Reservas Indígenas baianas, suas respectivas etnias e localização

TERRAS INDÍGENAS	ETNIAS	LOCALIZAÇÃO (municípios)
Águas Belas	Pataxó	Prado
Barra	Atikum e Kiriri	Muquém do S. Francisco
Barra Velha	Pataxó	Porto Seguro
Brejo do Burgo	Pankararé	Glória, Paulo Afonso e Rodelas
Caramuru/Paraguassu	Pataxó Hã-hã-hãe	Camacan, Itaju do Colônia e Pau Brasil
Comexatibá	Pataxó	Porto Seguro
Coroa Vermelha	Pataxó	Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia
Fazenda Bahiana	Pataxó	Camamu
Fazenda Sítio	Tuxá	Quijingue
Imbiriba	Pataxó	Porto Seguro
Kantaruré	Kantaruré	Glória
Kiriri	Kiriri	Glória
Massacará	Kaimbé	Euclides da Cunha
Mata Medonha	Pataxó	Santa Cruz Cabralia
Pankararé	Pankararé	Glória, Paulo Afonso e Rodelas
Tumbalalá	Tumbalalá	Abaré e Curaçá
RESERVA INDÍGENA	ETNIAS	LOCALIZAÇÃO (municípios)
Tupinambá de Belmonte	Tupinambá	Belmonte
Tupinambá de Olivença	Tupinambá	Ilhéus (distrito de Olivença)
Coroa Vermelha – Gleba C	Pataxó	Pankaru
Fazenda Jenipapeiro	Atikum	Santa Rita de Cássia
Fazenda Sempre Verde	Pankaru	Muquém de São Francisco
Quixabá	Xucuru-Kiriri	Glória
Tuxá de Ibotirama	Tuxá	Ibotirama
Vargem Alegre	Pankaru	Serra do Ramalho

transformadas em suas periferias, num processo de apagamento e contínua desterritorialização dos povos nativos, como se deu com os Tupinambás aldeados ao redor da célebre Lagoa do Abaité, engolida pelo crescimento do bairro de Itapuá;

3) a busca e retomada identitária de indivíduos nascidos em contexto urbano, criados como descendentes de indígenas (o nosso caso).

REFERÊNCIAS

BRASIL. FUNAI. **Terras Indígenas**. 2023. Disponível em: < http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp>. Acesso: 26.abr.2024.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2ed. São Paulo: Ática, 2003.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo indígena**. São Paulo: Matrioska, 2021. IBGE. Censo Demográfico 2022: indígenas – primeiros resultados. 2023. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>>. Acesso em: 3.abr.2024

NASCIMENTO, Washington (Org.). **Antônia Onça e o Mestre em amansar brancos: trajetórias e saberes indígenas e africanos no Sertão da Bahia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário Tupi-antigo: a língua clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2e. Rio de Janeiro: Contra Capa /LACED, 2004.

PEREIRA, Moacyr Soares. **Índios tupi-guarani na pré-história: suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Maceió: EDUFAL, 2001.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2e. Rio de Janeiro: Versal, 2004. SANTOS, Fabricio Lyrio. Os índios na história da Bahia. 2e. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil em 1580*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1974 [1580].



QUEBEC TROPICAL: A BAHIA INTRADUZÍVEL DE P. K. PAGE

Fernanda Figueredo dos Santos

Filipe Siqueira Toscano Prestes

Tiago Barbosa da Silva

“Traduttore, traditore” - Provérbio italiano, que significa “tradutor, traidor”.

Patricia Kathleen Page, poeta canadense, viajou pelo mundo ao lado de seu esposo, o diplomata Arthur Irwin. Durante sua longa estadia no Brasil, entre 1957 e 1959, ela percorreu diversos estados do país, incluindo a Bahia, em incursões que foram reconstruídas no diário *Brazilian Journal*. Para Page, o livro é um registro

que reflete principalmente suas visões políticas, sociais e artísticas da época, já para Sandra R. G. Almeida (2009, p. 112)¹, o diário espelha a carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao Rei de Portugal em 1500, informando sobre “o descobrimento do Brasil em termos que enfatizam o fascínio com a paisagem natural que eles encontram – o excesso, a fertilidade e a beleza da ‘terra brasilis’”².

No diário, a poeta tenta *traduzir* o Brasil para um público canadense, traçando paralelos entre nossa realidade e a realidade do Canadá: a Bahia seria uma “Quebec tropical”³ (Page, 2011, p. 165), descrita por um observador distante, com comentários afetados, marcadamente ambíguos. Em uma entrada de 28 de março de 1958, Page diz:

Eu adoraria voltar. Seis dias não são suficientes. Dada a oportunidade, eu me mudaria para Salvador e viveria por um tempo nessa cidade de dois níveis - antigo/moderno, português/africano, Católico/Candomblé - com seus dias de azul deslumbrante e suas noites de veludo - e absorveria os mil e um detalhes de arquitetura, vegetação⁴ (Page, 2011, p. 175).

No livro, frequentemente, Page se diz incapaz de expressar, de forma adequada, suas experiências. Nessas ocasiões, ela revela um desejo de ser precisa e detalhada em suas explicações, muitas vezes sobrepondo significantes de realidades distintas. Isto aparece, por exemplo, na seguinte passagem: “Três árvores no Brasil que eu conheço produzem frutas diretamente do tronco: a jaca ou durião, a jabuticaba, cujo nome é intraduzível, e o cacau”⁵ (Page, 2011, p. 172).

Na tentativa de traduzir a primeira fruta para a língua inglesa, a poeta a compara ao durião que, embora também tenha origem asiática, é uma outra fruta. A mesma estratégia é usada em outras partes do diário. Isto fica evidente quando fala do *berimbau*: “um instrumento musical peculiar desta região, que se parece com um arco maior (como em um arco e flecha) com metade de uma casca de coco presa à sua corda (neste caso,

um fio)”⁶ (Page, 2011, p. 169). Ela também faz uso da comparação para falar sobre a palavra *jangada*, ao informar que “a jangada deles, ou balsa de madeira, para pesca”⁷ (Page, 2011, p. 172). O mesmo acontece com a palavra *saveiros*, quando ela diz: “saveiros – grandes e largas embarcações oceânicas com velas semelhantes a *dhow*”⁸ (Page, 2011, p. 167). Em certas ocasiões, ela opta por manter a palavra em português e fornece a tradução em inglês entre parênteses: “forofa (manioc flour) [...] feijão (black beans) [...] azulejos (glazed tiles)” (Page, 2011, p. 167).

Ao tentar traduzir dados da realidade baiana, Page utiliza um recurso metalinguístico, cujo resultado é a produção de uma estética do prisma (Chiampi, 1998). A autora aproxima termos distintos, muitas vezes de culturas diferentes, buscando criar uma ponte de entendimento, construída a partir da proliferação de significantes, produzindo uma explosão transcultural. Ao interpretar um *berimbau* como um arco e flecha e os *saveiros* como *dhow* – veleiros utilizados no Mar Vermelho e no Oceano Índico –, Page estabelece analogias que distorcem o significado original desses objetos, diluindo-os em redes culturais

diversas. Assim, sua Salvador – uma Quebec tropical – é construída através da justaposição de significantes, da sobreposição de camadas de culturas, originando, como a própria cidade, um lugar formado por diferentes níveis, que tentam capturar não apenas a materialidade da experiência, mas também sua conotação sensorial e seu contexto sociocultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R. G. The politics and poetics of travel: the Brazil of Elizabeth Bishop and P.K. Page. *Ilha do Desterro*. n. 57, p. 105-116, 2009.

PAGE, P. K. *Brazilian Journal*. The Porcupine's Quill, 2011.

CHIAMPI, I. *Barroco e Modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

¹ As traduções de todos os trechos citados foram feitas pelos autores do texto.

² The discovery of Brazil in terms that emphasize the fascination with the natural scenery they encounter – the excess, the fertility and the beauty of the “terra brasilis”.

³ “a tropical Quebec”

⁴ “I would love to go back. Six days is not enough. Given the chance, I would move to Salvador and live for a time in that two-tiered town - ancient/modern, Portuguese/African, Catholic/candomblé - with its blinding blue days and velvet nights - and take in the thousand and one details of architecture, vegetation”

⁵ “Three trees in Brazil that I know of grow their fruit right out of the trunk: the jaca or durian, the jabuticaba, this name is untranslatable, and the cacau.”

⁶ a musical instrument peculiar to this region which looks like a large bow (as in bow and arrow) with half a coconut shell attached to its string (in this case a wire).

⁷ Two men and a small sail - their jangada or balsa - wood fishing raft so low in the water that it was invisible.

⁸ Saveiros - large, wide, seagoing vessels with dhow-like sails.



REFLEXOS DE UNIVERSOS

Gilfrancisco

O número aqui apresentado é o 28 – fevereiro/março de 1984, Ed. Primavera, Cruz das Almas (BA), 18 páginas numeradas, capa de Néelson Magalhães. Colaboram: Wellington Sá, Luiz Carlos Mendes, Hermes Peixoto, Luciano Fraga, Néelson Magalhães Filho, Glaucia Guerra de Oliveira, Conceição Lima, Maria da Graça Sena, Nino, Sonia Lessa Fonseca. Em julho de 2004, Ano 28, nº 69, em edição colorida, capa de Renato Passos, 25 páginas numeradas, formato de 21,0x14,5, conteúdo, poesia e prosa. Seu editor responsável, era o poeta Hermes Peixoto. Colaboradores: Renato Passos, Lita Passos, Néelson

Magalhães Filho, Lisana Sampaio, Edisandro Barbosa, Glaucia Guerra, Dalila Machado, Graça Sena, Amanda Ferreira Cruz, Miguel Almir Lima de Araújo, Hermes Peixoto, José Inácio Vieira de Melo e Léa Souza da Silva.

REFERÊNCIA

REFLEXOS DE UNIVERSOS. Reflexos de Universos, n. 28, Cruz das Almas – Bahia, 1984.

RENASCENÇA (1916-1964)

Gilfrancisco

O lançamento em julho, nº 1, 1916, capa quadro de Leonardo da Vinci, a Gioconda, edição colorida, 42 páginas – Bahia, formato 27x18,5 e mancha 22,5x15, usava dois tipos de

papéis. No número de lançamento foi publicado o programa da revista. Vejamos um trecho:

Sobre a nudez crua da verdade o manto diáfano da fantasia é o lema rutilante da Renascença, expoente do muito esforço de que são capazes corações de moças ardorosas e entusiastas que, decididamente, desejam dotar esta Capital de uma revista séria, bem feita, com escolhida e selecionada colaboração, na altura do nosso meio intelectual, que venha abrir campo ao desenvolvimento das artes, letras e ciências em nossa terra, precisamente no momento em que aqueles que se gloriavam do retumbante título de “guardas e sentinelas da civilização” porfiam em tudo derrocar, não poupando mesmo, na faina destruidora e sacrílega, os venerados templos de fé, as importantes universidades, relicários do saber -; os grandiosos monumentos que atravessaram os séculos, - “livros feitos de pedras”, - cujas ruínas serão o eterno pesadelo dos vândalos hodiernos.

Muita vez, aos nossos ouvidos chegaram as vozes do desalento e do desânimo advertindo-nos, com ares de profunda piedade, que o nosso meio não comportaria uma revista como a que idealizávamos, que, forçosamente, o descaso e o indiferentismo da nossa população haveriam de matá-la no nascedouro.

Colaboram nesse número: Arthur Mendes de Aguiar, Lulú Parola, Pethion de Villar, Sabino Silva, An-

tônio Vianna, Astério de Campos, Umbelino Silva, Affonso de Macedo e outros. Na edição de nº 176, Ano XIV, fevereiro de 1930, a *Renascença* era gerenciada por Agenor Gramacho, último exemplar localizado dessa fase. Reaparecendo em 1953, nº11, dezembro, era na verdade uma outra fase. No expediente: Revista Mensal Ilustrada – fundada em 1916, tendo João da Silva Araújo – diretor responsável. Mais uma vez a *Renascença* reaparecerá em 1961, novembro/dezembro, 2ª Fase, Ano XLV, nº 26, dirigida ainda por João da Silva Araújo, apresentando o seguinte editorial:

O dia 16 de agosto, assinalado no calendário universal, tem uma significação toda própria para os que fazem *Renascença*. Indica mais um aniversário de sobrevivência, de vida em última análise e, o que é mais importante, de existência bem marcada a serviço da coletividade baiana. Pois bem, este ano, completamos 45 anos de lutas em prol da revitalização municipal, pelo progresso da Bahia, pelo seu crescimento econômico-financeiro.

A revista passou a explorar temas políticos e econômicos do Estado da Bahia, nada de literatura, basta analisar o sumário da revista: Crime em Uruçuca, Itajuípe, comunidade movimentada-se: progresso municipal;

Ubatá, declínio acentuado na vida administrativa, Valença, melhoria urbana da cidade antiga, e assim via...

REFERÊNCIAS

RENASCENÇA. Salvador, nº 1, julho de 1916.

RENASCENÇA. Salvador, 2ª Fase, Ano XLV, nº 26, novembro/dezembro, 1961.

RENASCIMENTO (1880)

Gilfrancisco

Publicação quinzenal, 4 páginas numeradas, impressos na Imprensa Econômica, tinha como redatores, Alfredo Ceylão, Otaviano M. Barreto, Bonifácio da Cunha e Luiz Gualberto. Temos um exemplar nº 2, 1ª Série, Bahia, 15 de maio de 1880. Vejamos o Sumário desse número: A imprensa da capital, Disciplina intelectual, Notas, Folhetim, Livros e periódicos, Fisiologia do sangue, Poesias, As pressas, Aviso, Variedade. Colaboram neste número Felisbello Freire, Alfredo Geylão, Luiz Gualberto, Tancredo.

Localizamos na coleção outros números: nº 3, de 1º de junho de 1880. Sumário: Formas de Governo, Fisiologia do sangue, O Naturalismo,

Folhetim, Livros e periódicos, Poesia, Variedades, As pressas, Super flaina, Pequena notícia, Aviso. Número 4, 10 de junho de 1880. Sumário: Centenário de Camões, Duas palavras sobre os Lusíadas, A questão da emancipação da mulher, A herança como um dos fatores da seleção natural, Fisiologia do sangue, Tipos Acadêmicos, Poesia, Variedade, As Pressas.

REVISTA DE CULTURA DA BAHIA (1968)

Gilfrancisco

Órgão oficial do Conselho Estadual de Cultura, Comissão Responsável: Américo Simas Filho, José Calasans Brandão da Silva e Thales de Azevedo. O número 1, Ano I, março /agosto de 1968 com 101 páginas, presidido pelo professor Nelson Sampaio, em sua apresentação assinada pelo próprio presidente do órgão, diz o seguinte:

O Conselho de Cultura do Estado da Bahia executa a sua Resolução de publicar uma Revista, dando a lume o seu primeiro número, correspondente aos meses de março a agosto de 1968. A Revista apresenta-se por si mesmo, por sua existência tangível, como órgão oficial do Conse-

lho. Por isso, este, o Conselho, que necessita apresentação como nova entidade dentro da vida administrativa e cultural do Estado, com cinco meses apenas de instalação. Está, por conseguinte, na infância, dando os primeiros passos de uma nova experiência do Estado no plano cultural, tomando contatos com os magnos problemas da cultura da nação e da província. Sabemos que dos acertos nesta discreta fase formativa dependerá a afirmação da instituição em face dos poderes públicos e da comunidade.

O Conselho de Cultura foi previsto em Constituição do Estado (art. 119) e regulado em duas leis estaduais gêmeas, da mesma data, 13 de setembro de 1967: a Lei Orgânica do Estado e a Lei de Organização da Secretaria da Educação e Cultura cujos artigos pertinentes são publicados nesta Revista. Pela classificação legal, o Conselho é um dos órgãos colegiados da Secretaria da Educação e Cultura, com “atribuições relativas as atividades culturais, ao patrimônio histórico ou artístico, à aplicação dos fundos dos planos de cultura e outros fixados em leis”. Quem desejar ter uma ideia mais precisa de suas atribuições deveria ler o Capítulo II do seu Regimento Interno, também inserido nesta Revista (...)

Este primeiro número da Revista é como uma certidão de nascimento do Conselho. Além de textos legais e do Regimento Interno, cinge-se à publicação dos atos oficiais: atas, indicações, pareceres. Esperamos que, nos próximos números, ao lado

dessa matéria, apareçam também estudos e notícias sobre a vida cultural da Bahia. Nelson de Sousa Sampaio

Depois de alguns anos sem circular, a Revista de Cultura da Bahia, na gestão da presidência de Waldir Freitas Oliveira, teve Waldomiro Santana como editor, a revista volta totalmente reestruturada com o número 16, março de 1998, 215 páginas, impresso na EGBA – Empresa Gráfica da Bahia. Este número, em comemoração aos trinta anos de criação do Conselho Estadual de Cultura, traz o editorial, Esta Revista, assinada por Valdomiro Santana:

Inteira e nova treze anos depois, volta a circular a Revista de Cultura da Bahia. Longe da noção equívoca de “novo”, característica do mundo neste fim de século, em que tudo é reificado e mercantilizado, a presente publicação se propõe a veicular sob diferentes enfoques o que tem sido a Bahia no contexto cultural brasileiro. Mas não só isso. De resto, a Bahia e o país não devem se furtar à consideração dos problemas (como o crescimento vertiginoso da barbárie, por exemplo) e ao debate de ideias que dizem respeito a todos os povos.

O que se deseja com este propósito é privilegiar a leitura de textos dignos desse nome. Daí o cuidado que exigiu – e deve continuar a exigir – a seleção. Pois,

como lembrou Italo Calvino, “esta é uma época de palavras genéricas e abstratas, que servem para não pensar e não dizer, peste da linguagem que transborda do público para o privado (...)”.

O sumário da revista está dividido em seções: Artigos, Documentação, Antologia, Ficção, Poesia. Vejamos alguns temas abordados pelos colaboradores: Trajetória de um pesquisador — Waldir Freitas Oliveira —, Bahia de Todos os Santos — Durval Vieira de Aguiar —, Uma cidade justamente o contrário do Rio de Janeiro — Mário de Andrade —, Em 1929 a cidade vista do mar era mais bonita — Manuel Bandeira — e um dossiê — Thales de Azevedo (1904-1995), contendo mais de oitenta páginas.

REFERÊNCIAS

Revista de Cultura da Bahia, n. 1, Ano I, março /agosto de 1968, 101 p.

Revista de Cultura da Bahia, n. 16, março de 1998, 215 p.

REVISTA DE LETRAS

Gilfrancisco

A Revista de Letras – Literatura, Cultura, Arte, publicação do Departamento de Letras – Colegiado de Letras, Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, a época

dirigida por Joilson Romanci Severo Borges. Sem Registro - ISSN, o número 1, novembro de 1991, 60 páginas, formato 21,5x15,5 (Grampeada – tipo canoa), era editada por cinco professores: América César, Edmilson Queiroz, Lícia Heine, Luciano Lima e Osmar Moreira. O texto de apresentação, fica a cargo do Departamento e Colegiado de Letras, assinado por Cristiane Vasconcelos:

No estudo das letras, a leitura, a produção e a circulação de textos tornam-se indispensáveis para a verdadeira aprendizagem. O estudante de letras é (ou deveria ser) antes de tudo um leitor. Os seus conhecimentos permanam, sobretudo, de suas leituras, uma vez que as aulas apenas o encorajam a ler mais.

Diante disso, ainda que enfrentando carência material que atinge todas as universidades brasileiras, estamos lançando o primeiro número da Revista de Letras, que congrega trabalhos de professores, alunos e funcionários dos diversos cursos desta Faculdade, como forma de promover a integração através do interesse comum pelos temas de cultura e arte literária (...).

A Revista de Letras, publicava contos, artigos, poemas e pequenos

ensaios. Quem são os colaboradores: Edmilson F. S. de Queiroz, Raimundo Nonato P. Moreira, Milfa Araújo Valério, Chico Alfredo, Rosana da S. Souza, Adriana Alves Ribeiro, Marta Lima, Renaildo Pereira, João da Silva de Assis, Margarida Maria de Souza.

REVISTA DO BRASIL (1906-1912)

Gilfrancisco

A revista tinha como proprietário o bacharel José Alves Requião, sendo seus diretores Rafael Spinola e Requião, diretor-artístico Raymundo de Oliveira. O número que consultamos é de 1º de julho de 1907, Ano II, nº 1, publicação quinzenal, redação e oficinas na rua das Princesas, nº 16, 2º andar. A revista tinha agentes em várias cidades do interior baiano: Ilhéus, Feira de Santana, Serrinha, Nazareth, Cravelhas, Areia, Mundo Novo, São Felix e Santo Amaro. Fora do Estado: Belo Horizonte, Campinas, Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Pelotas, São Lourenço, Rio Grande do Norte, São Luiz, Belém e Fortaleza. Sobre a periodicidade trazia uma pequena Nota no Expediente:

Esta revista aparecerá duas vezes em cada mês. É e será sempre independente e sem ligações partidárias, imparcial, científica, artística, comercial, literária, industrial, humorística e ilustrada com caricaturas e fotografuras. Tem suas oficinas na importante tipografia Imprensa Econômica, estabelecimento muito bem montado, com oficinas de obras.

Sobre um ano de existência da Revista do Brasil, seus redatores esclarecem:

Quem nos lê e quem conhece a Bahia está capacitado para julgar a luta em que vivemos vai por um ano, os esforços inauditos que temos empregado nesse período de tempo que hoje, como uma vitória bendita, nos anima para novas lutas e para futuros combates de que esperamos outros triunfos!

REFERÊNCIA

REVISTA DO BRASIL. Salvador, Ano II, nº 1 – 1º de julho de 1907.

REVISTA DO NORTE (1910)

Gilfrancisco

Dois únicos volumes publicados, nº 1, setembro e nº 2, outubro, ambos de 1910, confiada a direção ao Dr. Antônio Joaquim de Souza Carneiro (pai do folclorista e etnólogo, Edison Carneiro), lente catedrático da

Escola Politécnica, autor premiado de diversas obras e monografias de interesse coletivo. Correspondência e colaborações eram ser enviadas ao redator-secretário, Antônio Araújo, rua da Alfandega, nº 37 – 1º andar. Contendo 30 páginas numeradas, com muitas fotos e colaboração de A. J. de Souza Carneiro, J. Teixeira Barros, Moreno Brandão e outros.

A revista apresentava um programa dividido em 5 itens:

1º Divulgar as belezas naturais e aspectos de riqueza e de produção do Brasil, despertando por todos os meios possíveis, a grande alma nacional nas aspirações do presente e nas conquistas do futuro.

2º Divulgar melhoramentos em execução no estrangeiro e no país e os que possam ser adaptados ou introduzidos em qualquer estado, município, cidade, vila, empresa, fazenda, estabelecimento público ou particular, habitação coletiva e residência habitual.

3º Divulgar, ao alcance de todos, em leitura instrutiva e agradável, tudo que se referir ao comércio e sua expansão, à indústria e seus progressos, à ciência e suas descobertas, às artes e seu desenvolvimento, à agricultura e seus fins e às letras e suas obras-primas.

4º Divulgar, por meio de números especiais e extraordinários, em línguas portuguesa, francesa, inglesa, alemã, italiana ou espanhola, monografias ilustra-

das sobre assuntos de interesse nacional, estadual e municipal.

5º Ser útil a todos, sejam quais forem as suas vocações ou profissões.

REFERÊNCIAS

REVISTA DO NORTE. Salvador: n. 1, set. 1910.

REVISTA DO NORTE. Salvador: n. 2, out. 1910.

REVISTA EXU

Myriam Fraga

A Revista Exu iniciou sua trajetória no final de 1987 cercada de grande expectativa de que possibilitasse a veiculação da literatura, das artes e da cultura baianas, aproveitando o momento especial em que Jorge Amado desfrutava de um prestígio sem precedentes, aclamado como um dos escritores brasileiros mais publicados não só em seu país, mas em boa parte do mundo.

A Exu nasceu como uma publicação de cultura, independente, moderna, aberta a todos os ventos e a convivência. A revista vinha ao encontro de uma das missões da Fundação Casa de Jorge Amado que era a de tornar-se um ponto de criação e disseminação da literatura, tendo como

âncora o estudo e a divulgação da obra de Jorge Amado.

Em 36 números, foram publicados autores de todas as partes do mundo em que Exu plantou suas antenas, além das entrevistas, contos, ensaios e poemas de autores baianos e brasileiros; registros de artistas do Pelourinho; reportagens; resgates de textos de Jorge Amado, não registrados em livro; súmula das atividades da Casa e, abrindo horizontes para as artes plásticas, ilustrações e o encarte de um pôster reproduzindo um trabalho original tendo Exu como tema.

O último exemplar foi publicado em 1997 e não foi fácil desistir do sonho. Nem foi uma decisão conscientemente assumida. Foi uma solução negociada entre o desejo e a impotência.

E como os caminhos continuam abertos, e Exu continua presidindo a encruzilhada dos signos, quem sabe, um dia...

REFERÊNCIA

FRAGA, Myriam. Entrevistas na revista Exu. In: FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. *Revista Exu: entrevistas*. Salvador: Casa de Palavras, 2008, p. 7-9.

REVISTA OIKOS

Gilfrancisco

O único número da Revista Oikos, editada pela Livraria Progresso Editora, impressa em Salvador, nas oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia (IOB), tendo como editor o experiente Pinto de Aguiar, saiu no início de 1960, com 129 páginas. O editorial em duas páginas não numeradas foi assinado por Antônio Luís Machado Neto, um dos diretores da revista, dizia o seguinte:

Oikos, - Revista Baiana de Estudos Brasileiros, pretende ser uma tomada de consciência e uma afirmação geracional. Um instrumento de teoria e pesquisa da realidade baiana na perspectiva brasileira e da realidade do Brasil na perspectiva da Bahia. Tudo isso do ângulo de uma geração nova, que apenas se inicia na vigência social, assumindo conscientemente a sua circunstância nacional e regional, sem ufanismo, mas também se nela encontrar motivos de vergonha ou fundada humilhação.

Estamos certos que o nosso modo de ser no mundo é sermos baianos e brasileiros. Baianos e brasileiros do presente. E isso, se sentimentalmente nos comove e nos alegra, intelectualmente não se constitui em razão para decepção ou excessiva euforia,

mas apenas para meditação e trabalho.

A proposta da revista na ciência e humanismo, a sua interrupção, coincide com o fechamento da Livraria Progresso Editora, a qual era dirigida por Pinto de Aguiar. Colaboraram no mesmo volume: Pinto de Aguiar, Antônio Luís Machado Neto, Fernando C. Pedrão, Carlos Costa, Sylvio Santos Faria, Nailton Santos, Hélio Santo Sé, Augusto Silvano, Zahidê Maria Machado Neto.

REFERÊNCIA

Oikos. Salvador, n.º 1, editada pela Livraria Progresso Editora, 1960, 129 páginas.

REVISTA REPERTÓRIO

Lourdes Kaminski Alves

REPERTÓRIO é um periódico do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia (PPGAC/UFBA). A revista foi criada em 1997, por docentes da Escola de Teatro e da Escola de Dança da UFBA.

Há quase 3 décadas a revista publicou 40 números temáticos, distribuídos nas seções: a) Em Foco; b)

Persona e; c) Repertório Livre, com autorias nacionais e internacionais. A seção “Em foco” recebe artigos sobre a temática central do dossiê, já a seção denominada “Persona” divulga artigos ou entrevistas com personalidade do mundo artístico e acadêmico. A seção “Repertório livre” recebe texto ou conjunto de textos com temáticas e formatos variados, incluindo ensaios, resenhas, traduções, peças teatrais inéditas. De acordo com seus atuais editores, George Mascarenhas e Ivani Santana, a revista tem como foco a difusão da práxis transdisciplinar em artes cênicas com ênfase em pesquisas articuladas com o desenvolvimento de novas epistemologias, processos pedagógicos e de criação, história e dramaturgia, perspectivas decoloniais, corporeidade, feminismos, gênero, estudos étnico-raciais, performance e saberes e fazeres no campo das artes cênicas. A revista:

Mantém seu foco na produção do pensar-fazer em arte, predominantemente em duas frentes: no âmbito internacional, ao fomentar e fortalecer as relações ibero-americanas; no âmbito nacional, privilegiando contribuições advindas das regiões Norte e Nordeste do país. Dessa maneira, busca romper com a hegemonia eurocêntrica e aquela do eixo Sul-Sudeste e, sobretudo, produzir e divulgar narrati-

vas mito-poéticas que espelhem e traduzam realidades locais e transnacionais, contribuindo para apresentar a diversidade artística, cultural e acadêmica, nos níveis local, nacional e mundial” (Mascarenhas; Ivani Santana, 2023).

São diversos os números da Revista Repertório que se voltam para estéticas da corporeidade, entendendo:

o corpo como espaço político fundamental para questionar o cânone patriarcal das artes, para acionar operações desobedientes, contra disciplinares, indisciplináveis: ações que se afirmam nas fronteiras, à margem [...] Rastreamos propostas que dão corpo ao não visível, indizível, ao inimaginável da colonialidade (a face oculta da modernidade) de gênero em suas diversas roupagens, caras e classes de violência (Duarte; Caetano, 2022, p. 8).

Na seção “Persona” é possível conhecer a trajetória de encenadores (as), coreógrafos (as), dançarinos (as), atrizes, atores, diretores (as), que marcam/marcam a pluralidade do espaço artístico, cultural, político, ético e estético do teatro brasileiro, da dança, do circo, mas, sobretudo, do estado da Bahia. O número 39, por exemplo dá visibilidade à trajetória da premiada atriz Yumara Rodrigues.

Após graduar-se em Direção Teatral pela Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, ela buscou ir além dos próprios limites [...].

Daí surgiram interpretações para papéis masculinos (ambos dirigidos por Paulo Dourado), como o chapliniano Senhor Puntilla, de Senhor Puntilla e Seu Criado Matti (1987) e o juiz Salomão, protagonista de O Círculo de Giz (1998). As referências a esse repertório de peso do programa da Companhia de Teatro da UFBA, não estariam completas sem sua composição para a grande mulher brechtiana de Mãe Coragem (Mãe Coragem e Seus Filhos, Candra, 2022, p.167).

Neste diapasão, o periódico coloca-se como referência indispensável aos pesquisadores (as) interessados (as) nas áreas de Teatro e Dança, com ênfase no pensamento contemporâneo, em perspectivas decoloniais.

A Revista Repertório é alocada na Área de Artes, ISSN 2175-8131 - (online). Tem periodicidade semestral. É catalogada na Biblioteca Nelson de Araujo, Teatro/UFBA

/PPGAC, 2018. Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP). Os números referentes ao período de 2008 a 2023 podem ser consultados no site da revista:<https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/issue/archive/>

REFERÊNCIAS

CANDRA, C. **Yumara Rodrigues:** na vastidão do seu palco iluminado. Repertório,

Salvador, ano 25, n. 39, p. 161-173, 2022.2

DUARTE, S. M.; CAETANO, N. Feminismos e estratégias anticoloniais e de(s)coloniais nas artes da cena. Repertório, Salvador, ano 25, n. 39, p. 7-15, 2022.2.

MASCARENHAS, G.; SANTANA, I. Sobre a revista. In: Repertório. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/issue/archive/>. Acesso em 10 abr.2024.



SANTA BÁRBARA E O 4 DE DEZEMBRO EM SALVADOR

Marlon Marcos

Às margens do Mar de Mármara, na região da Nicomédia, atual Turquia, nascia a menina Bárbara, no século III, filha de uma família abastada, comandada pelo pai Dióscoro, governante intransigente e pagão. Ao se tornar adolescente, Bárbara se converteu ao cristianismo e esta religião ia de encontro aos projetos de poder e expansionismo de Dióscoro, que ambicionava casar a filha com membros da aristocracia da região ou com algum membro do comando imperial romano no Oriente.

Ávida em sua fé cristã, de personalidade forte e destemida, a jovem negou-se a abdicar do cristianismo e desafiou frontalmente seu pai. Depois de ser submetida a um encarceramento nas masmorras do pai, fingiu aceitar uma proposta de casamento e continuou em sua missão de propagar o nome de Jesus Cristo como rei maior e salvador da humanidade. Naquela época, os cristãos eram brutalmente perseguidos, e o próprio Dióscoro denunciou a filha às autoridades romanas locais. Bárbara foi presa, torturada e condenada à morte por degola. Antes, deveria ser escarnecida publicamente, foi obrigada a andar nua pelas ruas e morreu golpeada pelo próprio pai com sua espada. Reza o mito, que raios e trovões se fizeram presentes naquele instante e um raio fulminou o pai.

A hagiografia de Bárbara a classifica como uma santidade mártir, aquela que entrega a própria vida em nome da fé cristã. Assim, ao ser santificada, a mártir Bárbara passou a ser perfilada com os símbolos do seu martírio: a espada, a torre e a vestimenta vermelha. Sua coroa em forma de torre relembra seu encarceramento, a espada na mão direita representa sua morte, mas também, a coloca no lugar de santa guerreira, o cálice na mão esquerda afirma sua aliança com a cristandade.

O culto à Santa Bárbara se propagou em todo Oriente, chegando ao Ocidente, especialmente na Europa, fincou-se em feudos na península itálica e ibérica. Com a expansão marítima portuguesa e a construção do seu império colonial, chegou no século XVII à Cidade da Bahia, na região dos mercados, localizada frente ao cais na parte baixa da capital colonial do Brasil. A Santa, considerada padroeira das tempestades, dos ventos fortes das chuvas com raios e trovões, é a protetora dos seus devotos das terríveis tormentas, também passou a ser a padroeira dos mercados e das feiras livres. Sendo amada pelos comerciantes portugueses a Santa começou a tocar na fé do povo da Bahia e a se tornar

sujeita de uma adoração singular e envolvida em outras tradições religiosas.

O culto que originariamente começou em parte da cidade baixa, se transferiu para a região do Pelourinho, na cidade alta, passando por processos associativos a elementos filosóficos e religiosos de matrizes africanas na Bahia. Santa Bárbara das tempestades passou a ser chamada também de Iansã. Oyá-Iansã, a guerreira deusa iorubana, senhora dos fenômenos atmosféricos, belicosa rainha dos movimentos e das transformações. As duas ligadas aos raios, ligadas aos mercados, ligadas ao feminino afirmativo que desafia a autoridade dos homens.

Santa Bárbara é adorada na cidade do Salvador no dia que marca, segundo sua hagiografia, o seu martírio redentor que a conduziu ao lugar de Santa pela Igreja Católica Apostólica de Roma. Santa Bárbara passou a ser uma mensageira da fé entre os negros da Bahia, e sua fama e proeminência foi realçada a partir da sua associação à orixá Oyá.

Oyá-Iansã é a divindade do Rio Níger, nascida entre os tapas, mas assimilada como orixá pelos iorubanos, na Nigéria. É a deusa das tempestades, das trovoadas, dos raios, dos crepúsculos avermelhados ou acinzentados.

É o corpo animal do búfalo, a essência leve das borboletas. O vento forte da transformação, corpo tangível na terra, na água, no ar e no fogo. Ebulição da sexualidade. Mulher dos combates, defensora das feminilidades que governam ao lado dos homens. Sua saudação é *Eepá Ripá Oyá O*: a ventania que pariu o fogo. Sua cor fundamental é o vermelho, mas também o branco, o rosa, o salmão. Seu dia sagrado é quarta-feira, e seu alimento votivo é o *akará*, também conhecido como *acarajé*, que representa os 9 filhos míticos da orixá.

Foram as africanias do povo preto da Bahia, com seus arsenais mitológicos, suas narrativas acerca dos domínios de Oyá, suas tecnologias criadas e praticadas nos terreiros de candomblé e umbanda, que deram força a festa de “Barbinha”. O 4 de dezembro, festejado no novo Mercado Santa Bárbara, situado na Baixa dos Sapateiros, passou a ser parada obrigatória do povo durante a procissão, para promulgar as bençãos emitidas pela Santa e sentida no coração de cada um dos participantes. Além das bençãos, todo ano é oferecido o tradicional *caruru*, outra tecnologia de terreiro que passou a ser elemento central nos festejos à santa católica. Im-

portante destacar que associar Bárbara a Iansã não é uma prerrogativa ou exclusividade do candomblé nagô ou ketu. Santa Bárbara é associada também a Matamba, Kaiango, Bamburucema, na matriz congo-angola, onde nesse dia, terreiros tradicionais, nesta matriz, batem candomblé em sua devoção. Na matriz jeje, Santa Bárbara seria Avesan. Essas significações vão para além do sincretismo, que é mais protagonismo negro do que domínio cultural branco católico. Segundo os mais velhos: Bárbara não é Oyá. Oyá é a orixá de cabeça de Bárbara, filha santificada da ancestral maior dos ventos: a orixá africana.

A Festa de Santa Bárbara, no dia 4 dezembro, depois que passou a ser organizada pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, a partir de 1987, começou a ganhar uma dimensão de muita exuberância e a atingir o calendário cultural da cidade. Hoje é uma das mais celebradas e frequentadas, enche de pessoas o Centro Histórico, principalmente as localidades do Pelourinho, Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Ladeira da Praça e Baixa dos Sapateiros, onde todas e todos, vestidos de vermelho e branco, seguem rezando para a santa e cantando para a orixá/inquice/vodum, e dançando para ambas. Cada vez mais popular, esta festa

é marcada pela missa campal feita no Largo do Pelourinho, todos os anos, a partir das 8 horas da manhã. Depois é feita uma procissão com os santos próximos ao culto de Santa Bárbara na Bahia. Importante perceber que a ação associativa se faz presente na procissão. À frente de Barbinha, a grande homenageada, seguem São Miguel Arcanjo (Ogum, Logum Edé), São Jorge (Oxóssi), São Jerônimo (Xangô), São Lázaro (Omolu), São Sebastião (Logum Edé, Oxumarê) São Cosme e São Damião (Os Ibejis), e ao passar frente à sede do bloco carnavalesco Filhos de Gandhi, as imagens seguidas pela população, são saudadas pelos atabaques com toques do candomblé de acordo aos respectivos orixás compreendidos na imagética católica ali apresentada. É fundamental a participação dos Filhos de Gandhi neste momento.

A festa oferece um entrelaçamento do masculino e feminino promovendo narrativas que demarcam o poder central da mulher no culto à Santa e à Orixá. A síntese poética do compositor Tião Motorista, na voz de Maria Bethânia cantando Dia 4 de dezembro (MARIA BETHÂNIA, 1971), pode sintetizar a cosmopercepção e o sentimento do povo soteropolitano naquele instante: “Bárbara

santa guerreira/ Quero a você exaltar/ É a Iansã verdadeira/ A padroeira da lá”. A força da festa é negroafricana, os sentidos mais profundos do que se vive ali estão nos aspectos filosóficos da ancestralidade afro-brasileira, nas experiências do candomblé fincado na transnação (PASSOS, 2016), quando pelas ruas da Cidade da Bahia, a umbanda, o congo-angola, o ketu, o jeje, o jarê, a jurema, o espiritismo, o catolicismo; os simpatizantes, os culturalistas, os foliões, os curiosos, vivem o sublime de um lugar mergulhados em transcendências ocasionadas pela diversidade material do som, da fala, da visão, do tato, da escuta, do movimento, do cheiro, do caminhar, do álcool, do fumo, da fé, do ritmo, da vida.

REFERÊNCIAS

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de Festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, Sant’Ana em Salvador (1860-1940)**, Salvador: Edufba, 2010.

MARCOS, Marlon. **Oyá-Bethânia: os mitos de um orixá nos ritos de uma estrela**. 2ª edição. Camaçari-BA: Pinaúna Editora, 2022.

MARIA BETHÂNIA, Dia 4 de dezembro (canção de Tião Motorista). Philips, 1971.

PASSOS, Marlon Marcos Vieira. *Iyá Zulmira de Zumbá: uma trajetória entre nações de candomblé*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: PPGA, Salvador, 2016

ROCHA, Vagner (org.). *Festa de Santa Bárbara: fé, devoção e seus encantos*. Salvador da Bahia: Qualigraf Serviços Gráficos e Editoriais, 2021.

SARAUS PERIFÉRICOS NA BAHIA

Paulo Sérgio Silva da Paz

Etimologicamente, a palavra sarau deriva do latim *seranus* / sérum, termos que se referem ao “entardecer” ou “pôr do sol”. Os saraus são reuniões que surgem com objetivos de convívio social e compartilhar experiências culturais com seus pares.

Os saraus não têm origem brasileira, eles remontam à tradição europeia dos salões artísticos, onde amantes das artes se reuniam para atividades lúdicas e recreativas, como tocar música e recitar poesias. Os saraus chegam no Brasil em 1808 com a família real portuguesa.

Os saraus voltaram a fazer parte da cena cultural brasileira a partir dos espaços periféricos no início do sécu-

lo XXI, quando jovens da periferia de São Paulo começaram a se reunir em bares para recitar poesias. O Sarau da Cooperifa foi pioneiro na zona sul de São Paulo. Consolidado no bar do Zé Batidão, o Cooperifa foi inaugurado em 2001 pelos poetas Sergio Vaz e Marcos Pezão. Este evento contagiou a periferia paulistana, dando início a outros tantos saraus: Sarau do Binho, Sarau Elo da Corrente, dentre outros. Na Bahia, os saraus se misturaram com a cultura negra, transformando espaços periféricos em palcos para o fortalecimento da cultura e literatura negra. O primeiro sarau de que se tem relato é o *Quartinhas de Aruá – Encontro de Literatura Negra*, criado em 2005 por Lindinalva Barbosa, José Carlos Limeira e Lande Onawale. A partir daí, outros saraus se sucederam, como o Sarau Bem Black, idealizado pelo poeta e professor Nelson Maca, que acontecia no Sankofa Bar, no Pelourinho. O Sarau Bem Black e seu mestre de cerimônia, Nelson Maca, serviram como uma poderosa inspiração para muitos outros poetas baianos.

Um exemplo significativo de sarau na Bahia é o Sarau da Onça, o primeiro sarau soteropolitano a acontecer na periferia. Fundado em 2011 pelos jovens poetas Sandro Sussuarana e

Evanílson Alves, o Sarau da Onça é um exemplo de sarau comunitário que promove a inclusão social e a valorização da cultura negra. Ao dar voz aos artistas das periferias, fortalece a identidade comunitária, atuando como um espaço de resistência e transformação social onde a literatura e cultura negra são celebradas e promovidas.

O Sarau da Jaca (Juventude Ativista de Cajazeiras) é outro importante espaço de consagração da poética negra na periferia, localizado no bairro de Cajazeiras. Além de promover saraus, eles organizam oficinas musicais e teatrais. Organizado por moradores do bairro, o Sarau da Jaca configura-se como mais um espaço de resistência na cidade, fortalecendo a identidade comunitária e proporcionando uma plataforma para a expressão artística e cultural dos jovens de Cajazeiras.

Outros espaços litero-culturais surgiram nas periferias, idealizados e organizados por jovens das comunidades. O Sarau Crias da Mata, no bairro da Mata Escura, tem uma significativa participação feminina em sua organização, reforçando o papel das mulheres na promoção da cultura periférica. Outro sarau oriundo do GRUMAP (Grupo de Mulheres do Alto das Pombas). O Sarau do Pombal desta-

ca-se por ser um sarau exclusivamente organizado por mulheres.

Outros saraus se fazem presentes nas periferias: Sarau do Gheto; Sarau da Capelinha; o Sarau do Cabrito; Sarau da Laje; Sarau Fábrica de Rimas. Esses e muitos outros espaços culturais nas periferias reorganizaram o mapa cultural das cidades baianas.

Os saraus ressurgem como um ato de resistência, visando dar voz a uma parcela da sociedade que muitas vezes foi silenciada. Embora apenas o nome “sarau” permaneça semelhante ao movimento cultural do início da República, importado dos salões parisienses, hoje eles foram ressignificados. Atualmente, os saraus são entendidos não apenas como espaços artístico-culturais produzidos a partir das periferias, mas também como uma forma de expressão política. Ao se apropriarem do nome usado pelas elites, esses novos atores sociais demonstram que também são capazes de produzir literatura e cultura, afirmando sua voz e identidade na sociedade.

Os saraus de hoje não precisam mais de adereços, trajes a rigor ou pianos de cauda para serem considerados “saraus”. Eles precisam apenas de pessoas interessadas em poesia, literatura e artes, onde a voz é o instrumento

principal. Esses eventos se tornaram espaços democráticos, onde o ingresso para participar é o interesse pela cultura e o respeito ao próximo. Os saraus acontecem em bares, praças, redes sociais, escolas, universidades, shoppings e nas ruas.

Os saraus das periferias são práticas literárias e culturais que surgem das experiências espaciais produzidas por artistas moradores das comunidades. Esses e essas artistas, idealizadores/as dos saraus, visam modificar o espaço em que residem, assumindo a posição de sujeitos ativos na construção de narrativas que refletem as realidades e aspirações de suas comunidades.

SERIAL

Gilfrancisco

Publicada pela Edições Cordel, Serial – Revista Nacional de Poesia. O exemplar descrito, sem expediente, formato de 22,5x15,5 - contendo 76 páginas numeradas, sem número de edição nem ano de publicação, foi patrocinada pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, pelo logotipo impresso na contracapa, é possível identificar como sendo do Governo Waldir Pires. São 24 poetas, entre os quais Afonso Manta, Antônio Brasileiro, Fernando Batinga, Fred Souza Castro, João Carlos Teixeira Gomes, Myriam Fraga, Telmo Padilha, Ruy Espinheira Filho e outros.

REFERÊNCIA

SERIAL – Edição Cordel, Salvador – Bahia, Fundação Cultural do Estado da Bahia. Sem ano de publicação.



TABANAV

Gilfrancisco

Revista religiosa-sexual-cult, editada por Geraldo Maia e Ricardo Emanuel, do Movimento Poetas na Praça, formato 20,5x15,0, 82 páginas numeradas, 1989. Diz o Editorial do nº 2, escrito em prosa e verso:

É tem das tribos!

Pois é Tabanave. Junção do Yin Yang. O todo. Holístico. Uno. É tempo de um pensamento/sentimento/vontade. Novo. É tempo de se tecer um corpo teórico/prático de frente para a Realidade Aquiagora em tempo-espaço. Que passa a dualidade o maniqueísmo o sectarismo o absolutismo fantástico das seitas dogmáticas dos partidos/

igrejinhas/panelas/grupelhos o totalitarismoautoritário das ditaduras em qualquer sentido. Vamos Humanizar a Cultura? Aparelho Pós Cult? Bem mais a transformação consciente e ascendente da Natureza. Cultura é bem e mal. Cultura é paz e guerra. Cultura é amor e ódio. Cultura é sim e não é beijo e o soco, no Oco do Todo.

Colaboram: Geraldo Maia, Alda Lara, Eduardo Teles, Luis Turiba, Celso, Eduardo Teles, Mario Pirata, Alben Nísio, André Luyz Sâtos, Ionora Célia, Paulinho Assunção, Toni Vasconcelos, John Lennon, Antônio Short, Reynaldo Jardim e outros.

A Tabanav 3, último número, 1989, 56 páginas numeradas, novo formato: 30,0x21,0, apresentada um

melhor acabamento gráfico, teve impressão na Folha 7 (Salvador), sendo seus editores os poetas Geraldo Maia (195 - 202) e Ricardo Emanuel:

Editorial

A gente também teve lá

O Ricardo Emanuel deu um toque: cê táfim de entrevistar o Raul? Seixas? Claro!. Quando? Como? Onde?

Lá no salvador praia hotel? É...

A gente se mandou na hora. Entramos como bicho que entre em terreno perigoso. Cheiro de pólvora escarlate. No bar. Ligamos pro ap. ai, queremos falar contigo...quem?

Sou jornalista. E um amigo meu. Ele é poeta. Da praça...

Disse que não não tava afim, que não queria mas queria cinco minutos para decidir... Conversamos, filamos bebida de uma festa burga que rolava ao léu, alí na piscina.

Sabe o que é, tô de saco cheio hoje..

a gente só quer levar um papo contigo, uma coisa diferente, não uma entrevista sacal, saca, mas um lance pra falar dessa coisa do dia a dia, nada de mito, mas a pessoa, o cidadão comum, o raul seixas que a gente tá vendo agora.

mas o mesmo muda toda hora...

Deu foi vontade de cair na piscina. Ricardo queria ficar por alí enchendo a cara. Poeta marginal é louco por um coquetel. Come

e bebe de graça, esquece a desgraça do cotidiano fazer poético numa civilização selvagem e obscura como esta...

a gente volta depois com um gravador, máquina fotográfica, certo?

tudo bem. Eu vou estar por aqui mesmo, na piscina.

A gente, é claro, não é de voltar nestes lances. A entrevista já tinha rolado. O dia a dia de uma lâmpada não é muito diferente.

Uma hora dessa apaga. Na hora exata nasce outra. Não acaba, enquanto existir escuridão. Estamos acesos pra isso tudo, véio....

Geraldo Maia – Primavera/89

Nesse número, entrevista sobre o anti-herói Raul Seixas, Fragmentos da ideia de corpo entre os nagô, O invencível Vietcong, Os ciganos e a violência (esquecida). Colaboram: Jorge Luiz Borges, Torquato Neto, Reynaldo Jardim, Geraldo Maia, Pedro Juan Gutiérrez, Ievgueni Ievtuchenko, Décio Pignatari, Valber Roberto Carneiro, Aldo Pellegrini, Agenor Campos, Eduardo Teles, Douglas de Almeida, Ametista Nunes, Agostinho Neto, Marize Castro, Maria da Conceição Paranhos e outros.

REFERÊNCIAS

TABANAVE (uma revista Religiosa – sexual – cult). Salvador, n. 2, 1989. 82 p.
TABANAVE. Salvador, n. 3, 1989. 56 p.

TEATRO A.B.C.

Alex Pereira de Araújo

O Teatro ABC foi construído em 1960, numa parte do espaço da antiga Praça Camacan, atual, Praça Otávio Mangabeira, no centro de Itabuna, Sul da Bahia. Foi demolido dez anos mais tarde, sob protestos da juventude da época, dita, transviada, refletindo o modo como a cultura brasileira foi tratada no período da Ditadura Militar, instalada pelo Golpe de 1964. A cidade ficaria, assim, sem um equipamento como esse até a inauguração do Centro de Cultura Adonias Filho, feita pelo governo do estado da Bahia.

Mas, este espaço, consagrado aos deuses do Teatro, na vanguardista Itabuna dos anos 60, foi palco de peças como “Pluft, o Fantasminha”, tendo a direção de Paulo Lima, que depois estrearia, como ator, na Companhia de Cacilda Becker em Salvador, atuando na peça Maria Stuart, de Shiller.

Os teatrólogos Paulo Lima, Dina Paim e outros entusiastas das artes cênicas eram aqueles que estavam à frente d’ “O Grupo” (Teatro de Ama-

dores), responsável por movimentar o Teatro ABC em seus anos dourados.

A grande dama do Teatro Itabunense, Candinha Dória, participou ativamente de sua fundação, e, tempos depois, como reconhecimento de seus esforços à frente deste movimento que tornou possível a criação do Teatro A.B.C. e de outras manifestações culturais, dá nome ao mais moderno do interior do estado, o Teatro Municipal de Itabuna.

REFERÊNCIA

MENDES, H. *Figuras e fatos de Itabuna*. – Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1967.

TOPONÍMIA BAIANA DE ORIGEM AFRICANA

Ricardo Tupiniquim Ramos

No jargão da Linguística, o termo toponímia se refere tanto a um conjuntodado de nomes próprios de lugar (topônimos) quanto ao campo da Lexicologia ocupado do estudo desses nomes. Neste e noutros verbetes, o utilizaremos na primeira acepção.

Assim, entre os 417 atuais municípios baianos, cinco possuem nomes que correspondem a formas sim-

ples de procedência banta (Banzaê, Caculé, Candiba, Gandu, Gongoji, Maiquinique) e apenas uma, luso-africana (Mulungu do Morro). Isto equivale a apenas 1,44% do total, o que surpreende pelo fato de ser a Bahia o Estado brasileiro com maior percentual de população afrodescendente e de maior influência cultural africana e de ser Salvador a metrópole de maior população negra fora da África.

Durante a pesquisa de que resultou a tese defendida em abril de 2008 e mesmo em seu texto, pairou-nos a dúvida sobre a procedência linguística da forma Banzaê, que nos parecia africana, embora o site oficial da prefeitura a definisse como nome de família de imigrante iraniano (logo, uma forma persa), fundador da municipalidade. A dúvida foi esclarecida tempos depois, quando, em visita à urbe, consultamos fontes historiográficas locais, segundo as quais o topônimo integrava o nome do primeiro morador, Zé Banzaê – ex-escravizado estabelecido nas terras da atual sede municipal antes da Abolição, onde só foi localizado em 1910, quando mercadores de Sergipe passaram a ali parar para negociar seus produtos com moradores de povoações adjacentes, surgindo a Feira do Pau, em torno da

qual foi crescendo o povoado. Assim, na verdade, têm procedência africana tanto a localidade quanto o topônimo, que a elite política local tentou trocar durante o processo de emancipação, proposta recusada pelos moradores. Fracassada essa tentativa, dissimularam a própria história local.

Observando aquele conjunto de topônimos, percebemos que:

1) todos procedem de línguas bantas: ou do quimbundo – Banzaê ‘aldeia’, Caculé (< kakolé ‘passarinho’) e Candiba (< kamdimba ‘lebre’) – ou do quicongo – Gandu (< uandu ‘feijão’), Gongoji (< gongodji ‘mergulhão’) e Maiquinique (< kiniki ‘coisa’ ou kinika ‘tocha’);

2) há um equilíbrio entre o número de ergotopônimos (ambos quicongos) e o de zootopônimos (ambos quimbundos), respectivamente, nomes que recuperam instrumentos criados pelo homem e elementos da fauna.

3) embora seja grande a distância entre os municípios nomeados por esses topônimos, exceto um (Banzaê), todos estão em Territórios de Identidade contíguos – o Baixo Sul (Gandu), Médio Rio de Contas (Gongogi), Sertão Produtivo (Caculé e Candiba) e o Médio Sudoeste (Maiquinique) –, o

que talvez indique uma pequena área descontinua de influência africana;

4) um deles (Caculé) já existe em 1940; os demais, em 1970 e;

5) antes de 1940, não havia municípios baianos com nomes de origem africana, embora houvesse povoados, em diferentes Territórios de Identidade:

a) no Litoral Norte/Agreste e no Sertão Produtivo, o ecotopônimo Mocambo (< quimb. mukambo 'aldeia') designava dois povoados no século XIX, os atuais municípios de Olindina e Candiba, respectivamente;

b) no Portal do Sertão, em 1914, Feira do Berimbau, sociotopônimo luso-quimbundo, designava o atual município de Conceição do Jacuípe;

c) no Litoral Sul, os ergotopônimos Burundanga (< quic.), Berimbau (< quimb.), no século XIX, o hidrotopônimo luso-kimbundo Água Preta do Mocambo e Macuco (< quimb.), em 1910, nomeavam os atuais municípios de Itabuna, Uruçuca, Coaraci e Buerarema, todos nomes de procedência Tupi) respectivamente;

d) na mesma região, no início do século passado, o hibridismo luso-quicongo Macacos designava a atual Coaraci.

Esses dados demonstram que, do século XIX à metade da década de 1910:

a) havia uma concentração de povoados com nomes de origem africana nos mesmos Territórios de Identidade que concentram, hoje, descontinuamente, os municípios com topônimos dessa procedência;

b) se por um lado havia algumas bases lexicais recorrentes na formação dos topônimos de procedência africana (mocambo e berimbau), aparecendo em topônimos simples ou híbridos, por outro lado, havia bases com apenas uma ocorrência (burundanga, macaco, macuco);

c) todos os topônimos registrados pertencem a línguas do grupo banto;

d) ao se emanciparem, esses povoados tiveram trocados os nomes para formas tupis ou portuguesas (inclusive híbridas), havendo somente um caso de mudança para topônimo de mesma origem (Mocambo > Candiba).

Observa-se, ainda hoje, um número relativamente pequeno de povoados e vilas baianas com nomes de base africana em várias regiões do Estado. Algumas dessas bases

são recorrentes (cacimba, mocambo, mulungu), outras têm apenas uma ocorrência (cabaço, cafundó, canché, maxixe, mozondó, quingó, xuque etc.).

Cruzando esses dados com aspectos sócio-históricos discutidos, podemos interpretar a contribuição africana para a toponímia baiana nos seguintes termos:

1) os topônimos baianos de procedência africana – os atuais e os de sincronias pretéritas –, originam-se de duas línguas bantas (quicongo e o quimbundo), introduzidas no Brasil nos séculos XVII e XIX;

2) é dessa centúria o advento do ciclo cacauero, responsável pela incorporação ao resto da Bahia dos Territórios de Identidade que, com certa descontinuidade, concentram, hoje, os municípios com nomes de origem africana, mas já o faziam com povoados de nomes dessa procedência, em geral trocados por formas tupis, portuguesas ou luso-tupis quando de suas emancipações;

3) não havendo causa estrutural para a baixa incidência de nomes de procedência africana na Bahia, hoje e outrora, bem como para a mudança dos nomes de povoados e vilas ao se emanciparem, esses fenômenos – as-

sim como a simulação da procedência persa da forma Banzaê –, só podem ser explicados por fatores sócio-históricos, o principal deles, ao nosso ver, o desprezo da sociedade em geral e, sobretudo, de seus dirigentes políticos – responsáveis, no final das contas, pela criação de novos municípios –, às bases culturais e linguísticas africanas para o Brasil e sua língua, fruto do racismo estruturante de nossa sociedade.

REFERÊNCIA

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios baianos**: descrição, história, mudanças. 2008. 570f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31683>>.



ÚNICA

Gilfrancisco

Dirigida por Amado Coutinho, revista Única – quinzenário ilustrado: mundanismo, esportes, cinema, letras, atualidades – Bahia, Ano I, nº 9, Bahia, 1º de fevereiro de 1930, tinha 31 páginas, Redação e oficinas, Rua Ourives, nº 14, 2º andar. Colaboram nesse número: Berto de Campos, Oscar Mesquita, Maria de Lourdes V. Pinto, Etirelvina de Meireles, Regina Pesce, João do Minho, Luís R de Andrade, Brasil Filho. Localizamos um exemplar, de Única – Revista Mensal Ilustrada, edição Ano XXI – nº1, julho de 1949, 31 páginas, conforme Expediente, ainda dirigida por A. Amado Coutinho, proprietário-responsável, Capa de Raymundo Aguiar.

Os Redatores eram Pessoa Esteves, Fernando L. Fonseca, Maria Judith Martins, Genaro Rego Nunes, Ivan Andrade. Ilustrações: Renato Braga, R. Aguiar, Roberto Mendes, A. Lauria. A redação e Administração ficavam na Rua Moacyr Leão, nº 29, tinha no final da página do Expediente, um pequeno aviso: “Só aceitamos colaboração se solicitada pela redação. Pedimos aos nossos colaboradores a remessa de seus originais datilografados em ‘espaço dois’ a fim de facilitar a composição”. Colaboradores dessa edição: Maria Judith Martins, Regina Pesce, Otília Bastos Couto, Hélio Bastos Couto, Oscar Mesquita, Maria de Lourdes V. Pinto e João do Minho.

A Capa dessa edição era de Raymundo Aguiar, professor da Escola de Belas Artes e também caricaturista. Sobre a revista, ao completar três

anos, escreveu em A Tarde o jornalista Florêncio Santos, o (Florsan).

Só os que mourejam na seara da imprensa, sentindo-lhe bem de perto as amarguras e desilusões, podem avaliar os sacrifícios supremos que faz, os obstáculos formidáveis com que luta uma empresa de publicidade periódica nesta capital.

Hostil o ambiente, árido o terreno, escassos de todo, os recursos. Daí a rapidez com que fracassam quase todas as revistas, seja qual for o seu gênero, que surgem entre nós. Asfixia-as, estupidamente, a indiferença de uns, o pessimismo de outros, a inveja de muitos, a má vontade de quase todos. Algumas, porém, obstinadamente, resistindo a tudo, teimam em permanecer trilhando a rota traçada, seguindo o ideal sonhado, e vão galhardamente, vencendo, embora cada novo triunfo represente, quase sempre, em vez de um estímulo compensador, um sacrifício que desalenta. É o caso, entre outros de “Única” a melhor, sem dúvida pelo seu feitio moderno, esplêndida apresentação intelectual e material de quantas revistas já teve a Bahia.

REFERÊNCIA

ÚNICA – quinzenário ilustrado: mundanismo, esportes, cinema, letras, atualidades. Bahia, Ano I, n. 9, 1º fev. 1930. 31 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB

Adriana dos Santos Marmori Lima

Criada a partir da integração de Faculdades e Centros de Ensino que funcionavam na Bahia, em diferentes cidades, a exemplo da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF-1950), da Faculdade de Formação de professores de Alagoínhas (1960), da Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê e Juazeiro, e, mais tarde, dos Centros de Ensino Superior de Barreiras e do Centro Tecnológico da Bahia, em Salvador por olhar visionário de Edvaldo Boaventura, culminou na associação dessas para originar a maior instituição universitária pública, com estrutura multicampi do Norte e Nordeste do País.

A Produção, socialização e aplicação do conhecimento em diversas áreas, com vistas à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas, econômicas e sociais da comunidade baiana é sua missão institucional, adotada e perseguida há 41 anos, justamente pelo seu modelo, utilizando a multicampia para desenvolver o Ensino, a Pesquisa e a extensão em todos os territórios da Bahia. A UNEB é Uma Universidade pública com capilaridade multirregio-

nal, uma autarquia de regime especial vinculada à Secretaria Estadual de Educação, criada pela Lei Delegada, n.º 66, de 1º de junho de 1983 e reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997 (a mesma Lei que regulamenta todas as Universidades Estaduais da Bahia - UEBAS), sendo estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada, sua autonomia para a organização didático-científica, patrimonial e administrativa, de acordo com a Constituição Federal e as Leis Estaduais, a instituição tem prerrogativas para construir e aprovar seu Estatuto, Regimento Interno, os Planos de Desenvolvimento Institucionais, os Planos Estratégicos e Projetos Pedagógicos, bem como suas Resoluções que servem de instrumentos para a gestão acadêmica e administrativa.

A organização e o funcionamento da instituição se dão a partir da composição e participação de membros nos órgãos previstas em seu Regimento Geral, que deliberam acerca de matérias e projetos que perpassam a vida acadêmica, as relações da universidade com os órgãos externos e, principalmente as relações internas entre as instâncias, :São eles: Órgãos de Administração Superior: a) Órgãos Superiores Deliberativos I - Conselho Universitário -CONSUII - Conselho

Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE III - Conselho de Administração -CONSAD Órgão Superior Executivo. I - Reitoria. II - Órgãos de Administração Setorial: II- Órgãos Deliberativos I - Conselhos de Departamento; II - Colegiados de Curso; III - Núcleos de Pesquisa e Extensão. Órgãos Executivos. I - Departamentos. III - Órgãos Suplementares de Natureza Interdisciplinar; IV - Órgãos de Apoio Acadêmico-Administrativo. Para os Órgãos superiores deliberativos CONSUII e CONSEPE, ambos presididos pelo(a) Reitor(a), a participação de seus membros se dá a partir da composição dos membros natos, ou seja, todos/as os/as eleitos/as por eleição direta (Coordenadores(as) de Colegiados, Diretores(as) de Departamentos, Vice-Reitor(a) e Reitor(a)) e dos(as) indicados (as) (representações de técnicos(as), docentes, discentes e, cargos comissionados, no caso dos(as) Pró-reitores(as).. Para alcançar os objetivos institucionais da UNEB, que se volta basicamente para a Formação integral do(a) cidadã(o), desenvolvimento sociopolítico, econômico, educacional e cultural da comunidade baiana, produção e difusão de conhecimentos, colaboração na elaboração de políticas públicas e capacitação de profissionais (Estatuto), há uma necessidade de liderança que articule

o engajamento de toda a comunidade acadêmica e externa para assumir coletivamente esses propósitos. Nesse sentido, e considerando a disposição e estrutura acadêmica apresentada, a instância da Reitoria exercida pelo(a) Reitor(a) e tendo o(a) Vice-reitor(a) como seu(sua) substituto(a), possui um papel fundamental por ser um órgão que se responsabiliza pelo planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação da Universidade. (Art. 14) para que a partir da gestão, a instituição seja conduzida para o cumprimento de sua missão e, consequentemente, alcance de seus objetivos.

A UNEB desde 1983, com a primeira reitoria assumida pelo Dr. Edvaldo Machado Boaventura, teve à sua frente sete reitores, sendo seis destes homens e uma mulher, a reitora Ivete Alves do Sacramento. Segundo dados do Anuário 2023, atualmente, a UNEB se faz presente em 28 cidades do Estado da Bahia, através dos seus 27 campi e 1 campus avançado, compostos por 32 Departamentos, 16 centros de Pesquisa, 300 Grupos de Pesquisas cadastrados no CNPq. Possui ainda 154 cursos de Graduação com 27.000 estudantes matriculados. Na Pós-graduação, oferece 34 cursos (mestrados e doutorados. Possui ainda 1395 técnicos administrativos e um corpo docente composto por

2.267 professores, sendo que destes, 772 possuem a titulação de doutores. A produção intelectual oriunda da Pós-graduação apresenta um total de 2.272 trabalhos. Os dados quantitativos apresentados revelam sua grandiosidade e relevância no contexto do estado, embora a complexidade para mantê-la pública, sua infraestruturais, o quadro limitado de pessoal para alguns campi, as lacunas no atendimento às demandas regionais com oferta de cursos novos, suas formulações curriculares e pedagógicas que buscam acompanhar as transformações sociais, a exemplo dos componentes de libras, acessibilidade e inclusão, a busca constante de políticas institucionais que garantam a permanência estudantil, as parcerias construídas para contribuir com as políticas públicas, dentre outras questões, são desafios conhecidos por aqueles/as que participam diretamente da universidade, seja como docente, estudante, técnico ou da comunidade externa, que de qualquer forma, possui um vínculo com a mesma. De certo, que esta instituição cumpre um papel fundamental, à medida que possui um sistema de cotas para afrodescendentes e indígenas e sobreviventes para deficientes, ciganos, quilombolas, povos do campo e comunidade LGBTQIAP+, interioriza o acesso à educação superior pública,

possui uma larga experiência em formação de bacharéis e licenciados(as), se articula com outros países a partir dos 64 instrumentos de cooperação internacional e portanto, vem contribuindo desde a sua criação para a produção de ciência, inovação e desenvolvimento tecnológico em diferentes áreas do conhecimento.

V

VIA LÁCTEA (1911-1912)

Gilfrancisco

Revista antes científica, mas que também se interessava pelas letras. Eram seus redatores Eurico Brasil e Renato F. Bittencourt. Editada por um grupo de alunos das escolas superiores da Bahia, interessante revista litero-científica, apresenta um exterior simplesmente sugestivo, um trabalho material admiravelmente bem cuidado. Entre seus colaboradores, estava incluído o nome do poeta Pedro Kilkerry (1885-1917), mas nenhum texto foi localizado com a sua assinatura. Foram publicados 14 números, entre julho de 1911 a agosto de 1912). Belíssima produção em prosa e verso, sendo este seu sumário do número de estreia:

Antelóquio, Carlos Soares
Luxuria, G. Rebello Junior
Iluminuras, Paes Barreto
Versos descrentes, Menezes de Oliva
Meditações, Eurico Brasil
Ser poeta, Sílio Neto
Notas Intimas, Antônio Vianna
Nuvens que passam, Claudio Americano
Saudade atroz Bandolim, Altamirando Requião
Do vice-presidente da República, Souza Filho
Arranjos, Belmiro Brétas
Perfis femininos, A. G.
Literatura, Soares Filho Rimando, G. Menezes
Castro Alves, Octavio Gomes
Devaneio. Ruy de Souza
Assomos de um coração, K. Louro
A Bahia, D. N. da Rocha
Soneto, João de Alcântara

REFERÊNCIA

REVISTA DO BRASIL. Revista do Brasil, ano VI, Bahia, n. 5, 15 jul. 1911.

VOZ GAL COSTA

Marlon Marcos

A voz de quem canta é um patrimônio cultural de um lugar, cidade, estado, país. O canto transmite sentimentos que compartilham narrativas que dão sentidos e identidades a um povo. A voz quando se soma a uma perspectiva artística e cultural, aprofunda texturas socais que refletem o jeito, o estar, a condição ontológica da população que gerou a voz dedicada a cantar. Viver uma cidade em um tempo e espaço e sofrê-la em profundidade se associa a gozar das delícias artísticas que ela propicia: que vozes a marcam pelo princípio da qualidade e da raridade dos sons que elas transmitem? Que voz pode ser a mais representativa quando o assunto for qualidade mais envolvimento com a cena popular do lugar?

É preciso se marcar a assinatura vocal da maior cantora nascida em Salvador de todos os tempos. O canto feminino mais emblemático e alusivo às nossas possibilidades inventivas

e transmissoras da cultura em que nos forjamos. Um instrumento raro de transmissão de belezas para o interior de nossa gente e para fora, atingindo ao longe, espalhando o que somos universalmente. Um canto da nossa aldeia dialogando com todas as outras aldeias possíveis nesse instante contemporâneo. Um canto sublime de mulher nascida em Salvador, que logrou o Brasil para os melhores lugares do cancionero mundial. A voz doce dos ventos nascida da vontade das sereias comandadas por Iemanjá.

Voz Gal Costa: assinatura exuberante da musicalidade de um lugar. Maria das Graças Costa Pena Burgos nasceu em Salvador da Bahia, no bairro da Barra Avenida, em 1945. Desde sempre quis ser cantora. Começou a realizar seu sonho quando conheceu Caetano Veloso e, depois dele, o restante da turma de baianos artistas que inauguraram o teatro Vila Velha, com o show Nós, por exemplo, em 1964. Foi para o Rio de Janeiro, logo gravou com Maria Bethânia, em 1965; depois com Caetano em 1967, trilhando um caminho que a tornou uma das mais importantes cantoras brasileiras de todos os tempos.

Ouvir a Voz Gal Costa é deslizar com prazer sobre as águas da

perfeição: “Meu coração não se cansa de ter esperança de um dia ser tudo o que quer”. É tocar no centro evolutivo da canção no Brasil: “Atenção/ Tudo é perigoso/Tudo é divino e maravilhoso”. É abraçar outras culturas sem deixar de imprimir o seu lugar de pertencimento: “Índia, sangue tupi/ Tens o cheiro da flor/ Vem que eu quero te dar/ Todo o meu grande amor”. É frequentar as praias do lugar onde nasceu: “Seja na Amaralina ou na Ribeira/ Ela só dá bandeira/ Só dá bandeira”. A Voz Gal Costa é um evento cultural baiano, a água viva que queima a nossa pele para nos lembrar da sua origem, é o delírio sublime da nossa audição frente ao canto das sereias.

Essa voz se incide dilacerante e quando chega a beleza me faz pensar em Clarice Lispector (1998, p. 74): “Corto a dor do que te escrevo e dou-te a minha inquieta alegria”. Recebo daquela voz a alegria. Uma alegria sem paz que me reporta à Clarice novamente: “O que escrevo é só um clímax? Meus dias são só um clímax: vivo à beira” (1998, p.12) Gal Costa é a versão cantora da personagem Gabriela. É uma musa-personagem em Jorge Amado misturando as diversas baianidades. Sua voz é imaginação. Miragem acontecendo no plano do

real. O canto de Gal são mais asas e mais ventos nas velas do saveiro musical do grande Dorival Caymmi.

A cantora se encantou no dia 09/11/2022, singrou os mares da eternidade, sendo ela, de fato, eterna. Mas a Voz Gal Costa permanece viva e vibrante na cultura deste país. É a voz-evento, acontecimento cultural baiano. Quando a ouço cantar, penso na construção de um busto no Farol da Barra, no ano de 2025, quando ela faria 80 anos. Sem o busto ainda, ofereço um poema: “Ainda ouvindo o sentido mudo do destino/ Catando alegorias em um canto mínimo/ Que renova a paz do lugar. / Ainda subindo escadas/Rolando ladeiras/ Bêbado sem lar.../ Ainda cool jazz/ E samba regado à luz/ Por trás do muro/ Preso a uma parede negroazul/ Como escudo anti-amoroso. / Cintila a história da cantora/ Na fonte áspera do grande poeta. / Eu subindo escadas na alvorada/ Dentro de um recanto escuro” (MARCOS, 2013, p. 26).

Uma das maneiras mais lindas de melhorar a coexistência intracultural é valorizar quem de fato ajudou (e ainda ajuda) a expressar nossa grandeza, nos sendo também grande. Eis a Voz Gal Costa.

REFERÊNCIAS

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva** (romance). Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAIA, Taissa. **A todo vapor: o tropicalismo segundo Gal Costa**. Rio de Janeiro: FM BOOKS, 2023.

MARCOS, Marlon. **Memórias do Mar: alguns poemas e outras prosas poéticas**. Salvador: Edição do Autor, 2013.

MARCOS, Marlon. Sob a voz da mulher que canta. In.: RISÉRIO, Antonio; CARDIA, Gringo. **Cidade da Música da Bahia: Volume III**. Salvador: Prefeitura de Salvador, 2020.



XIBIU

Gilfrancisco

Revista do Movimento Poetas na Praça y Arte delírio noturno, Editora cooperativa. O Número 1, formato 22,0x16,5 -, capa p/b, ilustrada, 18 páginas não numeradas, mais a contracapa, s/d. Criação coletiva, não identificada no periódico. Colaboram: Antônio Short, Geraldo Maia, Clóvis Romário, Pedro Cezar, Raimundo Brandão, Augusto Moncorvo, Torquato Neto, Kleber Torres, Airton Pires, Dori, Walter Cesar, Jacira Fonseca, Genny Xavier, Cristóvão Cordier, Chacal, Maia, Samara, Paulo Antônio, Douglas de Almeida. O nº 2 de Xibiu, setembro/outubro de 1983. Conserva-se o mesmo formato, capa

e contracapa colorida, ilustrada, 26 páginas não numeradas. Colaboram: Geraldo Maia, Carlos Anísio Melhor, Pedro Kilkerry, Antônio Short, Margaret, Rosangela Lobo, Almir de Vasconcellos, Sá Carneiro, Manuka, Tony Vasconcelos, Pedro César. Nessa edição, os poetas do movimento homenageiam a musa do blue Janis Joplin. O poeta Geraldo Maia, anuncia o I Encontro Nacional - Poesia de Rua, em Salvador (BA) de 13 a 15 de outubro de 1983 e um interessante artigo assinado por Nicolas Behr, sobre Geração Mimeógrafo.

REFERÊNCIAS

- XIBIU. Xibiu, n. 1 - Arte Delírio Noturno. Salvador, s/d.
XIBIU. Xibiu, n. 2 - Arte Delírio Noturno. Salvador, 1983.

AUTORES E MINIBIOS

Adriana dos Santos Marmorini Lima – Doutora pelo Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA/2018). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - (UNEB/1991). Especialista em Alfabetização (FAEBA/IAT), Especialista em Informática Educativa (UEFS /1997). Professora Adjunta da UNEB. Exerceu cargos de diretora de campus, pró-reitora de extensão, vice-reitora e atualmente reitora da UNEB, com vasta experiência em gestão pública universitária. Atuou como Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia (2014). Realizou estágio doutoral na Universidade de Aveiro - Portugal (2017). Enquanto pesquisadora, integra os grupos de pesquisas ENLACE - Estudos sobre gênero e sexualidade, EDUCATIO - Planejamento e Gestão educacional. Presidiu o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições públicas de Educação Superior do Brasil (FORPROEX/2019-2020). Atualmente é membro da Comissão Nacional de Políticas Educacionais em Direitos Humanos (MEC), representando a Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das universidades estaduais e municipais (ABRUEM).

Adriano Pereira de Queiroz – Artista do verso, da palavra escrita, das imagens e dos sons. Escritor, poeta, ator, comunicador, produtor cultural e educador com formação em Sociologia e, atualmente, estudante de Direito no campus XV da Universidade do Estado da Bahia; acumula experiência em elaboração e gestão de projetos.

Alex Pereira de Araújo – Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pelo PPGMLS da UESB com estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle (Paris 3) e com bolsa do Programa de Doutorado sanduíche no Exterior da CAPES, é mestre em Letras: Linguagens e representações pelo PPGL da UESC, e tem licenciatura em Letras, habilitação Francês/Português pela mesma instituição.

Faz parte do Programa de Pós-graduação em Gestão Escolar da UESB e do Programa de Pós-graduação em Tutoria da UFMS.

Angela Fraga – Advogada com especialização em administração de empresas, exercendo o cargo de diretora executiva da Fundação Casa de Jorge Amado, desde 2016. Cumulativamente é a curadora e a coordenadora geral da Festa Literária Internacional do Pelourinho – FLIPELÔ, que acontece desde 2017 em Salvador - Ba. No desempenho das suas funções, tem se dedicado também a coordenar exposições, publicações, seminários, palestras e oficinas literárias.

Antonella Rita Roscilli – Pesquisadora, escritora, jornalista e tradutora italiana. Formada pela Universidade “La Sapienza” de Roma. Doutora em Estudos Multidisciplinares, Mestre em Cultura e Sociedade pela Ufba. Membro Correspondente pela Itália da ALB e IGHB. Trabalhou por muitos anos na RAI-TV Italiana. Fundadora e Diretora de “Sarapegbe” Rivista italiana Bilingue di Dialogo Interculturale. Integra como pesquisadora CNPq o Grupo de Pesquisa Ufba “Voz, Corpo e Memória na Trama poética”, e colabora com o Grupo de Pesquisa “Memória e Identidade”.

Caíque Marlon Santos Nascimento – licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (2024) e professor da rede privada da Educação Básica do município de Alagoinhas, com experiência de ensino em sua área de formação e de pesquisa no campo da Linguística Histórica, com ênfase, nas relações entre o português brasileiro e as línguas gerais tupis do período colonial

Carlene Vieira Dourado – Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia, campus XXIII (2008), especialização em Língua, Literatura e identidade cultural pelo Instituto Superior de Educação Eugênio Gomes (2009) e Mestrado em Crítica Cultural - UNEB (2016). Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Sec-Ba. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Literatura. É autora do livro “Poéticas Oraís Quilombosertanejas: Identidade cultural em Volta Grande-Barro Alto Ba”.

Claudia Rocha da Silva – Doutora em Letras (FFLCH - USP), Mestra em Educação e contemporaneidade (PPGEDuc/UNEB), Graduada em Letras (UESB). Especialista em Alfabetização (UFPB) e em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa (UESB), Professora Assistente do Curso de Letras do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - DCHT - Campus XX da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pesquisadora da área de literatura negra.

Cristiano Santos Machado – Formado em História, fez alguns cursos sobre História da Bahia no IGHB e na Fundação Pedro Calmon, História Afro-brasileira na UNEB e História Africana e Afro brasileira na UFBA, o de norteia muito meu interesse no campo da ancestralidade e na região baiana. Tenho me dedicado ao ensino, nos últimos anos na Educação do Novo Ensino Médio pelo Estado da Bahia. Fui aluno especial no curso do Mestrado do PPGEL na matéria Literatura e História, ministrada pelo Professor Doutor Gildeci de Oliveira Leite.

Cyro de Mattos – Nasceu em Itabuna, no Sul da Bahia, é autor de 70 livros pessoais, de diversos gêneros. Editado e publicado também em Portugal, Itália, Espanha, França, Alemanha, Dinamarca, Rússia, México, Cuba e Estados Unidos. Premiado no Brasil, Portugal, Itália, México e Cuba. Conquistou o Prêmio Casa das Américas 2023. Membro das Academias de Letras da Bahia, Ilhéus e Itabuna, primeiro Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual de Santa Cruz (Sul da Bahia). Distinguido com a Medalha Zumbi dos Palmares da Câmara de Vereadores de Salvador. E com a Comenda Dois de Julho da Assembleia Legislativa da Bahia.

Ester Maria de Figueiredo Souza – Curadora, idealizadora e mobilizadora da Rede colaborativa de curadoria literária. Possui doutorado e pós-doutorado, professora em cursos de graduação e pós-graduação, com carreira universitária no último nível de formação e exercício profissional. É escritora. Curadora da Fligê -Feira Literária de Mucugê/ Bahia (FLIGÊ 2016/2017/2018/2019 /2022/2023/2024, da I e II Flican - Feira Literária de Canudosne da FliConquista, 2023. Também, foi curadora de expografias, relacionadas a presença indígena na literatura, o retorno do manto Tupinambá (2022/2023) e projetos expográficos relacionados a obra de escritores baianos.

Possui em seu currículo acadêmico inúmeras publicações para os letramentos literários, livros, artigos publicados. direcionando a experiencia acadêmica e de curadoria para a consultoria no campo da literatura e educação agenciamento de autores, avaliação e preparação de obras para publicação. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1466615757756354> Instagram @esterfigueiredo Email: emfsouza@gmail.com

Éttore Pablo Vilaronga Rios – é professor e escritor. Graduado em Letras e Filosofia, especialista em Estudos Linguísticos e Literários e Mestre em Educação e Diversidade. Curador da Festa Literária de São José do Jacuípe (FLIZÉ) e promotor de ações culturais e de leitura.

Fernanda Farias Oliveira – Graduada em Letras - Língua Estrangeira (Inglês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Compõe o corpo de pesquisadoras/es dos grupos de pesquisas REBRALLI - Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa, como bolsista de iniciação científica pelo PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e do TrAce - Tradução e Acessibilidade, ambos da UFBA. E-mail: ffarias.oliveira@outlook.com

Fernanda Figueredo dos Santos – Graduada em Letras - Língua Estrangeira Moderna (Inglês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de Pesquisa REBRALLI – Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa. E-mail: fgsantosfernanda@gmail.com

Filipe Siqueira Toscano Prestes – Graduando em Letras - Língua Estrangeira Moderna (inglês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de Pesquisa REBRALLI – Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa. E-mail: filipeprestes@ufba.br

Filismina Fernandes Saraiva – Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens PPGEL - UNEB (2021), com bolsa PAC - DT (UNEB). Possui Mestrado em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (2012), Especialização em Língua, Literatura e Identidade Cultural (2009) e graduação em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (2008). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura baiana e afro-brasilei-

ra, atuando principalmente nos seguintes temas: autores baianos considerados marginais; literatura e cultura afro-brasileira; candomblé e literatura; Vasconcelos Maia; Mestre Didi; sabedoria ancestral. Atua no projeto de pesquisa Mestre Didi: literatura e afro- baianidades. Coordenou um núcleo de Iniciação à Docência (ID) com o projeto Literatura Afro- brasileira nos anos finais do ensino fundamental (8 e 9 anos) através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com 24 discentes de graduação bolsistas pela CAPES.

Francisco Gonçalves Queiroz – Índigena de contexto urbano pertencente ao povo Payayá, é licenciado em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022) e professor da Educação Básica, com experiência em sua área de formação, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: discursos, etnogenocídio, povos indígenas, relações étnico-raciais, branquitude, racismo e estudos anticoloniais, decoloniais, contra e pós-coloniais.

Gildecil de Oliveira Leite – Contista, cronista, romancista e professor da Universidade do Estado da Bahia. Possui Doutorado em Difusão do Conhecimento (UFBA), Mestrado em Letras (UFBA) e graduação em Letras Vernáculas (UFBA). Compõe o quadro de professores permanentes do Programa de Pós-graduação em Linguagens (PPGEL) da UNEB no campus de Salvador e coordena o Colegiado de Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas no campus de Seabra, também da UNEB.

Gilberto Francisco Santos – Jornalista, professor universitário, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e da Associação Sergipana de Imprensa – ASI, do Grupo Plena/CNPq/UFS e do CPCIR/CNPq/UFS. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Sergipe – gilfrancisco.santos@gmail.com

Gilson Antunes da Silva – Escritor e professor do Instituto Federal Baiano (Campus Valença) onde desenvolve projetos de pesquisa voltados para a cultura e as literaturas do Baixo Sul da Bahia. É graduado em Letras (Uneb), em Filosofia (UCSal), especialista em Língua Portuguesa e Lit. Brasileira (Facceba), em Ensino de Língua e Lit.de Língua Portuguesa (Unimes), em Teoria da

Psicanálise de Orientação Lacaniana (Bahiana/IPBA), mestre em Letras e doutor em Literatura e Cultura (UFBA).

Gláubia Silva Ramos – Graduada em Letras Licenciatura/Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas, na Universidade de Estado da Bahia (UNEB)- campos–XXIII–Seabra– BA. Foi Bolsista de iniciação a docência (2020) com o projeto Literatura Afro-brasileira nos anos finais do ensino fundamental (8 e 9 anos). Atualmente está como professora na rede municipal de educação no ensino fundamental II.

Indinéia Ramos Paixão – Docente de História do Instituto Federal Baiano (Campus Valença). É mestre em Ensino de História (UNEB), com estudos em Ensino de História para pessoa surda.

Jamine Batista Dourado – Graduada em Letras - Língua Estrangeira (Inglês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integra os grupos de pesquisa REBRALLI - Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa, como bolsista de iniciação científica pelo PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e Tradução e Acessibilidade (TrAce), ambos da UFBA. E-mail: jaminebd@ufba.br

Jamylle Barbosa Silva Anacleto – Jamylle Barbosa Silva Anacleto é Professora da Escola Municipal Aloysio Short (EMAS) em Pindaí - BA. Graduada em Letras, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e membro do grupo de Pesquisa Crítica Literária e Identidade Cultural.

Joabson Lima Figueiredo – Doutor em Literatura e Cultura (2018) pela Universidade Federal da Bahia – (UFBA). Mestre em Estudos Literários e Culturais (2009) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Estudos Literários pela Universidade de Feira de Santana -UEFS. Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS). Professor adjunto, do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - DCHT – Campus XVI, na área de Letras. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, com pesquisa na área da Literatura e História. Sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB. Organizador com outros autores da coletânea Es-

tudo da Produção Literária baiana (2017) e com participações em capítulos de livros e estudos em revistas eletrônicas. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6093546030106258>. E- mail institucional: jfigueiredo@uneb.br

Jocélio Teles dos Santos – Professor Titular de Antropologia da UFBA. Foi Diretor do CEAO e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. É autor de vários artigos publicados no Brasil e no exterior, e dos livros, entre outros, O Dono da Terra (Sarah Letras, 1995), O Poder da Cultura e a Cultura no Poder (2005), Ensaios sobre Raça, Gênero e Sexualidades no Brasil, XVIII-XX (2013), e Ativismo Negro no Brasil: frente ao Estado e no Estado, 1970-2016 (2022), editados pela Edufba.

Lísias Azevedo – Natural de Itaetê/BA, é uma produtora cultural e coordenadora de projetos da Cogito Editora, além de atuar como esteticista, terapeuta holística e massoterapeuta. Cursa Licenciatura em Artes pela UFRB e é idealizadora do Ponto de Cultura e Cidadania Rosa Preta. Autora do livro Jornada Além do Véu, participa de várias antologias poéticas nacionais e internacionais. Como presidente da AJEB-BA e diretora de artes da FLIITAITÊ, Lísias tem uma atuação marcante na promoção da cultura na Chapada Diamantina.

Lourdes Kaminski Alves – Docente e pesquisadora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIOESTE. Bolsista PQ2/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens (2007-CNPq). Coordenadora do Núcleo de Estudos Comparados e Pesquisa em Literatura, Cultura, História e Memória na América Latina (PPGL/UNIOESTE). Membro do GT Dramaturgia e Teatro da ANPOLL.

Luiz Eudes – É de Sátiro Dias, Bahia. Escritor, roteirista e especialista em Teoria Literária. Organizou e participou de antologias no Brasil e em Portugal. Autor de infantis, contos, novela e romance (publicados também em Portugal, em Angola e na Itália) e poemas. Sócio de algumas academias de letras e recebeu algumas homenagens.

Maria Carollina Santos Carvalho – Possui Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Es-

tado da Bahia (2018); Experiência com Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (36 meses). Atualmente continua no projeto de pesquisa “XANGÔ, A CORTE DE ORIXÁS, INQUI- CES E VODUS: EXPERIÊNCIAS POÉTICAS E NARRATIVAS”. Mestre pelo Programa de Pós- Graduação em Linguagens na Universidade do Estado da Bahia com a pesquisa EDISON CARNEIRO: ARTICULAÇÃO PELA LIBERDADE DE CULTO NAS CRÔNICAS PUBLICADAS NO JORNAL ESTADO DA BAHIA DE 1936 A 1938, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Oliveira Freitas e financiamento da Capes. Doutoranda e bolsista Capes ingressa no ano de 2023.1, Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, orientada por Gildeci de Oliveira Leite na proposta de pesquisa de tese “EDISON CARNEIRO, LITERATURA E HISTÓRIA: A MUSA CAPENGA E O MODERNISMO BAIANO”.

Maria José de Oliveira Santos – Professora Mestre em Letras (UFBA) e Especialista em Estudos Literários (UNEB), aposentada pela UNEB/CAMPUS II. Quando docente, desenvolveu os seguintes projetos: EXTENSÃO – “Revirando e revivendo memórias em Alagoinhas: textos literários e informativos”; PESQUISA CIENTÍFICA: “Historiografia literária alagoanhense dos primeiros autores aos anos 80”, que foi atualizada para “Produção literária alagoanhense”. Mesmo aposentada, integra o Grupo GEREL, cuja idealizadora é a Professora Doutora Fátima Berenice.

Marlon Marcos – Nasceu em Salvador, no Centro Histórico, e é um filho das águas de Iemanjá e Oxalá. É graduado em História (UCSAL), Jornalismo (UFBA) e Ciências Sociais (UFBA). Fez mestrado em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA), onde pesquisou a relação entre Maria Bethânia e seu orixá Oyá-Iansã. Desta pesquisa surgiu o livro “Oyá- Bethânia: os mitos de um orixá nos ritos de uma estrela”. Fez doutorado em Antropologia (UFBA) e hoje é professor doutor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, Campus dos Malês – Bahia. É articulista do Jornal A Tarde e poeta, com quatro livros publicados nesse ramo literário.

Mayara Fideles Martins – Graduada em Letras Licenciatura/Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas, na Universidade de Estado da Bahia (UNEB) campus–XXIII–Seabra– BA. Foi Bolsista de iniciação

a docência (2020) com o projeto Literatura Afro-brasileira nos anos finais do ensino fundamental (8 e 9 anos).

Myriam de Castro Lima Fraga – Escritora e diretora executiva da Fundação Casa de Jorge Amado. Publicou 30 livros, entre poesia, prosa e infanto-juvenis. Pertenceu a Academia de Letras da Bahia e a Associação Baiana de Imprensa. Participou de várias Antologias no Brasil e no exterior, tendo poemas traduzidos para o inglês, francês e alemão. (1937-2016)

Odílio da Silva Santos – Analista da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Doutorando em Estudo de Linguagens e membro do grupo de pesquisa Crítica Literária e Identidade Cultural.

Paulo Sérgio Silva da Paz – Mestre em Estudo de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (PPGCC). Autor do livro: *Nóis por Nóis: Poesia e Resistência nos Saraus Periféricos de Salvador* publicado pela EDUNEB, 2022.

Poliana Santana Pinheiro dos Santos – Graduada em Letras - Língua Estrangeira (Inglês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), compõe o corpo de pesquisadoras/es dos grupos de pesquisa REBRALLI - Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa e Textos Fundamentais em Tradução (Key Texts in Translation - KiT), também da UFBA. Atua como professora e tradutora. Atuou como tradutora e professora em formação pelo NUPEL/UFBA e PROFICI/UFBA. E-mail: polianasps@gmail.com

Randra Kevelyn Barbosa Barros – Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PPGLCC/PUC-RIO). Mestra em Estudo de Linguagens (PPGEL), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, pela mesma instituição. É autora do livro “O canto de Graúna: uma poética da heterogeneidade nas literaturas indígenas brasileiras contemporâneas” (EDUNEB, 2022).

Ricardo Tupiniquim Ramos – Indígena Tupinikim nascido, criado e residente em contexto urbano (Salvador), é Doutor (2008) e Mestre (1999) em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, Licenciado em Letras Vernáculas com Inglês (1997) pela Universidade Católica do Salvador e o mais antigo professor indígena da Universidade do Estado da Bahia (desde 1999), de onde lidera o Grupo de Pesquisa em Cultura, Resistência, Etnia, Linguagens e Leituras. Militante indígena, poeta, contista e cronista, também é sócio do Instituto Geográfico-Histórico da Bahia.

Sílvia Nascimento dos Santos – Graduada em Letras Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2024) e Técnica em Informática pelo Instituto Federal da Bahia - IFBA (2019). Bolsista de iniciação científica PICIN/UNEB.

Tiago Barbosa da Silva – Professor de língua e literaturas de língua inglesa no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Doutor em Letras, com ênfase em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (2018), com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Sergipe (2021), atualmente, se dedica ao estudo das representações do Brasil através do Grupo de Pesquisa Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa (REBRALLI). E-mail: tiago.bs@ufba.br

Valéria Aparecida Bari – Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2008). Bibliotecária ativa desde 1990. Docente Pesquisadora vinculada ao DCI e ao PPGCI da UFS. Líder do GRUPO PLENA UFS (Universidade Federal de Sergipe). LATTES ID: 0106962520738975; ORCID ID: 0000-0003-2871-5780. Espelho CNPQ Grupo PLENA: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4559993991971758. E-mail: valbari@gmail.com.

Yuri Santos Cruz Pinheiro – Graduando em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira Moderna (Inglês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de Pesquisa REBRALLI - Representações do Brasil nas Literaturas de Língua Inglesa. Atuou como bolsista e professor em formação do Programa Residência Pedagógica (2023). E-mail: yurip@ufba.br



www.editorasegundoselo.com.br
editorasegundoselo@gmail.com
[@editorasegundoselo](#)

PPG |
Pró-Reitoria de Pesquisa e
Ensino de Pós-Graduação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



SEGUNDO
SELO

ISBN 978-658675487-2



9

786586

754872